

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**ETNICIDADE E DISPUTAS SIMBÓLICAS - O OESTE DO PARANÁ NO
CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO INTERNA BRASILEIRA**

Priscila Lini

**Rio de Janeiro – RJ
2026**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**ETNICIDADE E DISPUTAS SIMBÓLICAS - O OESTE DO PARANÁ NO
CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO INTERNA BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social do Museu Nacional –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito obrigatório e parcial à obtenção do
grau de Doutor em Antropologia Social

Orientador: Professor Doutor Antonio Carlos
de Souza Lima

Priscila Lini

**Rio de Janeiro – RJ
2026**

CIP - Catalogação na Publicação

L755e Lini, Priscila
Etnicidade e disputas simbólicas: O Oeste do
Paraná no contexto da colonização interna brasileira
/ Priscila Lini. -- Rio de Janeiro, 2026.
342 f.

Orientador: Antonio Carlos Souza Lima.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social, 2026.

1. Colonização. 2. Imigração. 3. Campesinato. 4.
Território. 5. Etnicidade. I. Souza Lima, Antonio
Carlos, orient. II. Título.

PRISCILA LINI

**ETNICIDADE E DISPUTAS SIMBÓLICAS - O OESTE DO PARANÁ NO
CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO INTERNA BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social do Museu Nacional –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito obrigatório e parcial à obtenção do
grau de Doutor em Antropologia Social

Rio de Janeiro, 27 de março de 2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima (Orientador)
Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profª Drª Arlene Anelia Renk
Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Prof. Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dr. John Cunha Comerford
Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes
Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro

A todos aqueles e àquelas
que não passaram ilesos ao processo colonial,
em seus corpos, memórias e sentimentos.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento é a meu orientador, professor Antonio Carlos. Não sei se ele sabe, mas em dias difíceis – difícilimos, para dizer a verdade – ainda nos idos do terrível ano de 2021, ele foi uma força sem igual. Foram momentos de tanta consternação, de tanta angústia pelos meus, dias em que havia de manter a postura e a normalidade em frente à câmera do computador, no absurdo de ministrar aulas remotas enquanto pelo celular aguardava mensagens das equipes de dois hospitais, me atualizando sobre o estado de saúde de uma família que lutava pela vida. Antonio me mandava mensagens, mandava carinho, apoio e solidariedade. Com sua voz grave, transmitia brandura, mas também força, a segurança de ter com quem contar, mesmo à distância. Espero que a conclusão desse trabalho seja um meio de corresponder, de alguma forma, o tanto que recebi.

Pois dele recebi a orientação mais atenta, minuciosa e sincera. Percorri o processo completo da pesquisa, sem atalhos ou artimanhas, porquanto ele soube como ninguém exigir constância, profundidade e dedicação à pesquisa. Leituras, fichamentos, seleção de fontes, pesquisa de campo, para todas essas etapas recebi uma condução firme e exigente, que jamais foi condescendente, tampouco indulgente. Respeitou meu tempo de depuração e reorganização de pensamentos, realizou sessões de orientação que lançaram por terra todas as minhas certezas e ideias pré-concebidas, porém, sempre entendendo que realizei esse processo em meio aos compromissos profissionais e desafios da vida pessoal. Seu rigor teórico e metodológico o fazem uma referência, para a sorte de quem recebe seu aceite como orientador.

Agradeço também a meu companheiro de vida, Kássim, cujo apoio e incentivo me fazem ser quem agora sou. Ao longo desses anos todos que levei no doutorado perdemos pessoas importantes, assistimos juntos, com nosso sentimento de impotência, o local de suas raízes ser convertido a pó, cinzas e ruínas. Seguramos cada vez mais firmes nossas mãos e mantivemos viva nossa essência, nossa vontade de ver um mundo melhor.

Para Sabrina, que durante esse período também experimentou os dilemas da pós-graduação. Os olhares de soslaio por sobre a tela do computador, as dicas de bibliografias, de softwares de pesquisa acadêmica, revisões de projetos e de artigos. A casa que pulsava nossa tensão em corresponder às expectativas do mundo acadêmico.

À Fran, que me deu tanto suporte na realização do campo, na coleta de materiais, de contatos com interlocutores. Que me acompanhou nos bailes, nas estradas, pelos sítios, bibliotecas, CTGs e centros de cultura. Procurando o melhor ângulo para as fotografias, mesmo

que no acostamento da rodovia ou no meio de uma plantação de milho ou soja geneticamente modificada.

À minha mãe, que também pegou estrada comigo, mobilizou suas redes e sempre fez questão de me mostrar que o mundo é grande, e que pode caber em um mapa, em um livro ou na minha própria mente. Que me ensinou que esse mundo pode e deve ser um lugar justo, sem perder a ternura.

Ao meu pai, e sua trajetória que pertence a tantas que aqui estão. Por emprestar a Toyota Hilux mais histórica do ‘Velho Oeste’ com seu ronco inconfundível, para percorrer tantas linhas, estradinhas e comunidades do interior, trilhar a ‘estrada velha de Guarapuava’, sabendo cada canto e cada lugar que pudesse contar um pouco de história.

Aos interlocutores e interlocutoras que contaram suas vivências. Ao senhor Aluizio Palmar, pela conversa longa e sincera, que contou uma versão muito menos pacífica e idealizada do Oeste paranaense. À Professora Ivanete Moraes Marin, por franquear o acesso ao acervo deixado pelo Professor Roberto Marin, tão querida e generosa como sempre.

Aos meus alunos e alunas, meus orientandos e orientandas do LABFOR, às/aos colegas da UFMS, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do curso de Ciências Sociais, em especial Asher, que desde os meus planos para esse doutorado me emprestou materiais e bibliografias. E às amigas e amigos, seja no Paraná, Mato Grosso do Sul ou no Distrito Federal, às/aos que ficaram onde saí e as/os que conheci onde cheguei, o agradecimento de uma sempre (e)migrante.

“Não existe memória verdadeira sobre si mesma”
Annie Ernaux

LINI, Priscila. Etnicidade e disputas simbólicas – O Oeste do Paraná no contexto da colonização interna brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional. Orientador: Antonio Carlos de Souza Lima. Rio de Janeiro, 2026. Priscila Lini.

RESUMO

Esta tese examina as raízes da noção de superioridade étnico-cultural e do *ethos* de trabalho que modela a etnicidade no Oeste paranaense, interrogando o processo de alienação e a falta de consciência de classe entre os colonos, assim como sua relação paradoxal com o ambiente natural, compreendido como empecilho a ser superado pela monocultura mecanizada. O objetivo central foi analisar a formação sociocultural do Oeste do Paraná, partindo do recorte geográfico correspondente ao antigo Território do Iguassú (1943-1946), a fim de decifrar a gênese de mentalidades, costumes e práticas que fundamentam uma pretensão de superioridade, em relação às outras regiões do país, vinculada à ascendência europeia, perceptível na linguagem, na produção da vida material e nas formas de sociabilidade locais. A abordagem metodológica fundamentou-se em trabalho etnográfico incluindo trabalho de campo imersivo realizado entre 2022 a 2025, com observação participante em contextos cotidianos, rituais e espaços de trabalho agrícolas, além de entrevistas semiestruturadas e narrativas de vida com colonos, descendentes de imigrantes e agentes locais. O corpus também incluiu análise documental de arquivos coloniais, registros oficiais e iconografia da época. Os resultados evidenciam que a suposta autonomia dos colonos foi, na realidade, metodicamente conduzida por uma articulação entre Estado e agentes do capital privado, no quadro da modernização conservadora do varguismo e da Marcha para o Oeste. Essa intervenção pacificou disputas por terras e canalizou descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, empregando a moral familiar e a branquitude como critérios implícitos de confiança e eficácia. Conclui-se que o território em questão surgiu de uma dinâmica especulativa imobiliária rural e urbana articulada, na qual a terra, transformada em mercadoria pela atuação combinada de Estado e capital, produziu sobrevalor e limitou a circulação material e simbólica. A colonização mostrou-se um projeto de arregimentação da massa imigrante, historicamente interiorizado num *habitus* particular: a condição de "colono" como atributo implica a adesão a um imaginário moral compartilhado, uma estrutura normativa que organiza a existência e naturaliza assimetrias. A investigação contribui para desnaturalizar a ideologia do desenvolvimento regional, expondo seus fundamentos em projetos políticos nacionais, processos de racialização e na lógica de dominação da natureza.

Palavras-chave: Colonização; imigração; campesinato: Paraná; território; etnicidade.

LINI, Priscila. Ethnicity and symbolic disputes – Western Paraná in the context of Brazilian internal colonization. (Doctoral thesis in Social Anthropology). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional. Doctoral Supervisor: Antonio Carlos de Souza Lima. Rio de Janeiro, 2026. Priscila Lini.

ABSTRACT

This thesis examines the roots of the notion of ethno-cultural superiority and the work ethos that shape ethnicity in Western Paraná, interrogating the process of alienation and the lack of class consciousness among settlers, as well as their paradoxical relationship with the natural environment, understood as an obstacle to be overcome by mechanized monoculture. The central objective was to analyze the sociocultural formation of Western Paraná, starting from the geographical area corresponding to the former Iguassú Territory (1943-1946), in order to decipher the genesis of mentalities, customs, and practices that underpin a claim of superiority in relation to other regions of the country, linked to European ancestry, evident in language, the production of material life, and local forms of sociability. The methodological approach was based on ethnographic work, including immersive fieldwork conducted between 2022 and 2025, with participant observation in everyday contexts, rituals, and agricultural workspaces, in addition to semi-structured interviews and life histories with settlers, descendants of immigrants, and local agents. The corpus also included documentary analysis of colonial archives, official records, and period iconography. The results show that the settlers' supposed autonomy was, in reality, methodically steered by an articulation between the State and agents of private capital, within the framework of the conservative modernization of the Vargas era and the "March to the West." This intervention pacified land disputes and channeled descendants of Italian, German, and Polish immigrants, employing family morality and whiteness as implicit criteria of trust and efficacy. It is concluded that the territory in question emerged from an articulated rural and urban real estate speculative dynamic, in which land, transformed into a commodity by the combined action of State and capital, produced surplus value and limited material and symbolic circulation. Colonization proved to be a project for marshalling the immigrant mass, historically internalized into a particular habitus: the condition of "settler" as an attribute implies adherence to a shared moral imaginary, a normative structure that organizes existence and naturalizes asymmetries. The investigation contributes to denaturalizing the ideology of regional development, exposing its foundations in national political projects, processes of racialization, and the logic of the domination of nature.

Keywords: Colonization; immigration; peasantry; Paraná; territory; ethnicity.

LINI, Priscila. Etnicidad y disputas simbólicas – El Oeste del Paraná en el contexto de la colonización interna brasileira. (Tesis de Doctorado en Antropología Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional. Director de tesis: Antonio Carlos de Souza Lima. Río de Janeiro, 2026. Priscila Lini.

RESUMEN

Esta tesis examina las raíces de la noción de superioridad etnocultural y del *ethos* laboral que configura la etnicidad en el Oeste de Paraná, interrogando el proceso de alienación y la falta de conciencia de clase entre los colonos, así como su relación paradójica con el entorno natural, entendido como un obstáculo a superar mediante el monocultivo mecanizado. El objetivo central fue analizar la formación sociocultural del Oeste de Paraná, partiendo del recorte geográfico correspondiente al antiguo Territorio del Iguazú (1943-1946), con el fin de descifrar la génesis de mentalidades, costumbres y prácticas que fundamentan una pretensión de superioridad, relación a las otras partes del país, vinculada a la ascendencia europea, perceptible en el lenguaje, en la producción de la vida material y en las formas de sociabilidad locales. El enfoque metodológico se basó en un trabajo etnográfico que incluyó trabajo de campo inmersivo realizado entre 2022 y 2025, con observación participante en contextos cotidianos, rituales y espacios de trabajo agrícolas, además de entrevistas semiestructuradas y relatos de vida con colonos, descendientes de inmigrantes y agentes locales. El corpus también incluyó análisis documental de archivos coloniales, registros oficiales e iconografía de la época. Los resultados evidencian que la supuesta autonomía de los colonos fue, en realidad, metódicamente dirigida por una articulación entre el Estado y agentes del capital privado, en el marco de la modernización conservadora del varguismo y de la Marcha hacia el Oeste. Esta intervención pacificó disputas por la tierra y canalizó a descendientes de inmigrantes italianos, alemanes y polacos, empleando la moral familiar y la blanquitud como criterios implícitos de confianza y eficacia. Se concluye que el territorio en cuestión surgió de una dinámica especulativa inmobiliaria rural y urbana articulada, en la cual la tierra, transformada en mercancía por la actuación combinada del Estado y el capital, produjo sobrevalor y limitó la circulación material y simbólica. La colonización se reveló como un proyecto de regimentación de la masa inmigrante, internalizado históricamente en un *habitus* particular: la condición de "colono" como atributo implica la adhesión a un imaginario moral compartido, una estructura normativa que organiza la existencia y naturaliza asimetrías. La investigación contribuye a desnaturalizar la ideología del desarrollo regional, exponiendo sus fundamentos en proyectos políticos nacionales, procesos de racialización y en la lógica de dominación de la naturaleza.

Palabras clave: Colonización; inmigración; campesinado; Paraná; territorio; etnicidad.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Outdoor em terreno na às margens da Avenida Willy Barth - Pato Bragado.....	24
Figura 2 - Bandeira do Brasil na entrada de pequena propriedade rural em Mercedes.....	25
Figura 3 - Torres de Transmissão de Furnas Centrais Elétricas.....	26
Figura 4 - Fachada do Museu Histórico Willy Barth – Toledo.....	29
Figura 5 - Grãos de soja caídos dos caminhões graneleiros	33
Figura 6 - Sacola de pinhões.....	35
Figura 7 - Baile de gala em comemoração aos 63 anos de Medianeira.....	36
Figura 8 - Cartaz de divulgação da “Festa do Agricultor” de Vera Cruz do Oeste	37
Figura 9 - Portal temático do Município de Pato Bragado	40
Figura 10 - Fachada comercial em estilo <i>enxaimel</i> - Marechal Cândido Rondon.....	42
Figura 11 - Instrumentos agrícolas em exposição no Museu Willy Barth.....	45
Figura 12 - Mapa do Município de Foz do Iguaçu, no ano de 1929	52
Figura 13 - Carregador de mate nas <i>obrages</i>	53
Figura 14 - Atual Avenida Felipe Wandscheer, Foz do Iguaçu, conhecida como “Estrada Velha de Guarapuava”	54
Figura 15 - Mapa das Mesorregiões do Paraná	58
Figura 16 - Cartaz de propaganda do programa Marcha para o Oeste	59
Figura 17 - Foz do Iguaçu, no ano de 1924 – Barranca do Rio Paraná.....	61
Figura 18 - Mapa do Estado do Paraná e do Território do Iguassú	64
Figura 19 - Baile do Dia do Colono em de Foz do Iguaçu, ano de 1937	65
Figura 20 - Avenida Brasil, em Foz do Iguaçu – Década de 1930	66
Figura 21 - Ilustração do jornal O Dia, em 1950.....	67
Figura 22 - Onças abatidas por colonos, onde hoje é o município de Marechal Cândido Rondon	73
Figura 23 - Habitação provisória, feita de tábuas rústicas, construída pelas primeiras famílias de colonos de Marechal Cândido Rondon.....	76
Figura 24 - Casa de tabuinhas rústicas, feita pelo grupo dos pioneiros recém chegados à Matelândia.	78
Figura 25 - Espingardas antigas, cordames, peles e animais empalhados expostos no CTG Sentinela dos Pampas, no município de Medianeira.	82

Figura 26 - Monumento aos Pioneiros, situado no Parque Municipal de Toledo.....	85
Figura 27 - Placa indicativa da localização da Linha Ouro Verde, zona rural de Marechal Cândido Rondon – PR.....	90
Figura 28 - Indicação das “linhas” União e Gaúcha, no distrito de São Clemente – Município de Santa Helena	91
Figura 29 - Planta da divisão das glebas rurais da Fazenda Britânia, comercializadas pela Colonizadora MARIPÁ	93
Figura 30 - Propaganda veiculada em jornais de Porto Alegre e Caxias do Sul de vendas de terras em Medianeira – PR	94
Figura 31 - Placa de sinalização da Avenida Maripá, uma das principais de Toledo – PR	96
Figura 32 - Planta da cidade de Santa Terezinha de Itaipu planejada pela Colonizadora Criciúma	97
Figura 33 - Ferrovia da Empresa Matte Larangeira, na região de Guaíra-PR – Década de 1930	98
Figura 34 - Mapa das Obras 1880-1930	99
Figura 35 - Porto Britânia, à margem esquerda do Rio Paraná, no atual município de Pato Bragado.....	102
Figura 36 - Artefatos em exposição no Espaço da Memória Roberto Marin – Medianeira ...	105
Figura 37 - Festa de 7 de setembro, no ano de 1955, em Santa Terezinha de Itaipu.....	106
Figura 38 - Retrato do diretor geral da MARIPÁ S/A, Willy Barth.....	112
Figura 39 - Pedro Soccol no escritório de Medianeira nos anos 1960	114
Figura 40 - Alfredo Paschoal Ruaro, um dos sócios da Colonizadora MARIPÁ.....	115
Figura 41 - Entrada do Clube "Os Cardeais" no município de Pato Bragado	116
Figura 42 - Cartaz digital de divulgação da “ExpoRondon” 2025	117
Figura 43 - Outdoor de divulgação da ExpoRondon, edição 2024	118
Figura 44 - Busto de Luiz Dalcanale Filho - Município de Pato Bragado	123
Figura 45 - Homenagem ao “Dia do Colono e do Motorista” publicada no perfil da Disam Insumos.....	127
Figura 46 - Primeira festa de São Cristóvão na capela homônima julho de 1956 – Medianeira	128
Figura 47 - Desfile do “Dia do Colono” em 1968 – Entre Rios do Oeste – PR.....	129
Figura 48 - Folder virtual de homenagem da Lar Cooperativa aos 64 anos de Medianeira...	130

Figura 49 - Programação das comemorações do 55º Aniversário do Município de Matelândia	132
Figura 50 - Ferramentas em exposição na Casa da Memória Roberto Marin – Medianeira..	134
Figura 51 - Olaria e marcenaria Dal-Bó, em Santa Terezinha de Itaipu.....	136
Figura 52 - Escritório da Colonizadora Maripá.....	137
Figura 53 - “Casa de Migração” da Colonizadora Bento Gonçalves	138
Figura 54 - Hotel Fossá	139
Figura 55 - Propaganda para venda de terras em Toledo 1949/50	142
Figura 56 - Propaganda do comercialização de terras em Toledo	143
Figura 57 - Início das obras do arruamento na cidade de Palotina.....	145
Figura 58 - Família de colonos poloneses chegados em Cascavel	146
Figura 59 - Réplica de uma sala de aula - Museu Histórico Willy Barth	151
Figura 60 - Família Strenske na sua fazenda de café	157
Figura 61 - A filha do Vice-Cônsul da Alemanha secando louça após jantar beneficente realizado pelo Hospital Filadélfia, de Marechal Cândido Rondon	159
Figura 62 - Hospital Nossa Senhora Medianeira, fundado pelas Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo	161
Figura 63 - Baile de Debutantes, realizado no Clube Esportivo e Social União Medianeirense	165
Figura 64 - Baile de Debutantes no Clube Nacional de Santa Terezinha de Itaipu.....	166
Figura 65 - Móvel de um quarto de casal, pertencente a uma das primeiras famílias de Toledo.	168
Figura 66 - Ferros de passar à brasa, doados por famílias pioneiras - Museu Willy Barth ..	171
Figura 67 - Casamento dos pioneiros Lidia Hack e Oswaldo Weber	172
Figura 68 - Irmãos procedentes de Erechim-RS, pouco antes da vinda da família a Marechal Cândido Rondon, em 1953	173
Figura 69 - Capela São Pedro, na Vila Bergamasco.....	176
Figura 70 - Interior da primeira igreja de Santa Terezinha de Itaipu, em outubro de 1956 ...	177
Figura 71 - Fieis indo à primeira missa na recém construída Capela Nossa Senhora Aparecida, em Cascavel.....	179
Figura 72 - Confessionário da primeira Catedral da cidade de Toledo	181
Figura 73 - Procissão religiosa de mulheres em Céu Azul, na década de 1950	182

Figura 74 - Freiras da Congregação das Irmãs Franciscanas de Ingolstadt.....	183
Figura 75 - Casais em baile na cidade de São Miguel do Iguaçu, então denominada “Gaúcha” na Década de 1950.....	185
Figura 76 - Convite para Festa da Comunidade Católica do Jardim São Paulo (março - 1981)	188
Figura 77 - Desfile cultural das “Fridas e Fritz” da Oktoberfest 2025 em Marechal Cândido Rondon	189
Figura 78 - Programação das festividades da Oktoberfest 2024 em Marechal Cândido Rondon	190
Figura 79 - Cartaz virtual de divulgação de “Mati-Baile especial de Carnaval” na localidade de Maralucia, distrito de Medianeira.....	191
Figura 80 - 20ª Deutsches Fest 2023, no município de Missal – PR.....	192
Figura 81 - Cuia de chimarrão - CTG “Sentinela dos Pampas” em Medianeira	194
Figura 82 - Camiseta com proteção UV da marca BRK Agro	196
Figura 83 - Colheitadeira na comunidade de Maracaju dos Gaúchos – Guaíra	200
Figura 84 - Família de Benjamin Biazus, pioneiro do Município de Matelândia	203
Figura 85 - Primeiros tratores na Vila Bendo - região rural de Santa Terezinha de Itaipu.....	204
Figura 86 - Complexo da Cooperativa Copagril em Marechal Cândido Rondon	207
Figura 87 - Rainha e Princesas da 33ª Oktoberfest 2023 - Marechal Cândido Rondon.....	210
Figura 88 - Colonos provenientes de São Marcos – RS, recém chegados a Toledo.....	215
Figura 89 - Propaganda das concessionárias Olsen, representante da Ford Motors na região Oeste	218
Figura 90 - Pórtico de entrada do município de Mercedes, em alusão ao estilo germânico ..	220
Figura 91 - Abertura da BR-277 em Medianeira, no ano de 1966	222
Figura 92 - Capa do livro Na Trilha dos Pioneiros - Santa Terezinha de Itaipu.....	226
Figura 93 - Festividade de lançamento do livro "Resgate da Memória de Medianeira"	227
Figura 94 - Capa do Livro "Resgate da Memória de Medianeira"	230
Figura 95 - Cartaz do filme ‘Lembranças – de Gaúcha a São Miguel do Iguaçu’ produzido com base no livro ‘São Miguel do Iguaçu, Estórias e Histórias’	232
Figura 96 - Capa do livro "Crônicas do Oeste - História de Pioneiros" de Heitor Angeli	234
Figura 97 - Pioneiros das famílias Maggi e Ghelere, em São Miguel do Iguaçu.....	238
Figura 98 - Willy Barth, no ano de 1949	241

Figura 99 - Caminhão carregado de toras de canafistula, na cidade de Missal, década de 1970	244
Figura 100 - Placa em madeira afixada no salão de danças do CTG Sentinela dos Pampas, no município de Medianeira	248
Figura 101 - Serraria da Família Fabris, em Medianeira - Década de 1960.....	255
Figura 102 - Primeiras casas do município de Céu Azul – Década de 1950	260
Figura 103 - Moenda antiga em exposição na entrada do Parque Farroupilha – Município de Matelândia	261
Figura 104 - Placas da Rua Willy Barth e Avenida Senador Attilio Fontana	263
Figura 105 - Construção das instalações da Cooperativa Mista Sipal, em Missal - 1964.....	265
Figura 106 - Indicativo da Rodovia BR-163 – Rota Norte/Sul na região Oeste do Paraná ...	266
Figura 107 - Planta da futura Cidade Medianeira, elaborada pela Colonizadora Bento Gonçalves	267
Figura 108 - Planta da Cidade de Toledo, organizada pela Colonizadora MARIPÁ, década de 1940	268
Figura 109 - BR 277 – Trecho de São Miguel do Iguaçu à época da abertura – 1968.....	269
Figura 110 - Segunda Semana Cultural em Missal (1986).....	270
Figura 111 - Grupo Germânico de Dança no IV Festival Folclórico - 1979	273
Figura 112 - Desfile Cívico na cidade de Céu Azul – Anos 1960	274
Figura 113 - Desfile Cívico em Santa Terezinha de Itaipu – 1960.....	275
Figura 114 - Desfile de 7 de setembro de 1977 na avenida principal de Medianeira.....	276
Figura 115 - Cavalcada alusiva à Semana Farroupilha, em Medianeira, década de 1960	277
Figura 116 - Baile de formatura - Técnicos em Contabilidade do Colégio La Salle.....	278
Figura 117 - Pannel do hall de entrada do Centro Popular de Cultura de Medianeira.....	279
Figura 118 - Casamento coletivo organizado pela Cooperativa Agroindustrial Lar	283
Figura 119 - Concurso de Miss Terceira Idade.....	291
Figura 120 - Baile em comemoração dos 63 anos do município, com a escolha da Miss e homenagens aos pioneiros	293
Figura 121 - Concurso de Miss no ano de 1958	294
Figura 122 - Caçada de porcos-do-mato em Santa Terezinha de Itaipu, no ano de 1954	300
Figura 123 - Zona rural de Santa Helena, no período da ‘safrinha’	302
Figura 124 - Entrada da Vila Bendo – Zona Rural de Santa Terezinha de Itaipu.....	306

Figura 125 - Mapa do Brasil, conforme a apuração das eleições presidenciais de 2022	309
Figura 126 - Cerimônia de Inauguração do CTG “Porteira da Amizade”	311
Figura 127 - Primeira turma da Escola Miguel Matte, no ano de 1952	316
Figura 128 – Primeiras casas na Fazenda Britânia	318

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Logradouros nominados em homenagem a <i>pioneiros</i> ou colonizadoras.	107
Quadro 2 - Praças nominadas em homenagem a pioneiros	107
Quadro 3 - Livros de "Histórias" e "Memórias" dos municípios do Oeste Paranaense	119
Quadro 4 - Dados de municípios do Oeste do Paraná	125

LISTA DE SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio

APAM – Associação de Professores Aposentados de Medianeira – PR

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária

COTREFAL – Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IPA – Instituto Pensar Agropecuária

FPA – Frente Parlamentar Mista da Agropecuária

FPCI – Fundação Paranaense de Colonização e Imigração

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MARIPÁ – Madeireira Rio Paraná Ltda.

SIPAL – Sociedade de Incremento à Propriedade Agrícola

SMCE-SMI – Secretaria Municipal de Cultura e Esportes de São Miguel do Iguaçu – PR

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
1. O Cenário: A fronteira da Fronteira.....	50
1.1 Marchar para o Oeste	57
1.2 O Território do Iguassú e a conjuntura dos anos 1940	62
1.3 Os agentes mobilizadores – Companhias Colonizadoras.....	68
1.4 Os agentes mobilizados – Os ‘pioneiros’	70
2. Os Papéis: A colonização e a dimensão simbólica	80
2.1 A prerrogativa de ser colono	83
2.2 Mobilizações e migrações – planos de Estado e projetos de famílias.....	87
2.3 Protagonistas e coadjuvantes – a sobreposição das gentes	100
2.4 Memórias escolhidas, memórias construídas	105
2.5 Sujeitos, objetos e lugares – nomes que constroem história e fazem memória	111
3. Os Atores: A construção mítica do colono.....	134
3.1 Arranjos de parentesco e a família como unidade de (re)produção	140
3.2 Trabalho, <i>serviço</i> e <i>ajuda</i> , as diferentes dimensões da atividade humana	155
3.3 A colona – o gênero e o controle intrínseco à colonização	164
3.4 Religiosidade e moralidade	175
3.5 Sociabilidade e lazer	184
3.6 Ambições, incentivos e transgressões	201
4. A saga do colono em interpretação real e idealizada.....	214
4.1 Elaborando as sagas	223
4.2 As personagens, de ontem e de hoje.....	236
4.3 Conflitos internos, disputas externas.....	253

4.4 A diversidade que produziu unidade	260
4.5 Representando continuamente a saga.....	281
CONSIDERAÇÕES FINAIS	301
REFERÊNCIAS.....	322
REFERÊNCIAS DAS ILUSTRAÇÕES	340

INTRODUÇÃO

A ideia de iniciar a pesquisa que constituiu essa tese se deu em um clima muito específico, do meu verdadeiro pânico em meio a um governo de extrema direita e à estupefação em pensar: esses amigos e conhecidos, essas pessoas com quem passei grande parte da vida, sempre foram assim? Sempre pensaram assim? O que os levou a cancelar essa série de agressões? De onde nasceu esse pretenso sentimento de superioridade, como ele é ensinado, introjetado e transmitido? A partir de tais inquietações elaborei o projeto de pesquisa, pois tais fatos se deram justamente em um momento em que comecei a me sentir de “fora” - ao final de 2017 saí da região Sul e me estabeleci no Centro-Oeste.

Conforme Gilberto Velho (1978, p. 129) “o processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico”. Se, em um primeiro momento sempre tive um quadro elaborado em mente, com a realidade que me foi apresentada, e de alguma maneira construída convenientemente por determinadas forças locais – escola, meios de sociabilidade e pessoas da comunidade – em certa medida as rotulava de maneira diferente, em parte por uma criação ambivalente, que me foi proporcionada pela minha mãe: uma pessoa que não comungava inteiramente com alguns dos códigos locais.

Até o momento em que fiz – ainda que de maneira não consciente – o mesmo movimento que tantos colonos sulistas¹ fizeram e ainda fazem, o de “subir” em razão de obtenção de meios de vida – no meu caso, a colocação como professora do magistério superior. Não ser uma local oportuniza o estranhamento, que nesse caso “não é somente do outro, mas também de si. O espanto também acontece em situações que vivenciamos e diante de nossas próprias atitudes. A desnaturalização da nossa história de vida, do cotidiano, nos envolve enquanto sujeitos de conhecimento que são sempre sujeitos em relação”. (Cunha e Röwer, 2014, p. 28)

O me ver como uma estranha, como aquela que veio de outro lugar, que ao declarar a origem já dá ensejo a uma série de conotações e estereótipos, fez com que me tornasse duplamente forasteira: no meu local de origem, sou aquela que, como outros tantos, “foi para o Mato Grosso”, mesmo tendo que corrigir, que é “Mato Grosso do Sul”. Já em Mato Grosso do

¹ Emprega-se na pesquisa o termo “sulista”, encontrado em Haesbaert (1997, p. 16), Gregory (2002, p. 34) e autores que trataram da migração interna nacional, considerando as sucessivas gerações dos descendentes de europeus na região Sul do Brasil, mas não necessariamente no estado do Rio Grande do Sul, o que corresponderia ao termo “gaúcho” ou “rio-grandense”. Nesse caráter de expansionismo constante e colonialismo interno, esses colonos, por vezes, serão mencionados como “sulistas”. (Nota da autora)

Sul, sou a “que é do Paraná”, e, portanto, sempre será alguém que emigrou e precisa se familiarizar. Segundo Velho (1978, p. 131) “a familiaridade é como uma forma de apreender a realidade, de interpretá-la e, assim, produzir conhecimento”. Cotidianamente as pessoas também interpretam e produzem familiaridades e estranhamentos, sendo que o que varia é a base da argumentação e interpretação.

Mas, somente essa distância entre dois mundos permitiu captar o tema de pesquisa, não sendo, porém, “nada fácil lançar luz sobre fatos esquecidos (...) a memória é resistente”. (Ernaux, 2021, s.p) Pois questionar o que até então sempre foi uma realidade dada, a partir de um alcance geográfico e afetivo, me fez perceber que era, em verdade, uma criação intencional de agentes que se perpetuaram no protagonismo econômico e político de longos tempos. Saber as razões e as mobilizações envolvidas na construção de um cenário de produção material e de sociabilidade é o que me mobilizou para essa pesquisa.

Acredito também que fazer pesquisa implica a consciência das configurações do poder e das circunstâncias sociais, políticas e econômicas em que se vive, o que pode se vincular à uma consciência do “espírito de um tempo”. A realização das pesquisas de campo foi profundamente marcada – no campo real e no campo simbólico – pelas disputas políticas turbulentas e violentas que se desenrolavam (e ainda permanecem) no cenário nacional.

O trajeto feito ao longo da BR163, o corredor do colonialismo interno brasileiro, transitando entre caminhões adesivados em verde e amarelo, as porteiras das extensas fazendas de Mato Grosso do Sul e das pequenas chácaras e lavouras do Paraná com bandeiras do Brasil hasteadas, outdoors espalhados nas cidades do interior, declarando apoio ao então chefe do Executivo, indicando que foram financiados por sindicatos de produtores rurais ou associações comerciais.

Figura 1 - Outdoor em terreno na às margens da Avenida Willy Barth / Rodovia PR-495 no município de Pato Bragado



Fonte: Priscila Lini (julho-2022)

As referidas pesquisas de campo se deram também em contextos afetivos, de visitas à família que permanece à distância. Da mobilização de conhecidos, de redes de contatos, da evocação às memórias e ao pertencimento. E, também, à possibilidade de entender alguns funcionamentos, de tomar as cautelas. Por exemplo, a terceira incursão ao campo, era justamente nos primeiros dias de 2023, período em que ainda restavam alguns acampamentos próximos à rodovia, em frente aos destacamentos militares ou Centros de Tradições Gaúchas.

Além do mais, a tensão que antecipava 8 de janeiro pulsava por todo esse contexto, tendo ocorrido inclusive, em um dos municípios do recorte da pesquisa (Medianeira – PR), a derrubada criminosa de torres de transmissão de Furnas Centrais Elétricas, em uma tentativa de produzir instabilidade e levar adiante os planos que atualmente vêm à público. Saber onde era seguro transitar, o que era possível perguntar, e a quem, fez diferença.

Figura 2 - Bandeira do Brasil desgastada, na entrada de pequena propriedade rural em Mercedes. Desde 2018, porém com maior intensidade a partir de setembro de 2021, tanto no cenário rural quanto nas cidades, bandeiras foram hasteadas nas porteiras e entradas de fazendas, fachadas residenciais, janelas e sacadas.



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

Assim, para dialogar com os(as) interlocutores(as) também foi importante compreender as dinâmicas da sociabilidade que movimentam os pequenos municípios do Oeste paranaense. Saber que é no fim da tarde, nas cadeiras “de fio” nas calçadas, entre uma cuia e outra de chimarrão, que as conversas se desenrolam, e não em uma sala com o gravador ligado. Que recusar as bolachas caseiras feitas com glacê e açúcar colorido é “desfeita”, que algumas expressões serão ditas à exaustão, que o sotaque é propositalmente carregado e que é necessário responder de que “gente” se é. A confiança se estabelece nas semelhanças encontradas, e também em algumas sutilezas, silêncios e reminiscências que sempre evocam uma pertença comum.

De outra maneira, o efeito espelho foi inevitável: sou eu uma “colona”? Faço parte desse universo que de alguma forma agora encaro como “exótico” e tento fazer socialmente distante? Posso redigir este termo em terceira pessoa, ou não me é dado me eximir dessa condição? Isso fica presente em vários momentos, até mesmo com uma ponta de culpa, pois minha história é mais uma entre tantas: bisneta de italianos que emigraram e se estabeleceram na Serra Gaúcha, neta de avós nascidos em glebas familiares do noroeste gaúcho e oeste catarinense que

migraram e foram “pioneiros” no Oeste do Paraná. Filha de pai que almejou aproveitar o acesso facilitado à terra para ‘subir’ para Mato Grosso nos anos 1970-1980, e que ‘quebrou’ entre tantos reveses econômicos do liberalismo nos anos 1990. Ao contar minha versão dessa história, é inevitável o sentimento de traição para com aqueles(as) que de alguma maneira compartilham dessa trajetória.

Figura 3 - Torres de Transmissão de Furnas Centrais Elétricas



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

Mas, ao mesmo tempo, como concordar com tantas incongruências e contradições? Como ficar inerte ao racismo tão presente e demarcado, pela desigualdade no acesso à terra, pela usurpação de territórios indígenas e pelas tragédias socioambientais resultantes do desenvolvimentismo e do neocolonialismo? Como manter a consciência apaziguada? Talvez o alheamento intencional, a relativização das problemáticas sociais e as táticas de sociabilidade ali presentes têm justamente esta finalidade.

As perguntas são complexas, extensas, e repletas de contrassensos, pois o próprio recorte de pesquisa é resultado da acomodação de sérias controvérsias em sua gênese e desenvolvimento: uma fronteira tardiamente definida, reorganizada segundo políticas elaboradas em favorecimentos de determinados grupos em detrimento de outros.

A escolha metodológica para a pesquisa contemplou uma análise múltipla, empregando o método qualitativo como primeira escolha. Em relação às fontes, a etnografia foi realizada por análise de documentos (matrículas em cartórios, atos oficiais de prefeituras), normativas, entrevistas e incursões em campo. A participação em festas, a circulação pelas cidades e áreas rurais, aproveitando os períodos de férias e visitas à família, essas foram as oportunidades para o reencontro ao local de origem, escolhido como campo de pesquisa.

A opção pela abordagem qualitativa teve por objetivo articular métodos etnográficos e históricos para investigar a formação de identidades do “colono” no recorte espacial do Oeste paranaense a partir dos anos 1940. O trabalho combinou pesquisa de campo, etnografia documental e observação participante, permitindo uma análise multidimensional dos processos de territorialização, memória e construção étnica. A metodologia foi orientada pela antropologia histórica, privilegiando a interação entre registros oficiais, narrativas locais e práticas culturais remanescentes.

O método etnográfico foi central, envolvendo imersão em cidades que integraram o *Território do Iguassú*² entre 1943 e 1946, como Foz do Iguaçu, Toledo, Guaíra, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, dentre várias outras, além dos respectivos distritos e comunidades rurais. A observação participante permitiu capturar performances identitárias em eventos públicos, festividades e espaços de sociabilidade, onde discursos sobre o “ser colono” ou “pioneiro” eram acionados. Paralelamente, a etnografia documental abrangeu a análise de decretos, relatórios governamentais, matérias de jornais da época e acervos de pequenos museus e centros de memória regionais, que guardam objetos, fotografias e narrativas reduzidas a termo sobre o período.

O perfil da pesquisa foi definido como exploratório-descritivo, buscando mapear tanto as políticas estatais que incentivaram a migração de colonos sulistas para a região, quanto as reelaborações culturais decorrentes desse processo. A investigação partiu da hipótese de que o Território do Iguassú funcionou como um laboratório de projetos nacionalistas, nos quais grupos de colonos migrantes (gaúchos, catarinenses e paranaenses de ascendência europeia) foram atores-chave na reconfiguração simbólica e material da fronteira.

A coleta de dados ocorreu em três movimentos principais: 1) levantamento de fontes

² A grafia adotada neste trabalho é “Iguassú” conforme constam dos documentos originais do ano de 1943. Atualmente, a grafia Iguaçu é a utilizada, podendo ser encontrados ambos os termos em outras fontes, ou mesmo citações aqui contidas. (Nota da autora)

primárias em arquivos públicos, acervos particulares e cartórios; 2) trabalho de campo com entrevistas abertas ou semiestruturadas junto a descendentes de migrantes e representantes da memória local (como responsáveis pelos museus, *centros de interpretação*, escolas e centros comunitários); e 3) registro audiovisual de paisagens e monumentos que materializam a herança da colonização na região. A seleção dos interlocutores priorizou pessoas idosas, cujas trajetórias familiares remetiam ao período de tempo e conformação territorial, mas também adultos e jovens que replicam essas experiências em um pertencimento de matiz mais contemporânea.

A análise dos dados seguiu uma perspectiva triangulada, cruzando depoimentos orais, iconografia e documentos oficiais para identificar contradições, silêncios e ênfases nas narrativas. Técnicas de análise de conteúdo foram aplicadas aos discursos coletados, enquanto a interpretação de objetos e espaços seguiu os preceitos da antropologia da materialidade. A observação de rituais cívicos e festivos, como a celebração de datas comemorativas e patrióticas, revelou como o passado do Território do Iguassú é evocado para legitimar identidades no presente.

Fontes interessantes foram os vários livros de memórias da região, encomendados por prefeituras e redigidos de maneira colaborativa com sindicatos rurais, associações de professores, centros de documentação e auxílio de voluntários da comunidade. Esses repositórios representam uma modalidade discursiva, tanto no campo semântico quanto semiótico, que reforça as características do arrojo e do pioneirismo pretendidos por tais grupos, em seu movimento de autoafirmação e transmissão do ideal neocolonial, em um processo contínuo de construção e ancoragem de memórias e identidades.

Não pretendendo fazer uma antropologia visual propriamente dita desse material, mas atribuindo a devida importância à iconografia local, às produções de artefatos culturais e aos dispositivos urbanos e rurais, na imagética do Oeste do Paraná, as imagens são elemento complementar importante a essa pesquisa. Circular e obter registros contemporâneos, imagens e fotografias dos acervos familiares, dos jornais e dos arquivos oficiais foi uma opção metodológica relevante para a pesquisa, pois expressa em ícones a dimensão simbólica que orienta o trabalho.

Figura 4 - Fachada do Museu Histórico Willy Barth – Toledo. Praticamente todas as cidades do recorte possuem estabelecimentos dessa natureza, com artefatos e exposições cuja identidade visual enaltece a figura dos pioneiros e colonos.



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

Os desafios metodológicos incluíram a dispersão das fontes e a fragmentação da memória, já que o curto período de existência do Território (1943–1946) gerou registros esparsos. Para contornar isso, a pesquisa valeu-se de história oral, reconstituindo cadeias de comunicação das lembranças e transmissões discursivas familiares. Além disso, a visita a locais de memória pouco catalogados — como monumentos em praças públicas, na distribuição e nomeação de ruas e logradouros e acervos domésticos — exigiu adaptações às dinâmicas locais de acesso e circulação do conhecimento.

A dimensão comparativa também foi incorporada, agregando narrativas de diferentes municípios para identificar padrões e particularidades na construção da etnicidade colona – os “alemães”, os “gringos” (italianos) e os “polacos” (poloneses). Essa abordagem mostrou como projetos de colonização, associados ao plano de nacionalização, foram apropriados de modo

desigual, gerando identidades regionais híbridas. Por fim, a pesquisa reforçou o potencial da etnografia em arquivos para estudar contextos históricos, demonstrando que a antropologia pode dialogar criticamente com a historiografia sem abandonar seu compromisso com a experiência vivida.

A metodologia empregada permitiu, assim, não apenas reconstruir aspectos fragmentários do Território do Iguassú, mas também refletir sobre os mecanismos de produção da diferença cultural em zonas de fronteira. O estudo tem por objetivo contribuir para debates mais amplos sobre migração, etnogênese e as relações entre Estado nacional e identidades regionais no Brasil. A escolha deste território é somente ponto de partida, pois efêmero, mas importante marcador da separação que operou em relação às localidades autorreferentes e capitais dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Isso porque é muito mais comum uma pessoa do Oeste paranaense mencionar sua parentela oriunda das regiões Sul e Oeste de Santa Catarina ou do Planalto gaúcho, do que se reportar a Curitiba ou Florianópolis. Alguns movimentos em favor da retomada da separação como Estado do Iguassú novamente se articularam desde os anos 1950, sendo parcialmente retomados nos anos 1990, em grande parte como resultado de uma ruptura política em face ao progressismo observado nos centros maiores, ou a alegação do ‘abandono’ da região ocidental por parte dos governos estaduais, todos localizados a Leste.

Porém, social e materialmente falando, as conexões passam também pela continuidade de ciclos de parentesco e sociabilidade que se reproduzem não somente no tempo, mas também no espaço, nas ancoragens realizadas em pontos estratégicos de apoio material, político e familiar, em um eixo ascendente e contínuo.

O perfil dos(as) interlocutores(as) foi escolhido nesta lógica, em relações de parentes previamente conhecidas, ou acionadas nas próprias redes de convívio. Pessoas que narram suas histórias a partir do que passaram, em um processo que lhes pareceu inexorável: sua tarefa de trabalhar duro e levar o progresso para as áreas tidas como remotas e carentes de desenvolvimento. A criação da tradição do ‘colono’ ou do ‘pioneiro’, ocorre “na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial” (Hobsbawn e Ranger, 1984, p. 12)

A priorização aos mais velhos foi intencional, uma vez que em grande parte esses sujeitos realizaram efetivamente o deslocamento do contexto da ‘Marcha para o Oeste’, ainda que não apropriados conscientemente da intencionalidade política subjacente a este projeto.

Muitas vezes recorrendo à “imaginação afetiva” (Benedict, 2008, p. 99), recuperar seus relatos em memórias que mesclam realidade, mas um conteúdo inventivo e laudatório exigiu a busca de informações em fontes documentais complementares, pois, nesta noção de criação de um território não há um limite tangível do que é real ou o que é construído a partir de afetos e subjetividades.

Para Hobsbawn e Ranger (1984, p. 20), “pode-se dizer que as tradições inventadas são sintomas importantes, e, portanto, indicadores de problemas que de outra forma poderiam não ser detectados nem localizados no tempo. Elas são indícios”. De tal maneira que a consulta a bibliotecas, arquivos e centros de documentação se fez necessária, até porque a bibliografia produzida neste contexto afetivo demonstra muitas vezes um caráter mais de reminiscências do que efetivamente de relatos históricos objetivos. Os agentes e suas posições interferem diretamente nesta percepção.

Reunir esses interlocutores – 34 pessoas, em 14 municípios – foi um trabalho de dialogar com conhecidos, conhecidos de conhecidos, pessoas indicadas por professores, membros das comunidades locais e figuras referenciais de localidades pelas quais circulei na infância e juventude, e em que voltei a circular nas sucessivas ocasiões do campo. Para poder acionar esses(as) interlocutores(as) foi necessário recorrer às minhas próprias origens familiares e comunitárias, solicitar números de telefone, marcar visitas, transitar por espaços antes frequentados, mas agora na condição de ‘visita’.

Justificar a minha presença, meu interesse e minhas perguntas foi um processo relativamente tranquilo, pois a informação de que uma neta de ‘pioneiro’ estava fazendo uma pesquisa sobre os ‘pioneiros’, gerava um vínculo de confiança. Estar apropriada do *habitus* (Bourdieu, 1989) local reforça esses vínculos, mesmo quando se faz uma etnografia do mundo de origem. O que se perguntar, as sutilezas e os interditos, os nomes que são evocados, períodos e fatos, essas informações não seriam facilitadas de antemão a alguém visto como estranho.

Assim, o campo teve “a missão de perceber e dar um sentido a práticas dispersas, organizá-las, traduzindo-as em uma totalidade” (Hassen, s/d, p. 3) ainda que, sabidamente, qualquer totalidade seja impossível de ser obtida em um campo de múltiplos sujeitos. Inclusive, a dispersão de tais sujeitos se opera não somente no espaço, mas também no tempo – vários dos interlocutores são pessoas com mais de setenta anos, e, portanto, os remanescentes daqueles que tomaram parte ou presenciaram o momento dos deslocamentos para o Oeste. Ao longo da pesquisa, após nossas conversas, fui informada que dois dos interlocutores idosos vieram a

óbito após suas entrevistas, em decorrência de problemas de saúde típicos da idade avançada.

Desta maneira, a pesquisa também ganha um caráter de recolha dessas memórias, uma vez que “o estudo das tradições inventadas esclarece bastante as relações humanas com o passado, e por conseguinte, a história. Isso porque a história é fonte legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (Hobsbawn e Ranger, 1984, p. 21). A intenção é entender como essas memórias permanecem como aglutinadoras desse grupo, em suas elaborações de etnicidade e pertencimento.

Outro fato essencial da confiança é o conforto que boa parte dos interlocutores encontrou em expor seus relatos sem melindres ou filtros. Uma vez que há uma identificação da ordem da origem, existe a presunção de uma compatibilidade instantânea de pensamento, em um raciocínio que poderia ser traduzido como “se ela é uma de nós, então pensa como nós”. Assim, termos pejorativos, preconceitos e estereótipos eram reproduzidos nas falas sem maiores constrangimentos, o que não ocorreria em situações similares com pesquisadores desconhecidos.

Esse efeito foi interessante, principalmente quando se tratavam das questões de ordem do pertencimento grupal (“clarinha assim, é polaca? Não né, essa cor de cabelo de milho só gringa que tem” ou “se não mexe na bomba do chimarrão, a gente já sabe que é um dos nossos”). Estabelecer esses vínculos são formas de reforço da agregação àqueles que se consideram semelhantes. E nesse caso, faz diferença à pesquisa.

A definição do recorte de pesquisa foi feita tanto em um critério prático de tempo quanto de espaço. Para tomar como ponto de partida a tônica expansionista da “Marcha para o Oeste” foi fundamental estabelecer como período inicial a década de 1940, correspondente ao Estado Novo. Neste âmbito, a política de defesa de fronteiras e de expansão territorial recebeu grande atenção, o que definiu o recorte espacial. Escolhi esse território por sua dupla função, geográfica, mas também simbólica.

A porção a que mais me dediquei foram os municípios a Oeste do Paraná, mas a familiaridade com todo o contexto sempre existiu, nas inúmeras viagens com a família para o Rio Grande do Sul ou Santa Catarina. Muitas, mesmo. Passar a infância em longos trajetos a Passo Fundo, Joaçaba, Lages, Criciúma, Araranguá; habitar e transitar constantemente por essa fronteira é algo que faz parte de minha construção como sujeito, resultado desses encontros, parentescos e de formas de convívio.

É mais fácil identificar os elementos compartilhados do *habitus* de outros grupos do que aqueles a que se pertence, há sempre um esforço de distanciamento, de planejamento das

incursões dentro do que é possível, sem perder de vista a necessidade de “objetivar, que é reabsorver um excesso de significações, materializando-as (...) também transplantar para o nível de observação o que era apenas inferência ou símbolo”. (Moscovici, 1978, p. 111)

A estrada de Campo Grande a Foz do Iguaçu não seria mais vista da mesma maneira, já não seria mais um meio de circulação, mas um símbolo de todo o *ethos* colono, em cada trevo de cidade, em cada silo à margem da rodovia, nos caminhões graneleiros que deixam pelo caminho a soja e os pombos que dela se alimentam nos acostamentos. Tal como os colonos, os pombos e pardais não são da fauna nativa brasileira, mas de alguma maneira, também acabaram monopolizando a paisagem e se sobrepondo aos outros pássaros que antes habitavam a terra.

Figura 5 - Grãos de soja caídos dos caminhões graneleiros, no acostamento da Rodovia BR-163, no período da colheita e transporte da safra – Região de Marechal Cândido Rondon



Fonte: Priscila Lini (julho – 2023)

Assim, realizei as idas a campo em várias ocasiões, sempre que podia visitar meus pais e irmãs. Já no começo de 2022 iniciei o processo de coleta de dados, e isso foi importante pois também coincidiu com um ano bastante turbulento, politicamente falando, aumentando significativamente as tensões já presentes, os embates entre forças políticas e o papel das instituições e estruturas de poder locais (como cooperativas agroindustriais, sindicatos rurais/patronais e associações comerciais) nas variadas formas de interferência e influências nas cidades e comunidades do interior.

Os períodos eram quase sempre de um mês – em épocas de início ou fim de ano, um pouco mais. E, já apropriada do conhecimento dos locais de interesse, foi possível realizar uma coleta farta de dados, entrevistas, registros de imagens e pesquisas em fontes documentais e acervos. Assim, foram realizadas pesquisas de campo em janeiro/fevereiro de 2022, julho de 2022, dezembro de 2022/janeiro de 2023, julho de 2023, janeiro/fevereiro de 2024, julho de 2024, dezembro de 2024 e janeiro/fevereiro de 2025.

As conversas e entrevistas eram realizadas na sua maioria com uma combinação prévia, como uma visita de cortesia. Me deslocava de carro, uma vez que o trajeto por aquelas estradas me é bastante fácil e conhecido. Chegar, bater palmas no portão, ser recebida com várias perguntas e recomendações, esperar esquentar a água do chimarrão, provar *grostolli*³, *kuchen*⁴ ou *babka*⁵ – dependendo da família visitada, sentar na cadeira na cozinha, na varanda ou mesmo na calçada em frente à casa. Ser apresentada “para os de casa” e “para os de perto”. Levar uma sacola de tangerinas *ponkan* ou de pinhões para casa, como presente. Nessas ocasiões ouvi muitos dos relatos de pioneiros e seus descendentes.

³ Doce típico da região do Vêneto, que consiste em uma tira de massa, cortada ao comprimento, dobrada e assada, ou frita em banha quente, polvilhada com açúcar e canela. (Nota da autora)

⁴ Em tradução livre do alemão, o termo significa ‘bolo’. No Brasil, nas regiões de colonização alemã, o termo passou a corresponder ao pão doce, coberto com farofa de manteiga, farinha e açúcar, podendo ser recheado com doce de uva, creme, doce de leite ou outros complementos. (Nota da autora)

⁵ Pão trançado, de massa doce e textura macia semelhante ao brioche, entremeada por chocolate ou canela, popular em países do Leste Europeu, como Polônia e Ucrânia. (Nota da autora)

Figura 6 - Entre uma visita e outra no campo, alguns presentes, como uma sacola repleta de pinhões



Fonte: Priscila Lini (julho – 2023)

Saber o que é ser colono, ter alguma intimidade com as formas de falar, de se expressar e das regras implícitas de uma ‘etiqueta’ muito particular. Ter a noção de quais perguntas fazer, e como fazê-las – suficientemente interessada, mas não a ponto de parecer enxerida – e entender os gestuais, a *hexis* (Bourdieu, 2006 - 1, p. 85) do colono, que inclusive se altera conforme o grupo de origem. Escolher roupas simples, mas não desmazeladas, pois apresentar asseio e capricho é fundamental. Ignorar a encenação do “não repare a bagunça” em uma casa cujo piso está imaculadamente limpo, justamente para que esse detalhe seja notado. Elogiar a beleza da horta, das flores e da criação, pois esta é a maior das honrarias. Estar em campo foi um reencontro com muitas facetas da minha própria formação como pessoa.

A ida às festas – desde festas em comunidades rurais a bailes de gala em comemoração ao aniversário do município – torneios esportivos, bailes dançantes nos CTGs, observar os fins de tarde nas avenidas principais e nas praças das cidades, a saída da missa de domingo, essas também foram oportunidades de obter diálogos espontâneos e observar as dinâmicas de lazer e

congraçamento. Como boa parte dos municípios do recorte teve sua emancipação em 25 de julho de 1960, pela Lei Estadual nº 4.245, de 25 de julho de 1960, sancionada pelo então governador Moysés Lupion, isso proporcionou acompanhar por várias vezes, e em três municípios diferentes – os festejos oficiais do ‘aniversário da cidade’, uma vez que os meses de julho eram reservados para as viagens ao campo.

Figura 7 - Baile de gala em comemoração aos 63 anos de Medianeira, no centro de eventos da Cooperativa Agroindustrial Lar



Fonte: Priscila Lini (julho – 2023)

Nessas comemorações há uma enorme mobilização comunitária em nome da memória coletiva, através da exaltação das vocações da população ao trabalho e à disciplina, mas também à sua beleza e superioridade fenotípica. Termos como “pioneiros”, “pujança”, “sucesso”, “desenvolvimento” e “progresso” são acionados de maneira muito insistente, especialmente nos discursos das autoridades locais e convidados ilustres. Um processo de contínuo acionamento às figuras heroicas do passado. Como definem Hobsbawn e Ranger (1993, p. 14) “sempre se pode encontrar no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório

de elementos, e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas”.

Figura 8 - Cartaz de divulgação da “Festa do Agricultor”, comemorada no mês de julho, no município de Vera Cruz do Oeste



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

De tal forma que a identidade regional assume uma situacionalidade que serve de base para a construção de uma figuração de identidade nacional, híbrida, etnocêntrica, no estilo: “Se o Brasil fosse unicamente de alemães e italianos, seria diferente”. Quem a emite, entende-a enquanto a fala autorizada, prescritiva e fundamentada na história do grupo. A linha divisória passa pela ideologia de colonização em voga, no modelo e *ethos* de colonizador. O papel da etnia adquire um valor de categoria discursiva e organizadora das formas de falar, dos sistemas de representações e das práticas dos de origem. Não deixa de ser uma “ficção bem fundamentada” de uma “comunidade imaginada”. (Renk, 1998, p. 10-11)

Forma-se assim uma população que, a despeito da reclamação constante de um status distinto, de uma autoidentificação com os países europeus das origens de antepassados, curiosamente se declara patriota e defensora de valores morais edificantes de trabalho e progresso nacional. Que toma para si o título de produtora de gêneros primários para o mercado agroexportador e considera-se merecedora do domínio político, jurídico e econômico por esta

mesma razão. E, que majoritariamente desconsidera o passado e as dinâmicas territoriais pretéritas, a presença das populações indígenas – no recorte específico, grupos Avá e Mbya Guarani e Kaingang – o espaço geográfico e a natureza, sempre em nome de um projeto de futuro, de ideais do liberalismo econômico, e não raro, vinculados a uma função redentora das forças de segurança e controle nacional, em nome da defesa de seus interesses.

Dessa maneira, a justificativa para escolha do tema de pesquisa tem origem nessa inquietação pessoal, da posição de descendente de imigrantes e pertencente à realidade que se busca trabalhar ao longo do texto escrito, cuja formação de consciências passa uma visão de mundo muito específica, construída sob uma subjetividade intencionalmente deslocada das noções de brasilidade predominantes no imaginário nacional.

Foi curioso crescer e aprender em escolas pouco ou nada afeitas à diversidade, participando de eventos culturais em que se performava a *tarantella*, ao mesmo tempo em que os educadores falavam dos povos indígenas como pertencentes a um passado distante – quando, em verdade, a paisagem rural sempre esteve marcada aqui e ali por *tekohas* Avá e Mbya-Guarani e reservas Kaingang invisibilizadas em meio às granjas e lavouras de soja. Fez parte de minha formação ver na praça principal das cidades faixas divulgando *kerbs*, *oktoberfestests*, feiras da *kuchen* (cuca, o pão doce tradicional alemão) e convites para festas temáticas italianas, polonesas e alemãs.

Com o convívio na vida universitária e o contato com estudantes e docentes com visões de mundo muito diferentes, mais amplas e fora deste privilégio branco típico das regiões de migração incentivada, novos ares e olhares passaram a fazer parte de meu cotidiano. Novas fontes de pesquisa, autores pretos, pardos e indígenas, vivências sendo narradas a partir de outridades, igualmente “brasileiras” e para mim até então completamente desconhecidas, pois antes isolada em uma realidade convenientemente construída para tal contexto.

Foi um processo de tomada de consciência dos problemas que afetam diretamente os povos indígenas e o campesinato em condições precárias, ainda presentes neste recorte, em suas estratégias de resistência e em constante reinvenção para o acesso à terra e à sua compreensão de vida plena. Afinal, a questão da terra e da ocupação do espaço não foi uma simples negociação pacífica realizada nos escritórios das companhias colonizadoras situadas no Rio Grande do Sul, como rotineiramente é narrado, mas sim um violento processo em conluio entre Estado e particulares.

A colonização, amparada pelo Estado (e pelos estados do Sul), mas executada por

companhias colonizadoras privadas, foi a solução encontrada pelo Estado para ser a “missão civilizadora” na área. Os arquivos, os registros burocráticos locais nas prefeituras do Oeste Paranaense e centros de documentação, redigidos pela elite econômica de origem – à época situada em Porto Alegre e em cidades do Rio Grande do Sul - consideram-na um rito de passagem que trouxe “a ordem ao caos”. “Contraditoriamente, o evento lido pelos colonizadores enquanto ‘processo civilizador’, para os brasileiros não incluídos economicamente neste processo, como posseiros e indígenas, representa uma ordem rompida.” (Renk, 1998, p. 2)

Contrapor a figura do pioneiro valoroso, do imigrante laborioso vindo do Sul, transfigurar os sujeitos para uma realidade menos edulcorada e autêntica, é uma tarefa necessária para o apaziguamento das diversas forças sociais tão dissonantes em nosso cenário nacional atual. Ou, nas palavras de Blanchette (2019, p. 59) “Como a brancura é imaginada, construída e reforçada no Brasil, os múltiplos estudos dela sobre imigração e as culturas camponesas são absolutamente chaves para qualquer investigação que busca questionar e desconstruir a hegemonia do imaginário branco em nosso país”.

Na interação com pessoas originárias deste recorte espacial, na observação do comportamento nas redes sociais e portais de conteúdo, no próprio fazer cotidiano e na observação das pequenas cidades ao realizar o trajeto de carro para as visitas a familiares e amigos, analisar o Oeste paranaense, é curioso observar a autopercepção dos sujeitos. As pessoas creem, de fato, que constituem um substrato humano melhor, mais qualificado e mais apto ao trabalho e à prosperidade que os demais nacionais de outras regiões e origens - e isso será estudado em várias etapas da tese, especialmente nos relatos do campo.

Está nos pórticos das cidadezinhas como Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon ou Mercedes, nas granjas de suínos e aves das propriedades rurais, nos silos e plantações de soja e milho às margens da rodovia, nas construções de prédios públicos em estilo *enxaimel*⁶ na fisionomia das gentes e no característico dialeto, que pronuncia enfaticamente todas as vogais e comprime a letra ‘r’. Uma ponta de ufanismo em estar em um espaço previsível, em que a labuta e a ordem orquestram o passar do tempo – ao menos aparentemente.

⁶ Técnica construtiva que utiliza peças de madeira encaixadas, sem o uso de parafusos ou pregos, formando uma treliça que permanece aparente. Nesses vãos entre a madeira é utilizado o preenchimento por tijolos, pedras ou taipa. (Nota da autora)

Figura 9 - Portal temático do Município de Pato Bragado



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

Embora pouco se saiba das origens das famílias quando ainda na Europa, é fato que o quadro econômico-político-social vigente levou a que ao chamado do governo brasileiro que oferecia passagem, glebas de terra e cidadania brasileira para imigrantes civis e militares. (Woortmann, 2000, p. 206-207) atendessem diversos segmentos populacionais oriundos de regiões do continente europeu, muitas das quais em curto tempo “apagadas” no tumultuado século XX. Mas o ser descendente não esquadrinha uma aristocracia de origem, pelo contrário: não raro rememora as dificultosas viagens, o heroísmo de quem começa o trabalho na terra com pouquíssimos recursos.

A memória opera no sentido de “trabalhar” o passado para forjar o presente e construir o futuro, e isto pode ser feito tanto pela rememoração como pelo esquecimento. Porém, um silêncio conveniente sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente pode opor ao excesso ou aos exageros dos discursos oficiais. (Pollak, 1989, p. 5). As estratégias “do que lembrar” e “do que esquecer”, ou melhor, do que “contar” e o que “calar”, podem ser pistas importantes sobre uma construção do passado que

não necessariamente corresponda às datas e fatos estabelecidos como unânimes.

Assim como no discurso o não dito pode ser tão ou mais importante que o dito, o não lembrado pode ser central para a construção do presente (Woortmann, 2000, p. 213). Nesse processo em que o colono é visto como civilizador e modernizador, sua capacidade produtiva é altamente valorizada, o que faz com que produtividade econômica e desenvolvimento estejam atrelados a sua presença e trabalho nessas regiões (Zanini, 2019, p. 87). Em uma apreensão superficial da experiência imediata, tudo estaria indo bem: se o restante do país seguisse seu exemplo, provavelmente estaria apresentando índices semelhantes aos (imaginariamente) europeus, em qualidade de vida e desenvolvimento humano. Ora, como seria diferente, se a origem das comunidades é constantemente vinculada a esse imaginário?

O ‘ser colono’ é a valorização do esforço e disciplina passada de geração em geração, a consanguinidade daqueles que “de fato são vocacionados a produzir”, que “fizeram por merecer”, à custa de extenuar sua saúde, seu tempo e seu lazer em benefício da terra e da garantia de uma boa vida para a prole. Para manter essa produtividade e esse desenvolvimento, os camponeses pagam um preço caro, com exaustivas jornadas de trabalho, um corpo exaurido e uma constante incerteza sobre a reprodução de sua condição entre as gerações mais jovens (Zanini, 2019, p. 87). Com o fim de sustentar as certezas, assim, é de bom alvitre ser ordeiro, obediente e não criar atritos com as classes econômicas e políticas superiores. Se o pertencimento às classes não se faz pelo critério econômico, ao menos ele se dá na esfera dos comportamentos. Neste espaço não pertencem os desordeiros, os rebeldes ou inconformados – a agitação é inimiga da produção.

Assim, o ambiente urbano é visto com especial atenção. A cidade já nasceu traçada e planejada mesmo antes de sua fundação, veio pronta em uma planta arquitetônica nas mãos dos particulares e permaneceu pregada na parede do escritório da colonizadora e, atualmente, da prefeitura. Não cabem favelas – no máximo admite-se timidamente a existência de bairros populares empobrecidos e marginais. A cidade grande é um terreno a se desbravar, muitas vezes pelos filhos que vão em busca de estudo. Porém, tal investimento deve ter retorno à família como um todo.

Cria-se uma situação de ambivalência: quem vai, fica tentado a permanecer, mas não raramente volta às origens, ainda que fora do ambiente rural, se estabelecendo em uma pequena camada de profissionais liberais e comerciantes nos núcleos urbanos. Mesmo que para o colono o cidadão de origem não trabalhe, este vale-se da campesinidade internalizada, acionada

enquanto categoria étnica, plena de virtudes (Renk, 1998, p. 7), tanto no campo quanto na cidade, o pertencimento às origens, a prestação de contas e a reverência aos sacrifícios feitos pelo ‘nonno’ e a ‘nonna’⁷, ou pelo ‘opa’ e a ‘oma’⁸ são constantemente invocados como ferramenta moralizante e qualificadora.

Figura 10 - Fachada comercial em estilo *enxaimel* - Marechal Cândido Rondon



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

Esse substrato humano que atualmente preenche a parte ocidental da região Sul raramente se reporta às capitais de seus estados – Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis – a menos que por razões político-administrativas de ordem prática. Os trânsitos e fluxos são muito mais entre si, entre os conhecidos e parentes que, lá atrás, adquiriram seus quinhões de terra em glebas familiares, encheram carroças e carretas com suas pertencas domésticas e rumaram do interior gaúcho mais para Noroeste. Trouxeram consigo o chimarrão e mais alguns hábitos resultantes da interação étnica com os rio-grandenses, aglutinadas em uma terceira via: o colono.

Ser colono, assim, é uma curiosa identidade: é ser patriota, mas procurar parentes e documentos na Europa para a obtenção de dupla cidadania; é não ser necessariamente

⁷ Avô e avó, entre os descendentes de italianos. (Nota da autora)

⁸ Avô e avó, entre os descendentes de alemães. (Nota da autora)

proprietário, mas defender ferrenhamente a propriedade privada, para que ao menos acalente a perspectiva de obtê-la, é ter ímpetos separatistas, mas acompanhar avidamente hábitos culturais tipicamente brasileiros e expandir-se na direção Norte tanto quanto possível – a partir dos anos 1970, os descendentes dos imigrantes que empreenderam a Marcha para o Oeste já galgavam as franjas da Amazônia e, na transição para o Século XXI chegaram ao Tocantins, Bahia, Piauí e Maranhão. As fronteiras são sempre aplicáveis aos demais, mas ao colono é autorizado transgredi-las, pois, sempre disposto a vencê-las, a domesticar a natureza e colonizá-la em seus recursos. Seu labor justifica sua presença, seu fazer e seu agir.

É a partir destes questionamentos que a pesquisa será desenvolvida, nessa compreensão diferenciada de um Brasil que, afirma-se, “deu certo” graças às origens externas de sua gente, em uma (suposta) merecida sobreposição às comunidades tradicionais ancestrais invisibilizadas pelo Estado e por particulares, sucessivamente excluídas da posse e da propriedade da terra.

A tese tem como objetivo central analisar a formação sociocultural da porção Oeste do Paraná, tendo como ponto de partida o espaço geográfico correspondente ao que se conformou como Território do Iguassú (1943/1946), na formação de consciências, de hábitos e de práticas que apontam para uma tendência de alegação de superioridade étnica e cultural atrelada ao pertencimento à ascendência europeia, claramente presente nos discursos, no *ethos* e na própria sociabilidade local, regional e na peculiar forma em que se opera a inserção no cenário nacional.

Para tanto, como objetivos específicos e desdobramentos necessários à condução da investigação, foi necessário partir da compreensão da relação do Estado e dos particulares com a terra, tendo o período compreendido como “Marcha para o Oeste”, para definir como se deu a atribuição da categoria de *res nullius* à terra que foi concedida ao colonato, mesmo presentes numerosas comunidades indígenas – Guarani e Kaingang, majoritariamente -, posseiros e pequenos agricultores familiares.

Concomitantemente a este processo, busco saber como se operou a política contínua de branqueamento intencional da população⁹, em curso desde o período imperial, justificando

⁹ Os princípios que regem a tese do branqueamento – preocupação de uma parcela da elite republicana do início do século – têm a ver com o problema do mestiçamento e seu papel na formação histórica do Brasil. Entre esses princípios, destaca-se um dos pressupostos do darwinismo social: através de processos seletivos (naturais e sociais), havia a possibilidade de surgir uma raça histórica apesar da diversidade da população. Ao propor esta tese, os darwinistas sociais estavam se referindo à diversidade da própria raça branca. No caso brasileiro, para autores como Silvio Romero, ou para cientistas como J. B. de Lacerda (1911), esta afirmação foi reinterpretada para criar a tese do branqueamento, segundo a qual, da mistura de três raças consideradas desiguais, podia resultar um povo de fenótipo branco, com o concurso da imigração europeia. (Seyferth, 2016, p. 328)

a transposição de gentes sobre os territórios de outras gentes, na necessidade de substituição de um fundamento humano inservível aos fins progressistas da nação que se consolidava.

E, para a obtenção de uma melhor definição dessas gentes, cumpre saber que foram as sucessivas ondas migratórias, chegadas da Europa desde meados do século XIX, que se sucederam em gerações até chegarem ao Território do Iguassú. Composto majoritariamente de pessoas de ascendência alemã, italiana e polonesa, o contingente do Oeste e do Sudoeste paranaense e do Oeste catarinense até a divisa com o estado do Rio Grande do Sul é formado não por imigrantes diretos, oriundos de tais países, mas sim, de seus filhos e netos. É uma segunda fase da i/migração brasileira, em que as terras inicialmente concedidas já se mostravam insuficientes aos camponeses, e estes, em demanda pela propriedade da terra e sob a ideologia de um ímpeto modernizador, passaram a reclamar e ocupar novas terras em sua trajetória mais ao interior do Brasil.

Desta maneira, a política modernizadora do Estado Novo aproveitou duplamente o descendente de imigrante: pacificou as questões do trabalho e da propriedade da terra entre os imigrantes e sua parentela, através das concessões de lotes urbanos e glebas rurais por intermédio das companhias colonizadoras, bem como fixou um contingente populacional nas vastas florestas de fronteiras - territórios até então imprecisos e de graves questões estratégicas a resolver. (Wachowicz, 1987, p. 128-129)

Para desbravar essas florestas, minadas de feras animais – e por que não, feras humanas? – a figura mítica do pioneiro foi criada nas narrativas regionais. Torna-se vital, assim, entender essa representação da coragem, da mortificação e do zelo, da espingarda em punho e facão desbastando a mata, das carroças e caçambas de caminhões atulhadas de pertences e expectativas, arrastando-se por dias de difíceis viagens pelas picadas criadas em meio ao mato, estradinhas e lamaçais de barro vermelho. Cobras, mosquitos, onças e ‘bugres’. Matas para derrubar, tocos para remover, terra para arar e semear. Erguer ranchos, casas e igrejinhas. Vencer o arvoredado e substituir plantas, bichos e gentes nativas por plantas, bichos e gentes de melhor qualidade. De labuta, de cultura e de valor.

Figura 11 - Instrumentos agrícolas pertencentes aos 'pioneiros' em exposição no Museu Willy Barth - Toledo



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

É fundamental compreender a gênese e as transformações da convicção de superioridade e da aptidão para o trabalho que conforma os comportamentos e os hábitos neste espaço. Trata-se de saber onde tem início o processo de alienação e a ausência de consciência de classe, a estranha relação com a natureza, que deve ser sempre removida, substituída e dominada, pela enxada, pelo ‘correntão’, pelo fogo ou pelo moderno maquinário que passou a fazer parte do cenário.

Enfim, avaliar como se forma um *ethos* distinto, com valores, crenças, estruturas sociais e estética bastantes diferentes da região Leste do país. Que, embora constantemente se valha de uma situação econômica e cultural distinta, da suposta identificação com países europeus, atualmente volta-se a um ufanismo alegórico de patriotismo, calcado em enaltecer os valores da disciplina, da eficiência e do trabalho para justificar uma brasilidade melhorada e depurada.

Não ser uma forasteira, não chamar a atenção em meio à paisagem, não depender de alugar uma casa ou reservar um hotel, tudo isso facilitou a obtenção de comportamentos

espontâneos por parte dos interlocutores e interlocutoras. Meu trânsito nos cartórios não suscitava desconfianças, os pedidos de informações em escolas, museus e *centros de documentação* eram prontamente atendidos. Alguns até me reconheciam como “a mais nova da Glorinha”, a “nenê do Miri”, a “menorzinha das Lini”, mesmo eu já contando com quase quarenta anos.

As anedotas e lembranças: “Lembro de vocês três vestidas cheias de babadinhos, a mãe de vocês fazia as roupinhas todas combinando”. Sim, sou a terceira de três irmãs, e não raro meu nome sequer era mencionado, estava no emaranhado de ser uma “das três”. “Sua avó andava para cima e para baixo com as netas, feliz da vida porque se pareciam muito com ela” – não bastando ser a terceira de três irmãs, sou a quarta de seis primas. “Seu pai tinha três menininhas tão mimosinhas e parecidas, que ele fazia graça que era uma ‘fábrica de bonecas’”. Bom, pelo nível de detalhamento nos diálogos, é possível ter uma noção de meu pertencimento ao local. Então, a partir de tais constatações, creio que posso afirmar que faço parte do que se pode denominar como ‘colono’. É estranho, contraditório, mas inevitável.

Uma lembrança que me apareceu, ao visitar o Centro de Cultura que frequentei quando criança, para fazer aulas de teatro no contraturno da escola, foi uma encenação que fizemos para as comemorações do aniversário do município, no ano de 1998. Em uma das ocasiões em que fui a campo, estive lá para buscar alguns livros, que estavam para ser incinerados por descarte – felizmente consegui salvar alguns. Entrei no *hall* principal – que agora pareceu tão menor – e a porta entreaberta mostrou um pouco do palco. Pois naquele palco encenamos a chegada dos colonos na cidade, a chegada dos *pioneiros*.

Crianças mais claras e mais altas receberam os papéis de casais gaúchos, vindos de carroça e caminhão com a colonizadora, e eu fui uma delas. A pedido dos organizadores, minha mãe providenciou para mim uma saia longa, uma blusa de manga comprida florida e um avental de algodão bege. Fez uma trança no meu cabelo, e por cima amarrou um lenço. Meu ‘marido’ fictício usava uma calça de tergal marrom, suspensórios, camisa, colete e chapéu, que foram do seu avô, e para aumentar a verossimilhança, pintou no rosto um bigode falso com lápis de maquiagem. Levava uma foice de isopor nas mãos.

Entramos os vários atores mirins no palco, eu de mãos dadas com uma garotinha ruiva da turma da creche municipal, de uns 4 aninhos, como se fosse minha filha. Duas de minhas companheiras de cena usavam barrigas postiças de almofadas sob a blusa, emulando uma gestação avançada, inclusive interpretando o andar dificultoso de uma gestante – sendo que à

época tínhamos entre 10 e 13 anos!

A cenografia do palco simulava uma floresta fechada, a iluminação começava escura e sombria, com um ar de mistério. Os meninos encenavam, com suas foices, enxadas e facões de plástico e isopor, o desbaste do mato. Dois, munidos de um serrote de papelão e cartolina, derrubavam árvores. Nós, esposas, ‘ajudávamos’, carregando pedras e troncos, indo e voltando levando-os às coxias e retornando à cena. Aos poucos, as luzes do palco iam aumentando, como se a abertura da mata fosse uma alvorada.

Mas o mais surreal de toda a cena é que as pedras e troncos nada mais eram que outras crianças, aquelas que “não tinham o perfil para fazer o papel de pioneiros”, envoltas em papel pardo e crepom verde. Lembro de mover uma “pedra”, que era um menininho, da mesma turminha da menina que eu levava pelas mãos como filha, encolhido e embrulhado sob papel pintado com tinta cinza e preta. A ele, por seu fenótipo, coube somente o papel de recurso cênico.

Isso tudo acontecia, sob aplausos da plateia, ao som de “América, América” e “La Verginella”, duas canções em dialeto italiano que sempre são tocadas em ocasiões dessa natureza, como forma de homenagem às origens. Ninguém parecia ver todas as camadas de incoerências ali presentes, somente uma inocente encenação de crianças contentes laudando seus antepassados. Pode parecer algo modesto, um simples teatrinho comemorativo. Mas Gustavo Blazquez (2012, p. 142) ao estudar os atos escolares e as performances patrióticas, afirma que “não se trata de mera repetição rotineira, senão da mimesis por meio do qual se criam sujeitos”.

Ali, desde pequenos, recebíamos uma mensagem: alguns pertencem, outros não pertencem. A questão da aparência, do fenótipo, ficou muito evidente. Esse pertencimento mobiliza os sujeitos e suas agências desde cedo, ingressando em uma ordem do inconsciente. A apropriação mimética desse imigrante, desse antepassado europeu, atravessa o corpo dos que assim se ajustam. Mas, e aqueles(as) que não têm essa conformação?

A tese terá por base o estudo das reproduções dessas metáforas históricas a partir das quais se criam e se interpretam mundos (Blazquez, 2012, p. 263), das formas que se produzem e se perpetuam tais imaginários, e como várias forças convergiram para esse fim. *O processo autoritário* de controle de imigrantes, em âmbito político, mas também econômico, *patrocinou* de maneiras reais e simbólicas essa situacionalidade, porque ofertou o básico para os primeiros adquirentes das glebas do Oeste paranaense.

A partir dessa oferta de itens elementares: terras tituladas e, por conseguinte, a

construção de um pertencimento à comunidade nacional, evitou-se em grande parte o confronto de classes, porque o pertencimento aconteceu não somente pelo caráter econômico – ainda reservado a elites detentoras de capital financeiro e político – mas também um pertencimento étnico.

De tal maneira que o discurso moralizante, embalado com o papel de trabalho, religiosidade, escolarização – que não significa, necessariamente, educação – e valorização dos indivíduos e suas famílias, operou uma pacificação das classes camponesas muito eficaz e conveniente. Desta forma, os históricos de lutas sociais e mobilização do campesinato são pontuais, e facilmente reprimidos, inclusive com a convivência de outros ‘pequenos’. Isso porque a conversão da classe camponesa em aliada das elites econômicas, se operou pela crença de que, pelo simples pertencimento fenotípico, há uma automática pertença a uma elite.

O primeiro capítulo tratará da definição do espaço da fronteira Oeste do Paraná, e as sucessivas tentativas de ocupação, transferências de domínio e concessão de títulos, que explicam a situação fundiária quando da colonização pelas Companhias. Também discorrerá sobre o período em que a região, em um bloco político-geográfico com as regiões Oeste de Santa Catarina e Sudoeste paranaense, foi declarada como Território Federal – o Território do Iguassú. Isso foi importante, pois determinante para efetuar uma separação fática das capitais, Curitiba e Florianópolis, e estabeleceu uma conexão de influência gaúcha no contexto.

No segundo capítulo, será abordado como ocorreu a mobilização das famílias de colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que se estabeleceram na região a partir do final dos anos 1940. A ação dos agentes colonizadores, que faziam trabalhos de prospecção de clientes, propaganda e os convites entre familiares e conhecidos para conhecer as novas terras. A partir das narrativas dessas mudanças, seus desafios e dificuldades, elaborou-se uma estruturação discursiva importante para a conformação do *ethos* colono da região, a figura dos *pioneiros*.

Para o capítulo seguinte, foi elaborada uma descrição dos dispositivos de ordenamento das famílias, o disciplinamento dos costumes e dos corpos, através da tríade: economia, moralidade e parentesco. As formas de distribuição da produtividade humana, a definição de papéis de gênero estritos, a religiosidade que permeava todos os aspectos da vida, inclusive a educação e o lazer. Essa disciplina, que garantiu uma atividade produtiva intensa, também modelou as mentalidades, em uma busca constante de ascensão social, aceitação entre os pares e demonstração pública de aptidão e prosperidade material – que passa a ser associada a um

pertencimento fenotípico *eurobrasileiro*.

Por último, elaborando uma analogia com o estilo narrativo das *sagas*, o quarto capítulo discorre sobre como foram elaboradas as versões contadas sobre essa *aventura* pioneira: a valorização das figuras centrais – os agentes e prepostos das colonizadoras – as primeiras famílias e como esses discursos foram inculcados de forma deliberada, através dos vários dispositivos oficiais e não oficiais (escolas, museus, desfiles cívicos, festividades populares e ocasiões de lazer).

As evidências levantadas ao longo desse trabalho de pesquisa, as experiências obtidas no campo e os diálogos entabulados com os interlocutores, apontam para a construção de uma etnicidade mobilizada por *lembranças selecionadas*, usando intencionalmente os discursos do passado que corroboram com as intenções do colonialismo, despertando um sentimento de pretensa superioridade e aptidão ao desenvolvimento e ao *progresso*.

Esse sentimento aciona afetos, colaboração, rivalidade e rejeição, e tentar desvendá-lo, consciente da dimensão e da complexidade desta tarefa, é a intenção desta pesquisa. Que o diálogo com as colonas e colonos que ainda se fazem presentes, e com aqueles que vieram depois, dê pistas sobre esta forma de etnicidade e as disputas que ela suscita.

1. O CENÁRIO: A FRONTEIRA DA FRONTEIRA

A região compreendida no recorte espacial escolhido para esta tese teve sucessivas disputas territoriais, desde os tempos coloniais. Em 1777, Portugal e Espanha assinavam o Tratado de Santo Ildefonso, que dispôs com maior precisão os limites do Tratado de Madrid de 1750, estabelecendo as fronteiras portuguesas para Leste do rio Paraná, desde os saltos das Sete Quedas até a foz do rio Iguaçu. Os caudais de dois rios formaram uma fronteira física, com poucas chances de questionamentos por parte das duas potências, tornando o arranjo suficientemente claro, o que até o período do Brasil Império pareceu livre de contestações pelos países vizinhos recém independentes – Argentina e Paraguai. (Wachowicz, 1987, p. 13)

Com a criação da Província do Paraná, desmembrada de São Paulo em 1853, a região manteve sua condição de isolamento, uma vez distante da capital Curitiba, e do povoamento efetivo que se concentrava do litoral, que ficava cada vez mais rarefeito até os Campos Gerais. Em 1855 algumas incursões oficiais até os Campos de Palmas, no planalto paranaense, foram organizadas, com a finalidade de estabelecer pontos de colonização e efetuar a localização de indígenas (Colognese *et al*, 1999, p. 31).

Nas décadas seguintes dois acontecimentos internacionais envolveram o Brasil e a Província do Paraná em atritos com as nações vizinhas: a Guerra do Paraguai (1864-1869) e a Questão de Palmas com a Argentina (1890-1895), cujos antecedentes de incursões de argentinos se estendia desde a metade do século XIX. Concessões dadas pelo governo da Província argentina de Corrientes, para a exploração de madeira e erva-mate nas malhas fluviais da Bacia do Paraná, multiplicavam portos nas barrancas dos rios paranaenses e aumentavam as tensões na região (Balhana, 1969, p. 34).

Com a criação da Província de Misiones em 1881 pelo governo argentino, houve um estímulo para o desenvolvimento do extrativismo, e já no ano seguinte o governo paranaense recebeu denúncias de argentinos explorando madeira e erva-mate na margem esquerda do Rio Paraná, acima do Rio Iguaçu. Com o arbitramento em 1895, foi resolvida a Questão de Palmas, em que o Presidente estadunidense Grover Cleveland, atuando como árbitro internacional, pronunciou sua sentença, reconhecendo plenamente o direito do Brasil à fronteira reivindicada (Jorge, 1999, p. 19-20).

Cabe mencionar que, considerando as fronteiras ocidentais do Paraná em risco, ainda no ano de 1888 o Ministério da Guerra, na pessoa de Tomás Coelho, determinou a fundação de

uma colônia militar na foz do rio Iguaçu, missão que ficou sob a chefia do capitão Belarmino de Mendonça (Wachowicz, 198, p. 22). Ocorreu que, a região, isolada do restante do país por condições geográficas, e constantemente alvo de incursões estrangeiras, mostrava-se muito mais um problema que uma solução, gerando mais custos do que arrecadação para a República e para o recém constituído estado do Paraná.

A dificuldade de locomoção, circulação e instalação de estruturas permanentes criava um espaço ao mesmo tempo disputado e negligenciado, em que o Exército vislumbrava dificuldades sem quaisquer oportunidades. A prioridade foi abrir caminhos, picadas e vias de comunicação, pois neste contexto a informação, em todas as suas formas, era o motor fundamental do processo social e o território foi, também, equipado para facilitar sua circulação¹⁰. (Santos, 1993, p. 36)

A presença oficializada, assim, não resolveu a questão da ocupação territorial. A situação de direito poderia até estar formalizada, mas os fatos jurídico-administrativos não correspondiam à realidade social:

Em 1905 a população civil no território da colônia era de aproximadamente mil habitantes. A grande maioria continuava sendo formada de trabalhadores braçais de origem paraguaia (guarani) e argentina. A população propriamente colonial era composta de 58 famílias que ocupavam os lotes gratuitamente distribuídos pela colônia. Desses 58 colonos, 33 eram estrangeiros, 5 solteiros e incapazes para o trabalho e o restante, 20, eram brasileiros (Abreu, 1974, p 129)

Apesar das seguidas tentativas de criar um núcleo populacional estável e permanente, inclusive com a concessão gratuita de terras, a história da administração da colônia de Foz do Iguaçu não passaria, pois, de uma sucessão de erros, desmandos e desvios. Foi por este motivo que o Ministério da Guerra a extinguiu em 1912, entregando-a à administração do estado do Paraná, uma vez que a tarefa parecia por demais difícil de empreender pela via militar. (Wachowicz, 1987, p. 25)

¹⁰ O posteamento para as linhas de telégrafos foi uma das primeiras formas de conexão territorial. Conforme Paulo Pinheiro Machado “Para evitar que a região em litígio ficasse sem o socorro das autoridades provinciais e gerais em caso de urgência, era prevista também o crescimento das linhas de telégrafo para a região de Palmas e para as Colônias Militares (...) Além da fundação da Colônia Militar na Foz do rio Iguaçu, o comandante contaria com um destacamento de 80 praças do Batalhão de Engenheiros, acrescidos dos soldados que já trabalhavam na regularização da estrada União – Palmas, mais 40 praças de cada um dos corpos da guarnição do Paraná incluindo ainda “as praças do contingente atualmente às ordens da Comissão de Reconhecimento e Exploração do Território Litigioso” para a construção de uma estrada de ligação entre o Paraná e a Província do Mato Grosso. (Machado, 2020, p. 7/8)

Figura 12 - Mapa do Município de Foz do Iguaçu, no ano de 1929. Sua extensão territorial compreendia desde a divisa com o então estado de Mato Grosso até a divisa com Santa Catarina



Fonte: Westphalen, 1987.

Como o território ainda considerado pelos próprios paranaenses como remoto e desabitado, a situação ficou muito facilitada para as incursões no sistema de *obrage*¹¹, seja do

¹¹ A chamada *obrage* foi uma forma de exploração territorializada típica das regiões cobertas de matas subtropicais, em território argentino ou paraguaio. O interesse fundamental de um *obragero* não era a colonização em regime de pequena ou média propriedade, nem o povoamento de suas vastas terras. Seu objetivo precípua era a extração da erva mate, nativa da região, bem como da madeira em toros, abundante na mata nativa, subtropical. A *obrage* portanto, estava ligada ao binômio extrativista: mate-madeira. Essa exploração, típica desde o início do século passado na Argentina e no Paraguai, penetrou de forma natural e espontânea, pelos vales navegáveis do Paraná e Paraguai. Como o controle geoeconômico da navegação do sistema do Prata pertencia à Argentina, foram os *obrageros* desta nação, os principais responsáveis pela introdução desse sistema em território

lado brasileiro como paraguaio. Assim, argentinos já capitalizados, munidos de equipamentos, estruturas e embarcações adquiriram propriedades ou obtinham concessões do governo paranaense a preços baixíssimos, e muitas vezes sem documentação alguma, iniciavam a penetração no Oeste do Paraná.

Tais *obrages* da erva-mate emergiram como unidades produtivas que moldaram a ocupação do Oeste paranaense até 1930. Este sistema híbrido – parte latifúndio, parte barracão extrativista – se sustentava em três pilares: a exploração da mão-de-obra Guarani, a infraestrutura fluvial clandestina e o comércio transfronteiriço com Argentina e Paraguai.

Figura 13 - Carregador de mate nas *obrages*. Esse sistema de exploração extrativista exigia dos indígenas e caboclos estabelecidos nas regiões adjacentes ao Rio Paraná uma rotina extremamente extenuante, determinando quotas diárias de carregamento de fardos de erva-mate com mais de duas arrobas por carga.



Fonte: Acervo do Projeto Memórias Reveladas

O ciclo operava em etapas brutais: primeiro, os *obrageros* (geralmente argentinos ou paraguaios) recrutavam indígenas Guarani que habitavam a região pelo sistema de *enganche* – adiantamento de ferramentas e aguardente que se convertiam em dívidas perpétuas (Garlet, 2003, p. 71). Nas clareiras à beira-rio, erguiam-se os *tinguis* (galpões de processamento), onde a erva era socada em pilões de madeira, torrada em fornos de barro e prensada em "pães" de 50kg. O produto seguia em canoas para os portos argentinos de Posadas e Corrientes, onde era registrado como "mate paraguayo" para burlar taxas (Wachowicz, 1987, p. 27).

Figura 14 - Atual Avenida Felipe Wandscheer, Foz do Iguaçu, conhecida como “Estrada Velha de Guarapuava” – uma das primeiras vias de acesso à Colônia Militar Iguassú



Fonte: Priscila Lini (julho - 2023)

Conforme Turner (2014, p. 105), ao falar do caso estadunidense, “a fronteira é produtora de individualismo”. A sociedade complexa é precipitada pela natureza selvagem numa espécie de organização primitiva, cuja tendência é antissocial. Produz antipatia pelo

controle e, particularmente, por qualquer controle direto. “O coletor de impostos é visto como um representante da opressão (...) a liberdade individual foi por vezes confundida com a ausência de qualquer governo eficaz”. (Turner, 2014, p. 105)

Mas não somente disputas externas ameaçavam a região. Se essa tese de Turner sobre a fronteira como espaço produtor de individualismo e aversão ao controle estatal pode nos sugerir elementos explicativos da dinâmica das *obrages* - onde argentinos e paraguaios operavam à margem das leis nacionais -, o Contestado revelou os limites dessa lógica. Quando o Estado nacional finalmente se fez presente na região, não foi como mediador, mas como braço armado dos interesses das companhias madeireiras e ferroviárias.

A mesma Brazil Railway Company que, nos moldes ‘turnerianos’, evitava “o coletor de impostos”, não hesitaria em solicitar tropas federais para esmagar os caboclos que ocupavam terras concedidas em suas faixas de domínio (Auras, 1984, p. 40). A fronteira, longe de ser um espaço de liberdade, tornar ia-se palco onde o Estado atuava seletivamente: ausente para regular, presente para reprimir¹².

Esse movimento que mesclou conteúdo religioso com reivindicação social, a Guerra do Contestado, se estendeu de 1912 a 1916 nas matas de erva-mate reivindicadas pelos estados de Santa Catarina e Paraná. Ali, formaram-se acampamentos compostos por gente empobrecida das mais diversas origens: posseiros¹³ e agricultores familiares expropriados de suas glebas por grandes fazendeiros, desempregados das construções das estradas de ferro da Brazil Railway Company – do estadunidense Percival Farquhar – e trabalhadores diaristas ou tarefeiros. (Auras, 1984, p. 32)

Esse padrão de povoamento antigo alterou-se com o advento da estrada de ferro. Não só pelas novas localidades que surgiram ao longo do seu curso, com tendência previsível para concentrar a população em torno das estações, mas, e sobretudo, pela mudança que introduziu nas formas de apropriação do solo. A concessão (...) operou a plena transformação da terra em mercadoria, e provocou a expulsão em massa dos antigos posseiros. (Agostinho, 2003, p. 265)

¹² Conforme João Pacheco de Oliveira, a produção da fronteira envolve o uso da força e da administração para "pacificar" áreas de conflito, permitindo a expansão econômica. O Estado atua como o árbitro que decide quem tem direito à terra e como esse espaço deve ser explorado. O Estado não apenas ocupa o território, mas constrói instituições que moldam as relações entre colonizadores e colonizados, definindo o que é "legal" ou "civilizado" dentro daquela zona de expansão, sendo a fronteira uma "situação histórica" fabricada pela intervenção estatal para gerir a alteridade e converter recursos humanos e naturais em ativos econômicos. (Oliveira, 1979, p. 101/140)

¹³ Para entendimento, a posse aqui compreendida perfaz o espaço de terra ocupado por pessoas ou famílias (posseiros), os quais não possuem documentos comprobatórios de propriedade emitidos pelo poder público (...) configurando a ocupação de uma área por pessoas, reportando ao conceito de função social da terra, ou seja, a terra como forma de garantir a subsistência básica de diversas pessoas ou famílias. (Colombo, 2015, p. 72)

O contrato estabelecido com a Brazil Railway Company previa, além de uma subvenção fixa por quilômetro de via construída, a garantia de um retorno anual de 6% sobre todo o capital investido pela concessionária na obra.

Com a instauração da República, a competência fundiária passou à responsabilidade das províncias. No período de 1893-1917, anterior à incorporação por Santa Catarina de parte do território reivindicado ao Paraná, este Estado expediu 39 títulos de terras na área em contestação. Nesse momento, também foram concedidas áreas à *Brazil Railway Company* que, por força de um contrato e como compensação pela construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, receberia, 15 km de terras a cada margem da ferrovia. (Renk, 2019, p. 16)

Este modelo de remuneração levou a empresa a priorizar a extensão da linha férrea, muitas vezes através de traçados com curvas excessivas, evitando assim obras de infraestrutura mais dispendiosas, como aterros, pontes, viadutos e túneis. Essa concessão de 15 km de largura resultou na desapropriação de uma área total de 6.696 km². Essas terras, equivalentes a cerca de 276.694 alqueires, eram ocupadas há décadas por posseiros que residiam na região fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. (Espig, 2012, p. 853)

Os agrupamentos do Contestado, fundados em preceitos de um cristianismo igualitário, tiveram como lideranças os beatos João Maria e José Maria, e refletiram a crise resultante da transformação da terra em bem de produção, acarretando a institucionalização da propriedade privada em detrimento da ocupação ou da posse (Auras, 1984, p. 40). O aumento do preço da terra e do interesse pelos ervais – a erva-mate competia com o café com o título de “ouro verde” na região Sul – e o estabelecimento de poderosas companhias extrativistas de mate e madeira, como a Lumber – levou ao enfrentamento dos caboclos posseiros contra as investidas oficiais, que aliavam Exército e os grandes proprietários, até a total destruição dos acampamentos rebeldes pelas tropas locais e federais (Auras, 1984, p. 41-42).

Assim, uma região agitada por acontecimentos políticos e sociais de caráter externo, mas também interno, exigia cada vez mais atenção, colocando os governos estaduais do Paraná e de Santa Catarina em estado de alerta. Porém, nos anos seguintes as estratégias em nível nacional seriam de fundamental auxílio para esse impasse – e com o Estado Novo foram dadas as ferramentas necessárias à organização territorial tão almejada.

1.1 Marchar para o Oeste

Uma busca de soluções conjuntas entre duas necessidades – a pacificação das gerações de filhos e netos de imigrantes europeus, que já reclamavam mais terras e estremeciam as relações com os grandes estancieiros do Rio Grande do Sul – e a ocupação do suposto vazio demográfico no Oeste e Sudoeste de Santa Catarina e do Paraná, ocorreu um redimensionamento não somente de relações territoriais, mas também de relações sociais¹⁴.

A solução foi bastante apropriada pois, não operou uma redistribuição de terras, possibilidade que gerava verdadeira consternação nas médias e altas camadas sociais brasileiras (Gregory, 2002, p. 43). Em vez de redistribuir e racionalizar o uso da terra, a ideia era abrir mais espaço, acomodando gente arrojada e trabalhadora às margens do território nacional, solucionando assim duas questões tidas como vitais ao desenvolvimento e à integração do país.

A política do Estado Novo se caracterizou pelo intervencionismo, a regulação por parte do Estado de setores estratégicos da economia, em ideias nacionalistas e autoritárias compartilhadas por setores sociais urbanos e rurais. Uma nova Constituição altamente centralizadora foi outorgada, atribuindo ao Executivo poderes amplos, suspendendo liberdades civis e dissolvendo o Congresso, além de extinguir os partidos políticos.

No aspecto econômico, adotou-se o antiliberalismo, o intervencionismo, a centralização e a industrialização subsidiada. No plano social, o Estado controlou as classes sociais, os trabalhadores urbanos via sindicatos, e o campesinato com a distribuição e a concessão da terra. E é sob a égide do nacionalismo que é possível compreender o enorme interesse do Governo Federal com as questões de colonização e povoamento das áreas consideradas “vazias” e das faixas fronteiriças. “Nesse sentido, o caráter centralizador e autoritário do Estado Novo vai ser determinante quando da implementação das políticas territoriais e da criação dos territórios federais de fronteiras”. (Lopes, 2002, p. 40)

O recorte político-espacial escolhido, o Território Federal do Iguassú, nasceu na conjuntura da Marcha para o Oeste. Mas afinal, o que foi esse movimento? Tratou-se de uma campanha nacionalista empreendida pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas, que defendia a

¹⁴ Ainda como matriz discursiva, o ruralismo apresentava-se como capaz de conciliar interesses bem distintos, embora unificados pela necessidade de controle da formação e expansão do mercado de trabalho, sem ameaças à estrutura fundiária vigente, revelando a força de seu conservadorismo, que não se confunde, necessariamente com reacionarismo. (Mendonça, 1998, p. 178)

ocupação efetiva e a nacionalização das fronteiras nacionais brasileiras de Norte a Sul do país. O projeto da Marcha, segundo seus idealizadores, buscava despertar, no povo que vivia na fronteira, o sentimento de nacionalidade e brasilidade. Tinha o interesse de ocupar todos os espaços demográficos vazios, promovendo um desenvolvimento e uma integração nacional.

Figura 15 - Mapa das Mesorregiões do Paraná



Fonte: IBGE, 2022.

A Marcha para o Oeste reavivou as tradições coloniais e exaltou o bandeirante como herói nacional, já que este personagem histórico foi o responsável por acelerar e concluir a conquista do território brasileiro. Diante desse discurso, tratava-se de reconstruir a nacionalidade nos lugares mais isolados, menos povoados e que exibissem fragilidade estratégica (Priori *et al*, 2012, p. 65), no caso do Oeste paranaense, de ocupação e reivindicação econômica por parte das companhias argentinas de exploração de madeira e erva-mate.

A mobilização de recursos humanos para esses locais remotos, precisava de adesão e de uma estruturação prévia, que justificasse tais esforços envidados a uma unificação não só física, mas também material e ‘espiritual’ de nação. Imagens ricamente elaboradas e pensadas como operadores simbólicos constituíram um dos recursos largamente utilizados pelos

intelectuais do Estado Novo. Esse recurso atendia a uma finalidade imediata: por meio de imagens veiculava-se com rapidez e precisão o recado que se visava transmitir, de tal sorte que fosse inculcado o lema de que o verdadeiro sentido da brasilidade é a *Marcha para Oeste*. (Lenharo, 1986, p. 23)

Figura 16 - Cartaz de propaganda do programa Marcha para o Oeste



Fonte: Memorial da Democracia (on-line)

A noção de ‘marcha’, à época aventada por Oliveira Vianna, determinava que o avanço sobre o território não obedecia apenas a uma determinação prática, mas também “metafísica”. Para ele, “entre essas forças, que influem sobre a evolução das sociedades e concorrem para a heterogeneização da sua estrutura e da sua marcha, estão; em primeira linha, porque irreduzíveis e incoercíveis, as forças oriundas do meio cósmico.” (Vianna, 1938, p.35)

Esse termo é escolhido em razão de uma adesão às teorias de geógrafos estadunidenses e europeus. Explicam-se como “essas forças, que influem sobre a evolução das sociedades e

concorrem para a heterogeneização da sua estrutura e da sua marcha, estão, em primeira linha, porque irredutíveis e incoercíveis, as forças oriundas do meio cósmico, principalmente o solo, que é base física das sociedades.” (Cirqueira, 2018, p.5)

A cruzada da Marcha para Oeste, seja no plano discursivo, seja no plano das justificativas administrativas, constituiu um precioso exemplo da fabricação de imagens. Elaborada crucialmente na virada do ano novo de 1938, pouco depois do golpe, e retrabalhada cuidadosamente nos anos seguintes, a Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização (Lenharo, 1986, p. 56). Não era mais apenas uma questão de marcha para Oeste, mas também de marcha para “o” Oeste. (Velho, 2009, p. 137)

A Marcha lembra a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão e visa a estimular a sensação de participação de todos na política. O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a ideia de conquista do espaço físico de modo que todos, simbolicamente, se sentissem coproprietários do território nacional. (Lopes, 2002, p. 42)

Neide Esterici (1972, p. 47), com relação à "Marcha para o Oeste" afirma que, se a princípio a volta para o *hinterland* significava uma busca de expansão econômica e de "desenvolvimento de nacionalidade", em face dos últimos acontecimentos esta volta ao interior significa também uma medida de proteção do Brasil como "salvação nacional".

Através da “democracia hierárquica” ambos têm que enfrentar e submeter o “feudalismo” (no caso do Estado Novo, o coronelismo) e o comunismo (o comunismo “selvagem” para a bandeira e o comunismo “russo” para o Estado Novo). E ambos têm um território a conquistar ou ocupar. (Velho, 2009, p. 137)

Vargas falava frequentemente dos males do latifúndio, tal como a sua baixa produtividade, e das vantagens da pequena propriedade para a criação de abundância e riqueza (em Neiva, 1943: 237). Porém ao invés de buscar substituir um pelo outro através de uma confrontação direta, via a fronteira desocupada como um *lócus* para o desenvolvimento da pequena propriedade e conseqüentemente, poderíamos acrescentar, de um novo ator social a ela associado. (Velho, 2009, p.140)

No entanto, a presença de vastas áreas desocupadas – que correspondiam a quase metade do território nacional e supostamente abrigavam imensos recursos naturais – permaneceu como um componente fundamental no discurso político. Inicialmente, essa

narrativa parece ter funcionado como uma forma de compensação pelo atraso real do país, mas ganhou ainda mais relevância após 1930, especialmente mais ao final da década com a implantação do Estado Novo, período em que o nacionalismo foi integrado de maneira sistemática à ideologia do governo.

Figura 17 - Foz do Iguaçu, no ano de 1924 – Barranca do Rio Paraná



Fonte: Acervo da família Schinke

Entre os intelectuais que, assim como Turner, destacaram a fronteira como elemento central para a construção de mitos identitários – sobretudo em nações em formação –, figurava Cassiano Ricardo. Sua obra mais conhecida, *Marcha para Oeste*, publicada em 1940, foi amplamente celebrada pelo regime vigente. (Velho, 2009, p. 132) Na explicação da necessidade, através da concepção da história do Brasil, há uma ideia de fluxo:

A evolução brasileira operou-se sob influência de um ritmo alternante de orientação para o mar e de projeção sertaneja. Ao período inicial da colonização, em que a orla oceânica absorve e detém as correntes europeias que nos traziam os primórdios da civilização, seguiu-se a fase das epidêmicas incursões mamelucas para o Oeste. Desde então a nacionalidade viveu sempre flutuando entre as forças atrativas do mar e do sertão. E assim acontecerá, até que, atingindo a plenitude de nossa maturidade nacional, possamos viver como um grande povo forte e dominador, equilibrado no exercício tranquilo de uma soberania que se estenderá a toda amplitude do seu território (Ricardo, 1940 *apud* Esterici, 1972, p. 48)

No Sul do Brasil, especificamente, a ocupação da porção ocidental, de florestas fechadas e sempre sob constantes disputas, foi redimensionada e pensada para a pacificação dos contingentes populacionais resultantes da migração europeia em franco incentivo desde o Século XIX. Essa parcela da população, ainda que informalmente, também já ‘marchava’ em sentido espacial e concreto, pois, suas famílias numerosas, assim que os filhos atingiam a maioridade, saíam em busca de adquirir pequenas glebas nas redondezas para o estabelecimento de sítios e propriedades policultoras em sistema de trabalho familiar. E assim, década a década, também rumavam mais ao interior do país.

Se os pontos principais de chegada e fixação foram o Vale do Itajaí, Vale do Sinos e a Serra Gaúcha, em princípios do Século XX os descendentes de italianos e alemães já se aproximavam do planalto gaúcho, iniciando alguns atritos com os grandes latifundiários locais. Dessa forma, o redirecionamento dos colonos para outras regiões, consideradas vazias demográficas, foi bastante proveitosa para gaúchos e para os governos do Paraná e de Santa Catarina, que ansiavam por melhorar sua densidade demográfica, estruturar seus territórios e otimizar a produção agropastoril, em lugar das companhias estrangeiras que já não mais ofereciam benefícios com sua presença que não fixaram a mão de obra e não tiveram êxito na implantação de núcleos coloniais estáveis.

Portanto, o capital venceu a própria organização oficial para a ocupação efetivamente brasileira – embora a intenção fosse remover os estrangeiros do território em nome da soberania nacional – não fora, de fato, uma prioridade para os representantes do Exército. Assim, agora a fronteira estava livre para ser negociada aos interessados em nela obter madeira e erva-mate. Pelas iniciativas individuais de argentinos, ingleses, americanos e franco-italianos, multiplicavam-se fazendas e portos, oficiais e clandestinos, nas barrancas dos rios Paraná e Iguaçu.

1.2 O Território do Iguassú e a conjuntura dos anos 1940

Foi a partir dos anos 1940, com a ‘Marcha’ que na parte Oeste do Paraná iniciou-se a colonização organizada, de fato, atraindo um elevado número de colonos oriundos das porções mais a sudeste. Durante os mandatos de [Moysés] Lupion (1947 a 1951 e de 1956 a 1960), por exemplo, o Paraná assistiu a uma intensa transformação no cenário populacional e ocupacional de seu território (Klauck, 2004, p. 10). Conforme dados do IPARDES – Instituto Paranaense de

Desenvolvimento Econômico e Social, no ano de 1920 o estado possuía 685.711 habitantes, sendo aproximadamente dez por cento - 62.753 pessoas – estrangeiros. No ano de 1960 a população multiplicou-se para 4.263.715 habitantes, um salto de mais de 3,5 milhões de habitantes em apenas quarenta anos.

O espaço geográfico foi considerado como ideal para o assentamento de uma nova conformação social, e também, para uma tentativa de reconfiguração política. Pelo Decreto-Lei nº 5.812 de 1943 foram criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú ³. Referidos territórios ocupavam faixas de fronteira consideradas de grande relevância à defesa nacional, sendo que o Território do Iguassú ficou assim delimitado:

§ 5º O Território do Iguassú terá os seguintes limites: ao Norte, Noroeste, Leste e Sueste, o rio Ivaí desde à sua foz no Paraná até à confluência do rio Tapiracuí, subindo por este até à foz do arroio Saltinho e por este até às suas cabeceiras, daí numa linha reta e seca até às nascentes de rio D'Areia descendo por este até sua foz no rio Pequiri, subindo por este até à foz do rio Cascudo e subindo por este até às suas nascentes e daí, por uma linha reta e seca até às cabeceiras do rio Guaraní, descendo por este até a sua confluência no rio Iguassú, sobe por este até à foz do rio Butiá, sobe pelo rio Butiá até às suas nascentes, de onde segue em linha reta até as cabeceiras do Iageado Rancho Grande, descendo por este até a sua foz no rio Chopi, descendo até à foz do rio das Lontras e subindo por este até às suas nascentes no morro da Balisa, no divisor de águas, entre os rios Uruguai e Iguassú, pelo qual divisor prossegue até encontrar as nascentes do Iageado Santa Rosa, descendo por este até à sua foz no Chapecó, ainda subindo por este até à foz do Iageado Norte, pelo qual sobe até às suas nascentes e daí as cabeceiras do Iageado Tigre e por este abaixo até sua foz no rio Chapacózinho, descendo por este até à foz do Iageado Paulo e subindo pelo Iageado Paulo às suas cabeceiras, daí em linha reta às cabeceiras do Iageado Torto, por este até à confluência no rio Ressaca, descendo por este até à foz no Iraní e descendo por este até sua foz no rio Uruguai; ao Sul o rio Uruguai, da foz do rio Iraní até a foz do rio Paper Iguassú, nos limites com a República Argentina; a Sudoeste, Oeste e Noroeste, a linha internacional com as Repúblicas da Argentina e do Paraguai. (Brasil, 1943)

Ao todo, a área do Território Federal do Iguassú “correspondia a 65.854 km², sendo 51.452 km² oriundos do Estado do Paraná, e 14.402 km² provenientes do Estado de Santa Catarina. O Paraná contribuiu com 25,74% do seu território e Santa Catarina, com 15,16%. O Paraná que possuía 199.897 km², permaneceu com um território de 148.445 km² e Santa Catarina, que possuía 94.998 km², ficou com 80.596 km², após a redivisão territorial”. (Lopes, 2002, p. 118)

Figura 18 - Mapa do Estado do Paraná e do Território do Iguassú



Fonte: Coletânea de Mapas Históricos do Paraná (1944)

Baseando-se na análise de Seyferth (1997, p. 112) é possível compreender a Campanha de Nacionalização do Estado Novo (1937-1945) como um projeto paradoxal de homogeneização étnica instrumental. No Território do Iguassú (1943-1946), a política varguista promoveu a colonização por grupos europeizados – especialmente alemães, italianos e poloneses do Rio Grande do Sul e Santa Catarina – não apenas como estratégia produtiva, mas como "blindagem étnica" contra influências estrangeiras.

Enquanto escolas e meios de comunicação impunham o português e ritos cívicos, os próprios colonos eram recrutados como "soldados simbólicos" da fronteira, sua branquitude e suposta disciplina sendo lidas como antídotos contra a "ameaça" Guarani e paraguaia (Seyferth, 2002 (2), p. 89). Essa etnopolítica revela o cerne contraditório do projeto: ao mesmo tempo que desprezava culturas imigrantes (proibindo línguas estrangeiras), as aproveitava como marcador de civilização contra vizinhos. Como registrou um inspetor do Serviço de Nacionalização em 1941: "Os colonos teutos de Foz do Iguaçu, ainda que teimosos em seus hábitos, são preferíveis aos mestiços paraguaios, pois lavram a terra com método germânico" (SNI, 1941, f. 15).

A campanha, assim, operou uma triagem étnica: europeus "indesejados" no litoral (por sua alteridade) tornavam-se "desejáveis" na fronteira (por seu contraste com os povos de origem indígena), desde que submetidos à estratégia da mestiçagem controlada.

Politicamente, o propósito inicial, defender as fronteiras, em parte tinha sua explicação. Mas, de outro lado, a ideia de abandono por parte de Curitiba foi sempre alimentada por interesses separatistas que pretendiam na primeira metade do século XX a anexação do Norte e Noroeste do Paraná a São Paulo e na segunda metade a criação do Estado do Iguaçu. (Merlak e Sperança, 2023, s.p.)

A atenção que a região chamou neste período foi suficiente para garantir uma maior posição política, além de elementos de infraestrutura essenciais, em uma área até então extremamente carente de presença estatal oficial, com algumas obras de comunicação, abertura de vias de acesso, educação, saúde e povoamento. Os principais argumentos do Governo paranaense em Curitiba eram de que as necessidades daquela região do país não determinavam a criação de um território de fronteira. Em verdade, o interesse principal eram as ricas matas de madeira de lei, erva-mate e os caudais dos inúmeros rios das bacias locais.

Figura 19 - Foz do Iguaçu foi um dos primeiros locais de fixação de população na região Oeste do Paraná, com iniciativas de povoamento desde princípios do século XX. Abaixo, Baile do Dia do Colono em de Foz do Iguaçu, ano de 1937



Fonte: Acervo da Família Schinke

No estado do Paraná, a mudança na distribuição de poder político resultou em um fortalecimento dos grupos que se opunham à continuidade do Território do Iguassú. Houve uma intensa atividade política buscando a reincorporação da região de Iguassú ao território paranaense. O governo estadual, através de uma estratégia política bem elaborada e argumentos alinhados aos seus interesses, conseguiu persuadir a maioria dos representantes dos demais estados a votar a favor da supressão do Território do Iguassú (Lopes, 2002, p. 173).

Em relação a Santa Catarina, embora não tenha havido pressão por parte de seus políticos para a recuperação de sua área, também não houve oposição aos esforços do Paraná, indicando um apoio tácito por parte dos catarinenses à proposta paranaense. Por outro lado, devido à ausência de resistência política por parte dos habitantes do Território, visto que não havia uma força política significativa na região - nem mesmo daqueles grupos que anteriormente apoiaram a criação do Território -, sua extinção foi efetivada (Lopes, 2002, p. 176-177).

Figura 20 - Avenida Brasil, em Foz do Iguaçu – Década de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu

A duração do Território do Iguassú foi bastante breve, apenas três anos, mas de alguma maneira a pouca identificação da região com as capitais – Curitiba e Florianópolis – se manteve: uma espécie de distância não só física, mas também administrativa, até pelas reações e ânimos exaltados de parte da classe política do Oeste e Sudoeste paranaense após a sua extinção.

A ideia de criar os Territórios Federais do Iguassú e Ponta Porã na região da fronteira da Bacia do Paraná não estava ligada somente ao problema da chamada nacionalização das fronteiras. Esta era indiscutivelmente a justificativa oficial para a criação dessas unidades administrativas.

O objetivo principal não confessado, era abrir caminho para a expansão do capital e da colonização gaúcha. A migração dos colonos, num processo de expansão das fronteiras agrícolas dava sinais de que as velhas colônias de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e já tinham excedentes populacionais suficientes e dispostos a tentar reproduzir suas condições sociais de existência (Gregory, 2002, p. 34-35). Esta colonização, ao que tudo indica, seria muito bem recebida pelos estados do Paraná e de Santa Catarina. Mas o objetivo do grupo que controlava o Governo Federal, chefiado pelo gaúcho Vargas, era subtrair do controle desses estados a sua parte Oeste, para que melhor se atendessem aos interesses dos capitalistas em consequência das companhias colonizadoras gaúchas. (Wachowicz, 1987, p. 147)

Figura 21 - Ilustração do jornal O Dia, em 1950, definia assim os três Paranás: Norte paulista, Oeste e Sudoeste gaúchos e Sul/Leste como o Paraná antigo, até 1853 a 5ª. Comarca de São Paulo.



Fonte: Merlak e Sperança (2023)

Assim, recapitalizava um estado que experimentava uma crise econômica e agrária, ampliava a influência gaúcha na região Sul do Brasil, com força suficiente para fazer frente aos políticos de origem paulista, inclusive estabelecendo locais de cultivo de café e produtos para agroexportação. Ademais, poderia povoar aquele Oeste com o novo perfil populacional de origem imigrante, fixando-os em pequenas propriedades policultoras familiares.

O município teve um impulso muito grande, graças às suas terras produtivas, quase um entroncamento, daí vir se radicar muita gente vinda de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, povo inteligente, a maior parte descendentes de italianos, alemães e poloneses e outros. (Depoimento de José de Prá, APAM, 1996, p 188)

Foi um arranjo muito bem apontado, que conseguiu apoio das classes econômicas dominantes também do Paraná e Santa Catarina, cientes de que suas falhas de titulação de terras seriam capazes de gerar conflitos graves em médio e longo prazo – como o Contestado bem mostrou, a região era palco de disputas camponesas há tempos. (Agostinho, 2003, p. 267)

Apesar de efêmero, o estabelecimento de uma separação político-administrativa no Iguassú foi fundamental para manter uma vinculação permanente com a porção Sul e com o interior gaúcho, fato que se observa até hoje nas categorias de pertencimento, nos hábitos, dialetos e na etnicidade que se consolidou entre os colonos e seus descendentes. Criado sob a justificativa de "defesa nacional", o Território do Iguassú foi na realidade um facilitador para as empresas gaúchas – seus 65.854 km² foram redistribuídos com clara preferência a migrantes do Rio Grande do Sul e de algumas zonas da influência gaúcha de Santa Catarina.

1.3 Os agentes mobilizadores – Companhias Colonizadoras

Também é importante considerar que, a partir do apossamento de terras que transformou antigas *obrages* de erva-mate em lotes coloniais administrados por empresas gaúchas, o território se reconfigurou. Com a crise da erva-mate e as leis trabalhistas da Era Vargas, os últimos *obrageros* argentinos venderam suas posses a preços ínfimos.

Dessa maneira, as empresas como a MARIPÁ, a Pinho e Terras e a Companhia Iguaçu adquiriram esses latifúndios por meio de grilagens documentadas, conforme denunciou o jornalista José Geraldo Vergara (1947, p. 5) em *O Estado do Paraná*: "Os títulos apresentados como 'históricos' pelas companhias gaúchas são mapas riscados a lápis, sem registro em

cartório". Este tema será objeto de maiores discussões no decorrer da pesquisa.

A análise dos registros da Companhia Maripá revela um padrão claro de domínio gaúcho no processo de ocupação do Oeste paranaense. Dados de 1955 demonstram que 62% dos lotes na região de Foz do Iguaçu foram adquiridos por migrantes gaúchos, contra apenas 8% por paranaenses (MARIPÁ, 1955, fl. 13). Essa disparidade reflete as estratégias comerciais das colonizadoras, que priorizavam a venda para agricultores do Rio Grande do Sul - considerados "mais adaptáveis" ao modelo de pequena propriedade policultora. Como observou Schmidt (1974, p. 90), "os gaúchos chegavam já organizados em grupos familiares extensos, formando cadeias migratórias que reproduziam suas comunidades de origem".

O processo de expropriação foi marcado por contradições profundas. Enquanto as propagandas das empresas colonizadoras exaltavam a "democratização da terra", os mesmos documentos internos revelam mecanismos de exclusão: os lotes menores (até 25 alqueires) eram vendidos a preços proibitivos para trabalhadores locais, ficando 78% das grandes propriedades (acima de 50 alqueires) nas mãos de investidores gaúchos (Terra, 1998, p. 58). Essa concentração gerou tensões que explodiriam nas décadas seguintes, como registrou Vergara (1947, p. 5): "Os antigos posseiros, expulsos para dar lugar aos colonos 'oficiais', transformaram-se em arrendatários nas terras que antes consideravam suas".

A construção dessa nova ordem territorial teve impactos duradouros na estrutura social da região. A toponímia das "linhas" coloniais - como Linha Glória e Linha São João - apagou sistematicamente as referências guarani anteriores, num processo que Machado (2004, p. 117) chamou de "apagamento programado da memória *obragera*". Contudo, vestígios desse passado permanecem nos relatos orais de antigos moradores e nos arquivos esquecidos, como os livros de registro da Pinho e Terras, que documentam a transformação de antigos *tinguis* em sedes coloniais, ou pelos relatos de alguns habitantes dos municípios lindeiros ao Rio Paraná – agora Lago de Itaipu:

Ali pra perto de onde fica o Porto Lupion, eu lembro que ainda tinha uns restos de um paiol de secar mate, com uns paraguaios em volta, vivendo daquele jeito deles, meio primitivo. Eles carregavam cada sacão de erva assim ó [sinalizando com o braço a aproximadamente um metro e meio do chão], amarrado na testa com uma tira de pano. Aí vinha a barçaça no rio, e eles carregavam, até encher. Mas pelo que se dizia era contrabando, já não podia mais, tanto que o pessoal da firma [colonizadora] vinha ali enxotar todo mundo. Eles até voltaram umas vezes. Mas depois não sei que fim levaram aquela gente. (Interlocutor 8, 80 anos)

Essa contradição memorialística reflete o que Michael Pollak chamou de "silêncio

ativo" (1989, p. 9) – um mecanismo onde o não-dito preserva traumas coletivos. Na toponímia local, o processo é evidente: enquanto as *obrages* tinham nomes guarani (Tacuru-Porã), as linhas coloniais receberam designações católicas (São João) ou ufanistas (Glória), num apagamento que servia aos interesses das empresas colonizadoras. Reconfigurar o lugar e operar um novo sistema de classificação dos sujeitos, foi elementar para a construção de uma história comum¹⁵.

Nessa área do país tão extensa, e tão carente de pessoas, a adequada condução do plano de nacionalização exigiu uma política específica de transposição e fixação das “pessoas certas” na terra. A produção dos meios de subsistência e as dinâmicas de poder, juntamente com as esferas econômica e política, tendem a se perpetuar e amplificar sempre que um processo de colonização é iniciado, e a partir de então afirma-se um outro universal, com as consequentes relações de domínio implícitas. (Bosi, 1992, p. 11)

Ao se aprofundar nessa rede encontra-se uma história ampla, composta de nomes que se associaram para vencer obstáculos, que não foram poucos por conta do desinteresse federal pelo Território do Iguassú e pela impossibilidade do Paraná de intervir na região enquanto a proposta de reintegração da área não fosse aprovada pelo Congresso Nacional. Foi nesse vão entre a inoperância do Iguazu e a ausência do Paraná que se constituíram as Companhias Pinho e Terras e MARIPÁ, às quais nomes como Alfredo Ruaro, Alberto Dalcanale, Willy Barth, dentre outros, primeiro se integraram como associados e depois viriam a comandar. O capítulo 3 será dedicado a apresentar com mais detalhe esses agentes.

1.4 Os agentes mobilizados – Os ‘pioneiros’

A ideia de desprendimento, de iniciativa e de necessidade de levar a campos desertos – desabitados ou de “gente menos hábil e capacitada à produção” – foi um discurso recorrente e altamente explorado em suas dimensões teóricas e práticas na Marcha para o Oeste. (Velho,

¹⁵ Sobre a substituição das toponímias, Antonio Carlos de Souza Lima descreve o processo promovido no Brasil, em favor de uma “nomeação nacional”: “Um dos trabalhos das comissões geográficas e geológicas também desempenhado pela CLTEMGA era a atribuição de nomes a acidentes geográficos reconhecidos sob a chancela estatal, muitas vezes tidos como descobertas (lembramos de Todorov e a relação entre conquista-alteridade; descoberta-natureza sinalizada na parte I), tais atos de renominação superpunham-se ao conhecimento das populações nativas e não-indígenas interioranas, desapropriando-os, também por este meio, de suas territorialidades. De fato, a troca de nomes de acidentes, a plotagem de rios em mapas não rigorosamente confeccionados, foram algumas das formas utilizadas para grilagem de terras quando se instalou um mercado de terras, sobretudo na região do Mato Grosso”. (Souza Lima, 1995, p. 216)

1979, p. 141; Lenharo, 1986, p. 17) O processo de colonização não se esgota na reiteração dos esquemas originais, há um acréscimo estrutural de domínio, um incremento de forças que se engajam na missão do conquistador, às vezes conferindo-lhes um aspecto heroico de desafio e aventura. Ela dá um recomeço, uma noção de impulso às culturas que existem há séculos¹⁶. (Bosi, 1992, p.12)

Nas memórias narradas na região, nos hinos dos municípios, pequenos museus e espaços de cultura e nas fotografias amalhadas junto aos descendentes, existe uma construção mítica dos pioneiros. Suas vicissitudes e idiossincrasias são frequentemente omitidas ou minoradas, suas qualidades exaltadas. Para Ecléa Bosi (2003, p. 15) “a memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano. Mas ela sempre corre o risco de cair numa ‘ideologização’ da história do cotidiano, como se esta fosse o avesso oculto da história política hegemônica.”

Conforme Halbwachs (1990, p. 14) há uma distinção notável entre a memória histórica, de um lado, que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado, e a memória coletiva, de outro, aquela que recompõe magicamente o passado. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual desenvolvem-se as diversas formas de memória, cujas formas mudam conforme os objetivos que elas implicam.

Assim, durante a realização do campo, mas também em todo o período de convívio nas localidades do recorte de pesquisa, não raro foram percebidas as homenagens, os nomes de ruas e praças, as comemorações em tributo aos pioneiros¹⁷. A valorização das pessoas que

¹⁶ Em “A dialética da colonização”, Bosi (1992) firma que o colonizador se autointitula o agente externo que vai “despertar” essas culturas, trazendo movimento onde só haveria repetição. É a famosa “missão civilizadora” - a crença de que a Europa traria o “progresso” para lugares que, supostamente, não evoluíam por conta própria. O colonizador não vê sua chegada como uma invasão ou destruição, mas como um marco zero. Tudo o que veio antes (os “séculos” de existência daquela cultura) é tratado como pré-história, folclore ou barbárie. A partir da conquista, começa a “verdadeira” história - a história escrita nos moldes europeus, um recomeço forçado, em que a cultura nativa é interrompida e subordinada. A “noção de impulso” é a justificativa para a violência da colonização, pois o colonizador acredita que está dando um “empurrão” na história, introduzindo técnicas, religião e organização social “superiores”. O “impulso” é a engrenagem da máquina colonial sendo instalada. Ao afirmar que a colonização dá um “recomeço”, o colonizador constrói para si a imagem do herói - ele não é um invasor; ele é o desbravador que traz a luz. A aventura não é a exploração de riquezas e pessoas, mas o “desafio” de tirar uma cultura da inércia e colocá-la nos trilhos da civilização. (Nota da autora)

¹⁷ Pioneiro, no contexto abordado, são os indivíduos chegados logo no princípio das atividades das companhias colonizadoras. O município de Toledo, especificamente, definiu na Lei nº 1.476/1988 (atualizada pela Lei nº 2.321/2020) que “Será considerado pioneiro(a) de Toledo a pessoa que chegou ou nasceu em Toledo até 14 de dezembro de 1952, data da instalação oficial do Município, e que ainda reside no Município”. No livro “Projeto Memória de São Miguel do Iguaçu – Histórias e Estórias” (2000, p. 38), são estabelecidas algumas distinções entre colonizadores e pioneiros: “Portanto, as famílias Ruaro e Dalcanelle não podem ser consideradas colonizadoras por não explorarem a região como colonos, pois tinham objetivos e interesses que não os de simplesmente se fixar para colonizar, mas podem ser citados como pioneiros no sentido de exploração. Quanto a primeira família que se instalou no local como colonizadora, com o objetivo de habitar como colono, constam nos

corajosamente se despediram de sua terra natal, que venceram todas as dificuldades do trajeto, enfrentaram a natureza hostil, as privações e moléstias em nome de um futuro promissor. Conjuga-se nessas personalidades um matiz de simplicidade, a honestidade do trabalho duro e da iniciativa, o equilíbrio entre ponderação e avaliação dos riscos com a ousadia e uma certa ambição, pois a ideia de que fossem simples aventureiros não se coaduna com os ideais dessa colonização.

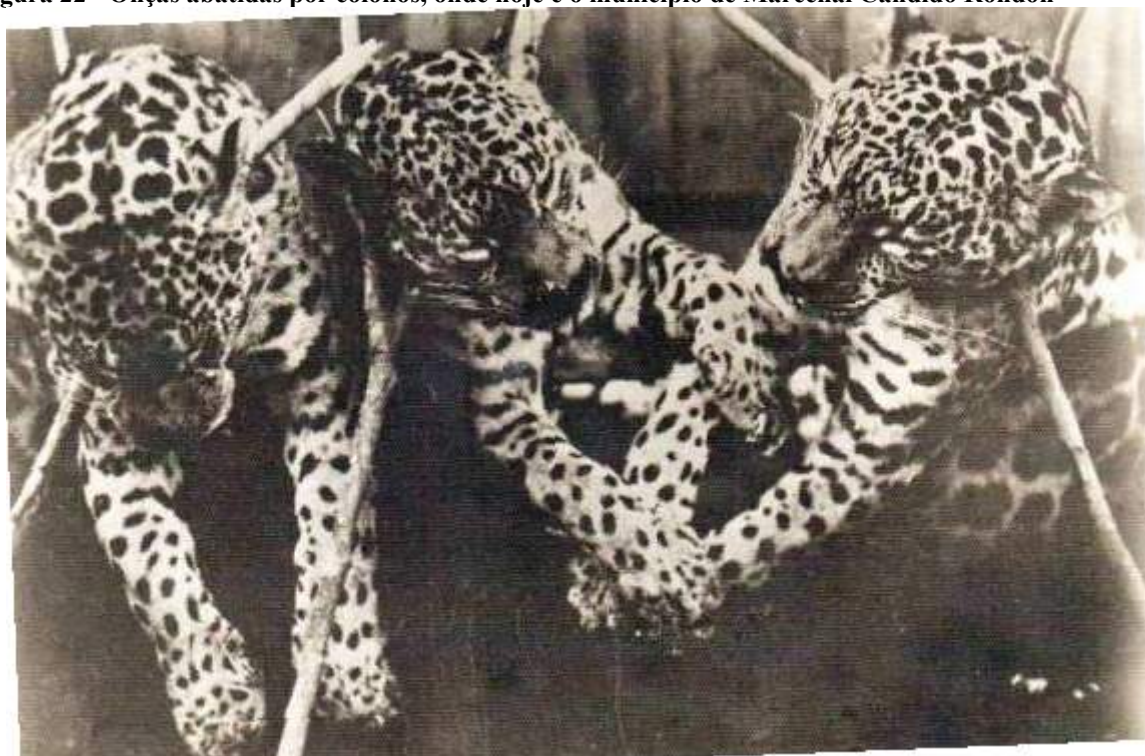
Com a última afirmação, começa-se a atribuir à memória uma função decisiva no processo psicológico total: a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo "atual" das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (Bosi, 1979, p. 9)

Enfatiza-se o esforço feito família, a organização das pertencas em caminhões ou carroças, os obstáculos encontrados na estrada (insetos, mato, atoleiros e animais ferozes), a renúncia à vida de conforto no Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, em localidades já mais estruturadas e modernas, em nome de um futuro de oportunidades, que é frequentemente lembrado nas antologias escritas desses pioneiros, assim como nas entrevistas com os interlocutores – principalmente os de idade mais avançada.

Com o meu pai, ainda no Rio Grande, eu morava no sítio também, tava acostumada a dormir com barulho de bicho, grilo, coruja, sapo, de tudo. Mas quando a gente veio, contavam a história da onça que comeu um cachorro, de 'tigre' que rondava o acampamento dos agrimensores, aí é claro que eu tinha medo. Deixava o tição de avivar brasa do lado da cama sempre, com aquele pavor na hora de dormir. (Interlocutora 10, 87 anos)

registros a de Vitório de Toni". O consenso geral é que pioneiros são aqueles que, adquirindo as terras diretamente da companhia colonizadora, se deslocaram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e se instalaram nas condições de 'desbravadores', até a oficialização de criação de municípios e demais estruturas burocráticas. O tema será desenvolvido e maneira mais pormenorizada ao longo do trabalho. (Nota da autora)

Figura 22 - Onças abatidas por colonos, onde hoje é o município de Marechal Cândido Rondon



Fonte: Acervo Tribuna do Oeste

Alguns exemplos dessas construções discursivas também podem ser encontrados em livros e materiais confeccionados pelas prefeituras municipais e associações de moradores das cidades do Oeste paranaense:

Ao meio-dia paramos para comer algo, que a caravana levava, *com algum vinho e mais pinga, que não podia faltar nas horas de dificuldades*. Após o almoço, seguimos em frente para alcançar o lugar que nos era destinado, mas só conseguimos chegar, com muita dificuldade, até o morro do Mico ou Serra do Mico, onde pernoitamos ao sereno, sem nada para nos abrigar, só as estrelas, a mata e a força de seguir. [Depoimento de José Callegari] (APAM, 1996, p. 58)

Depois de muita insistência e muitos planos, chegou-se à conclusão que a mim e a Benevenuto Verona caberia o desafio de enfrentar a abertura da nova colonização. Ao Verona coube o comando. Era um senhor muito bem-conceituado, casado, do comércio e de uma bondade infinita. Eu, um rapaz solteiro, com muita vontade de vencer, criado dentro de uma filosofia de trabalho e honestidade [...] Não lembro quantos dias depois o Verona chegou num caminhão. Ele empreitou várias derrubadas para abrir uma clareira na mata, com o fim de afugentar onças e aliviar o ataque dos mosquitos borrachudos. [Depoimento de Arlindo Mosé Cavalca] (SMCE-SMI, 2000, p. 80-81)

Em conversa com interlocutores, os relatos são semelhantes:

A gente chegou bem moço, recém-casados. Meu irmão veio antes, viu que era um lugar bom, com potencial. “Quem casa quer casa” não é mesmo? A gente sabia que lá em Sarandi já estava muito cara a terra, então preferimos vender umas coisinhas aqui e ali, até coisa do meu enxoval vendi, porque não ia caber na carreta. E subimos para o Paraná. A viagem levou dias, mais ou menos em Guarapuava começou a chover e não parou mais, um atoleiro desgraçado, barro por tudo. Aí quanto estiou continuamos, pegamos a estrada de Capanema e chegamos até aqui. Dava medo sim, tinha cobra, tinha bicho bravo, uma mosquitaiada que deixava a gente sem rumo, coisa de louco. Minha nenê nasceu aqui já, todos os meus filhos já são paranaenses. (Interlocutor 1, 82 anos)

A ideia de que o movimento é resultado de uma ‘vocação’, mais do que uma motivação material, permeia os discursos. Se a terra vai se tornando cara, mas há locais em que a terra ainda é passível de compra, não há empecilhos para buscá-las. Aqueles que não o fazem, é porque não têm tal ‘vocação’ ou outros predicados como ‘força de vontade’, ‘sangue trabalhador’ ou ‘gana de vencer’. Porém, é fato que a conjunção entre escasseamento de meios materiais para a manutenção das famílias e o movimento de emigração estão diretamente associados. Os estudos do campesinato apontam o ciclo de vida como determinante para a reprodução de novas unidades domésticas; começa no casamento e vai se prolongar até o casamento dos filhos(as) que constituiriam novas unidades familiares (Woortmann, 1990, p. 50).

O que se defende, primeiramente, é que, ao contrário da imagem projetada, os migrantes não atuaram isoladamente, nem no ato de reflexão inicial, nem na realização dos percursos concretos, nem nas formas de inserção no destino. Eles estavam inseridos em redes de conterrâneos (conhecidos), familiares, parentes ou, ainda, agentes promotores da migração (compostas por agentes e agências como administradores municipais, empresas colonizadoras, que forneciam a informação, as escolhas disponíveis, os apoios ao deslocamento e à fixação definitiva, organismos governamentais). (Desconsi, 2011, p. 32)

A Igreja também atuou decisivamente no processo de ocupação do Oeste paranaense. A Lei Estadual nº2.672 de 17 de abril de 1956 autorizou o Poder Executivo a doar nas dioceses de Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Londrina, Maringá e Palmas, uma área de mil alqueires de terra, a título de auxílio para formar seu patrimônio (Klauck, 2004, p. 20) Nesse caso em específico, o acordo entre Igreja e colonizadora previa que as dioceses entrariam com as terras e a

companhia desenvolveria uma colonização baseada numa estrutura social/assistencial.

O ato não era solitário, tampouco autônomo e isolado, sendo resultado de articulações de ordem política e econômica, em que arranjos macro direcionam o pensar e o agir de indivíduos e sua parentela. De tal maneira que, as distintas formas de migração relacionam-se estreitamente à família.

De um lado, relacionam-se ao grupo doméstico enquanto organização econômica, inscrevendo-se a migração na divisão de trabalho doméstica e na divisão do tempo. De outro lado, elas se relacionam intimamente à hierarquia, isto é, à família enquanto valor e à posição do pai de família, que encarna a hierarquia; relacionam-se, portanto, à honra que tem como campo a família. (Woortmann, 1995, p. 50/51)

Olha, foi uma aventura! Parando para pensar, as vezes eu fico: mas como é que a gente fez isso, meu Deus? Mas é porque também hoje em dia é tudo muito facilitado e vai se esquecendo como foram as dificuldades, e que na verdade tudo era difícil mesmo, custoso. Quem tinha carro era rico, a gente precisava se planejar para tudo. Saímos de Santa Rosa com três baús de roupa, um jogo de quarto simples, um balcão e algumas coisas de casa. Preferimos sair em agosto, porque já começava o estio, o frio já tinha passado, mas ainda não era calor. Mesmo assim, no meio da viagem o tempo virou e deu frio. A gente aproveitava que tinha duas leitoas indo na mudança junto, e ficava com os pés na caixeta que elas estavam pra ajudar a esquentar. Quase que ficamos sem querosene pro lampião, enfrentamos muita poeira, muito mosquito, a estrada – na verdade uma ‘picada’ – era uma selva, com tudo que era bicho. E essa era só a primeira parte. Porque quando chegamos na colônia comprada, aí que o serviço começou mesmo. (Interlocutor 30, 91 anos)

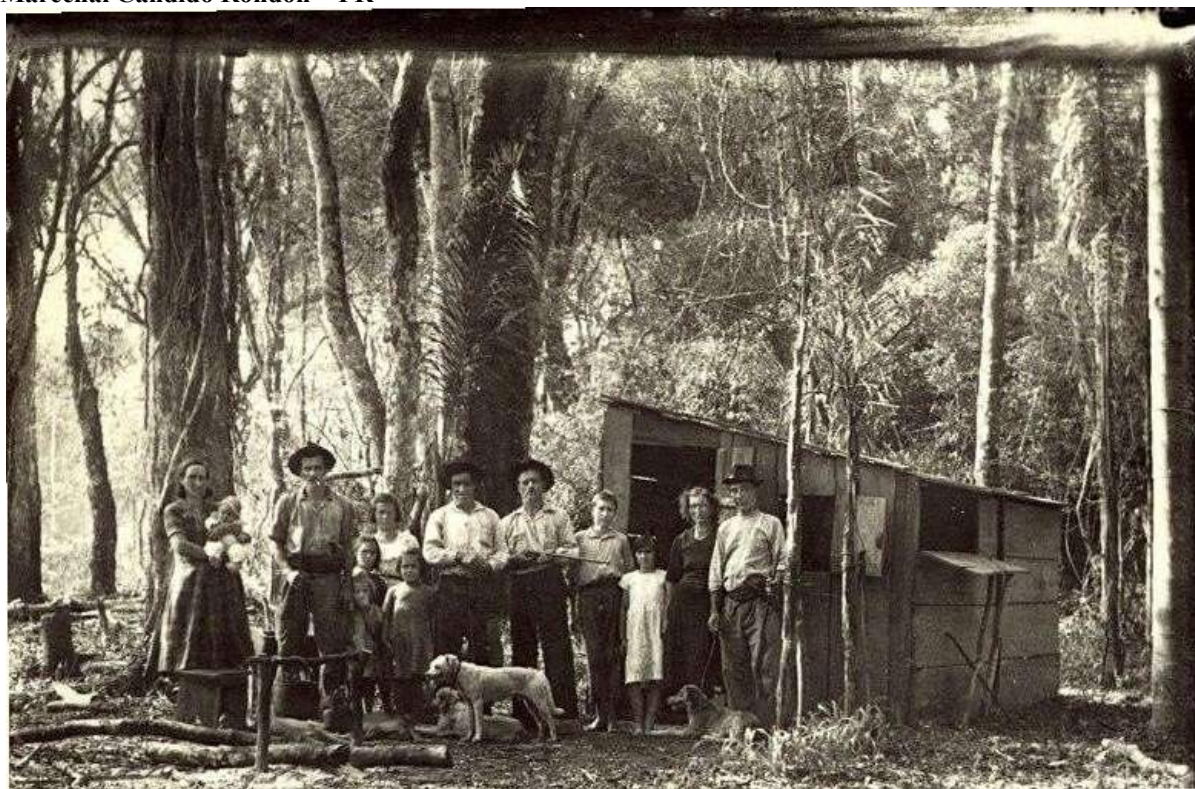
Só havia picada única do trajeto de Santo Antônio do Sudoeste até Porto Moysés Lupion. Utilizando-se de canoas feitas de pau-a-pique, Lúcio Nabarro cruzou o Rio Iguaçu, transportando-nos até a outra margem. Atravessamos com as canoas e três cavalos: um de montaria e dois cargueiros com mantimentos, panelas e roupas, estes foram a nado. Iniciamos a travessia da mata, hoje Estrada do Colono, PRT 163, levando nove dias, abrindo picada e dormindo ao relento, ao redor da fogueira, para não sermos devorados pelos animais selvagens. A aventura foi realizada por Armando Bittencourt, meu esposo Arlindo, e por mim. Não gosto de lembrar desses tempos, pois foi de muito sofrimento. (Depoimento de Eva Gonçalves da Rosa – APAM, 1996, p. 184)

Eu me mudei sozinho para o Paraná, cheguei era mais ou menos mês de março, e me acampeei em um ranchinho coberto com folha de palmito. Conteí com a ajuda de uns *paraguaios* para abrir picada e cortar o mato. A cada três ou quatro meses eu retornava pro Rio Grande, pra visitar a família e para tentar convencer mais gente a vir para cá. A minha maior alegria era viver no meio do mato, conviver com a natureza. Mas tive uma decepção grande, quando uns anos depois uns grileiros de terra e pistoleiros queriam tomar a minha terrinha,

sendo que eu que tinha comprado e adquirido os direitos, tudo certinho, com recibo e escritura, limpado tudo e deixado tão bonita. (Interlocutor 28, 87 anos)

O desprendimento e a determinação em enfrentar as dificuldades estabelecem categorias de valorização do pioneiro nos discursos correntes, inclusive nas pedagogias oficiais e não oficiais desses locais. A construção imagética também é bastante mobilizadora, e inclui fotografias da época reproduzidas no tom de epopeia desejada, cristalizando uma noção unívoca de sucesso. Referido discurso também reforça os conceitos de autorrealização, de espírito empreendedor, a ideia de começar “do zero”, “do nada” e desfrutar de uma prosperidade merecida pelo próprio esforço.

Figura 23 - Habitação provisória, feita de tábuas rústicas, construída pelas primeiras famílias de colonos de Marechal Cândido Rondon – PR



Fonte: Acervo Tribuna do Oeste

A autopercepção dos sujeitos e seus descendentes reflete como o discurso da colonização foi bem-sucedido, colocando o colono, no passado o chegado de fora, como o atual *estabelecido* (Elias e Scotson, 2000, p. 21), com a prerrogativa de ocupar o território em razão de sua aptidão e gosto pelo trabalho árduo, enquanto os posseiros, indígenas e os poucos habitantes do local na década de 1940 foram alijados à condição de *outsiders* (Elias e Scotson,

2000, p. 21), chegando ao ponto de os posseiros expulsos tornarem-se 'mão-de-obra barata' para as próprias empresas que lhes roubaram as terras" (Terra, 1998, p. 53).

Em tal contexto, ser descendente de pioneiro, ter um sobrenome conhecido, ser filho ou neto de algum dos primeiros a chegar, representa também uma posição de certa honra, nesse respeito pelas injunções dessa coletividade (Bourdieu, 1971, p. 186), que se perpetua no passar do tempo.

É interessante observar que os “outros” eram relatados somente com o nome, sem o sobrenome sem que se desse importância à sua identificação. A importância dada ao sobrenome já foi mostrada na discussão sobre a colonização do Oeste do Paraná a partir dos relatórios das companhias colonizadoras. Os pioneiros recebiam nome e sobrenome. O nome identificava o indivíduo, mas era o sobrenome que concedia identidade, origem. Não mencionar o sobrenome implicava em desconsiderar a origem, Os “outros” portanto, eram necessários, imprescindíveis para determinadas atividades, principalmente as da exploração extrativa, das quais a empresa auferia seus lucros diretos (...) A memória dos primeiros tempos da colônia não mais considerava os de “não origem” e atribui o pioneirismo aos “nossos” colonos. (Gregory, 2002, p. 160)

O passado recontado com tais nuances, reforça a categoria mítica desses sujeitos. Os colonos eram qualificados, tanto por seus predicados quanto por suas origens. Ter origem significava ter o pertencimento caracterizado, em portar valores culturais, costumes desejáveis, enfim, dominar os idiomas coloniais. Os constantes resgates de memória operados por instituições e pelos próprios indivíduos e seus sucessores alimentam “o valor intrínseco atribuído ao mito, que provém do fato de os eventos que se supõe ocorrer num momento do tempo também formarem uma estrutura permanente, que se refere simultaneamente ao passado, ao presente e ao futuro”. (Lévi-Strauss, 1955, p. 224)

Figura 24 - Casa de tabuinhas rústicas, feita pelo grupo dos pioneiros recém chegados à Matelândia. O pioneiro Benjamin Biazus, considerado um dos fundadores da cidade, é o segundo da esquerda para a direita.



Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Matelândia

Rememorar as dificuldades significa dar maior dimensão ao êxito, pois os fracassos e eventuais condutas desabonadoras são estrategicamente ocultados. O consumo de bebidas alcoólicas é contado somente na exata medida de adjuvante nos momentos difíceis. As violências e disputas territoriais, desavenças e desordens, são convenientemente camufladas em não ditos e reticências. O domínio do espaço passa pela figuração narrativa do domínio de si mesmo, de colocar a tarefa colonizadora acima das meras emoções ou fraquezas, de maneira que a força física e o engenho sempre sejam empregados como chaves discursivas.

A partir de uma análise dessas fontes documentais e orais foi possível elaborar um breve panorama sobre as condições da região Oeste quando do início da atividade empreendida pelas Firms Colonizadoras. É a partir dessas ferramentas discursivas que organizaram muitas das formas de ser, criar e fazer atinentes à etnicidade desses colonos, que a transmitiram a seus descendentes, que se mantém a cultura regional até a contemporaneidade.

Avaliando as facilitações proporcionadas pelos governos federal e estadual à época,

percebe-se que essa atuação em conjugação com interesses do capital privado, não apenas distribuiu terras, mas produziu a categoria social do “colono pioneiro” como portador legítimo da nacionalidade e do progresso. Ao conceder terras e títulos, esse discurso de saga heroica realizou uma operação análoga à “magia social” descrita por Marcel Mauss (2017, p. 144), em que uma autoridade só se sustenta porque é coletivamente reconhecida e criada.

A autoridade concedida a esses pioneiros e à sua ação de domesticação da natureza e de reorganização do espaço geográfico lhes atribuiu uma condição de vantagem em relação a outros grupos, e criou um simbolismo altamente favorável. O poder, assim, iniciado em um caráter econômico, se estendeu a uma dimensão simbólica que permitiu a consolidação do grupo como modelo moral, arrefecendo conflitos e pacificando consciências.

Se as experiências prévias com o campesinato ofereceram riscos, do momento em que esses se identificavam em grupos com demandas comuns, aqui as demandas imediatas passíveis de provocar agitações sociais foram prontamente remediadas (oferta de infraestrutura básica, auxílios materiais para instalação nas novas terras, e, sobretudo, titulação agrária). De tal maneira, que a construção simbólica desses pioneiros, como figuras exemplares e carismáticas, dotadas dos predicados necessários, e portadoras de uma identidade étnica comum *eurobrasileira*, garantiram alianças sólidas entre dirigentes e dirigidos. A seguir, passo à análise da construção desses papéis.

2. OS PAPEIS: A COLONIZAÇÃO E A DIMENSÃO SIMBÓLICA

Na autorrepresentação de grupos há, em conjunto, práticas defensivas e protetoras, que abrangem técnicas empregadas para salvaguardar a impressão acalentada por um indivíduo durante o período em que está diante de outros (Goffman, 2002, p. 22). Percebe-se entre os interlocutores uma ênfase nos processos de conquista física do território: derrubada das árvores e transporte das toras, construção das moradias e abertura de estradas. A colaboração entre os primeiros vizinhos, as dificuldades partilhadas – doenças, partos, óbitos – e as relações de compadrio e parentescos por afinidade são outros tantos tropos acionados na construção da imagem do pioneiro em que se valorizam afinidades e apagam conflitos, conferindo aos migrados uma homogeneidade e uma solidariedade no plano discursivo. Isso reforça suas qualidades, suas habilidades e, por consequência, seu discurso.

A “vida humana normal” só poderá ser “fixada” pelo êxito em domesticar pela força um território capaz de degenerar e pelo estabelecimento de um espaço doméstico. O “novo mundo” criado deve ser feito de casas limpas e organizadas e surgirá de sementes lançadas ao corpo solo – que ora brotarão como crianças, ora como produtos que garantirão a prosperidade e a felicidade de famílias que se sustentam pelo trabalho e pela “adequada exploração da terra”. (Bemerguy, 2024, p. 219)

O apego à religiosidade católica ou luterana como componente ideológico elevador do moral e da superação dos sucessivos percalços – todos esses elementos contribuem para uma idealização de um pioneiro deveras humano, mas com uma coragem e abnegação acima da média para os demais – especialmente os que não partilham do mesmo pertencimento étnico. Ou nas palavras de uma interlocutora “A gente deu certo porque tinha Deus, tinha estrutura, cabeça boa, um terço sempre na mão. Diferente dos *desgarrados* que vinham antes, a gente veio com família, com valores. Aí não tem como não dar certo” (Interlocutora 20, 71 anos).

Conforme John Comerford (2003, p. 32)

Cada ação, própria ou alheia, tende a ser tomada como uma mensagem sobre qualidades e diferenças pessoais e familiares e sobre as capacidades individuais e familiares na arte agonística das relações sociais, e é por isso que essa ação merece ser narrada e comentada. Cada ação é objeto de uma apreciação e julgamento que vai procurar desvendar seus significados implícitos.

Quando perguntei a ela quem seriam esses “desgarrados”, a resposta foi entre confusa

e evasiva “ai, como que posso dizer, os posseiros que vinham antes, tudo safado, vinham não sei de onde. Os *paraguaios* também, que viviam esparramados, uma hora estavam numa roça, depois já faziam um barraquinho em outro canto. Esse povo que estava aqui antes da colonizadora ‘botar ordem’”.

Os paraguaios presentes na região faziam parte do contingente populacional que servia de mão de obra na Fazenda Britânia, antiga proprietária e exploradora das terras, que dispensara seus trabalhadores após o negócio da venda para a MARIPÁ. Alguns eram *mensus* desta *obrage*. Os denominados paraguaios eram os “outros” e não, necessariamente, de nacionalidade paraguaia ou nascidos no território do país vizinho e, neste contexto, eram diversos outros. Os antigos trabalhadores da Fazenda Britânia foram recrutados no próprio território brasileiro, na Argentina, principalmente na Província de Misiones (no passado era um centro econômico importante para as *obrages*) e no Paraguai. Identificá-los como paraguaios, era, para os administradores da MARIPÁ e para os próprios colonos, caracterizá-los como atrasados e incultos, que usavam ferramentas não modernas, que falavam guarani. (Gregory, 2002, p. 160)

O “outro”, difuso e indefinido, sequer foi plenamente conhecido. Por segurança, a rede de relações deveria ser estritamente entabulada com os pares, outros colonos em mesmas circunstâncias. Essas identidades, do “a gente” e “os demais” podem ser compreendidas conforme o que Craig Calhoun (2007, p. 26) denomina como ‘categóricas’: “invocadas e definidas publicamente por indivíduos ou grupos, mesmo quando não estão incorporadas em redes concretas de relacionamentos interpessoais diretos”.

Na imagética dos espaços de sociabilidade e de memória, os instrumentos dessa conquista são exibidos com enorme destaque e apreço, evocando um tempo de coragem, de ousadia, em que, em nome das árduas condições naturais e circunstanciais, medidas extremas e até mesmo alguns excessos eram permitidos – a simbologia das armas de fogo, de instrumentos da lida no campo¹⁸, peles curtidas e animais empalhados – tudo isso remonta a um

¹⁸ Sobre a natureza de artefatos desse perfil, expostos em museus e espaços de memória, Meneses (2013, p. 6/7) assim definiu: “Quanto aos aspectos semânticos, as funções dos artefatos são evidentes por decorrência de seu caráter essencialmente utilitário. São artefatos claros e óbvios do ponto de vista da comunicação da sua função e de sua usabilidade. Não apresentam grau de originalidade alto que comprometa a identificação de sua tipologia por parte do usuário, já que os elementos que compõem sua forma são restritos ao essencialmente necessário para desempenhar sua função. Em sua maioria, os produtos identificados possuem uma única função (...) A dimensão simbólica dos artefatos analisados está legitimada pelo contexto onde foram encontrados, devido ao caráter representativo da cultura confiada a estes locais. Percebemos nestes contextos que o caráter simbólico é resultante de uma ação de deslocamento da função utilitária para a função de representação da cultura (portanto, simbólica), dos mitos e das crenças, estabelecido a partir do momento em que são atribuídos a estes artefatos outros significados para além daqueles que sua forma e função comunicam enquanto tipo de produto”. Nos acervos do Oeste paranaense têm por finalidade manter ativada uma lembrança de heroísmo e de enfrentamento às dificuldades dos tempos de derrubada da mata e de meios árduos de realização da vida cotidiana.

passado de atrevimento e pioneirismo.

Figura 25 - Espingardas antigas, cordames, peles e animais empalhados expostos no CTG Sentinela dos Pampas, no município de Medianeira. Os itens foram doados por famílias pioneiras integrantes do quadro social do próprio CTG, conforme consta do inventário na secretaria desse centro.



Fonte: Priscila Lini (julho - 2023)

A identidade social, portanto, se manifesta por meio da categorização do termo "colono", que abrange dois significados distintos: por um lado, sugere uma conexão, em algum grau, com uma condição camponesa, na qual os valores rurais desempenham um papel central em sua definição. Por outro, carrega um componente étnico inalterável, implicando em uma distinção cultural e, em certa medida, também racial, em relação aos brasileiros conhecidos como "caboclos". (Seyferth, 1993, p. 2)

O pioneiro é colocado assim, como a figura certa no local certo, aquele indivíduo vocacionado a domesticar uma natureza hostil, em uma zona de difícil acesso, a qual o poder público fracassou em ordenar adequadamente. Restou assim à iniciativa particular, essa espécie de ‘missão’, de povoar e cultivar o capão inculto (Elias, 1990, p. 24) e transformar a paisagem dentro dos planos que lhes foram apresentados. Para isso, o Estado, no âmbito da ‘Marcha’ e nos anos seguintes, lhes ofereceria as condições necessárias ao sucesso de tais empreitadas.

2.1 A prerrogativa de ser colono

Nestes contextos, os grupos mais poderosos veem-se como pessoas "melhores", dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros. Como se processa isso? De que modo os membros de um grupo mantêm entre si a crença em que são não apenas mais poderosos, mas também seres humanos melhores do que os de outro? Que meios utilizam para impor a crença em sua superioridade humana aos que são menos poderosos? (Elias e Scotson, 2000, p. 20)

Entre os colonos interlocutores, as táticas consistem em enfatizar que a colonizadora fazia questão de “chamar gente realmente boa, interessada e trabalhadora” (Interlocutora 7, 88 anos) ou que “só quem realmente era ‘bom’ prosperava e melhorava de vida, e é claro que os paraguaios não iam dar conta, porque não tinham esse ‘espírito de dono’ que a gente sempre teve” (Interlocutor 30, 91 anos).

O crescimento histórico na escala e complexidade da interdependência social gera camadas cada vez mais complexas de "imagem do nós" no *habitus* e na identidade dos indivíduos (Mennell, 2003, p. 194). Conforme os grupos se heterogeneizavam, buscavam ao mesmo tempo a diferenciação, mas também a associação, sendo a categoria “colono” o elemento aglutinador. Isso porque, em suas relações econômicas entre si, mas também com o mercado mais amplo, precisaram engendrar estratégias de posicionamento e inserção.

Expõe Giralda Seyferth que “a temática racial esteve subjacente aos processos de imigração desde 1818, antes mesmo da palavra “raça” integrar o léxico científico brasileiro e as preocupações relacionadas à construção da identidade nacional” (2002, p. 141). A partir desse momento, a imigração começou a ser retratada como um extenso processo civilizatório e uma forma mais racional de ocupação das terras devolutas. O pressuposto da superioridade da raça branca, utilizado como argumento justificativo para um modelo de colonização baseado na

pequena propriedade e na vinda de imigrantes europeus, em contraste com a grande propriedade escravista, foi progressivamente estabelecido a partir da segunda metade do século XIX. (Seyferth, 2002, p. 142)

A chegada dos primeiros alemães ao litoral catarinense data de 1824, mas a colonização efetiva do Vale do Itajaí teve início somente com a fundação de Blumenau em 1850, durante um período de abertura a iniciativas privadas. As empresas de colonização, criadas com esse propósito, podiam adquirir áreas de terra devolutas de até seis léguas quadradas, seja por compra ou concessão, para subdividi-las em lotes e vendê-las a colonos imigrantes (também arcando com os custos de propaganda na Europa). (Seyferth, 2011, p. 48)

No transcurso da República Velha, a questão da imigração assumiu de vez seu caráter estratégico dúplice: demográfico e territorial. A noção de ocupação efetiva das terras brasileiras para a produção ao mercado externo – majoritariamente o café – e, também, o abastecimento interno de gêneros alimentícios motivou a vinda de italianos e alemães ao Brasil, colocando o sistema de colonato como o mais apropriado à concessão da terra e ordenação do trabalho.

A colonização por meio da imigração estrangeira, portanto, tinha como objetivo solucionar dois problemas essenciais: o abastecimento e o povoamento. Houve poucos projetos de estabelecimentos coloniais em terras privadas; a colonização ocorreu principalmente em áreas não ocupadas pelos grandes latifúndios, em terras públicas, e o impacto do povoamento teve uma clara importância na formação das etnicidades. (Seyferth, 2000, p. 146)

As classes políticas e intelectuais cancelaram esse processo, em nome do branqueamento da população como forma de superação de crises e da modernização nacional. Gilberto Freyre, ao discorrer sobre a formação populacional do Brasil, afirmava que “ligam-se à monocultura latifundiária males profundos que têm comprometido, através de gerações, a robustez e a eficiência da população brasileira, cuja saúde instável, incerta capacidade de trabalho, apatia, perturbações de crescimento, tantas vezes são atribuídas à miscigenação”. (Freyre, 2003, p. 34)

Figura 26 - A representação do colono em família, com esposa e filhos, a escolha dos itens cênicos (olhar ao horizonte, ao futuro, as indumentárias e a apresentação do corpo) possuem uma importante dimensão simbólica¹⁹. Abaixo, Monumento aos Pioneiros, situado no Parque Municipal de Toledo.



Fonte: Priscila Lini (julho - 2024)

Substituir esse povo de pouco potencial produtivo pelo “dólico-louro” idealizado por Oliveira Vianna (1938, p. 143), com base nos estudos de Lapouge, significava apurar o contingente humano do país, permitindo que em três ou quatro gerações a nação se convertesse em uma maioria branca. Esse caráter fenotípico estava associado às qualidades intrínsecas, originárias do ‘sangue’ e das inclinações genéticas acumuladas por gerações:

¹⁹ Antônio Pietroforte, em relação ao simbolismo semiótico de monumentos e esculturas, afirma que “tratar a escultura enquanto texto equivale a descrevê-la por meio das relações entre os dois planos da linguagem: (1) o plano de conteúdo, instância dos significados da escultura, gerados em seus percursos narrativos e discursivos; e (2) o plano de expressão, instância da manifestação daqueles significados em disposições de cores e formas. No discurso da escultura, ela se torna, na instância da enunciação, objeto de valor ao alcance dos sujeitos da enunciação, os coenunciadores do discurso. (...) Se esculturas de eventos míticos ou históricos tendem à valorização prática porque suas funções principais são remissões a esses fatos, e esculturas valorizadas utopicamente tendem à valorização de si mesmas enquanto linguagem. (Pietroforte, 2018, p. 145/147/151)

Realmente, o homem dólico-louro (*H. europeus*, de Lapouge) é essencialmente um grande migrador, como o homem braquicéfalo e de pequena estatura (*H. alpinus*, de Linneu) é caracteristicamente um sedentário, estreitamente aferrado ao seu *ubi* e à sua *gens*. Topinard o reconhece, para os tempos modernos, atribuindo á “disposição ao movimento” essa capacidade migratória dos dólico-louros.[...] É natural, portanto, que nas correntes migratórias, que partem daí para nosso país, durante os primeiros séculos, venham numerosos e abundantes contingentes do topo dólico-louro, homens de alta estatura e de temperamento migrador e aventureiro (Vianna, 1938, p. 143/147)

A audácia e o espírito desbravador, associados à disciplina e à habilidade com o trato com a terra faziam do imigrante centro-europeu um tipo ideal, com perfil necessário para reordenar uma nação cuja mão-de-obra estava pensada como em crise e as terras em uma situação de enorme desordem em relação à titularidade, especialmente nos ‘sertões’ do país.

A liberdade era associada ao ócio, e a única maneira pensada de quebrar com esse sistema era incentivando a chegada de colonos estrangeiros. Essa proposta representava “uma fórmula para o progresso, através da inserção do imigrante branco, livre, pacífico e trabalhador, que poderia contribuir para a melhoria e fortalecimento - ou seja, o branqueamento - tanto da população brasileira quanto do trabalho. Nessa perspectiva, aprimorar a população também significava educar o brasileiro para o trabalho”. (Nadalin, 2001, p. 74/75)

Após um breve período de experimentação com contratos de trabalho para imigrantes, o sistema de colonato emergiu como o mais apropriado (Beckford, 1972, p. 95). A legislação inicial, destinada à imigração, revela alguns aspectos importantes. O primeiro deles é que não houve um influxo espontâneo de imigrantes para formar os núcleos coloniais, uma vez que os colonos foram atraídos por meio da propaganda de agentes recrutadores que foram incumbidos de trazer “famílias” de agricultores e artesãos, que também recebiam subsídios, como pelo menos o custeio da passagem. (Seyferh, 2009, p. 41)

O segundo é que não existiam disposições legais referentes à escravidão nesse novo sistema agrícola. O terceiro aspecto é de que em diversos documentos, destacava-se a “vantagem superior” de empregar pessoas brancas, livres e trabalhadoras para efetivar os projetos de colonização. Isso delineou uma clara associação entre a imigração europeia e a colonização, que também evidencia os pressupostos civilizatórios subjacentes. (Seyferh, 2009, p. 41)

Assim, controle, orientação, presença constante e efetiva foram estratégias adotadas

pelos agentes do Estado brasileiro republicano e pela sociedade em processo de modernização em relação ao espaço agrário e suas fronteiras agrícolas. No entanto, os mecanismos de atuação e as formas de articular discursos observados aqui podem ser, em maior ou menor medida, semelhantes aos empregados em processos de colonização em diferentes contextos e períodos históricos.

2.2 Mobilizações e migrações – planos de Estado e projetos de famílias

A transposição dos colonos das regiões de fixação inicial de italianos e alemães – Serra e interior Gaúcho e Vale do Itajaí, demonstrou o esgotamento da fronteira colonial para a expansão de espaço colonial. Extinto o Território do Iguassú e as áreas correspondentes retornando aos governos do Paraná e de Santa Catarina, a região do Oeste paranaense passou a receber mais atenção do Executivo local, em grande parte pela pressão dos políticos que atuaram no Território no decurso de seus três anos de duração.

Estava, pois, planejado que a nova colônia fosse habitada, majoritariamente, por colonos das referidas regiões, o que, de fato, ocorreu. Administração adequada e pessoas adequadas para a constituição de um novo espaço colonial garantiram a realização do empreendimento colonizador articulado entre Estado e empresas.

Pelo Decreto-Lei 646 de 20 de junho de 1947, o então governador Moysés Lupion, considerando a necessidade de ser intensificada a colonização, com a existência de migrantes e o povoamento intensivo, racional e prático, criou a FPCI - Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (Gregory, 2002, p. 91):

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o art. 6º, nº IV, do decreto-lei federal nº 1.202, de 8 de abril de 1939, e, considerando a necessidade de ser intensificada a colonização do território estadual;

considerando a existência em países europeus, de grupos de imigrantes, úteis e laboriosos, muitos providos de recursos financeiros e industriais próprios; considerando o interesse Nacional, pela importação de braços para a lavoura e a pecuária; e

considerando que o imigrante proprietário é das mais valiosas aquisições para o Estado, pois fica vinculado ao solo pátrio, com reais interesses no seu progresso, na sua força, na sua grandeza;

considerando o atual desequilíbrio das populações rurais do Estado, que

enquanto fazem prósperas certas zonas de culturas especializadas deixam ao abandono o restante do território estadual, acarretando óbvios inconvenientes administrativos e sociais;

considerando que ao Estado interessa, imediatamente, o povoamento intensivo, racional e prático, de todo o seu território; e
considerando mais, em face dos interesses Nacionais e dos entendimentos já elaborados com o Governo Federal, a conveniência de uma organização descentralizada da pública administração, mas sob o controle do poder público – que sirva precipuamente a essa finalidade colonizadora:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Governo Estadual autorizado a instituir, com patrimônio próprio, uma fundação denominada – Fundação Paranaense de Colonização e Imigração”, destinada a promover o aproveitamento das riquezas naturais e a exploração econômica do Estado por meio da colonização de suas terras, devolutas ou não, em áreas a serem, oportunamente, situadas e demarcadas.
Art. 2º - Essa colonização, obedecida as disposições de lei, deverá ser baseada no regime de pequena propriedade e ter um sentido agro-industrial. (...)
(Estado do Paraná, 1947)

O sustentáculo do discurso oficial residia em algumas diretivas articuladas. Primeiramente o povoamento e conquista efetiva do território por uma raça nova e prolífera constituída por famílias de colonos, o que era um objetivo não só de natureza política, mas igualmente militar e estratégica: ocupar, colonizar, significava controlar o país (Nadalin, 2001, p. 75). Foi um processo que conseguiu arregimentar não somente a iniciativa privada para a consecução de uma finalidade supostamente pública, mas exercer a confluência de interesses para a ordenação do território, do capital e da demografia do Estado.

Sob uma perspectiva de estratégia diretiva em permanente curso, a crise econômica global e as incertezas enfrentadas pelas empresas estrangeiras envolvidas na produção de erva-mate na região do Oeste do Paraná resultaram na desativação de seus empreendimentos ou na falência delas. Esse cenário criou oportunidades significativas para o investimento de capitais nacionais após o término da Segunda Guerra Mundial, ainda que esses capitais estivessem em mãos de descendentes de imigrantes estrangeiros vinculados a países do Eixo – Alemanha e Itália.

Porém, o controle exercido na Era Vargas sobre essas populações, com medidas limitativas como o uso do idioma europeu, a restrição de circulação de periódicos e materiais de propaganda, a vigilância às associações, foi também coordenado com outras formas de dirigismo colonial, com a concessão de terras e do incentivo à vinculação nas pequenas

unidades produtivas como forma de pertencimento e integração à comunidade nacional.

No contexto da política da Marcha para o Oeste, o país iniciou um processo de ocupação de suas terras fronteiriças, com destaque para a região do recorte de pesquisa. A legislação e os encaminhamentos políticos adotados criaram dificuldades à continuidade das atividades de exploração pelas empresas estrangeiras argentinas e inglesas que se estabeleceram nas grandes glebas, incentivando assim o surgimento e a consolidação de empresas madeireiras e de colonização de origem nacional, que adquiriram essas terras. Destacam-se as seguintes empresas: MARIPÁ – Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A, Pinho e Terras Ltda., Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda., Colonizadora Gaúcha Ltda., Colonizadora Matelândia Ltda., e a Colonizadora Criciúma Ltda. (Gregory, 2002, p. 93)

A colonização do Oeste só foi possível porque grupos empresariais tomaram a si a responsabilidade de desbravar e ocupar vastas áreas na região distribuída em firmas com espaços previamente demarcados. Assim foram as terras da Companhia Territorial Sul-Brasil, cujos domínios eram do Rio Uruguai ao divisor com o Paraná, os Stangler, Radaelli, Muxfeldt, Zanella, Pavan, adquiriram áreas menores e colonizaram com o pessoal de suas origens. A Pinho e Terras, uma companhia liderada por Alberto Dalcanalle, procedeu da mesma forma: em São Miguel do Iguaçu, os Cavalcas; em Medianeira, Soccol e Callegari; em Matelândia, Benjamin Biazus; em Céu Azul, Alfredo Ruaro, e assim por diante. (Angeli²⁰, 1998, p. 53)

Essas companhias adquiriram, do Governo do Paraná ou dos antigos detentores das concessões de exploração de madeira e erva-mate das barrancas do Rio Paraná, as extensas áreas até então concedidas, dividindo-as em frações de terras rurais – organizadas em ‘linhas’ – e em lotes urbanos.

Na colonização rural do Oeste do Paraná entre as décadas de 1940 e 1960, o termo ‘linhas’ designava um sistema de organização territorial baseado em estradas projetadas a partir dos cálculos de agrimensores, que serviam como eixos para a divisão de lotes rurais. Esse modelo, influenciado por processos de colonização semelhantes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, consistia em distribuir propriedades em faixas paralelas ao longo dessas vias, facilitando o acesso e a demarcação. Empresas colonizadoras, como a Companhia Pinho e Terras, Bento Gonçalves e a MARIPÁ, utilizavam essa estrutura para atrair os migrantes

²⁰ Heitor Lothieu Angeli foi um agrimensor que atuou para várias companhias colonizadoras do Oeste catarinense, do Sudoeste e do Oeste do Paraná, na divisão das glebas e lotes. No ano de 1998 escreveu o livro *“Memórias de Pioneiros”*, que será abordado com mais detalhamento no capítulo 4.

oferecendo lotes para agricultura familiar, em contraste com o latifúndio tradicional (Wachowicz, 1987, p. 150/180; Balhana, 1969, p. 120/145).

Figura 27 - Placa indicativa da localização da Linha Ouro Verde, zona rural de Marechal Cândido Rondon – PR



Fonte: Priscila Lini (julho – 2025)

As ‘linhas’ não apenas organizavam o espaço, mas também definiam comunidades, recebendo nomes como Linha Gaúcha ou Linha Ouro Verde, muitas vezes associados a características geográficas ou simbólicas. Ao longo delas, surgiam escolas, capelas e pequenos comércios, consolidando núcleos sociais que posteriormente deram origem a vilarejos e até municípios, como Medianeira e Itacorá – município este que acabou submerso pelo Lago de ITAIPU em 1982. O padrão de ocupação refletia a própria estratégia de colonização planejada, marcada pela pequena propriedade policultora, em oposição ao modelo de grandes fazendas com vias próprias, que atravessam uma mesma propriedade por vários quilômetros (Machado, 2004, p. 112; Debret, 2010, p. 99).

O legado desse sistema persiste na toponímia rural e na estrutura fundiária da região,

evidenciando como as "linhas" foram fundamentais na transformação do Oeste do Paraná. Essa organização territorial não apenas facilitou a ocupação, mas também influenciou a identidade cultural das comunidades, integrando-as a um processo mais amplo de desenvolvimento agrícola no Sul do Brasil (Seyferth, 1999, p. 55/70; Martins, 1975, p. 88).

Figura 28 - Indicação das “linhas” União e Gaúcha, no distrito de São Clemente – Município de Santa Helena



Fonte: Priscila Lini (julho - 2024)

Não raro, famílias inteiras adquiriam terras contíguas nessas linhas: vários irmãos, sogros e genros, primos e compadres, todos já se arranjavam desde as suas localidades originárias, e replicavam suas redes de solidariedade e parentesco, de maneira a facilitar o processo de adaptação dificultoso dos primeiros tempos. Conforme Muller: “Um aspecto de semelhança cultural que estabelece confiança mútua e segurança aos colonos é a presença de

parentes próximos. Em Toledo, como demonstra uma amostra casual de duas subdivisões das terras da MARIPÁ, chamadas perímetros, aproximadamente 40% dos proprietários têm parentes vivendo nas proximidades”. (1986, p. 94) Lidar com as mesmas pessoas com que estavam habituados na terra natal significava segurança e garantia de que a mudança não significava, necessariamente, perda ou dispersão. Por outro lado, era também uma forma garantida de autoproteção contra os ocupantes originários da região, especialmente indígenas, mas não somente, aos quais a suposta “homogeneidade” e “excelência” dos migrantes se estabelecia, num verdadeiro processo de fechamento social.

Muito superior ao simples Sistema de ocupação Quadrado, é uma forma resultante da divisão de terras, que respeita cuidadosamente a paisagem natural de uma área. O Sistema adapta-se à topografia e hidrografia, e tem influência direta sobre os declives, viabilidade de água, tamanho e forma dos lotes, distância e alinhamento de ocupações, grau de isolamento dos colonizadores, distância dos serviços urbanos e construção e manutenção das estradas. Longos Lotes que sobem do rio para a parte mais alta da região em alinhamento com a drenagem natural, podem dar a cada propriedade acesso imediato a ambos, rio e estradas. Mais além, um Sistema de Longos Lotes possibilita uma distribuição equivalente de vários tipos de solo e declives para cada propriedade. Estas são as razões principais para a escolha do Sistema de Longos Lotes pelos planejadores da Maripá. O Sistema de Longos Lotes foi trazido a Toledo do sul do Brasil, e para lá foi levado pelos colonos vindos da Alemanha. Quando os primeiros agrimensores e planejadores emigraram para o sul do Brasil, imediatamente reconheceram as semelhanças das paisagens montanhosas e de florestas densas daqui com as da Europa, e reconheceram a conveniência do sistema *Waldhufen* para esta paisagem. (Muller, 1986, p. 106)

As linhas também confirmavam a garantia dominial e a confiança depositada em uma classe de profissionais: os agrimensores. Contratados pelas companhias logo no início das prospecções da área, organizavam a divisão das terras no sistema de “Lotes Longos”, que previam o acesso por estradas em linhas – por isso a denominação das comunidades rurais – e fundos com acesso preferencialmente a cursos d’água ou declives.

Figura 29 - Planta da divisão das glebas rurais da Fazenda Britânia, comercializadas pela Colonizadora MARIPÁ



Fonte: Museu Histórico Willy Barth

Os agrimensores detinham grande prestígio, pois seu trabalho, além da garantia da oficialidade das terras, tinha um caráter quase heroico, realizado em acampamentos em meio à mata, suscetíveis aos perigos da *floresta*.

Os mapas projetados no período de 1948 a 1954 [pela Colonizadora Gaúcha] constavam de 907 colônias que eram loteadas e medidas em alqueires, por engenheiros como Adolpho Strabel e Hercílio Felipe e os topógrafos João Félix Rolim de Moura, José de Moura Torres, Marciano Batista, Leodato Fernandes e Euclides Felipe. O engenheiro Hercílio Felipe não conseguiu concluir seu trabalho, atacado por uma cobra, veio a falecer logo a seguir, pois não havia soro antiofídico suficiente, e outros recursos no local. O trabalho de divisão das terras foi concluído pelo engenheiro Anísio Paim da Rocha (SMCE/SMI, 2000, p. 38)

Outros incentivos agregadores eram proporcionados. Em alguns casos, como da Colonizadora Bento Gonçalves e da Colonizadora Gaúcha, um lote urbano era concedido como acessório à aquisição de uma área rural, conforme afirma Luiz Roberto Cardoso de Oliveira (1981, p. 4) “o sistema varia um pouco de um projeto para outro, mas a compra de um lote rural

garante a propriedade de pelo menos um lote urbano”.

No anúncio da venda de lotes na cidade de Medianeira, assim como os benefícios da terra para o cultivo, também é divulgada a oferta de lotes urbanos, com a gravura do mapa da cidade planejada ao fundo da peça publicitária, endereço do escritório e identificação do representante de vendas.

Figura 30 - Propaganda veiculada em jornais de Porto Alegre e Caxias do Sul de vendas de terras em Medianeira – PR

CIDADE MEDIANEIRA
 PROPRIEDADE DA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA BENTO GONÇALVES LTDA.

As informações que facilitam uma boa colheita são essenciais para o produtor de produtos de alta qualidade. **Desempenha uma colheita com 25.750 m. q.** e os lotes urbanos para construção das casas modernas no parcelamento que desenvolverá sempre as mesmas.

Além disso, desfrute ainda as vantagens existentes no parcelamento urbano da futura cidade. **EXISTEM SOMENTE MAIORES LOTES.**

Endereço:
 Rua Toledo, 119 - Fone: 119 - Caixa Postal 119 - MEDIANEIRA - Par. do Iguaçu - PARANÁ

VALORISE SEU DINHEIRO
 Adquirindo Lotes Urbanos na Futura Cidade Medianeira - Paraná

Desenvolva de Agrícola - Queremos as suas ideias para esta colheita.

AS MELHORES TERRAS para todas as culturas, principalmente:

CAFÉ — ALGODÃO — FUMO — CANA DE AÇÚCAR — ARROZ — MILHO — TRIGO, etc., etc., etc. **TERRAS QUE CONTAM COM — Grandes Palmeiras —**

JÁ FOI INICIADA A VENDA DE LOTES URBANOS

A EMPRESA AVISA QUE FORNECERÁ ESCRITURAS no ato do negócio.

Para maiores detalhes e informações sobre as ESCRITURAS de BENTOS GONÇALVES, consulte o endereço:

JOSE CALEGARI
 a Rua Municipal, esquina nº 119 BENTOS GONÇALVES - Rio Gr. do Sul

PLANTA DA CIDADE MEDIANEIRA

Fonte: Revista Mosaicos

Considerando que a negociação se dava em relação à nua propriedade, sem benfeitorias, a terra deveria ser entregue ao novo proprietário livre – mas não necessariamente limpa – e muitas vezes a companhia conseguia aferir uma dupla lucratividade sobre a gleba. De maneira que, em alguns casos, essas companhias ao tomarem posse de seus domínios, desbastavam a mata nativa e comercializavam a madeira, como informa a própria denominação da colonizadora Madeireira Rio Paraná – MARIPÁ.

Eu juntei umas economias e vim, junto com um tio e um primo para conhecer. Lá em Guaporé, Serafina [Correa], Veranópolis, não se falava em outra coisa, era representante das firmas anunciando na praça, indo nas colônias, fazendo propaganda mesmo, que era terra vermelha e boa, que ia dar certo, era só ter um pouco de coragem e segurar as pontas por um tempo, mas que eles davam assistência. Daí eu vendi leite, consertei telhado, trabalhei no fumo, fiz o que apareceu. Um ano e meio, sem nem comer um doce, de tanto que juntei. E aí eu vim, ainda moço, comprei uma gleba boa, que passava até rio. Meu outro primo cuidou das vacas leiteiras que eu deixei lá em Veranópolis. Também

ficou minha noiva lá. Passei uns oito, nove meses, até ajeitar pelo menos uma casinha e uma estrebaria pequeninha. Aí sim que se organizamos entre mais três compradores e fizemos um carroto só pra mudança, que era pra economizar. Daí quando eu cheguei lá, a R., que era minha noiva, falou assim: “Ainda bem que tu deixou as vaca, porque se não fosse pra buscar elas aqui, duvido que tu voltava só pra me buscar”. Mas aí que eu dei risada, e disse “Mas é bem capaz mesmo, pega as coisa tudo, pegas tuas panela, as tuas colcha, que a casa tá esperando”. Aí ela foi, faceira que só ela. E fizemos um dos primeiros casamentos lá da [Igreja] Sagrado Coração. Foi bom que foi barato, porque o casamento teve pouco convidado! Era só nós e umas dez, doze famílias lá! O assado teve que ser carne de caça, matamos uma anta e servimos de churrasco, porque nem tinha criação ainda aqui. (Interlocutor 22, 83 anos)

A partir dessas articulações, de origem e de destino, novos núcleos populacionais se desenvolviam, sem que fosse perdido o controle demográfico, étnico, e, sobretudo, político-econômico característico desse projeto. Os sobrenomes Barth, Dalcanalle, Ruaro e dos acionistas das companhias colonizadoras se repetem na formação e na organização das comunidades que deram origem às atuais cidades do Oeste paranaense, alguns um pouco antes, no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná. As prefeituras e câmaras de vereadores resultantes dos processos de emancipação deram a continuidade formal desse processo, oficializando o domínio na dimensão executiva e legislativa.

Tais emancipações, negociadas na capital por agentes diretamente beneficiados, formaram uma aglutinação de interesses que se estende até a atual conjuntura. A organização, aparentemente espontânea, heroica e comunitária, baseada, supostamente, em valores comuns e trabalho comunitário, serve apenas como simulacro de uma estratégia pensada e executada com grande controle e prévio planejamento.

Figura 31 - A escolha das denominações e dos dispositivos urbanos mantêm ativa a presença das companhias colonizadoras no cotidiano local. Na imagem, placa de sinalização da Avenida Maripá, uma das principais de Toledo – PR



Fonte: Priscila Lini (julho - 2024)

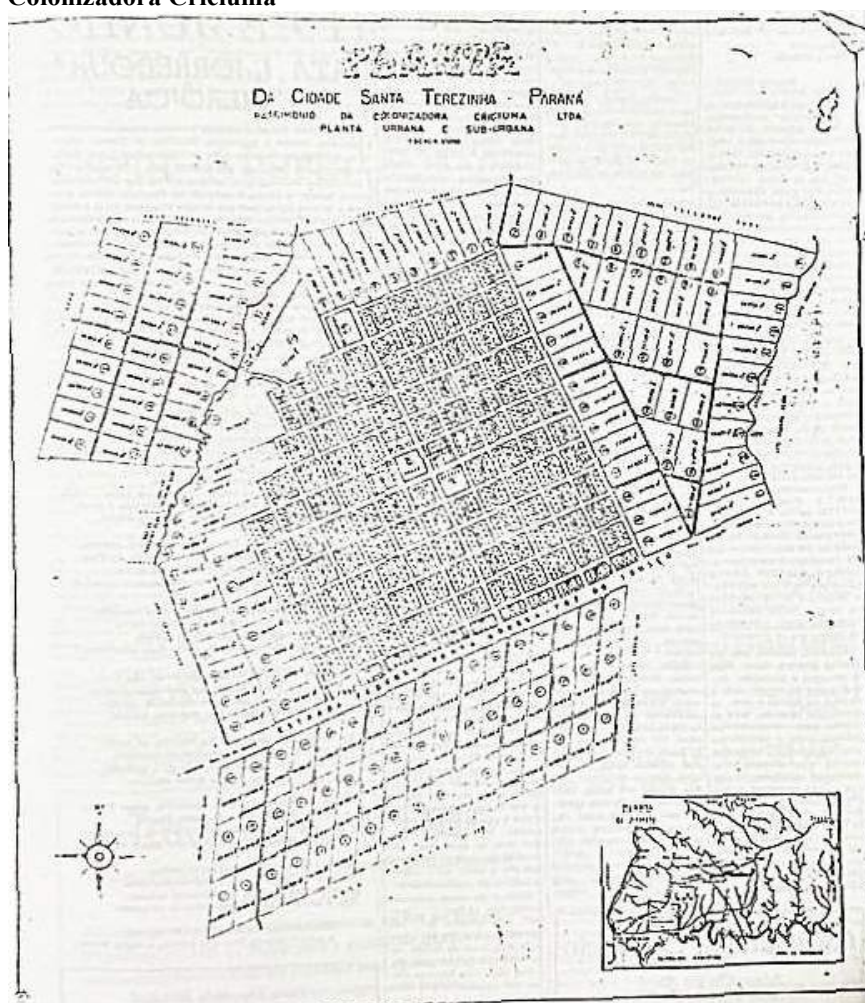
A compra de terras, aparentemente livre e aberta a qualquer interessado, bastando reunir recursos para tal, não passava de mera construção discursiva. Primeiramente, porque para reunir capital para adquirir as frações de terra era necessário um investimento considerável, inviável para posseiros ou ‘caboclos’. Segundo, acontecia uma seleção étnica – às vezes tácita, mas não raro, expressa de modo aberto. Conforme Cristiano Desconsi, “o acesso ou não à terra e ao trabalho, bem como outras dinâmicas do desenvolvimento que se envolvem em cada momento histórico os atores migrantes, não são dados ou construídos somente por eles, mas estão inscritos em vetores que por vezes estruturam lugares considerados de origem e destino, mesmo que de modo peculiar”. (2011, p. 31)

Certo é que esse primeiro movimento migratório coordenado em direção ao Oeste do Paraná, visando à colonização e à exploração das terras, teve como característica central uma

rede articulada entre o Governo do Paraná e a iniciativa privada, com a implementação de um sistema de povoamento operacionalizado por essas companhias colonizadoras. Tal ação pode ser explicada por intermédio das sucessivas concessões e revogações de domínios de terras, primeiramente concedidas às companhias ervateiras – as denominadas *obrages* – que depois foram transferidas pelo governo do estado a outras empresas, dessa vez companhias colonizadoras com sede no Rio Grande do Sul.

Tal complementariedade se explica, no contexto da “Marcha para o Oeste”, como um processo de colonização e de ocupação de terras fronteiriças, aqui analisado o Oeste paranaense. Legislação e encaminhamentos políticos criaram, portanto, dificuldades à manutenção dessas explorações estrangeiras, favorecendo a criação e o estabelecimento de companhias madeireiras e de colonização nacionais que adquiriram suas terras (Gregory, 2002, p. 93).

Figura 32 - Planta da cidade de Santa Terezinha de Itaipu planejada pela Colonizadora Criciúma



Fonte: Silva, 1995

Esse procedimento criou condições objetivas para o declínio das explorações estrangeiras, ao mesmo tempo em que favoreceu a consolidação de empresas de capital nacional – mas com acionistas de ascendência alemã e italiana – de colonização e extração madeireira. Como demonstram os registros da Companhia MARIPÁ (1945-1952), a transição foi viabilizada por três mecanismos principais: a invalidação progressiva de títulos *obrageros*, a concessão de créditos preferenciais a companhias brasileiras, e a militarização seletiva de áreas estratégicas (Arquivo MARIPÁ, 1952, fls. 18-22).

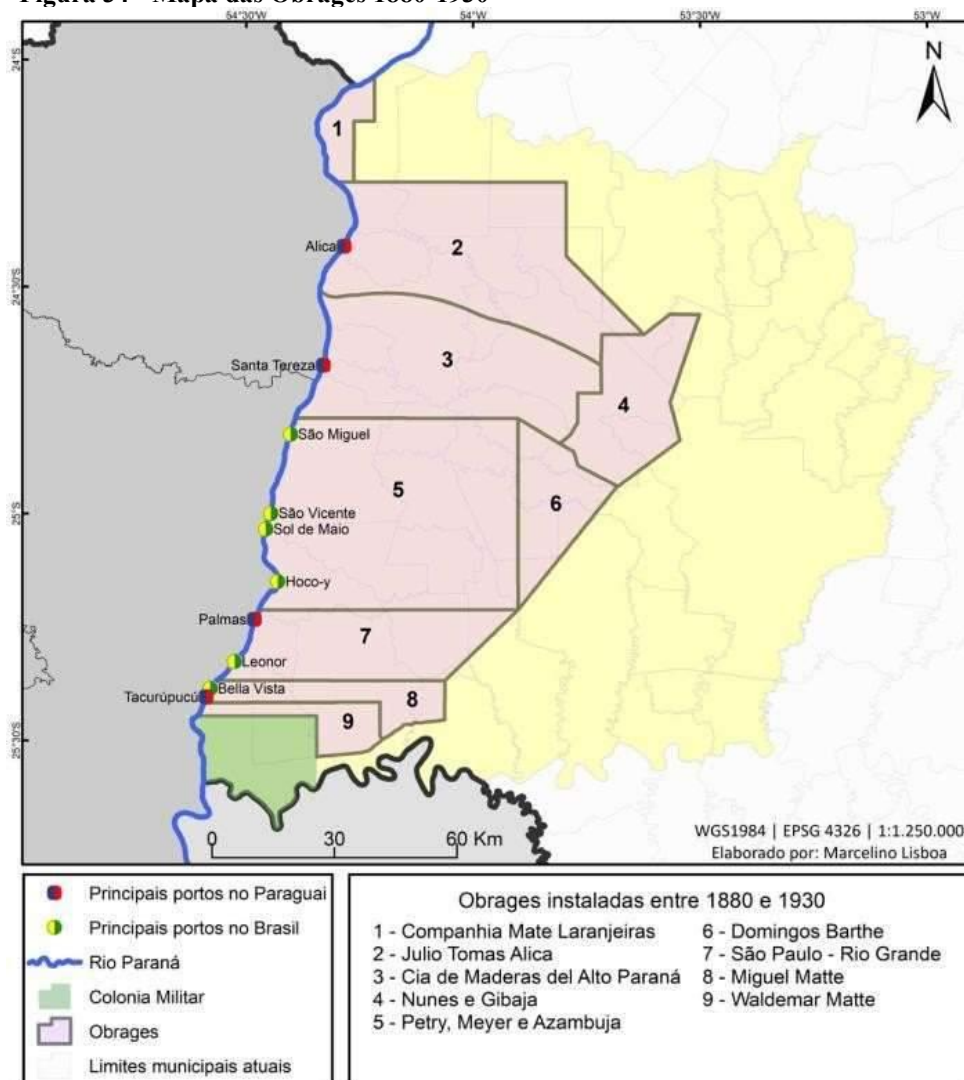
Figura 33 - Ferrovia da Empresa Matte Larangeira, na região de Guaíra-PR – Década de 1930



Fonte: Recorte da Revista Baldwin – Acervo de José Wille para o projeto Memória Paranaense

Substituindo o antigo modelo de concessão de glebas extensas – o território de Guaíra até Foz do Iguaçu, em uma extensão de aproximadamente 200 km, até os anos 1940 estava sob domínio de alguns poucos particulares (Companhia Matte Larangeira, Julio Tomas Alica, Miguel Matte, João Emilio Matte, Companhia Madeireira do Alto Paraná/Fazenda Britânia, Petry, Meyer e Azambuja, São Paulo – Rio Grande, Waldemar Matte, Domingos Barthe e Nuñez & Gibaja), o povoamento agora seria mais efetivo, pois ordenava tanto o território rural, mas já planejando as primeiras estruturas de urbanização de pequenas cidades e conjuntos administrativos.

Figura 34 - Mapa das Obrages 1880-1930



Fonte: Lisboa *et al* (2022)

Este processo teve início na década de 1940 e perdurou até meados da década de 1960, e foi dirigido também por migrantes oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na condição de acionistas das companhias colonizadoras. Como mencionado, esse sistema, que se baseava na divisão de pequenas propriedades rurais, inicialmente destinadas à policultura de subsistência, também abrangia a venda de lotes urbanos, com projeto de arruamento, praças e o traçado inicial da cidade planejada.

O referido modelo de empreendimento desenvolveu-se rapidamente por meio da venda desses lotes e glebas, com a migração de diversas famílias de colonos de origem italiana, alemã e, em menor número, polonesa, atraídas por agentes que percorriam as localidades interioranas gaúchas e catarinenses, onde as terras já se inflacionavam. De maneira que, com tais

composições previamente organizadas, estava dado o contexto ideal para o estabelecimento de futuros grupos e facções políticas locais nesses novos municípios – com a futura criação de prefeituras, poderes legislativos, comarcas e cartórios - já dependentes e fiéis ao governo estadual da época, consolidando o poder e a rede de influência nos agentes envolvidos nesses empreendimentos.

2.3 Protagonistas e coadjuvantes – a sobreposição das gentes

Retomando o conceito de Bosi, colonização, assim, é figurada como um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais (1992, p. 15), bem como garantir o domínio político articulado com as elites já consolidadas. O discurso da Marcha para o Oeste possui contradições em si mesmo, uma vez que trata de um “vazio demográfico” a ocupar pelos imigrantes de origem europeia, mas ao mesmo tempo reconhecendo a presença de pessoas cuja cidadania não é considerada como plena ou apropriada, e, portanto, passível de ser deslocada ou removida da zona de interesse.

Vargas incorporou o Brasil central e sua população ao repertório ideológico de seu regime. O Estado havia arrumado o palco com pioneiros vigorosos e funcionários valorosos [...] num discurso intitulado Rumo ao Oeste, difundido pelo DIP em setembro de 1940, Rondon enalteceu as contribuições indígenas para a história brasileira, e o inestimável papel do Estado para a sua integração. [...] O vasto interior, principalmente as regiões Norte e Centro-Oeste, permanecia esparsamente povoado. Muito índios, é claro, fugiram para o interior justamente por estas razões. Mas os seus dias de isolamento, anunciou o governo, estavam contados. (Garfield, 2000, p.16)

Tal situação também se fez presente no Paraná e em Santa Catarina, territórios tradicionalmente ocupados por povos Guarani, Kaingang, Xokleng e Xetá, que à altura sequer foram considerados como presença passível de ocupação da terra. “Da perspectiva dos indígenas, a Marcha para o Oeste foi um processo acelerado de catástrofe (...) os Guarani encontrados pela Marcha estavam historicamente mortos, relegados ao passado, existindo como espectros de outra realidade sepultada pelo tempo.” (Bergold, 2016, p. 189)

Sua presença era sabida e reconhecida, tanto que foram empregados exaustivamente como mão-de-obra para as *obrages* ervateiras, auxiliaram a abertura de estradas e picadas na mata, e até mesmo assumiram postos no Exército no começo do Século XX. Inclusive, alguns

interlocutores mais idosos, chegados entre as décadas de 1940 e 1950 relatam em suas memórias a presença de indígenas, muito embora em uma versão carregada de estereótipos²¹, ou mesmo lhes atribuindo a identificação como *paraguaios*:

Eu lembro que tinha sim uns índios, assim, *índio mesmo, de viver em maloca e ser mais primitivo*, mas também tinha os paraguaios, que também eram meio índios, falavam guarani, e até trabalhavam pra derrubar tora, trabalhavam por diária. (Interlocutor 2, 82 anos) [Grifos da autora]

A categoria *paraguaio* seguidamente é empregada com múltiplos significados. Em alguns momentos, especialmente nos documentos e discursos mais antigos, é usada para designar os trabalhadores das *obrages* e da extração de madeira. Em circunstâncias mais atuais, pode indicar grupos indígenas, assim denominados como forma estratégica de negação à ocupação territorial de terras brasileiras contíguas à fronteira.

Fato é que a presença indígena não pôde (e, todavia, não pode) ser ignorada nesse processo de configuração territorial. As toponímias o confirmam, assim como interlocutores que em suas memórias admitem: “A gente ouvia que tinha índio, *índio mais manso e índio mais brabo*, que dava um pouco de medo”. (Interlocutor 3, 81 anos) [Grifos da autora]

Aqui *nem tinha gente*, só mato. Se sabia que tinha uns *paraguaios* que ficaram perambulando depois que as empresas de mate saíram, que às vezes faziam um serviço tipo de boia-fria assim, de carregador, ajudando a destocar, coisa simples, de trabalho pesado de roça. Mas só. *Usavam uns trapinhos, tinham cara de índio, claro, porque tinham sangue de índio, mas não se pintavam mais, não faziam mais as coisas de tribo nem nada*, já rezavam até, porque quando a mãe e a tia iam puxar o terço no fim do dia, uns até participavam, meio de longe, meio com vergonha, mas sabiam as rezas. Eu era piazinho e lembro disso, pra tu ver como são as coisas. (Interlocutor 4, 77 anos) [Grifos da autora]

O colono, como ficou conhecido popularmente, se fundamentou numa imagem e discurso valorativo de trabalhador familiar, classificando e estigmatizando a imagem de outros sujeitos que também estiveram presentes no Oeste do Paraná e de outras regiões, especialmente posseiros, indígenas e *caboclos*. Partindo dessa premissa, é possível perceber a presença de fronteiras entre grupos de etnias diferentes no mesmo espaço colonial, considerando os

²¹ É através do uso de estereótipos, principalmente de natureza moral, que as classificações e hierarquias são realizadas, presumindo que qualidades e vícios de cada raça considerada inferior (inclusive os mestiços) são biologicamente determinados. Assim, para o discurso racista não basta estabelecer os ditames da inferioridade através de traços fenotípicos; ele é mais eficaz quando uma característica do fenótipo pode pressupor determinados comportamentos que desqualificam socialmente. (Seyferth, 1993, p. 186)

movimentos e fluxos migratórios. (Dezordi, 2013). Reconhecer a presença indígena, assim, entraria em conflito com a tese fundante do colonialismo interno orientador da Marcha para o Oeste, da alegação de vazio demográfico e ausência de pessoas hábeis ao trabalho.

Figura 35 - Porto Britânia, à margem esquerda do Rio Paraná, no atual município de Pato Bragado. Localizado na área da então Fazenda Britânia, era um dos pontos de escoamento da produção de madeira e erva-mate das *obrages*



Fonte: Acervo do Projeto Memória Rondonense

Desde o início da colonização do Sul do Brasil, a ideia de “campos ermos e florestas”, como consta da letra do Hino do Paraná²², é sucessivamente evocada, em todos os ciclos. Desde os caminhos dos tropeiros, das vacarias, dos ervais, a ideia de que o território permanecera desabitado foi fundamental para a própria formação política do Estado. Importante sempre considerar que, conforme Dezordi (2013, p. 54) “na história das migrações e ocupação do

²² A segunda estrofe do Hino do Paraná tem a seguinte composição:

Outrora apenas panorama

De campos ermos e florestas

Vibra agora a tua fama

Pelos clarins das grandes festas (Estado do Paraná, 2024)

território paranaense, o elemento indígena, muitas vezes, representava um empecilho à política de povoamento e estabelecimento de fazendeiros”.

O estratagema mais usual, que perdura até a atualidade, a designação dos indígenas como *paraguaios*, em razão da micromobilidade (Melià, 2008, p. 108), do domínio do idioma guarani e dos constantes fluxos entre uma margem e outra do Rio Paraná, no que é denominado amplo espaço itinerante da *tekoha guasú* (Brand, 2005, p. 8). Há uma dupla vantagem nesse discurso: lhes nega o pertencimento à comunidade local e nacional, ao mesmo tempo que oculta a presença indígena ancestral no território, evitando assim as demandas por reconhecimento e demarcação de terras.

Aqui não tem mais índio, tem uma e outra tribo ainda meio perdida por aí depois do Lago [de ITAIPU Binacional], uma em São Miguel [do Iguaçu], e outras mais ali pra cima, em Terra Roxa e Diamante [do Oeste]. Mas de resto? É tudo uma *paraguaiada* safada que fica nessas de retomada pra pegar terra boa e já pronta dos colonos. Eles não têm rumo, andam por aí que nem mendigo, ficam na cidade pedindo esmola, dando trabalho pro [Serviço] Social da prefeitura. Só querem saber de ganhar coisa: roupa, cesta básica. Se não fosse a gente, eu não sei o que teria sido dessas terras aqui, ia estar tudo na ‘idade da pedra’. (Interlocutor 5, 53 anos)

De fato, até a formação do Lago de ITAIPU Binacional estimavam-se 32 *tekohas* guarani nas áreas adjacentes dos municípios lindeiros, porém, foram demarcadas no lado brasileiro apenas três reservas indígenas (Brant de Carvalho, 2013, p. 348). Os movimentos de retomada por parte dos Guarani (*avá* e *mbya*) permanecem em curso, com violentas reações de proprietários rurais nas terras às margens de onde corria o Rio Paraná, atualmente represado por um megaempreendimento estrutural de geração de energia. O espaço que lhes foi reservado é o de figurantes em lendas e memórias que enobrecem o trabalho e valorizam o triunfo dos colonizadores. (Bergold, 2016, p. 189)

Nos discursos elaborados na região, sujeitos, fatos e imagens ganham significados conforme as categorias e chaves de compreensão desejadas. “A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo.” (Bosi, 2003, p. 31)

Privilegiar o colono, atribuindo a condição de primazia na ocupação e domínio do espaço, é ferramenta importante de manutenção e reforço constante dos poderes constituídos. Tanto a memória elaborada no seio das famílias, nas contações de histórias e nos álbuns

fotográficos em preto e branco, como nos paços municipais, nos estabelecimentos de sociabilidade, nas escolas e instituições, a construção discursiva do pioneiro desbravador, da superação de dificuldades e o apreço ao trabalho e às tradições trazidas consigo junto com os pertences é uma constante nessa região. No caso, há uma certa liberdade autorreferencial²³, a possibilidade de romantizar ou enaltecer determinados predicados pessoais e acontecimentos, em nome da cristalização de uma moralidade e de uma memória coletiva ancorada no arrojo da ação individual.

No caso dos descendentes de imigrantes europeus no Brasil, a elaboração de um esquema de padrões de comportamento estava a cargo dos próprios colonos originando assim um grau de iniciativa e independência condicionado às necessidades da própria situação cultural (Willems, 1946, p. 248). A história transmitida por documentos e pela imagética transparece esse apelo, misturando fatos documentados – ou ao menos documentáveis – às próprias biografias escritas pelos chamados pioneiros, sem estabelecer limites claros do que é acontecimento ou apenas uma concepção nostálgica.

Nesses fatos e estruturas, em que o individual e o coletivo formam uma memória social, há que se diferenciar memória de nostalgia, pois ambas são práticas de acumulação. O papel dos quadros sociais da memória incorpora silêncios, recortes e subterrâneos sublimados. Em memória e nostalgia devemos considerar o revanchismo. Como podemos explicar a categorização: quem são trabalhadores “de bem” (no caso, os pioneiros) e quem são os desordeiros, os incômodos e os indesejados? Existem modos de representação que geram uma dicotomia. (Pollak, 1989, p. 5)

Reconhecer a presença e a importância dos ocupantes anteriores do território se torna contraproducente a toda a máquina colonial. Atribuir aos colonos a primazia da conquista do espaço é elementar para a atribuição de legitimidade no processo de apropriação da terra, pois todas as relações ali estabelecidas são dela dependentes.

²³ Conforme Serge Moscovici (2011, p. 77) essa liberdade refere-se a um estilo comportamental que corresponde à organização dos comportamentos e opiniões, ao desenvolvimento e à intensidade de sua expressão. Ao adotar um estilo comportamental, o grupo ou indivíduo que almeja ser reconhecido e identificado socialmente, e dessa forma ser um agente potencial de influência, deve cumprir três condições: (a) estar consciente da relação existente entre o estado interior e os signos que utilizará, mantendo-se dessa forma seguro do ponto de vista que defenderá; (b) utilizar sinais de forma sistemática e consistente, a fim de não gerar mal-entendidos por parte do receptor e (c) assegurar que seu ponto de vista não será modificado no decorrer da interação com o outro.

2.4 Memórias escolhidas, memórias construídas

São fartos os exemplos, extraídos dos compilados de resgate de memória organizados pelos municípios – com nomes, depoimentos, datas de chegada – mas também nos relatos de conversas com interlocutores. Sobre a flora local, por exemplo, no livro que reúne as memórias de São Miguel do Iguaçu consta o seguinte trecho: “Existia sim uma floresta fechada, o caminho que levava à futura Gaúcha era precário, parecia um túnel verde e sombrio.” (SMCE/SMI, 2000, p. 79) A ideia de uma natureza obscura e bravia, de animais que espreitavam entre as árvores da floresta, reforça a concepção da necessidade de *limpeza* e higienismo. Quase não se emprega o termo *desmatar* uma área, mas sim, *limpar* ou *preparar*. Assim, o sentimento de culpa pela degradação ambiental também passa a ser relativizado.

Figura 36 – É muito comum no Oeste paranaense que famílias pioneiras doem seus itens antigos para a composição dos acervos de pequenos museus e centros de memória. Abaixo, artefatos em exposição no Espaço da Memória Roberto Marin – Medianeira



Fonte: Priscila Lini (julho - 2023)

Os conteúdos transmitidos nos currículos escolares também contribuem para a replicação de tais significados, exaltando nas aulas de história e nas datas comemorativas, como a ‘Semana da Pátria’ ou o ‘Dia do Município’, a mitificação das personagens que protagonizaram a colonização. Conforme Bourdieu (2007, p. 295) “o modo de pensamento substancialista que, limitando-se aos elementos diretamente detectáveis, a saber, os indivíduos, abstrai, fazendo a mímica de fidelidade ao real, é a estrutura de relações de onde os indivíduos recebem todas as suas determinações sociologicamente pertinentes.” Esta estrutura se atualiza e reedita em performances concretas. Assim, pensando na escola, cabe lembrar que, também no Oeste Paranaense:

Recitações, coros, poemas, apresentações teatrais e muito mais eram algumas das atividades realizadas pelos alunos. Representando a Pátria, falando para ela, cantando para ela, escoltando sua bandeira, mas também depositando flores, louros e coroas, os alunos conferiam à Nação objetividade e a si mesmos e aos outros subjetividade patriótica. Sustentam os cronistas, plenamente conhecedores, a função pedagógica que as performances e as crianças escolarizadas cumpriam. (Blazquez, 2012-2, p. p. 713)

Figura 37 - Festa de 7 de setembro, no ano de 1955, em Santa Terezinha de Itaipu



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal

Sinteticamente, trata-se das possibilidades de elaborar artefatos culturais como

máquinas de ensinar, como textos culturais, como produtores de sujeitos e/ou como instrumentos de governo. (Maknamara, 2020, p. 67)

As categorias êmicas também são permeadas de conteúdos simbólicos, como a escolha dos nomes das ruas, das escolas e de locais de sociabilidade, como clubes, parques de exposição, praças e museus. As representações idealizadas se sobrepõem, muitas vezes, às ações cotidianas atribuindo uma aura de heroísmo a eventos e sujeitos bastante prosaicos, ressignificando o trivial em uma atmosfera de epopeia.

Quadro 1 - Logradouros nominados em homenagem a *pioneiros* ou *colonizadoras*.

Município	Nome do Logradouro
Marechal Cândido Rondon	Avenida Maripá
São Miguel do Iguaçu	Avenida Willy Barth
Maripá	Rua Willy Barth
Palotina	Rodovia Alberto Dalcanalle
Céu Azul	Rua Ângelo Rombaldi
Missal	Avenida Dom Geraldo Sigaud
Toledo	Avenida Maripá
Medianeira	Avenidas Pedro Soccol e José Callegari
Pato Bragado	Avenida Willy Barth

Fonte: Priscila Lini (2025)

Quadro 2 - Praças nominadas em homenagem a *pioneiros*

Município	Nome da Praça Principal
Marechal Cândido Rondon	Praça Willy Barth
São Miguel do Iguaçu	Praça Henrique Ghellere
Palotina	Praça Amadeo Piovesan
Céu Azul	Praça Luiz Carlos Ruaro
Missal	Parque Fredolino Buche
Toledo	Praça Willy Barth / Praça Pioneiros
Medianeira	Praça Ângelo Darolt
Pato Bragado	Praça Luiz Dalcanale Filho

Fonte: Priscila Lini (2025)

Uma realidade pode ser criada, uma memória pode ser imaginada. Nessa criação de uma realidade de previsibilidade e organização, escolher quais elementos permanecem e quais

se desvanecem é uma ação consciente e bem arquitetada. A violência, a ‘pistolagem’ ou ‘jagunçagem’, os sucessivos conflitos suscitados pelas condições de acesso à terra, dão lugar aos discursos evocativos de uma memória afetiva, em que alguns percalços e sacrifícios foram necessários para atingir a atual conjuntura social. Até mesmo os jornais, acervos e centros de interpretação têm uma finalidade muito bem delimitada para a descrição de determinados fatos.

Mas, segundo Ecléa Bosi, (2003, p. 19) “como arrancar do fundo do oceano das idades um “fato puro” memorizado? Quando puxarmos a rede, vemos o quanto ela vem carregada de representações ideológicas”. Uma interlocutora, por exemplo, afirmava não se lembrar de nenhuma história de violência ou de desordem. Foi uma situação curiosa. Estávamos sob o sol de uma tarde de inverno, que segundo ela era “sol de chocar gripe”, descascando tangerinas:

- A senhora sempre morou aqui?
- A gente sempre morou aqui, esse lugar foi o sonho da família, desde que a gente veio de Encantado. Eu vim com o pai, a mãe, minhas quatro irmãs e a minha tia, que ainda era solteira, que veio pra *ajudar*. Aí aqui que ela casou. Ela veio junto porque *aprontava muito*, era namoradeira, gostava de baile e já tava *ficando falada*. Aí aqui como ela ainda não *era assunto*, achou um noivo. Casou uns tempos depois, eu fui daminha do casamento.
- E aqui ela achou noivo fácil, então?
- Sim, porque aqui tinha pouca moça, vinha na maioria das vezes quem já era casada, com filhos, acompanhando o marido. Tinha até umas parentas que faziam meio que um ‘correio elegante’, arrumando namoro entre quem vinha pra cá e para quem ficava lá [no Rio Grande do Sul].
- E com esse tanto de irmãs? Vocês ajudavam no sítio?
- Sim, a gente sempre ajudou. Chegamos aqui eu tinha oito anos, sou a segunda. Aí nos primeiros tempos fui na escolinha da comunidade, e com uns doze já *ajudava*, principalmente com o potreiro. Mas era sempre fazendo de tudo, desde debulhar milho e assar pão, até ordenhar vaca.
- E como você continuou aqui?
- *Minha irmã mais velha quando casou, foi morar nas terras da família do marido*. Eu e o N. casamos e meu pai adorava ele, ele gostava dessas coisas da lida, se animou quando começamos com o aviário, foi aprender sobre coisas de agricultura, ajudou que só pra ver. Aí minhas irmãs mais novas, uma casou e foi morar no Mato Grosso e duas foram pra cidade estudar. Uma é contadora e outra fez magistério. Daí quando o pai morreu elas abriram mão das terras pra mãe, que ficou com usufruto, e depois que a mãe se foi, como eu cuidei dela e tudo até o fim, elas abriram mão do sítio pra mim e pro N. Agora meu mais velho que cuida, minha nora mora com nós, meu neto fez agronomia. Assim vamos passando nossa terrinha.
- E a vida sempre foi tranquila, assim?
- Tranquila foi. Quer dizer, sempre com *serviço* pra fazer, sempre sem poder parar de trabalhar, de ficar em função de alguma coisa né? Mas assim, de violência, de gente com problemas, de coisa ruim, desordem, nada. Graças a Deus.
- Nada de desordem? Tudo sempre dentro dos conformes?

- Sim. Aqui a gente não é disso. (Interlocutora 21, 78 anos) [Grifos da autora]

A ideologia do colonialismo está em uma condição de ubiquidade nesses fatos e feitos narrados, presente expressa ou tacitamente no que é mostrado, mas sobretudo no que é ocultado. Os desafios colocados por projetos de identidade não podem ser evitados simplesmente afirmando que esses projetos estão embutidos no pensamento essencialista. Não podemos realmente parar de pensar, pelo menos parcialmente, entre categorias – e, portanto, pelo menos em algo parecido como uma maneira essencialista. Isso significa, entre outras coisas, prestar atenção aos aspectos agonísticos, fraturados e problemáticos da identidade. (Calhoun, 1994, p. 19)

Os defeitos, fraquezas, as violências são convenientemente escamoteadas, pois a noção de um passado honroso e de um presente ideal é fundamental para a própria construção identitária coletiva, para a manutenção das estruturas de poder e das figuras dominantes nesse contexto. Porém, ainda que em confissões discretas e reticências, as contradições aparecem:

Ah, mas é claro que tinha jagunçagem pra esses lados, desacerto por causa de terra, de frete pelas toras, até ‘duelo’ tinha, por desonra de moça e briga de família. Uns e outros que gostavam de uma ‘caninha’, jogatina no bolão [bar rústico com cancha para jogos], várias ‘zoninhas’ [prostíbulos] nas baixadas... não era tudo tão certinho assim. Claro que ninguém vai colocar nome de rua homenageando esse povo, só que todo lugar tem seus desajustados, aqui também. Mas acho que aqui dá mais vergonha, todo mundo conhece todo mundo, já chegam perguntando *de que gente que tu é?* (Interlocutor 6, 74 anos) [Grifo da autora]

As próprias companhias colonizadoras assumiram um papel ordenador e fiscalizador das moralidades, “que muitas vezes atuavam de forma paralela ou complementar à ‘força policial’” (Salles, 2016, p. 197). Tal fato se deve, em grande parte, à motivação de que a garantia da ordem e da certeza da titulação das terras pelos colonos era fundamental para o sucesso das empresas, inclusive sendo essa tranquilidade documental um elemento de propaganda bastante utilizado na captação de possíveis adquirentes.

Mas, acima de tudo, a eficiência da vigilância moral entre os pares foi uma importante força de tensão e controle. A ‘fofoca’, a bisbilhotice e a indiscrição operavam como práticas que de forma mais ou menos tácita organizavam a vida e as escolhas cotidianas²⁴. Em tais

²⁴ Comerford *et al*, (2007, p. 30) realizam um estudo acerca das traições, fofocas, intrigas e vinganças. Definem-nas como relações constituídas, fortalecidas e mais claramente perceptíveis pela ótica das brigas de família. Ao retornar mais detidamente para esse objeto, as relações de vizinhança, de parentesco, políticas ou, mais genericamente, comunais, revelaram que não

comunidades, os acessos eram concedidos ou cerceados conforme essas regras, e “os moradores, com sua indisfarçável curiosidade, controlam a circulação nessas localidades de modo informal, porém muito eficaz” (Comerford, 2003, p. 30).

Aparentemente esse fenômeno ocorre de maneira informal, resultado das vicissitudes humanas. Mas, em sociedades *face a face*²⁵, a delação e o apontamento dos defeitos e condutas desviantes pode ser um capital simbólico e informacional interessante. Uma rede de informações oficiais, e sobretudo não oficiais, auxiliava a identificação de potenciais atritos e rivalidades com os poderes constituídos.

Tinha gente contratada da colonizadora, que ficava na rodoviária de Cascavel só prestando atenção em quem chegava. No começo, o medo eram os ‘aventureiros’, ou os que vinham especular se tinha terra, dar golpes. A partir do período da ditadura, era para achar ‘subversivos’ e espionar as pessoas que já estavam se organizando em relação a lutas por terra, contra os desmandos locais. (Interlocutor 33, 82 anos)

As Companhias mantinham estreita vigilância em relação aos costumes. A família, como unidade produtiva, era espaço de controle, pois conjugalidade e patrimônio se fundiam em uma mesma concepção. Até mesmo os locais de tolerância – como prostíbulos e bares – eram monitorados por informantes e pela própria comunidade, e eventuais falhas prontamente reportadas.

Porém, os conflitos por terra, entre posseiros e colonos, entre os adquirentes recém-chegados e os ocupantes de longa data sem a respectiva titulação, foram intensos e graves. A intimidação e a expulsão eram frequentes, e a ausência dos poderes constituídos pelo governo central ainda ausente – polícia, judiciário – permitiam uma ação privada sem muitos limites. Há relatos, inclusive, de que algumas empresas, garantidas pelo poder político e cartorial,

apenas elas são atravessadas por conflitos, mas sobretudo quais de seus aspectos o são constitutivamente. As hostilidades vividas em cada um desses planos geram as necessárias heterogeneidades em campos tomados analiticamente e apresentados pelos atores a todo forasteiro como homogêneos e totalizantes – tais como a família (as parentelas), as facções políticas, as comunidades locais: “aqui é todo mundo uma família só”. Heterogeneidades que se manifestam hierarquicamente ou em assimetrias não unívocas, pois que se conjugam em vários campos: moral, econômico, político – que não se reduzem um ao outro, mas que, ao mesmo tempo, não deixam de produzir efeitos recíprocos uns nos outros.

²⁵ As sociedades *face a face* são aquelas de contextos menos numerosos. Nas cidades pequenas, além do ambiente da casa que tem como referência a família, o ambiente fora de casa é altamente controlado, em primeiro lugar pela “vizinhança”, e só então o espaço fora da vizinhança ganha importância. O espaço limite dos “vizinhos” serve de encontros e lazer, como os bares, lanchonetes, salões de baile, salões paroquiais, ou campos de futebol de várzea. A forma de comportamento das pessoas está sujeita a uma determinada forma de controle, porque nas pequenas cidades “todo mundo conhece todo mundo e se mete na vida de todo mundo”. Os espaços demarcados desta maneira são utilizados como referência para distinguir seus usuários como pertencentes a uma rede de relações e, para pertencer a esta rede, é preciso que se cumpram determinadas regras de convivência. (Silva, 2007, p. 26)

lucravam expulsando posseiros e comercializando suas terras com os que chegavam:

Havia 60 posseiros. A (colonizadora) Criciúma botou para fora da terra 59. Só sobrou eu. O Bernardino Velho, um ex-sargento do Exército que trabalhou na abertura da Estrada Estratégica e que tinha aqui uma posse com autorização do chefe da Colônia Militar, acabou sendo expulso daqui. (...) Botaram ele pra fora e queimaram a casa onde morava - Leonardo Wychosky, depoimento ao jornal *Nosso Tempo*, de Foz do Iguaçu. (Merlak e Sperança, 2023, s.p.)

Dessa maneira, os pontos controversos ou obscuros dessa colonização, as múltiplas violências físicas e simbólicas são adequadamente retiradas da circulação, sofrendo um apagamento intencional por parte dos agentes produtores de discursos: “Os pioneiros coincidem em afirmar que não encontraram resistência nem violência humana, mas poucos suportavam os ataques maciços e coordenados tanto dos borrachudos quanto de incômodos carrapatos.” (Revelia, s.p., 2022)

As dezenas de espingardas presentes nos acervos dos museus e centros de memória, serviam para ‘afugentar bichos’. Os colonos, descritos como enérgicos e ousados, jamais violentos. As terras, vendidas e concedidas sem maiores embaraços, tendo como únicas dificuldades a natureza inclemente, com seus matos, mosquitos, geadas e temporais.

2.5 Sujeitos, objetos e lugares – nomes que constroem história e fazem memória

O que se propaga é a que a ocupação do território se deu em um processo pacífico, ordenado e oficializado desde sua gênese, que não comporta questionamentos de ordem legal ou mesmo da ordem do capital, tanto no pretérito quanto na atualidade. Replica-se a noção de empreendimentos bem-sucedidos, que foram os responsáveis pela atração e fixação de bons cidadãos para a região, construindo desde cedo uma estrutura física e simbólica de progresso material, realização pessoal e garantia jurídica da propriedade.

Na construção de identidades intencionalmente autorizadas, “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com um passado histórico apropriado” (Hobsbawm, 1997, p. 9). A atribuição de prerrogativas de exclusividade e merecimento é aplicada por grande parte da comunidade que foi subordinada por essas *autoridades*.

As famílias mais *tradicionais* sempre *botaram respeito*, como que faziam ‘botar ordem’ nas coisas. Era importante, porque tava tudo no começo, então precisava de uma *direção*, de ser *rigoroso* pras coisas não perderem o rumo. Acho que isso é o mais importante de ser pioneiro, que *era ser um tipo de exemplo, não mostrar fraqueza*. Mesmo se alguma coisa dava errado, *não podia demonstrar*. Tinha que se manter firme, fazer do jeito certo até para *pedir ajuda, não podia ficar se fazendo de pobre coitado*. Por isso era tão importante *manter a pose, ser altivo*, para não perder a confiança dos outros. Se perdia dinheiro, até tinha jeito, mas se perdia o nome, aí se perdia tudo. (Interlocutor 22, 83 anos) [Grifos da autora]

As representações imagéticas (retratos, estátuas e monumentos) mantêm essa conotação de altivez, de manifestar uma autoridade intrínseca, quase nata, por parte desses *pioneiros*. Isso ajudou em um processo de aceitação de tais figuras de autoridade, evitando atritos e questionamentos, simplesmente porque havia uma vocação especial, próxima ao heroísmo, o que facilitou a adesão dos colonos aos planos por eles elaborados.

Figura 38 - Retrato do diretor geral da MARIPÁ S/A, Willy Barth, exposto no Museu homônimo, localizado em Toledo - PR



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

A consolidação de um modo de agir hegemônico depende da arregimentação de adeptos, dispostos a seguir um modelo comportamental imposto e a repetir essas condutas até

que estas se tornem o padrão. Neste sentido, a região Oeste do Paraná, caracterizada enquanto espaço fronteiriço, também pode ser entendida enquanto espaço de conflito ideológico e social, a partir de um processo de construção de identidades e do princípio de “alteridade” (Dezordi, 2013, p. 58) pois um padrão comportamental não somente foi imposto, mas sobreposto a outras formas de reprodução da vida material e cultural cotidiana.

A noção de “Marcha para o Oeste” caracterizou as práticas, pois deflagradora da ação primária, vinculando a etnicidade e o pertencimento como critério de seleção para a concessão do espaço, calcando na aptidão ao trabalho e à vida camponesa a construção e o posicionamento sociocultural dos sujeitos dominantes. Na antropologia social, [etnicidade] refere-se a aspectos das relações entre grupos que se consideram, e são considerados pelos outros, como culturalmente distintos (Eriksen, 1993, p. 4). A reconfiguração da paisagem ocorreu não somente de forma simultânea, mas dependente dessas elaborações da superioridade em razão da origem.

Nessa concepção de ocupar um espaço, podemos analisar tanto a dimensão física – o território geográfico propriamente dito – mas sobretudo um espaço criado, elaborado a partir da existência de tantos espaços quantas experiências espaciais distintas (Merleau-Ponty, 1999). O Oeste paranaense representa uma espécie de cenário, com categorias intercambiáveis e sujeitos dotados de uma plasticidade interessante: não são mais gaúchos, pois fora do território oficial do Rio Grande do Sul, mas também distintos do Paraná dos Campos Gerais, Curitiba e Litoral.

A própria definição cultural de ‘gaúcho’ não contempla na totalidade essa sociabilidade, pois tais costumes além da dependência do local para se realizar – o “pampa” – também têm uma vinculação com elementos anteriores à chegada dos migrantes, em “territórios em que historicamente é referida a presença do gaúcho identificado à vida rural”. (Brum, 2009, p. 778)

Figura 39 - Pedro Soccol, um dos diretores da empresa Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves, no escritório de Medianeira nos anos 1960



Fonte: Acervo do Jornal Mensageiro

O colono²⁶ do Oeste paranaense contempla o caráter de mobilidade assumido pelo *eurobrasileiro* – descendente de imigrantes oriundos da Europa, mas já nascido no Brasil (Gregory, 2002, p 15). Apropriado da ideia de um Estado em constante avanço, o colono internaliza em seu fazer e seu agir a prerrogativa de “fazer espaço”, permanecendo na constante busca de ampliação de domínio da terra e de participação nas estruturas políticas e econômicas, sobrepondo suas formas de ser, de produzir e de transmitir seus conhecimentos sobre os espaços por eles considerados pouco desenvolvidos, tecnologicamente atrasados e demograficamente subaproveitados.

Esses espaços não são fixos, portanto, não são lugares. Nesse caso, *lugar* é uma ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto, excluída a possibilidade de duas coisas ocuparem o mesmo lugar. Um lugar é, portanto,

²⁶ O termo colono foi apropriado do discurso oficial e igualmente usado para distinguir imigrantes e descendentes de outras categorias rurais. Empregado pelas autoridades para designar os imigrantes estabelecidos em núcleos coloniais, com o tempo tornou-se a categoria básica da identidade social camponesa, com forte componente étnico. No início englobava todos os participantes da fase denominada “pioneira”, inclusive comerciantes e trabalhadores estabelecidos no povoado previsto em cada núcleo colonial, que os alemães chamaram de *Stadtplatz* (lugar urbano). Na polarização rural-urbana posterior, porém, a categoria colono identifica o pequeno produtor agrícola familiar de “origem” europeia. (Seyferth, 2011, p. 410)

uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. O *espaço* é o cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. Espaço é efeito produzido pelas operações que orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais e de proximidades contratuais. *Em suma, espaço é um lugar praticado.* (Certeau, 1996, p. 202)

As práticas que configuram e operam os mecanismos de sociabilidade, poder e influência desses espaços, atrela-se à conformação aos fatores determinantes de ação coordenada às finalidades coloniais, que somente tem sua aplicabilidade quando sobreposta à realidade preexistente. A temporalidade e a própria espacialidade somente passam a ser contadas e registradas a partir da presença do colonizador, que assume, conscientemente e buscando a efetiva vantagem obtida por sua própria primazia, a condição de pioneiro.

Ser o primeiro – ou pelo menos, um dos primeiros – dá a possibilidade de criar e contar sua história em sua própria versão, dando ênfase aos predicados desejados aos hábitos e costumes que se almejam estabelecer como padrão. De tal maneira que, real e ideal são aglutinados em um só discurso, que se torna dominante pelo próprio argumento de autoridade da figura que o produz.

Figura 40 - Alfredo Paschoal Ruaro, um dos sócios da Colonizadora MARIPÁ e diretor administrativo no período de 1946 a 1949



Fonte: Acervo virtual do Projeto HisTOOrias

Lazer e trabalho são mesclados, a exemplo das feiras agropecuárias e reuniões de associações comerciais – os momentos devem se justificar pelo seu utilitarismo e previsibilidade. Os locais de recreação são sempre elaborados com um estrito controle comunitário, que se responsabiliza por oferecer suas dependências – como as sedes recreativas de clubes esportivos, de serviço, salões de festas das comunidades rurais ou mesmo das cooperativas, e até mesmo sede de clubes de tiro e caça.

Figura 41 - Entrada do Clube "Os Cardeais" no município de Pato Bragado



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

No caso das feiras agropecuárias, quase todos os municípios do recorte contam, na atualidade, com parques municipais de exposições, localizados às margens das rodovias, na zona intermediária entre o urbano e o rural, com shows contratados pelas prefeituras.

Adoro feira, exposição. A gente espera o ano todo, vai nas das cidades vizinhas, ver show, ver as novidades. O Show Rural da Coopavel [realizado anualmente em Cascavel-PR] mesmo, é top. Só tratorzão, maquinário de ponta, coisa fina mesmo. Tem a Expo Rondon, a Expo Palotina, tem em Santa Helena, em Itaipulândia. Tem por tudo, é só ficar ligado nas datas. (Interlocutor 18, 21 anos).

Figura 42 - Cartaz digital de divulgação da “ExpoRondon” 2025, realizada no Parque de Exposições de Marechal Cândido Rondon. As datas coincidem com o “Dia do Colono” e a fundação do município



Fonte: <https://exporondon.mcr.pr.gov.br/>

Esses parques de exposições têm sua denominação em homenagem a pessoas ilustres das cidades, ou, no caso dos Centros de Tradições Gaúchas, nomes que evocam o gauchismo rio-grandense: CTG Charrua (Foz do Iguaçu), Rodeio da Tradição (Cascavel), Tropeiros do Oeste (Toledo), Sentinela dos Pampas (Medianeira), Querência Nova (Matelândia), Filhos do Sul (Santa Helena), Querência Amada (São Miguel do Iguaçu) e Tertúlia do Paraná (Marechal Cândido Rondon).

As menções à origem no Rio Grande do Sul aparecem, mas alguns com vínculos já no Paraná, demonstrando que os colonos não trouxeram somente pertences materiais, mas imateriais. Suas histórias têm a trajetória ascendente também geograficamente: permanecem em um período pendular – anos 1940 e início dos 1950 – de ida e volta ao Rio Grande do Sul; um período pioneiro – anos 1950 e 1960 – em que as primeiras gerações nascem já em solo paranaense; e um período neoexpansionista – anos 1970 a 1990 – em que muitos empreenderam a expansão ao “nortão” do estado de Mato Grosso.

Figura 43 - Outdoor de divulgação da ExpoRondon, edição 2024 – Marechal Cândido Rondon



Fonte: Priscila Lini (julho - 2024)

Essa consolidação do período “pioneiro” então, demarca a apropriação do espaço em definitivo, devendo ser manifestamente definido por aqueles que abriram mão de sua estabilidade e fizeram os sacrifícios necessários para acessar aquela terra: sacrifícios financeiros (poupanças, empréstimos), logísticos (transportes por vias precárias, por longos períodos no mato, barro e poeira) e sobretudo afetivos, deixando para trás parentes, amigos e conhecidos.

Nomes, datas e fatos, centrados talvez nos principais eventos ocorridos nos municípios da região, ganham forma nos compilados organizados por esses pioneiros, seus contemporâneos e seus descendentes. Esse tipo de história fática é comum entre “aqueles que se propõem a catalogar datas, nomes e principais acontecimentos e que saem geralmente publicados e patrocinados pelas prefeituras municipais do interior paranaense.” (Wachowicz, 1987, p. 11). Para esta pesquisa, empreguei alguns desses livros:

Quadro 3 - Livros de "Histórias" e "Memórias" dos municípios do Oeste Paranaense.

Título	Organização	Recursos Financeiros	Município	Ano
Na trilha dos pioneiros	Sebastião Francisco da Silva (morador local)	Prefeitura Municipal	Santa Terezinha de Itaipu	1995
História de Palotina	Padre Pedro Reginatto	Prefeitura Municipal	Palotina	1980
Primórdios - A Vida no Sertão Rondonense	Vilton Graff	Secretaria de Cultura de Marechal Rondon	Marechal Candido Rondon	Iniciado 1990 / Publicação 2021
Resgate da Memória de Medianeira	Associação de Professores Aposentados de Medianeira	Prefeitura Municipal	Medianeira	1996
Projeto Memória São Miguel do Iguaçu – Estórias e História	Secretaria Municipal de Cultura e Esportes	Prefeitura Municipal	São Miguel do Iguaçu	2000
Retratos da lembrança: Matelândia e sua gente	Milena Vargas Jorge e Ildo Dal Pozzo	Prefeitura de Matelândia	Matelândia	2004
Toledo e sua história	Oscar Silva, Rubens Bragagnollo e Clori Fernandes Maciel (integrantes do Projeto Memória)	Prefeitura Municipal de Toledo	Toledo	1988
Crônicas do Oeste – História de Pioneiros	Heitor Lothieu Angeli	Secretaria de Cultura e Turismo de Cascavel	Vários	1998

Fonte: Priscila Lini, 2025

As obras possuem muito em comum: notas introdutórias de agradecimentos às prefeituras pelo aporte financeiro, aos pioneiros e todos que auxiliaram na coleta de elementos. Informações sobre a colonizadora responsável pela organização da cidade, cópia de seu contrato social, mapas e demais dados. Segue-se um rol das datas simbólicas: primeira missa, construção da igreja, chegada do primeiro médico, o primeiro parto, vinda dos Correios, o primeiro banco, data e lei de emancipação.

Depois, uma biografia de cada “pioneiro” mais ilustre, geralmente aqueles diretamente vinculados às colonizadoras ou seus prepostos. Segue-se a listagem das famílias, por ordem de chegada, com a cronologia de instalação e o local de origem. Ao final, são reservados espaços para fotografias, biografias mais breves e relatos curiosos e inusitados de algumas personalidades locais. O tom é sempre ameno, afetivo e cuidadoso, escolhendo os feitos mais nobres e honrados dos pioneiros, seus atos de bravura e desprendimento.

A colonizadora Pinho e Terras e suas subsidiárias foram responsáveis pela

colonização de quase todo o extremo Oeste catarinense, Sudoeste e Oeste paranaense. Fundaram as cidades de Descanso, São Miguel do Oeste, Guaraciaba, Romelândia, Anchieta, São José do Cedro, Guarujá Do Sul e Palma Sola. No vizinho estado do Paraná, Salgado Filho, Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Toledo, Maripá e Palotina, além de participar do desenvolvimento de Foz do Iguaçu, Terra Roxa, Guaíra, Marechal Cândido Rondon e Porto Britania. Seus diretores, sempre ávidos por novos desafios, buscavam nos mais remotos lugares terras para outros pontos de progresso. (Angeli, 1998, p. 86)

Analisando os perfis das edições, percebe-se que constituição identitária não se opera em uma ordem natural e acumulativa, mas sim em uma ordem criteriosamente pensada pelos agentes do capital agroexportador e pela burocracia local a ele atreladas, cujos elementos são os selecionados entre os desejáveis à construção das personagens relevantes à formação dos sujeitos.

As administrações engendradas a partir das Companhias Colonizadoras, sucedidas pelas articulações políticas que resultaram nas emancipações e criações de municípios, de fato e de direito, são as responsáveis pela elaboração dos símbolos que caracterizarão aquelas comunidades a partir de então. Percebe-se nos sites oficiais das prefeituras também contemplam os discursos laudatórios, exaltando as qualidades dos pioneiros como “coragem”, “disciplina”, “bondade” e “força de vontade”, e o papel fundamental das empresas:

COLONIZAÇÃO

A colonização de nosso Município iniciou-se em 1952, com a Firma Colonizadora PINHO E TERRAS LTDA. Assumiram a gerência da firma, no perímetro urbano e suburbano, os Senhores:

Alfredo Paschoal Ruaro, Emílio Henrique Gomez e Reinaldo Antônio Biazus.

FAMÍLIAS PIONEIRAS - HISTÓRICO

A convite de Alfredo Paschoal Ruaro, alguns chefes de famílias provindos do Rio Grande do Sul, vieram para cá, com o objetivo de executarem serviços preliminares, os quais em 1953, trouxeram também as suas famílias.

Uma das primeiras preocupações dos imigrantes foi a construção da Igreja Católica, escolhendo como padroeiro São José Operário, cuja profissão era carpinteiro, como a maioria dos recém chegados.

ALFREDO PASCHOAL RUARO

Natural de São Marcos, Rio Grande do Sul, partiu de Farroupilha em 1.946, rumo ao Oeste do Paraná, tendo sob sua responsabilidade uma expedição formada por homens que com muita força de vontade iniciaram a colonização do oeste. Integrou-se na Colonizadora Maripá, na qual permaneceu durante 3 anos. Direcionou-se em seguida para a Colonizadora Pinho e Terras LTDA, ao lado de Alberto Dalcanale Filho. Esta Colonizadora foi o alicerce de toda colonização oestina, tendo como meta principal a colonização, compra e venda de terras, extração e beneficiamento de madeira, surgindo depois as

indústrias, que aproveitavam e industrializavam os produtos da região com a formação de moinhos, olarias, Organizações Frimesa, Rações Castor, Armazéns Gerais e Oleolar.

REINALDO ANTONIO BIAZUS:

Natural de Flores da Cunha, Rio Grande do Sul, chegou ao Oeste em 1.952, fixando-se em Céu Azul, trabalhando junto a Colonizadora Pinho e Terras LTDA, exercendo a função de diretor da área rural. Trabalhou na colonizadora durante 08 anos, após foi diretor da Empresa Oeste LTDA, seguindo depois para o trabalho com a extração de madeira, comércio e ferragens. Enfrentou inúmeras dificuldades como: morar em casebres precários, buscar alimentos e vestuários em Erechim, onde demoravam aproximadamente 15 dias de viagem com estradas intransitáveis nos dias de chuva.

SERAPHINO FRANCISCO BERNARDI:

Chegou em Céu Azul em 1953, inicialmente dedicou-se à indústria de móveis, sendo o primeiro industrial, passou posteriormente a serralha e beneficiamento de madeira. Preocupou-se com o setor esportivo e recreativo, sendo o primeiro presidente do Esporte Clube Aliança. Posteriormente ficou responsável pelo setor esportivo denominado “Associação Atlética Céu Azul”. Lutou pela fundação de dois estádios futebolísticos, um dos quais leva o seu nome - Estádio Seraphino Francisco Bernardi. Os moradores da época em que chegou a Céu Azul, viviam como uma só família, reuniam-se nos fins de semana para saborear uma churrascada e bate-papo. Aos poucos foram encontradas outras formas de divertimentos para os jovens, realizando bailes. O próprio Seraphino, percorria as fazendas de café, recolhendo o maior número possível de moças, pois na sede o número de rapazes era bem superior.

ÂNGELO ROMBALDI:

Nascido a 3 de maio de 1907 em Farroupilha, Rio Grande do Sul, chegou ao oeste no início da colonização, integrou-se à Colonizadora Pinho & Terras LTDA, como carpinteiro, construiu parte das casas dos colonizadores e posteriormente foi proprietário do 1º Hotel de Céu Azul. Tanto sua esposa como seus filhos não mediam esforços e acompanharam seu Ângelo na odisséia do Oeste. Dona Paulina, esposa de seu Ângelo recorda que quando chegaram aqui só existia mata e muito mosquito. Aos poucos o braço forte do homem colonizou, e hoje é o que podemos ver. Aos domingos o pessoal se reunia no Parque Nacional, onde cantavam saudosas melodias ao som da gaita e violão. As compras eram feitas em Cascavel e se chovesse a BR-35 era intransitável. (Prefeitura Municipal de Céu Azul - <https://www.ceuazul.pr.gov.br/municipio/historia>)

Esse processo, semelhante em todos os municípios do Oeste do Paraná, pois semelhantes as condições de sua formação, apresenta uma uniformidade. Todos têm início a partir da concessão do estado do Paraná a uma companhia colonizadora – alguns até com a mesma companhia, ou pelo menos com acionistas em comum.

A companhia colonizadora Pinho e Terras, liderada por Alberto Dalcanalle, Alfredo Ruaro e Willy Barth, grandes experientes no assunto, fizeram de Erechim, Pato Branco e Catanduvas um verdadeiro corredor migratório, transportando famílias cheias de esperanças de sonhos de uma vida farta e tranquila. Muitos alcançaram esse objetivo, e hoje são testemunhas vivas do sucesso alcançado participando ativamente, do progresso e desenvolvimento da região. Trabalharam arduamente, derramaram suor em abundância, mas venceram. (Angeli, 1998, p. 92)

Passava-se à divulgação da comercialização das terras para os pretensos compradores no Rio Grande de Sul e em Santa Catarina, com a sequente vinda das famílias adquirentes. Por fim, consolidava-se o processo de formação da política local, a partir das forças empresariais articuladas tanto com a elite industrial do sul do Brasil, como com o governo paranaense, com as figuras como Moysés Lupion²⁷, Paulo Pimentel²⁸ e Jayme Canet²⁹.

²⁷ *Moysés Lupion de Troya* (Jaguariaíva – PR – 25/03/1908 - Rio de Janeiro – RJ – 29/08/1991), filho de João Lupion de Troya, natural da Espanha, e de Carolina Wille Lupion, filha de um casal alemão. Foi governador do Paraná entre 1947-1951; senador entre 1955-1956; novamente governador entre 1956-1961; e deputado federal entre 1963-1964, pelo Partido Social Democrático (PSD). Era irmão do empresário e ex-presidente da COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica, José Lupion, avô do deputado federal Abelardo Lupion (DEM) e bisavô do deputado federal Pedro Lupion (Republicanos) – este, desde 2023 preside a FPA - Frente Parlamentar da Agropecuária. (Casa Civil – Estado do Paraná)

²⁸ Paulo Cruz Pimentel (Avaré – SP - 07/08/1928) é um advogado e político brasileiro. Foi governador do Paraná de 1966 a 1971 pelo partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e deputado federal por dois mandatos (1979/1983 pelo Partido Democrático Social - PDS e 1987/1997 pelo Partido da Frente Liberal - PFL). É um empresário na área de comunicações e foi fundador e presidente do Grupo Paulo Pimentel (GPP), composto por jornais, rádios e emissoras de televisão. (Casa Civil – Estado do Paraná)

²⁹ Jayme Canet Júnior (Ourinhos – SP – 19/01/1925 – Curitiba – PR, 31/08/2016). filho de Jayme Canet e Anita Lopes Canet, cafeeiro e pecuarista, foi governador do estado do Paraná entre os anos de 1975 e 1979, pelo partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA). (Casa Civil – Estado do Paraná)

Figura 44 - Busto de Luiz Dalcanale Filho, em praça homônima. Município de Pato Bragado



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

No plano discursivo, existe uma fórmula aplicável a quase todos, que pode ser observada em certos itens elementares: apreço e exaltação à coragem dos ‘pioneiros’, glorificação do trabalho árduo e seus artefatos correlatos, dominação da natureza e menção expressa à condição de imigrante. Percebe-se isso, por exemplo, na letra dos hinos de algumas cidades do recorte proposto:

Pioneiros valorosos, imigrantes vindos do Sul
Trilharam seguros trazendo em seus corações
Coragem, determinação e justiça.
(Trecho do Hino de Medianeira)

A coragem dos pioneiros valentes,
Que investiram neste sertão
Este povo plantou a semente
Germinou e floriu este chão
(Trecho do Hino de Maripá)

Já nasceste tão forte e pujante

Sob um céu do mais puro azul
 Teu progresso se fez fulgurante
 Com os pioneiros chegados do Sul
 (Trecho do Hino de Pato Bragado)

Que surgiu, nesta gleba pujante,
 Esta joia tão linda do Sul
 A mostrar a todo povo brasileiro
 A bravura e o valor do pioneiro.
 (Trecho do Hino de Entre Rios do Oeste)

Ao som da serra e do machado,
Três homens hastearam uma Bandeira,
Futuro viram em todo lado
 E apostaram uma vida inteira
 (Trecho do Hino de Marechal Cândido Rondon)

Os fatos não ocorrem ao acaso, existe um planejamento, um direcionamento à materialização dessa comunidade imaginada. As datas, imagens e nomes são escolhidos pelo seu caráter simbólico intrínseco, que reforça as construções ideológicas. Municípios como Medianeira, Matelândia, Marechal Cândido Rondon e Palotina têm sua data de fundação ou emancipação justamente no dia 25 de julho, data em que é comemorado o “Dia do Colono”³⁰ e o Dia do Motorista, em homenagem ao padroeiro desse ofício, São Cristóvão.

Em municípios de forte presença de descendentes de alemães, como Marechal Cândido Rondon, Mercedes e Maripá também se evoca no dia 25 de julho o dia da presença luterana – o que se mescla à própria concepção do Dia do Colono. A data tem sua representatividade em homenagem ao dia da chegada da primeira leva de imigrantes ao Rio Grande do Sul, onde atualmente é a cidade de São Leopoldo, em 25 de julho de 1824.

³⁰ Hoje, nas ocasiões festivas e comemorativas que proliferam no Sul (evocando a imigração), existe uma apropriação simbólica do “colono pioneiro” para vincular cidadãos ao passado colonial e civilizador idealizado nas representações acerca do progresso através do trabalho duro de desbravamento. (Seyferth, 2011, p. 410)

Quadro 4 - Dados de municípios do Oeste do Paraná

Nome do Município	Data de Fundação	Data de Emancipação	Companhia Colonizadora	Grupo predominante
Céu Azul	8 de outubro de 1966	22 de dezembro de 1968 (desmembrado de Matelândia)	Pinho e Terras Ltda	Gaúchos de ascendência italiana
Entre Rios do Oeste	18 de junho de 1990	1º de Janeiro de 1993 (desmembrado de Marechal Cândido Rondon)	Industrial Madeireira Rio Paraná S/A - Maripá	Gaúchos e catarinenses de ascendência alemã
Foz do Iguaçu	22 de novembro de 1889	10 de junho de 1914	* Colônia Militar	Militares brasileiros, paraguaios e argentinos
Guaira	31 de julho de 1936	14 de novembro de 1951, (desmembrado de Foz do Iguaçu)	Companhia Matte Larangeira	Grupos mistos
Marechal Cândido Rondon	7 de março de 1950	25 de julho de 1960	Industrial Madeireira Rio Paraná S/A - Maripá	Gaúchos e catarinenses de ascendência alemã
Maripá	4 de junho de 1953	17 de abril de 1990 (desmembrado de Palotina)	Industrial Madeireira Rio Paraná S/A - Maripá	Gaúchos e catarinenses de ascendência alemã
Matelândia	11 de julho de 1950	25 de julho de 1960	Colonizadora Matelândia Ltda.	Gaúchos de ascendência italiana
Medianeira	24 de outubro de 1951	25 de julho de 1960	Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda	Gaúchos de ascendência italiana
Mercedes	23 de março de 1958	13 de setembro de 1990 (desmembrado de Marechal Cândido Rondon)	Industrial Madeireira Rio Paraná S/A - Maripá	Gaúchos e catarinenses de ascendência alemã
Missal	25 de julho de 1963	1º de fevereiro de 1983 (desmembrado de Medianeira)	Sipal Colonizadora	Gaúchos e catarinenses de ascendência alemã
Palotina	6 de janeiro de 1954	25 de julho de 1960	Industrial Madeireira Rio Paraná S/A – Maripá e Pinho e Terras Ltda	Gaúchos e catarinenses de ascendência italiana e alemã
Pato Bragado	29 de dezembro de 1962	18 de junho de 1990 (desmembrado de Marechal Cândido Rondon)	Industrial Madeireira Rio Paraná S/A - Maripá	Gaúchos e catarinenses de ascendência polonesa, italiana e alemã

Quatro Pontes	6 de julho de 1953	13 de setembro de 1990 (desmembrado de Marechal Cândido Rondon)	Industrial Madeireira Rio Paraná S/A - Maripá	Gaúchos e catarinenses de ascendência alemã
Santa Helena	1920 (?)	26 de maio de 1967 (desmembrada de parte de Medianeira e de Marechal Cândido Rondon)	Colonizadoras Alegretti e Meyer, Annes & Cia e Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda	Gaúchos e catarinenses de ascendência italiana, polonesa e alemã
Santa Terezinha de Itaipu	1º de maio de 1952	3 de maio de 1982 (desmembrado de Foz do Iguaçu)	Colonizadora Criciúma Ltda.	Catarinenses de origem italiana, e em menor número, alemã
São Miguel do Iguaçu	20 de agosto de 1950	28 de novembro de 1961	Colonizadora Gaúcha Ltda (Núcleo da Pinho e Terras Ltda)	Gaúchos e catarinenses de ascendência italiana
Toledo	27 de março de 1946	14 de dezembro de 1952	Industrial Madeireira Rio Paraná S/A - Maripá	Gaúchos de ascendência italiana

Fonte: Priscila Lini, 2025

Começaram assim as tradições das comemorações do “Dia do Município”, com bailes de gala, feiras de exposição e vários eventos de celebração comunitária. A "tradição" neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do "costume", vigente nas sociedades ditas "tradicionais". O objetivo e a característica das "tradições", inclusive das inventadas recentemente, é a da figuração da invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas idealmente fixas (e em geral formalizadas), tais como a repetição.

Como em sociedades tradicionais, também aqui, onde essas coletividades se querem inscrever no tempo e no espaço como detentoras de uma tradição que as singularizam e colocam em posição de superioridade face àqueles sob cuja expropriação se fundam, o "costume", tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o exposto na história.

[...] O "costume" não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais. O direito comum ou consuetudinário ainda exhibe esta combinação de flexibilidade implícita e comprometimento formal com o passado [...] (Hobsbawm, 1997, p. 10).

A data não foi eleita a esmo, mas sim, foi uma demonstração da opção pelo simbolismo.

A Lei 4.245 de 25 de julho de 1960, que criou no Quadro Territorial do Estado do Paraná um total de 59 novos municípios, sancionada pelo então governador Moysés Lupion, foi justamente um aceno a esses novos protagonistas da política local, com o qual o Governo do Estado estabeleceu um consórcio bem-sucedido, tanto na dimensão administrativa quanto econômica. Com essa autonomia, cada município pôde redigir, em seus próprios termos, a sua biografia.

Figura 45 - Homenagem ao “Dia do Colono e do Motorista” publicada na rede social Instagram no perfil da Disam Insumos



Fonte: Instagram @disaminsumos (julho - 2025)

A palavra “progresso” é empregada seguidamente como categoria de análise e classificação da ação neocolonial nos discursos dominantes da região Oeste do Paraná. Referida expressão torna-se uma chave de compreensão importante, que estabelece a ancoragem de comportamentos e sujeitos nos fatos pretéritos, mas também contemporâneos. Conforme Adorno (1992, p. 224) a própria temporalidade do progresso, seu simples conceito, o enreda no mundo empírico, e, se as condutas possuem (ou possuíam) pontos conflitantes, a necessidade

de superação de atrasos e as diferentes ondas desenvolvimentistas estabelecidas pelo Estado justificam o que se faz e o que repercute nos campos de disputa real e simbólica (Bourdieu, 1989, p. 14). Durante uma dessas comemorações, uma interlocutora expressou:

É a hora de homenagear eles, a hora de agradecer por tudo que eles fizeram, as dificuldades que passaram. Se hoje temos essa cidade tão bonita, esse lugar pra viver, é porque eles *baixaram o mato a facão* e colocaram no lugar tudo que tá aqui. Ainda bem que foram eles que vieram, graças a Deus, que nossa origem é dessas pessoas boas, trabalhadeiras, com vontade de vencer. (Interlocutora 14, 58 anos)

O pertencimento étnico é reclamado, assim, como qualificador da ação de colonização, como o exercício manifesto do legado europeu e o caminho de evolução rumo à civilização (Wegner, 2000, p. 42). A noção de comunidade se construiu alicerçada nos elementos comuns desse pertencimento, como forma de constituir uma unidade atribuidora de maior força, estrategicamente pensada para atribuir maior cabedal político e controle dos processos de territorialização.

Figura 46 - Primeira festa de São Cristóvão na capela homônima – 25 de julho de 1956 – Medianeira



Acervo da Revista Mosaicos

Assim, um contexto político real e histórico da palavra "comunidade" foi inteiramente subvertido pelo próprio desenvolvimento do capitalismo (Esterci, 1984, p. 5) neste recorte, sendo formado não necessariamente de forma espontânea, mas, ao contrário, controlada e

dirigida. De maneira que, onde a sociedade burguesa satisfaz o conceito que sustenta sobre si própria ela não conhece progresso; onde o conhece ela atenta contra sua lei, que já abriga essa transgressão, e eterniza com a desigualdade a injustiça, que o progresso deveria transcender. (Adorno, 1992, p. 229)

Nascida a pretexto de desenvolvimento de uma sociedade fundada na pequena propriedade policultora familiar e na pacificação do campesinato resultante das sucessivas gerações de imigrantes, em verdade, a colonização do Oeste paranaense consistiu em uma rede de favorecimento entre classes políticas e detentores de capital, que ampliaram seu poder e influência de maneira significativa em um lapso temporal relativamente curto.

Figura 47 - Desfile do “Dia do Colono” em 1968 – Entre Rios do Oeste – PR. Na rede de fomento, havia os *Postos de Compra*: O Frigorífico Sadia (Atual BRF), sob a liderança de Atílio Fontana, estabeleceu uma forte rede de “integrados” (produtores contratados) no Oeste Paranaense.



Fonte: Acervo de Élide Grellmann para 100 Fronteiras (on-line)

A comercialização de glebas de terras rurais, com o desenvolvimento de núcleos urbanos adjacentes, estabeleceu uma nova ordenação do espaço, convertido em infraestrutura e capital político. Conforme Max Weber (2004, p. 55) a ideia da obrigação do ser humano para com a propriedade que lhe foi confiada, à qual se sujeita como prestimoso administrador ou mesmo como “máquina de fazer dinheiro”, estende-se por sobre a vida feita uma crosta de gelo.

Quanto mais posses, tanto mais cresce — se a disposição ascética resistir a essa

prova— o peso do sentimento da responsabilidade não só de conservá-la na íntegra, mas ainda de multiplicá-la para a glória de Deus através do trabalho sem descanso. Progresso não é consequência, mas causa, ação mobilizadora e tarefa árdua a ser cumprida, graças a uma vocação atribuída por vínculos de pertencimento étnico.

Figura 48 - Folder virtual de homenagem da Lar Cooperativa aos 64 anos de Medianeira



Fonte: Perfil Oficial do Facebook - Lar Cooperativa Agroindustrial

Infere-se assim que o arrojo não é um elemento geral de ação pioneira, mas sim condicionado. Progredir é possibilidade atribuída apenas a alguns sujeitos, seja porque o capital, o fenótipo ou o comportamento os autoriza. Não se pode dizer que o posseiro presente no Oeste do Paraná antes dessa colonização, que o indígena ou o ‘paraguaio’ não tivessem aptidão ao trabalho. Muito pelo contrário, os relatos e fontes documentais que narram o período das *obrages* demonstram uma aplicação exaustiva de sua mão de obra. Porém, atributos mentais ou “de sangue” são aventados quando se trata dos colonos³¹.

³¹ É através do uso de estereótipos, principalmente de natureza moral, que as classificações e hierarquias são realizadas, presumindo que vícios e cada raça considerada inferior (inclusive os mestiços) são biologicamente determinados. (Seyferth, 1993(1), p. 186)

O começo dos trabalhos para o desenvolvimento dos planos do empreendimento colonizador exigira o recurso ao “outro”. Para a realização dos trabalhos da exploração da erva-mate, por exemplo, eram contratados, também, os paraguaios. Frencheto, em entrevista ao Museu Histórico Willy Barth, diz que nunca teve problemas com os trabalhadores paraguaios. Afirma que os considerava amigos e cita os nomes de alguns como o Areco, o Lambaré, o Espíndola, o João Cavaleiro, o Leone, o Chumeni, o Prates e o Irineo. (Gregory, 2002, p. 159)

Nesse mesmo sentido,

Verifica-se que, apesar do *paraguaio* ser afeito ao trabalho de desbravamento da mata, não era considerado colono, portanto, sua função se restringiu à fase inicial da ocupação. Curioso é o fato de que quando do desenvolvimento da ação colonizatória, o discurso criado em torno do grande potencial de trabalho do paraguaio exclui sua participação neste empreendimento. Ou seja, se antes ele era considerado “trabalhador, humilde e valioso”, quando a colonização entra em ritmo mais acentuado, o trabalhador paraguaio passou a ser primitivo e de baixo poder aquisitivo, tornando-se dispensável aos dirigentes da Maripá. (Schneider, 2001, p. 239)

Assim, infere-se uma conexão direta entre o progredir e as possibilidades de acesso à terra mediante aquisição, pelo pagamento de preço, e não pela ocupação ou pelo emprego em seu melhoramento. A legitimação operada em nome de determinados sujeitos previamente acertados como necessários e intrínsecos ao próprio processo de colonização – o externo que se sobrepõe aos locais, subvertendo a lógica de ocupação e apropriação do capital e do trabalho – é de fundamental importância para a elaboração conceitual de ascensão socioeconômica, pois o caboclo ou “pêlo-duro”, só era admitido como fonte de trabalho braçal. Por vezes, a inaptidão lhes é atribuída pejorativamente, como na afirmação de que “por não dispor de qualquer condição para adquirir terras, o caboclo luso-brasileiro excluiu a si próprio do plano” (Oberg e Jabine, 1960, p. 93)

Figura 49 – A exaltação das boas qualidades do povo local (beleza, pioneirismo, religiosidade) é presença comum nas atividades comemorativas da emancipação dos municípios. Programação das comemorações do 55º Aniversário do Município de Matelândia, com shows, baile de gala, apresentação do teatro “A Conquista do Oeste” e a tradicional Festa de São Cristóvão.



Fonte: Site oficial da Prefeitura de Matelândia

Não basta chegar e simplesmente ‘tentar a sorte’, o tratamento diferenciado dispensado aos grupos sociais por parte das instituições públicas e particulares demonstra que a doutrina do progresso, que contesta o princípio, é verdadeira na medida em que a doutrina do igual pelo igual é mentira. De há muito, e não apenas na apropriação capitalista da mais-valia na troca da mercadoria força de trabalho pelos seus custos de reprodução, o contratante socialmente mais poderoso recebe mais do que o outro. Através dessa injustiça algo de novo ocorre na troca: o processo, que proclama sua própria estática, torna-se dinâmico. (...) progresso se dá no ponto em que termina (Adorno, 1992, p. 234).

Desta maneira, o progresso fica reservado apenas àqueles que de fato atuam em favor da lógica neocolonial, interessados diretos em sua implantação. De tal maneira que, conservar os modelos de sociabilidade, as categorias de pertencimento e reforçar a etnicidade resultam em um processo que ordena toda a vida cotidiana, o mundo do trabalho e a distribuição dos meios de sobrevivência, capitalização e reprodução cultural. Praticar o território (Certeau, 1996, p. 202) consiste em impor-se sobre ele, tornando regra as formas de ser, criar e fazer trazidas consigo concomitantemente à ocupação do espaço geográfico.

Eu fico feliz de ser um pouco ‘pioneiro’. Não fui bem dos primeiros, porque esses que compraram as primeiras glebas nem vivos estão mais, eram as pessoas mais experientes, com um pouco mais de idade e de capital. Mas cheguei bem no comecinho, tinha 26 anos quando eu vim. Parece pouco, mas antigamente com 26 anos você já tinha alguma cancha, porque a vida de trabalhar na lavoura começava cedo, quem tinha por volta de doze anos já fazia alguma coisa para ajudar a família. Meu pai me deu uma quantia, porque meus dois irmãos já tinham se instalado, e eu sou o penúltimo de oito irmãos, depois que eu só tem mais uma. Então ele não tinha como me dar terra, mas deu essa quantia, e eu comprei a terra e vim. Tinha casado dois anos antes. *Um outro queria comprar a mesma terra, mas deram preferência pra mim, porque meu pai era bem conhecido, alemão da roça com fama boa lá no Rio Grande, e eu já estava formando família. Foi um voto de confiança, então eu mostrei que merecia.* E chegando aqui, fiz por merecer, nunca parei, nunca reclamei, sempre participei da comunidade. (Interlocutor 30, 91 anos) [Grifo da autora]

Em questão de pouco tempo, o colono se tornou a regra, dominou os discursos, a terra, a política e operou em todas as estruturas de poder. A região Oeste do Paraná passou a ser caracterizada por esses ocupantes, convertendo-se em menos de meio século em um contexto de sociabilidade conservadora, imersa no capitalismo tardio agroexportador, calcada na visão homogeneizante e excludente em face aos sujeitos não pertencentes às mesmas condições de origem. A comunidade imaginada toma corpo neste discurso de progresso, em que “nós” abrange as qualificadoras de uma ação modernizante e produtiva, e os “outros” representam o atraso e a inaptidão e a falta de vocação à prosperidade material.

Dita comunidade não é necessariamente imaginada por outros, mas imagina-se a partir de seus próprios integrantes, por intermédio da inculcação realizada desde a atração efetuada pelos agentes e prepostos das companhias colonizadoras. A arregimentação desses colonos, o convencimento a essas pessoas para a compra das terras se deu sob a justificativa que eram *trabalhadoras, qualificadas e capazes*, conforme os estereótipos elaborados durante as políticas imigratórias estabelecidas no Brasil do século XIX e meados do século XX.

Após o estabelecimento nessas novas terras, o que ocorreu foi a continuidade de tais discursos, e o emprego dos estereótipos em uma função de utilidade e justificação da dominação do território e da natureza. Eram uma gente *melhor*, mais *ordeira* e *caprichosa*, cujo desprendimento e amor pelo trabalho seriam fundamentais ao progresso e à *civilização* de uma região *atrasada e abandonada*. Foi nessa tônica que se constituiu o mito do *colono pioneiro*.

3. OS ATORES: A CONSTRUÇÃO MÍTICA DO COLONO

Dirigir comportamentos e finalidades é uma característica própria deste tipo de colonização interna. Sem algum controle (ainda que parcial e indireto) dos sujeitos implicados neste processo – dominadores e dominados – não é possível realizar a conversão do território e da natureza em mercadoria, a transformação das relações de trabalho e apropriação, e ainda, a reorganização das relações de sociabilidade. De tal maneira que, orquestrar pessoas e instituições a esta finalidade comum é necessário à própria estruturação operada pelo Estado, que age nem antes nem depois, mas concomitantemente à ação particular³².

Figura 50 - Correntes e ferramentas para processamento de madeira, artefatos comuns nos acervos de centros de memória e museus locais. Abaixo, algumas ferramentas em exposição na Casa da Memória Roberto Marin – Medianeira



Fonte: Priscila Lini (julho – 2023)

³² Aqui, cabe empregar a observação de Timothy Mitchell, de que “Devemos abandonar a ideia do Estado como uma entidade independente, seja ela um agente, instrumento, organização ou estrutura, separada e oposta a outra entidade chamada economia ou sociedade. No entanto, devemos levar a sério a distinção entre Estado e sociedade ou entre Estado e economia. Trata-se de uma característica distintiva da ordem política moderna. O Estado não pode ser descartado como uma abstração ou construção ideológica, nem pode ser ignorado em prol de realidades materiais mais tangíveis. Devemos abordar o Estado como um efeito dos processos rotineiros de organização espacial, organização temporal, especificação funcional, supervisão, vigilância e representação que criam a aparência de um mundo fundamentalmente dividido entre Estado e sociedade ou Estado e economia. A essência da política moderna não reside nas políticas formuladas de um lado dessa divisão e aplicadas do outro, ou moldadas por ela, mas sim na produção e reprodução dessas linhas de diferenciação. (Mitchell, 2015, p. 182/183)

No caso brasileiro o território escapou a esse processo de ajuste, sendo invariavelmente visto como objeto a ser domado, desafiando, portanto, a imaginação dos agentes públicos. Percebe-se que o territorialismo³³ é uma possível chave analítica para explicar o Estado em marcha, que só compreende o exercício de autoridade como resultado de uma razão geográfica. Na ausência de “hábitos do coração” ou tradições cívicas que fizessem o ajuste entre Estado e nacionalidade, o espaço é constantemente reinventado, como se fosse possível produzir novas narrativas fundacionais sobre o país que lhe dessem estabilidade. (Maia, 2010, p. 64)

Converter a terra em bem apropriável era condição elementar para o domínio, pois assim apenas os entes adequadamente capitalizados acessavam a condição de proprietários e removiam os demais indivíduos não patrimonializados. O instituto das terras devolutas permitiu, juridicamente, tal patrimonialização, estabelecendo, a partir de 1850, que o Estado brasileiro, e logo a seguir as províncias, destinassem a terra conforme seus critérios de melhor aproveitamento, aglutinando aí a própria atividade notarial para a titulação e legalização das relações entre o ente público e os particulares, e, por conseguinte, dos sucessivos particulares adquirentes.

³³ João Marcelo Maia (2010, p. 67) explica que “o território esteve muitas vezes associado à mobilidade do mundo popular e ao constante desejo de escapar de hierarquias e mecanismos tradicionais de mando. Nesse caso, a reinvenção traduzia-se pela ideia de fronteira, que comporta muito dessa dialética autoridade-liberdade que caracteriza o territorialismo brasileiro. Se, por um lado, a fronteira representa o espaço de afirmação brutal das relações capitalistas mediadas por formas tradicionais e violentas de interação social (Martins, 2009), por outro ela implica a possibilidade constante de se refazer o país de novas formas, sem a inércia das formas de dominação. Em cada projeto estatal de expansão territorial dirigida “de cima”, pode-se perceber a energia de atores que o ultrapassam, movidos por seus desejos de liberdade (Becker, 1990). Essa possibilidade relaciona-se com um processo de construção nacional que não seguiu o cânone disponível na teoria clássica sobre Estado e sociedade civil, e que ainda não encontrou decidida resolução. Não por acaso, é nos embates em torno do espaço, seja ele rural seja urbano, que se joga a chance de, mais uma vez, reabrir o Brasil e sua potência democrática. Não é outra a tarefa da imaginação brasileira.”

Figura 51 – A extração de madeira foi uma atividade duplamente lucrativa, pois ao mesmo tempo que ‘limpava’ o terreno, proporcionou um amplo mercado de madeiras nobres. Abaixo, a olaria e marcenaria Dal-Bó, em Santa Terezinha de Itaipu, ano de 1954



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal

O patrimônio devoluto passou a ser um patrimônio em constante e metódica desintegração. Isto por vontade do próprio poder público, convencido de que as terras cumpriam melhor o seu destino quando entregues à *indústria*³⁴ – considerada *mais legítima* – dos particulares. E assim, por liberalidade, o poder público renunciou ao domínio de terras, em benefício de quem, nelas residindo, as tornasse produtivas. (Junqueira, 1976, p. 71) [Grifos da autora]

A reversão das concessões realizadas aos particulares que exploravam madeira e erva-mate, ou sua transmissão por cessão/compra e venda, foi facilmente acomodada pelo estado do Paraná, que, via atividade notarial, titulou as terras às companhias colonizadoras e autorizou seu fracionamento e comercialização em unidades menores.

As políticas de oferta das terras devolutas aos posseiros e a propaganda das colonizadoras para atrair colonos – com ótimas ofertas de trocar produção e trabalho por terras –, especificamente no estado do Paraná deram origem ao fenômeno migratório. Os colonos vinham do Sul previamente motivados e com noções bem claras das áreas nas quais seria melhor

³⁴ Aqui, o autor emprega o termo *indústria* no sentido geral de ‘atividade humana’. (Nota da autora)

se instalar. (Merlak e Sperança, 2023)

Figura 52 - Escritório da Colonizadora Maripá, onde atualmente é o município de Toledo (1950)



Fonte: Acervo virtual do Projeto HisTOOrias

Estabelecidas em escritórios localizados nas cidades maiores do Sul – Porto Alegre, Caxias do Sul, Bento Gonçalves – e logo criando filiais e subsidiárias nas novas terras paranaenses, as companhias colonizadoras organizaram toda uma rede de captação, atração e comercialização de terras e terrenos urbanos, organizando também estruturas complementares como escolas, atendimento de saúde, comércio e recreação, convidando não somente agricultores, mas ainda profissionais liberais e comerciantes também de ascendência imigrante.

O fato da Maripá ter restringido a escolha de seus colonos a grupos culturalmente homogêneos é altamente significativo. Muitos problemas podem ocorrer nos projetos de colonização que não fazem seleção de pessoas de origens culturais semelhantes. Embora as diferenças sociais possam não ser visíveis durante a limpeza inicial da terra, o progresso é muito mais rápido em zonas pioneiras onde as pessoas são culturalmente homogêneas do que em locais de grupos mistos. Isso é compreensível, pois as pessoas de mesma origem têm confiança entre si e trabalham juntas mais facilmente. Inicialmente, a cooperação informal acelera a construção de casas, estradas, escolas e hospitais, compra de equipamentos, e venda das colheitas. Posteriormente, as colônias homogêneas formam cooperativas convencionais. Em Toledo, a semelhança cultural uniu-se ao sucesso das cooperativas formadas principalmente por descendentes alemães. (Muller, 1986, p. 94)

O potencial de comercialização era significativamente ampliado, quando adicionado das facilidades que imediata ou proximamente se apresentavam no contexto. Isso demonstra também que o movimento de ocupação do Oeste paranaense foi organizado em uma articulação governamental e particular desde o seu princípio. Muitas famílias sulistas, igualmente sugestionadas a migrar, só destinaram as economias de uma vida inteira adquirindo terras no Paraná com informações confiáveis de que teriam apoio das companhias, o que, em parte, se confirmava. Assim, as colonizadoras faziam rapidamente ótimos negócios. (Merlak e Sperança, 2023, s.p.)

Figura 53 - “Casa de Migração” da Colonizadora Bento Gonçalves, na data de Fundação do Núcleo Colonial de Medianeira, em 24 de outubro de 1951



Fonte: Acervo Revista Mosaicos

Os relatos dos interlocutores confirmam o planejamento prévio efetuado, e corroboram a atuação das companhias colonizadoras:

Nós viemos logo depois do meu irmão. Ele veio primeiro com a excursão da colonizadora, viu que o lugar era bom, que a gente podia dar certo aqui. Pegamos umas economias, fizemos as contas, juntamos tudo que tinha de dinheirinho, até umas coisinhas do meu enxoval vendi. Aí arranjamos tudo, em uns quatro meses arrumamos a mudança, e viemos para o Paraná. Viagem difícil, no meio do barro, tinha que acampar no mato com muito mosquito ao redor, fora o medo dos bichos. Teve essa dificuldade, sabe? Mas olhando para

trás, valeu muito a pena. (Interlocutora 7, 88 anos)

Uma estruturação mínima era providenciada, para que os primeiros tempos não fossem tão dificultosos a ponto de causar a desistência dos recém-chegados. Aos mesmos moldes das casas de pensão e hospedarias organizadas em São Paulo, nos primeiros ciclos imigratórios do século XIX, os pioneiros (sozinhos ou já com suas famílias) possuíam um ponto de referência e instalação provisória.

Figura 54 - Hotel Fossá – Primeiro hotel em Medianeira, que recebia as famílias de colonos, até que se estabelecessem em condições de maior estabilidade



Fonte: Acervo do Jornal Nosso Tempo

Podemos delinear que as companhias colonizadoras estabeleceram o que José Sérgio Leite Lopes (1988, p. 169) definiu como *aparato institucional*, um conjunto de benfeitorias proporcionadas aos colonos visando a construção de vínculos de confiança, agradecimento e pertencimento em relação a essas empresas. Conforme o depoimento biográfico de Pedro Soccol, preposto da Colonizadora Bento Gonçalves “a firma financiava tudo, inclusive bens de primeira necessidade, pois a maioria era carente de recursos.” (APAM, 1996, p. 54) Um depoimento confirma a assistência recebida: “Quem muito nos ajudou foi a Firma Colonizadora, que auxiliava todos os moradores” (Depoimento de Antônio João Cassânego, APAM, 1996, p.

188). Também, ao conversar com um interlocutor, ele contou experiência semelhante:

A gente chegou e ficou um tempo na hospedaria, até conseguir levantar nosso ranchinho de madeira. Era eu, a H., as nossas duas mais velhas ainda pequenas. Como o F. prometeu, já tinha a escolinha, todas as turmas do primário juntas, usavam de dia a casa que também servia para as reuniões e coisas da paróquia, a Dona E. era a professora. Logo o Dr. A. chegou, atendia nas casas mesmo, e numa das salas da casa dele fez como se fosse um consultório, até o hospital começar a funcionar. Se precisasse de alguma coisa mais grave tinha que ir para Foz do Iguaçu, mas o pessoal do escritório [da colonizadora] ajudava a conseguir um jipe, uma carona. Era tudo simples, mas ninguém estava ao “Deus dará”. (Interlocutor 1, 82 anos)

É visível, tanto nas fontes orais quanto documentais, que, desde a prospecção, os potenciais compradores recebiam determinado suporte. Ademais, a seleção de compradores com algum critério de identidade comum – cidade de origem, vínculos familiares, origem étnica ou religiosa – reforçava os laços colaborativos já durante o planejamento, criando um senso de coletividade e pertencimento mais coeso. Assim, é a partir da família e de sua compreensão como unidade produtiva a escolha de abordagem da construção simbólica da figura do pioneiro.

3.1 Arranjos de parentesco e a família como unidade de (re)produção

O projeto de colonização é processo dependente da demografia, principalmente no caso da região Oeste paranaense. A ideia de fixar pessoas nessa área de fronteira dependia não somente da chegada de emigrantes, mas do crescimento vegetativo da população. Uma nova unidade familiar, em questão de poucos anos, logo se convertia em uma nova unidade de produção material, e permitia a autorreprodução do sistema. O aumento demográfico, embora incentivado, recebeu especial atenção e controle – pode-se até afirmar que, em alguns casos, fora alvo de planejamento – pois as bases de fixação de uma nova família deveriam se assentar em alguma reunião de recursos mínimos.

O casamento de um filho exigia uma acumulação prévia a fim de criar as possibilidades de que esta nova unidade familiar pudesse assumir posição igual ou melhor que a antiga unidade. Se estas condições das unidades não são favoráveis, seja pela escassez de terras, seja por não oportunizar um mínimo de acumulação de recursos para dar conta de todos os filhos, novos caminhos acabarão sendo trilhados por estes filhos, ou seja, novas estratégias serão buscadas. (Desconsi, 2011, p. 107)

Woortmann (1995, p. 54) considera o colono uma categoria que constitui o campesinato brasileiro, assim como considera os sitiantes do Nordeste, os caipiras do Sudeste e outros “tipos” de camponeses no Brasil. A sua distinção está nas formas construídas historicamente de acesso à terra, ou seja, baseado no pequeno lote, na colônia, no trabalho familiar empregado para o sustento do grupo doméstico e na construção e acumulação de patrimônio (ou capital), objetivando a reprodução da geração seguinte.

Este processo se daria sob a autoridade patriarcal que controla a terra e o trabalho. Além disso, a indivisibilidade do lote, devendo pertencer somente a um filho, constituía parte das estratégias de reprodução do colono. O restante da prole deveria, tradicionalmente, buscar novas áreas de terra para gerar novo ciclo de reprodução em novas unidades familiares (Woortmann, 1995, p. 54; Seyferth, 1993, p. 177; Desconsi, 2011, p. 106)

Menciona-se aqui a expressão ‘seleção’, pois, de fato, houve uma escolha. As companhias atuaram ativamente em angariar sua clientela dentro de critérios bastante restritos, que evitavam o descontrole social e a atração de possíveis ‘aventureiros’ ou indivíduos que significassem ameaça ao modelo produtivo desejado. A busca de um equilíbrio entre angariar um número satisfatório de compradores e controlar esses mesmos compradores, foi uma preocupação que fica demonstrada em numerosos documentos e materiais publicitários como os cartazes a seguir:

Figura 55 - Propaganda dos agentes comissionados Aurélio Tissiani e Natal Zibetti, de Sarandi (RS), para venda de terras em Toledo, na Fazenda Britânia, Município de Foz do Iguaçu. Propaganda de 1949/50

ATENÇÃO SNRS. AGRICULTORES

Antes de efetuar suas compras de terras visitem:

TOLEDO

NA FAZENDA BRITÂNIA -- MUNICÍPIO DE FÓZ DO IGUAÇU -- ESTADO DO PARANÁ

Porque devo comprar terras em TOLEDO?

- 1.º — O maior desejo de cada Agricultor é: que seu filho deve ter uma vida melhor.
- 2.º — Por isso devem procurar comprar terras de cultura livre de morros, pedras, formigas e rica águas, clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos. Todos estes desejos o senhor encontra reunidos em TOLEDO na Fazenda Britânia no Estado do Paraná.
- 3.º — O título da Fazenda Britânia têm mais de 45 anos, oferecendo por tanto todas as garantias de terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata.
- 4.º — Porque TOLEDO hoje têm: Paróquia, Colégio de Freiras com 290 alunos, Médico, Hospital, Farmácia, Grandes casas comerciais, Hotéis, Luz e Força elétrica, Carpintaria e Marcenaria, Matadouro, grande olaria, Frigorífico, Padaria, Alfaiataria, Sapataria, Diversos Bares, e Churrascarias, uma grande oficina mecânica, a serviço de qualquer espécie de veículo, Moinhos para trigo e milho, Serrarias para pinho e madeiras de lei, firma organizada para um grande Moinho a cilindro para trigo.
- 5.º — Existem as seguintes madeiras: Cedro, Louro, Cangerana, Cabriuva, Guatambú, Angico, Maria Mole, Citeiras, Ortigões e outras mais todas sintomáticas de terras férteis. Ha nos matos: Crescinal, Lariz, Palmitos e Taquaruçu.
- 6.º — A exportação de todos os produtos coloniais são feitos diretamente para a praça de S. Paulo, grande consumidor com fretes convenientes revertendo em benefício exclusivamente dos agricultores.
- 7.º — A Fazenda Britânia proporciona aos seus agricultores uma grande via de comunicação que é o Paraná, tanto para o Norte de S. Paulo como para a Argentina, todo ele navegável.
- 8.º — **Atenção agricultores muita atenção! TOLEDO tem um grande área dedicada ao plantio de café. É um negócio que a Companhia de Colonização está oferecendo a todos os interessados ao preço de Cr\$ 30.000,00 a Colônia de dez alqueires.**
- 9.º — Os preços das terras são os seguintes: de Cr\$ 20.000,00 até Cr\$ 30.000,00 a colônia de 10 alqueires. Condições de venda: 1/3 a vista, 1/3 a 6 meses e 1/3 a 12 meses, gozando o comprador para pagamento a vista um desconto de 10% ao ano pelo tempo que faltar das prestações.

Proprietária da Fazenda Britânia:

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S.

COM SÉDE EM PORTO ALEGRE, A RUA VOLUNTÁRIO DA PÁTRIA, 333 E FILIAL EM TOLEDO

11.325 COLONIAS

Fonte: Acervo Museu Histórico Willy Barth / Memória Rondonense

Figura 56 - Propaganda do Agente Guilherme Schmitt para comercialização de terras em Toledo – à época, Fazenda Britânia – de propriedade da Colonizadora MARIPÁ

**O maior desejo de cada Agricultor é:
que seu filho deve ter uma vida melhor.**

Por isso devem procurar comprar terra de cultura livre de MORROS, PEDRAS, FORMIGAS e rica em águas, clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos.

Todos estes desejos o Senhor encontra reunidos em TOLEDO, na Fazenda Britânia no Estado do Paraná.

O título da Fazenda Britânia tem mais de 45 anos, oferecendo portanto todas as garantias de uma terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata.

TOLEDO com apenas 3 anos de existência, é paróquia, tem colégio de freiras com 170 alunos, médicos, hospital, farmácia, indústrias, profissionais, bom comércio e cinema.

Há na Fazenda 295 quilômetros de estradas de rodagem conservadas por patrões e tratores, oferecendo ao comprador o máximo acesso à sua colônia.

As terras são planas e são apropriadas para lavouras mecanizadas.

O mato é formado de todas as espécies de madeira de lei, que prova a fertilidade das terras.

PORTO MENDES com seus grandes armazéns e moderna instalação maquinária para carregamento de navios, construídos pelo Governo Federal, está aguardando tua produção.

Os preços das terras são os seguintes: de Cr\$ 10.000,00 até Cr\$ 13.000,00 a colônia de 10 alqueires, com condições de venda 1/3 a vista, 1/3 em 6 meses e 1/3 em 12 meses, gozando o comprador para pagamento a vista um desconto de 10% ao ano pelo tempo que faltar dos vencimentos das prestações.

A passagem de Concórdia a Toledo, ida e volta custa Cr\$ 500,00; quem comprar uma colônia tem 50% de abatimento, comprando duas ou mais, tem a passagem grátis.

A passagem será devolvida ao comprador, uma vez que o mesmo pague a Colônia integralmente.

É proprietária da Fazenda Britânia:
A Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.
com sede em PORTO ALEGRE, à Rua Siqueira de Campos 1248 - Edifício Brasília - 7.º Pavio. - Sala 3
com Filial em Toledo

Para maiores informações dirigem-se ao AGENTE AUTORIZADO de
IJUI, SANTO ANGELO e CRUZ ALTA - sr. GUILHERME SCHMITT - Ajuricaba
Na Cidade de Ijuí com o Sub-Agente sr. OSWALDO SCHMITT - Hotel Familiar
Também o Sr. Julio Kocourek, Fabricante de Alambique em Ijuí, Avenida Cel. Dico,
está apto a prestar toda e qualquer informação, sobre viagens, condições, etc.

**Procure adquirir tua colônia na Fazenda Britânia, que hoje é o paraíso dos
caçadores e amanhã uma flor da Agricultura Brasileira.**

14770

Fonte: Acervo Museu Histórico Willy Barth

Percebe-se a escolha do termo “agricultores” em destaque, indicando o direcionamento das peças publicitárias a um determinado público, que de fato comungava dos ideais planejados pela companhia MARIPÁ S.A. Já entre as razões para a compra de uma terra em Toledo, o primeiro item destaca que “o maior desejo de cada Agricultor é: que seu filho deve ter uma vida melhor”. Como mencionado, o público-alvo eram os rio-grandenses descendentes de imigrantes que já experimentavam o aumento do valor das terras gaúchas, e que pelo alto índice de fecundidade tinha uma prole que, em poucas gerações, já tornava dificultoso um processo sucessório que atendesse com terras suficientes um número tão grande de filhos e parentes.

A fim de incentivar o deslocamento e o estabelecimento nessas novas paragens, as vantagens arroladas no item 4 demonstram que o colono não precisaria abrir mão do conforto material experimentado no Rio Grande do Sul, pois

“TOLEDO hoje tem: Paróquia, Colégio de Freiras com 290 alunos, Médico, Farmácia, Grandes casas comerciais, Hoteis, Luz e Fôrça elétrica, Carpintaria e Marcenaria, Matadouro, uma grande olaria, Frigorífico, Padaria, Alfaiataria, Sapataria, Diversos Bares, e Churrascarias, uma grande oficina mecânica, a serviço de qualquer espécie de veículo, Moinhos para trigo e milho, Serrarias para pinho e madeiras de lei, firma organizada para um grande Moinho a cilindro para trigo.” (sic)

Na propaganda do agente Guilherme Schmitt, as ofertas incluíam ainda: descontos ou abatimentos nas passagens rodoviárias, condições especiais de pagamento, e frisavam a segurança jurídica da compra, afirmando que o título das terras da Fazenda Britânia já contava com mais de 45 anos, permitindo a obtenção imediata da escritura.

Desde a formação dos quadros societários das empresas colonizadoras – algumas em modalidade societária limitada, outras em modalidade de sociedade anônima, a escolha dos agentes e por fim, a escolha dos colonos, que eram abordados muitas vezes pelo intermédio de parentes, de conhecidos e pessoas de seu convívio, foi possível operar uma transposição do cenário de origem em um novo cenário. Este, adaptado às demandas econômicas do grupo populacional, permitiu a ampliação do espaço de produção da vida social e econômica, sem perder os vínculos familiares, garantindo a possibilidade de retorno ou ao menos de socorro financeiro e auxílio material em caso de dificuldades.

Figura 57 - A maioria das companhias oferecia um mínimo de comodidades aos novos ocupantes, organizando os núcleos que originariam as cidades. Na imagem abaixo, o início das obras do arruamento na cidade de Palotina, no ano de 1953



Fonte: Prefeitura Municipal de Palotina

O que legitimou a conquista e apropriação do espaço? Em princípio pensa-se nas possibilidades de legitimação documental das terras, que garantam o domínio pleno e sem questionamentos. De fato, a ação do Estado, atuando diretamente na política de concessão da terra foi fundamental para a atração de pessoas ao até então ‘ermo’ Oeste paranaense. Mas, uma promessa desta espécie poderia atrair não somente as pessoas desejadas: o risco de ‘indesejáveis’ ou ‘desajustados’ aproveitarem a oportunidade para a aquisição de terras era um risco que não poderia ser ignorado pelos operadores da empresa neocolonial. Era necessário levar o tipo de pessoa certa, afinada com as regras necessárias para tornar real o que já era imaginado.

Conforme Fredrik Barth (2000, p. 26) fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, *apesar* das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas. A aptidão é uma espécie de autocontrole e disciplinamento que é exigido do indivíduo,

que deve ter uma organização psíquica e moral nova: toda ênfase legitimadora passa a ser conferida às noções de responsabilidade e iniciativa individual (Souza, 1991, p. 73)

Figura 58 – A mobilização de famílias inteiras foi altamente incentivada no momento da comercialização das terras do Oeste. Abaixo, família de colonos poloneses chegados em Cascavel, na década de 1950



Fonte: Acervo de Xico Tebaldi para Cascavel Histórica

As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial. Se um grupo mantém sua identidade quando seus membros interagem com outros, disso decorre a existência de critérios para determinação do pertencimento, assim como as maneiras de assinalar este pertencimento ou exclusão. (Barth, 2000, p.34)

O migrante catarinense Otávio Borges, ao decidir partir rumo ao Oeste paranaense, já estava ciente de que poderia custear uma bela chácara com produção e serviços. Veio com paradeiro certo e financiou o transporte da mudança para a casa que construiu com uma lata de banha. Borges chegou sozinho à área da Colonizadora Gaúcha, mas já estava com 32 anos, casado com Virgínia Moro, filha de italianos de Padova. Hospedado pelo compadre Josué Fabris, preparou a casa para a qual iria trazer a família enquanto cultivava a primeira safra de arroz. Enfrentou os perigos da mata virgem desbravada e as ameaças *dos jagunços*, até conseguir se impor também no núcleo urbano da futura São Miguel do Iguçu no ofício de barbeiro. Desde a partida de sua cidade natal, Meleiro, no Sudeste catarinense, até o período em que trabalhou formando lavoura, construindo casa e preparando a vinda da família, ele tinha cada passo planejado. (Merlak e Sperança, 2023)

As peças publicitárias de anúncios de venda de terras cumpriam uma das etapas do processo colonizatório: atrair compradores. É evidente que a intenção primordial era auferir lucros com a comercialização de terras. Contudo, a forma como os anúncios eram divulgados, e o público-alvo merecem um destaque reservado. Conforme se pode analisar nos quadros de acionistas das companhias colonizadoras, seus grupos de sócios eram compostos, basicamente, por pessoas da região Sul do Brasil, muitos deles comerciantes e industriais que tinham ações nos núcleos coloniais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os acionistas, através desses agentes autorizados, divulgavam novas terras nessas regiões onde já tinham atuação. Os novos espaços coloniais implantados com a remigração de contingentes populacionais de imigrantes e seus descendentes podem demonstrar as intenções em estabelecer uma rede articulada, tanto do ponto de vista comercial e empresarial, quanto do ponto de vista cultural e social. Isso se traduz no grande número de migrantes que se instalaram no Oeste do Paraná, provenientes dessas regiões. (Klauck, 2004, p. 47)

Dessa maneira, a emigração não representou um rompimento radical entre os que saíram e os que ficaram. “Os que saíram, filhos e irmãos, contribuem frequentemente (...) a obrigação com os parentes é um princípio central, mas ela é uma rua de duas mãos, pois também se impõe aos que ficam. Se aqueles que saem perdem o acesso à terra, não perdem necessariamente o acesso à família”. (Woortmann, 1990, p. 51)

O pai e a mãe ficaram em Serafina Corrêa, o mano H. também, tava casado há um tempinho, minha sobrinha mais velha já era nascida e estavam esperando o segundo. O sogro também ficou, como ele era viúvo do primeiro casamento, morava com a madrastra da S. na colônia do Rosário, e tinha criação, fazenda modesta, mas muito jeitosinha, a casa mesmo era bem boa, com umas melhorias que deixavam a vida confortável. Nós compramos a terra por um preço bom, mas nada era tão garantido, deu um ‘frio na barriga’ pra sair. Fizemos um combinado: se não desse certo em três ou quatro anos, eu voltava, pelo menos com o preço pago na terra do Paraná recuperado, vendendo o que ficasse. Mas graças a Deus, deu certo. Teve algumas dificuldades, mas com fé e vontade, superamos. (Interlocutor 8, 80 anos)

O colono que *subiu*, que se moveu da Serra Gaúcha, do interior do Rio Grande do Sul e do Vale do Itajaí em direção ao Oeste paranaense é o símbolo da iniciativa e do arrojo, do aproveitamento racional da terra, da ordenação do espaço geográfico e de sua inserção plena na era da produtividade e do capital.

Ao mesmo tempo em que valorizavam a fixação na terra, colonos sulistas se afirmavam nômades por continuarem buscando terras melhores mais para frente (Lacerda, 2021,

p. 78). Quando a noção de colonialismo interno foi formulada de maneira mais sistemática na América Latina, sua vinculação à luta de classes e ao poder do Estado apareceu originalmente velada. (Casanova, 2007, p. 437)

Meu vô nasceu na Itália ainda, meu pai em Flores da Cunha (RS) e minha mãe em Urussanga (SC). Aí eu já nasci ‘catarina’, em Chapecó, mas bem pequeninho vim com eles para cá, minha irmã era nenê e meus outros irmãos já nasceram tudo aqui. Meus filhos são todos do Paraná, mas o mais velho se estabeleceu em Sinop (MT), se mudou em 1998 ou 1999, não lembro bem, e agora a mais nova casou e o marido comprou umas terras no Maranhão, que tá bom lá, terra barata, mais fácil pra comprar terra grande que vale a pena e dá lucro logo. Não tem muito jeito, né? A gente vai abrindo clareira, destocando, fazendo o que precisa ser feito, fazendo as terras produzir o máximo que dá. Depressa tá tudo bonito, primeiro pasto, mas em coisa de poucos anos, soja a perder de vista, uma sede bonita, umas casinhas pros funcionários, o lugar para instalar a peonada. Se bem que peão nem precisa muito mais, porque agora o maquinário é que faz tudo, precisa mais de operador, de piloto de aviação agrícola, até piloto de drone, coisa fina (risos). Esses a gente contrata entre as famílias de conhecidos, gente do Sul também, que sabe fazer as coisas direito, que fez uma faculdade de agronomia ou agronegócio. Só para um serviço mais pesado, para lida mesmo que contrata nortista, e graças a Deus precisa cada vez menos, porque eles são muito diferentes da gente e logo dão problema. (Interlocutor 9, 69 anos)

O *subir* e o *descer* possuem duas dimensões: a geográfica – rumar cada vez mais ao Norte/Oeste em busca de terras mais baratas, mas mantendo os vínculos com a origem, e uma ideia de ascensão social, “subir na vida”, prosperar economicamente e elevar seu capital social. O *descer* também tem essa significação dúplice. O caboclo, o ‘nortista’ que *desce* o faz em busca de empregos proporcionados por essa elite *eurobrasileira* que melhora os espaços, os industrializa, urbaniza e gera empregos. Essas pessoas vão compondo um contingente de mão de obra excedente em atividades pouco remuneradas e de baixa escolarização, como empregadas domésticas, funcionários da linha de produção de agroindústrias e frigoríficos.

Um pouco depois que a gente chegou, veio um que outro nortista. Vinham pra serviço bem avulso, trabalhar de *chapa*, de carregador. Mas bem poucos. E ficavam na cidade, não compravam terras, chegavam só com a roupa do corpo, nem mala junto, as poucas coisinhas numa trouxinha de pano, de lençol improvisado, bem coitadinhos. Se vinha alguma moça, mulher – boa parte deles era solteiro – ia trabalhar em casa de família. Mas não duravam muito, um que outro se estabeleceu. Depois veio um pessoal pra trabalhar na construção da barragem, só que esses estavam bem de passagem, porque o rumo final era Foz do Iguaçu mesmo. Ultimamente tem uns estrangeiros,

peessoas ‘de cor’³⁵, trabalhando no frigorífico. Mas ninguém comprou ou compra terra, acho que não conseguiam, ou não sabiam como fazer para trabalhar na lavoura. Mas deve ser também porque era uma gente pobre, que veio aproveitar o movimento que tava acontecendo aqui, tentar alguma oportunidade. (Interlocutor 2, 82 anos)

A narrativa traduz uma percepção sobre o desenvolvimento da região que implica a expansão da produção via técnicas modernas e ampliação da área cultivada “com lavoura”. A urbanização, neste sentido, possui uma correlação direta com esta dinâmica na medida em que se tornam polos do setor de agroindustrialização e prestação de serviços, assim como locais de residência de trabalhadores. (Desconsi, 2011, p. 56) Levar a família significava carregar o *ethos* colono, as formas de produzir, de negociar e de estabelecer comunidade.

Quando se organizavam pais e filhos, irmãos, genros e cunhados, a distribuição do espaço e das tarefas também ganhava hierarquias e posições de comando, poder decisório de investimento e acumulação de conhecimento técnico. A contratação de profissionais ocorria, na maioria das vezes, enquanto um daqueles integrantes da unidade familiar ainda não detinha a idade ou o saber necessário para determinada necessidade. Porém, assim que passava a deter um curso técnico em agropecuária, ou, mais recentemente um curso superior em agronomia, agronegócio ou administração, a própria unidade familiar se profissionalizava e garantia uma posição social mais destacada.

Multiplicada a família, no processo natural da sucessão geracional, na medida em que estes atores sociais identificam limitação no espaço para crescer, o olhar não se volta eventualmente para um possível retorno ou permanência, se orienta “para frente”. (Desconsi, 2011, p. 101) A busca por novas terras, em condições de compra melhores que no local de origem, mantém a mobilidade dessa fronteira e da expansão de um campesinato que se converte em agente de extensão capitalista de cunho político conservador.

No campo simbólico *descer* também pode significar *quebrar*, ou seja, um colono do Oeste paranaense que parte para tentar a sorte nos novos espaços de colonização, mas, por alguma razão, não prospera. Assim, se vê compelido a voltar às suas estruturas socioeconômicas

³⁵ No contexto da nova era migratória essa pesquisa contempla a investigação sobre a imigração haitiana no Oeste do Paraná como um desdobramento da mobilidade interna no Brasil e sua relação com frigoríficos, sendo esse um dos principais setores econômicos do Oeste do Paraná. Ao mesmo tempo em que o sistema laboral de frigoríficos incorporou os primeiros imigrantes, dá continuidade a um sistema produtivo caracterizado pela rotatividade de trabalhadores, dado a disponibilidade do exército de reservas, garantido tanto em períodos de recessão ou pujança econômica. Os dados sobre imigração e sua restrita vinculação com o sistema produtivo de frigoríficos revela o fechamento dos demais setores produtivos para os haitianos, bem como a inserção de novos trabalhadores, que se submetem a ele como única alternativa de inserção laboral. (Bortoloto, 2018, p. 345)

de origem, enfrentando o estigma e o julgamento social. Uma vez que o sentimento de honra é vivido diante dos outros (Bourdieu, 1971, p. 176), o retorno às origens no Sul, onde parte da família preserva propriedades urbanas e/ou rurais, parece contribuir para desgastar reputações. Conforme Almeida (2013, p. 126):

Nesse contexto de novas áreas, a persistência em face às dificuldades características do processo de desbravamento e às oscilações econômicas do mercado de *commodities* consiste numa postura bastante valorizada. Nessas circunstâncias, voltar para o Sul contrariava a presumida impetuosidade pioneira, denotando falta de vigor ou mesmo, “covardia”. Embora a preservação da propriedade no Sul proporcionasse um respaldo econômico em situações de crise, voltar para a região de origem não parecia ser uma atitude bem-vista, resultando ser uma manobra que abalava ainda mais a reputação da família em caso de regresso.

Importante considerar que as avaliações e reflexões entre o ficar ou empreender nova etapa migratória ocorria de forma coletiva envolvendo a todos que compunham a trama de relações (Desconsi, 2011, p. 101), assim como um conselho empresarial ou uma decisão entre ‘sócios’. O empreendimento demandava investimento conjunto, de um lado, mas também tolhia a liberdade daqueles integrantes da família. Em nome desse sucesso coletivo, todos deveriam permanecer engajados no projeto de expansão.

Tomando a noção conceitual apresentada anteriormente, o Oeste do Paraná ganha caráter de ponto nodal, a experiência primeira do grande ramo da migração gaúcha, em direção ao Mato Grosso e à Amazônia Ocidental. Ele tem origens na expansão contínua da agricultura em áreas de mata que se estendeu a partir do norte do Rio Grande do Sul (anos 1920) para os solos férteis do Oeste catarinense e Sudoeste do Paraná (anos 1930 e 1940) e Oeste do Paraná (anos 1950 e 1960)

A migração para os campos de Dourados, no Mato Grosso do Sul, ocorreu ao final dos anos 1960 através do cultivo de arroz sequeiro. Como em outras áreas, os pecuaristas locais adotaram o sistema de arrendamento, e o arroz, “cultura desbravadora”, foi sendo gradativamente substituído pela soja, estimulada nos anos 70 pela política agrícola oficial e pela valorização no mercado internacional, além do pioneirismo e da tradição dos colonos do Sul nesta atividade. (Haesbaert, 1997, p. 20)

Figura 59 - Réplica de uma sala de aula multisseriada do primeiro grau, da primeira escola da cidade, montada na exposição permanente do Museu Histórico Willy Barth em Toledo. A oferta de aparatos de assistência às famílias de colonos era um dos atrativos importantes para o interesse na aquisição



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

A década de 1970 representou o auge da expansão dos sulistas pelo interior do país, impulsionada tanto pelo agravamento da concentração fundiária no Sul quanto pelos programas estatais geoestratégicos que incentivavam a ocupação de regiões como a Amazônia – caso dos colonos gaúchos que chegaram a Altamira, na Transamazônica, em 1971 (Haesbaert, 1997, p. 20/21).

Esse movimento colonial interno em direção ao Norte, Noroeste e Nordeste reproduziu estruturas de dominação baseadas na concentração de terras e capital, sustentadas por uma dinâmica agroextrativista primária e pela criação de novos espaços de poder político. O Estado, longe de ser uma entidade coesa, atuou por meio de práticas dispersas que favoreceram essa expansão (Maia, 2010, p. 626).

O conceito de colonialismo interno, conforme Casanova (2007, p. 432), remete a processos de conquista em que populações nativas não são exterminadas, mas integradas de forma subordinada a um Estado que mantém relações coloniais internas mesmo após independências formais. No contexto paranaense, essa lógica se manifestou na percepção do

interior como um espaço "amorfo", supostamente ocupado de forma espontânea, sem a intervenção de uma racionalidade estatal clara (Maia, 2010, p. 645). Esse discurso, no entanto, oculta o papel ativo do Estado e dos agentes econômicos na reprodução de hierarquias étnicas e territoriais.

A migração sulista não apenas consolidou um modelo econômico excludente, mas também difundiu uma "cultura imigrante" que mitificou o sulista como um novo bandeirante – portador simultaneamente da modernidade capitalista e de um tradicionalismo camponês gaúcho idealizado (Haesbaert, 1997, p. 16). Essa autoimagem superior baseava-se em uma suposta eficiência produtiva e em uma identidade étnica distinta, contrastando com as populações locais, muitas vezes retratadas como "atrasadas". Como observa Casanova (2007, p. 438), Estados de origem colonial refazem relações de dominação interna, tratando minorias e etnias periféricas como grupos subalternos. O Paraná, inserido nessa lógica, tornou-se um fornecedor colonial para mercados internos vinculados à exportação (Schwartz, 2001, p. 146).

Nosso sítio era bom, mas bem mixuruca. Plantava alguma coisinha, conforme a época, tinha a granja com o fumo secando no baixeiro, comida gostosa que a mãe fazia – salame, torresmo, polenta sapecada – mas tudo daqui. Vivia justinho, comprava uma medida de tecido e fazia roupa pra todo mundo, uma roupa de sair e a roupa de trabalhar, sapato era um só. Tudo muito contadinho, até pra fazer compra na Argentina a gente fazia as contas antes para comprar uma coisa ou outra, um doce, um agrado diferente. Aí quando o tio C. comentou que a soja e o arroz estavam dando dinheiro, que era só saber arrumar certinho as terras para começar a plantar, nós confiamos, e investimos uma economia que tinha separada para fazer uma casa melhor. A casa teve que esperar, mas para nós valeu a pena. Logo entramos pra cooperativa e progredimos, em coisa de quinze, vinte anos já conseguimos comprar mais uma terra no Mato Grosso e continuamos com a soja lá também. (Interlocutor 11, 72 anos)

A integração com as monoculturas do milho e da soja proporcionou escala a esses projetos familiares, coordenadas por cooperativas que atualmente correspondem aos grandes conglomerados agroindustriais exportadores. Se o plano inicial, de estabelecer pequenas propriedades policultoras (ou integrar a produção de café em larga escala, como ocorreu no Norte do Paraná e Interior de São Paulo), fora frustrado pelas circunstâncias geográficas e climáticas, o alívio proporcionado pelo plantio de culturas com maior retorno significou a redenção e a consolidação desses projetos familiares.

A gente chegou pensando em plantar café. Eu e o meu marido saímos de Serafina Corrêa, com meu irmão e minha cunhada, e compramos uma gleba na Linha Oro, em Matelândia. A gente até tentou viver disso, insistimos uns nove ou dez anos, vivendo de um jeito muito simples, praticamente sem lucro, sem nenhum luxo, só comia bem porque tinha criação no pátio, chiqueiro, pão feito em casa no forno de barro, que meu marido mesmo construiu. Mas café não dava certo, aqui fazia frio de geada braba no inverno, não produzia como a gente queria. Pelos anos 70 deu aquela “geada negra” e foi o fim de vez, não teve jeito. Daí numa reunião da Cotrefal [Cooperativa Três Fronteiras, atual Cooperativa Agroindustrial Lar] falaram que o bom mesmo seria plantar soja, que soja sim ia dar dinheiro. E passamos para soja e investimos mais no chiqueirão. Aí começou uma fase boa, viver com mais conforto, sobrar um dinheiro para construir uma casa boa de material, bem grande, comprar trator. A gente até fez um churrasco pra comemorar quando o N., meu marido, tirou a F1000 na concessionária, de cabine dupla, coisa mais chique do mundo. Foi o primeiro ano que viajamos para a praia, conhecemos Camboriú e foi uma festa. Depois disso todo mundo aqui ficou ou na soja ou na criação de suínos. (Interlocutora 10, 87 anos) [Grifo da autora]

Fica evidenciado que o recurso disponível (patrimônio acumulado) é elemento pertinente na definição de para onde e quando a família vai empreender sua migração. (Desconsi, 2011, p. 60) No processo paranaense, a primeira leva de pioneiros, dependentes da agricultura de subsistência, foi seguida por colonos que estruturaram comunidades mais estáveis, até a chegada dos agentes de capital, que consolidaram a propriedade e a exploração em larga escala.

A soja foi a cultura ideal de substituição do café; planta fácil de se cultivar, inteiramente mecanizável, dotada de vantagens fiscais e do apoio do governo. Sua cultura se estendeu como um rastilho de pólvora. As verbas do governo destinadas à produção da soja passaram de 3% em 1969 a 17% em 1975. A superfície do cultivo de soja no Paraná passa de 5.643 ha em 1960 para 3.007.841 ha em 1980. Este desenvolvimento produz uma inversão na relação culturas permanentes/culturas temporárias. (Em 1960: 48% e 52% respectivamente, e em 1970: 28% e 72% das superfícies cultivadas.) Em 1980 esta diferença ainda se acentua: as culturas temporárias ocupam então 76% da superfície valorizada, sendo uma grande parte desta porcentagem representada pela soja. Com relação à utilização ótima dos fatores terra e capital, a soja é um produto ideal, tendo em vista a taxa de rentabilidade que ela garante aos investimentos. Do ponto de vista da mão-de-obra, no entanto, sua expansão é negativa, geradora do desemprego devido à mecanização acelerada, fortemente estimulada pelo governo. (Swain, 1988, p. 31)

O período de 1964 a 1978 caracteriza-se pela destruição das formas autônomas de organização e representação das classes subordinadas. Dentro desse contexto, o Governo, porém, continuou agindo no meio rural em termos de extensão de legislação e serviços sociais

oferecidos pelo Estado. Assim, o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 1964) promoveu mecanismos que permitiram uma maior intervenção estatal ao nível de instauração de cooperativas, sindicalismo, assistência técnica e eletrificação rural (Sorj, 2008, p. 57):

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

§ 2º É dever do Poder Público:

- a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;
- b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

§ 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho.

§ 4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam ou que lhes sejam atribuídas de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas.

Art. 3º O Poder Público reconhece às entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, o direito à propriedade da terra em condomínio, quer sob a forma de cooperativas quer como sociedades abertas constituídas na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os estatutos das cooperativas e demais sociedades, que se organizarem na forma prevista neste artigo, deverão ser aprovados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.) que estabelecerá condições mínimas para a democratização dessas sociedades. (Brasil, 1964)

A redemarcação de territórios e regiões rompeu e refez antigas divisas geográficas e criou novos limites e fluxos. Abriu o país. Moveu, por distintos lados, a “frente de invasão”. Eliminou boa parte dos médios e pequenos empresários e se enfureceu com os artesãos e com as comunidades. Esse enfurecimento, pôde ser observado na espoliação territorial sistemática (legalização da grilagem, desapropriações em massa para megaprojetos de infraestrutura) e pela criminalização dos movimentos de luta por terra e trabalho. Como observa Casanova (2007, p. 446), a "consciência colonizadora" imposta por esses fluxos rompeu identidades nativas,

substituindo-as por uma hierarquia étnica que associou progresso e civilização ao fenótipo europeizado.

Nesse contexto, a migração sulista para o Oeste do Paraná não foi apenas um movimento econômico, mas também um projeto de reterritorialização cultural, em que a suposta superioridade fenotípica dos colonos – majoritariamente brancos, de ascendência europeia – serviu como justificativa simbólica para a dominação sobre populações locais.

Para o Estado e para grupos de interesse político, a expansão dos grupos colonos teve a vantagem da alta produtividade desvinculada das demandas típicas das concentrações de trabalhadores, como sindicatos e agremiações. As associações mais fortes acabaram sendo as de ‘proprietários’ (ainda que pequenos), como os sindicatos rurais e associações comerciais/empresariais.

Dessa forma, as poucas vozes dissidentes não encontravam ressonância às suas demandas, sendo rapidamente compelidas a deixar o espaço, sob o estigma de desordeiros ou rebeldes. A dimensão do trabalho em família possuiu seu ferramental de recompensas próprio, que não era necessariamente pago em salários ou direitos trabalhistas – as regras de maior interesse passaram a ser as do Direito Civil, relativas à família, às sucessões e aos contratos.

3.2 Trabalho, *serviço* e *ajuda*, as diferentes dimensões da atividade humana

Mas se essa família se comportava como unidade produtiva, parentesco não significava que os vínculos teriam a mesma natureza de um empreendimento comercial nos moldes tradicionais. Trabalho, lealdade e formas de uso do corpo, do saber e do tempo são construídos de maneira direcionada a essa finalidade comum, e as categorias êmicas possuem significados múltiplos e intercambiáveis.

Conforme Verena Stolcke, (1986, p. 32) na ideia de família como unidade produtiva, a prole numerosa se converteu em vantagem para o chefe da família, tornando-se quase uma construção ideológica. Se operou uma eficiente divisão sexual do trabalho, desigualdade no acesso à propriedade e à sucessão, além da super autoexploração do trabalho, edulcorada como o construto perpassado pelo afeto, que afirmava que “família que trabalhava unida, permanecia unida”.

Trabalho tem uma conotação genérica, até um pouco distanciada do cotidiano. Trabalhar é um termo empregado como uma necessidade comum a toda pessoa, a de obter seu

sustento. Uma interlocutora até faz uma distinção curiosa:

- Em casa, a senhora trabalha muito?
- Sim, muito. Não paro um minuto, sempre tem o que fazer. E se não tem, a gente arranja (risos).
- Então a senhora é muito trabalhadora?
- Olha, *trabalhadora* acho que não. Porque o que eu faço é o serviço de casa. Acho que o mais certo é que eu sou *trabalhadeira*, de estar sempre *em função*. Um dia lava calçada, no outro dá conta da roupa, faz pão, faz almoço, é assim. Trabalhador é do comércio, das fábricas. Ou não é? Eu não sei. (Interlocutora 13, 62 anos)

Trabalho, nesse sentido, ganha uma conotação externa. Trabalha-se para o mundo, para o universo social pensado como economicamente ativo. O uso da expressão “trabalhar fora” ou “trabalhar com carteira assinada” confere uma noção de formalidade, de participação em uma unidade produtiva externa, ou que se reverte em ganhos financeiros factíveis. Um interlocutor, por sua vez, define: “Eu *trabalho com plantação*, com soja” (Interlocutor 2, 48 anos).

Dizer que “trabalha” *com* algo (soja, milho, criação de suínos ou aves, produção de leite) manifesta uma qualificação pessoal dupla: trabalha-se produzindo e trabalha-se para si e para os seus, não “para os outros”. Oferece o pertencimento ao *agro*, a um setor que investiu maciçamente em propaganda e construtos mentais poderosos – é tecnológico, é onipresente, é setor estratégico e essencial – ainda que a escala não seja considerável e que a propriedade seja modesta.

O importante é ser dono, não ser peão. A categoria peão designa o trabalho de empregado submetido a um patrão, destituído de honra. Designa acima de tudo o empregado agrícola, cujo local de trabalho, em geral, se vincula às fazendas, representa o trabalho não autônomo, ou dito em termos populares “trabalhar no que é dos outros” e não “trabalhar para si”. (Desconsi, 2011, p. 83)

Em verdade, a conversão da família como unidade produtiva, do campesinato colono para peça de engrenagem do agronegócio exportador, não significa que houve uma tomada de poder por esse setor. Não cabe aqui abordar mais amplamente as transformações na hegemonia do patronato rural no Brasil sua composição, adstrição regional e segmentos distintos. Pompeia, dentre muitos outros, tem mostrado a complexidade do agronegócio como fenômeno político³⁶,

³⁶ Caio Pompeia postula “um novo padrão de organização e representação no campo do agronegócio, consolidado nos anos 2010 para incidir sobre questões políticas amplas, notadamente aquelas vinculadas a temas fundiários, como a ambiental e a indígena. Para definir essa modalidade de ação política e estruturar a análise sobre ela, utilizou-se o conceito de concertação política do agronegócio, que remete a uma configuração público-privada de estratégias de convergência as quais, operadas em

e a ação legislativa como a chamada “bancada ruralista” (Pompeia, 2020; 2024), cujo estudo encontra bases sólidas nos trabalhos de Regina Bruno³⁷ (2017, p. 156) para período do processo constituinte de 1987 e para o seu momento imediatamente posterior.

Figura 60 - Família Strenske na sua fazenda de café, em Marechal Cândido Rondon, ano de 1959



Fonte: Acervo da Família para o Projeto Memória Rondondense

Nos anos 1990 passou a ter espaço o fenômeno da modernização conservadora³⁸, em

diversos níveis, apresentam como traços a intersetorialidade, a multilateralidade, a institucionalização, e a sistematicidade (...) Tal movimento de tendência centrípeta, fortalecendo o terceiro padrão de representatividade nesse campo, afetou de modo marcante as relações dos agentes privados com os Poderes Legislativo e Executivo. No que se refere ao Parlamento, a consolidação do Instituto Pensar Agropecuária - IPA, atribuindo caráter sistemático e institucionalizado às negociações entre empresários e políticos, foi a pedra angular para ampliar a coesão da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária - FPA. Simultaneamente, o progressivo concerto entre IPA, FPA e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA funcionaria, a despeito de alguns desencontros, para aprofundar o pacto de economia política dos núcleos do agronegócio com o governo federal. (Pompeia, 2020, p. 13/6)

³⁷ A crise de representação política patronal rural e agroindustrial do final dos anos 1970 e 1980 é indissociável da renovação da representação. Crise e renovação são processos complementares e se assemelham a rearranjos decorrentes das transformações sociais, econômicas e políticas na sociedade e aparentemente não afetaram os fundamentos da dominação. Como parte dessas transformações, destacam-se também a criação de associações por produto e multiproduto, intimamente ligadas às cadeias agroindustriais; o fortalecimento do cooperativismo empresarial da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), ancorado em um discurso voltado para a união de grandes, médios e pequenos produtores em torno de interesses comuns; o incentivo à formação de novas lideranças; o estímulo às mobilizações e manifestações de rua, nacionais e regionais; o uso da mídia e do marketing na construção da imagem pública e uma redefinição dos espaços de representação de interesses que buscam agregar um diversificado leque de atividades direta e indiretamente vinculadas à agricultura. (Bruno, 2017, p. 156)

³⁸ De forma resumida, pode-se compreender o conceito de “modernização conservadora” a partir das seguintes coordenadas. Primeiramente, a recusa a mudanças fundamentais na propriedade da terra. Os grandes proprietários manteriam, destarte,

que a inovação tecnológica fora proporcionada, mas a postura de reacionarismo e concentração de propriedade no setor agrícola foram mantidas. Foi a convergência que resultou no atual estado de coisas. Foi a convergência que também pôde ser verificada no ensino agrônômico no Brasil, a exemplo do que aconteceu nas universidades, públicas e privadas, nos cursos de agronomia e na própria atuação da Embrapa. É a dimensão técnica do domínio.

E, não podemos ignorar que não existiram somente movimentos sociais populares, mas também existiram movimentos sociais de elite. É o exemplo da CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, da ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio, e dos sindicatos rurais, que elaboraram uma estratégia de cooptação via empresas, consultorias e profissionais treinados que dialogaram diretamente com esses produtores rurais de origem familiar. Com a virada das *commodities*, consolidou-se a conquista do mercado financeiro, e a industrialização mínima (abate de animais, beneficiamento de grãos, fabricação de ração e óleos vegetais) atribuindo-se uma roupagem contemporânea e dinâmica para um setor extremamente primário e reacionário.

Essa lógica no uso do espaço rural vai sendo implantada por empresas agrícolas, que se organizam seguindo padrões globais, interferindo na vida cotidiana dos associados e na dinâmica de suas propriedades, modificando seus hábitos e suas tradições, introduzindo o consumo de produtos industrializados, (re)produzindo novos significados nos modos de produção, como animais em confinamento, o que requer reestruturações nas propriedades agrícolas – o galinheiro dá lugar ao aviário, enquanto as galinhas caipiras, patos, gansos etc., são exterminados devido à criação das aves em confinamento; a entrada da propriedade rural é marcada com placas para identificar o proprietário e também a que empresa com a qual o trabalhador rural está integrado, ou de modo a identificar a empresa para a qual ele é fornecedor, e facilitar a localização para o caminhão que transporta ração e as aves, bem como para a visita dos técnicos; o uso das técnicas para a criação desses animais em confinamento também se modifica e a tecnologia implantada em alguns casos supera até o valor da propriedade. (Ben e Richard, 2019, p. 10)

Prosseguindo nessa avaliação das categorias êmicas, o termo *ajuda* foi bastante acionado. “A família toda ajuda”; “As parentes solteiras ajudavam”; “Eu ajudava meu pai na lavoura”. Nos vários diálogos com interlocutores e interlocutoras, a palavra “ajuda” apareceu

controle também sobre a força de trabalho rural, que não seria capaz, portanto, de se libertar de relações de subordinação pessoal e de extração do “excedente” econômico por meios mais diretos. Na modernização conservadora, as tradicionais elites agrárias forçaram uma burguesia relutante e avessa aos processos de democratização a um compromisso: a modernização fazia-se, sob a liderança e levando muito em conta os interesses dos proprietários agrários, conformando-se uma “subjetividade coletiva” centrada em um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias. (Domingues, 2002, p. 460)

muitas vezes. A confusão que se opera entre família como empreendimento, e empreendimento em família parece ser uma das razões para o uso desse termo.

Figura 61 – Na noção de “todos precisam *ajudar*”, mostrar iniciativa e disponibilidade para as tarefas é muito relevante. Na foto, a filha do Vice-Cônsul da Alemanha secando louça após jantar beneficente realizado pelo Hospital Filadélfia, de Marechal Cândido Rondon (1978)



Fonte: Acervo do Projeto Memória Rondonense

A concepção de um vínculo não formal, mas ainda assim extremamente mobilizador e imperativo – a *ajuda* – estabelece obrigações tácitas aos membros da família. A ausência de circunscrições expressas (horário, hierarquias, remuneração) não retira sua capacidade de obrigar os membros e estabelecer, a cada um, tarefas quase inescapáveis, geralmente mais exigentes que em uma relação trabalhista formal.

O dia começava cedo, tinha que ordenhar as vacas ainda de madrugada, escuro, porque se não era aquela gritaria. Um limpava chiqueiro, outra enchia os cochos, e a mais nova catar ovo no galinheiro. Geada, chuva, barro, não interessava, tinha que ir. Fim de semana? Feriado? A única diferença era se arrumar mais bonita, se enfiar, assistir à missa e ou alguma festa da

comunidade. E isso em parte da manhã e até meio da tarde, porque antes tinha que deixar tudo feito, e quando chegava, botava de novo a roupa de ficar em casa e voltava a ajudar. (Interlocutora 20, 71 anos)

O poder decisório do chefe da família era o que determinava a dinâmica e as posições subalternas. Esse poder não era permanente, ele poderia ser transmitido em casos de idade avançada do pai ou avô (que nesse caso permanecia como um referencial de fato, mas não de direito) ou em casos de conflitos internos.

Homens, em sua maioria, *ajudavam* nas tarefas do trato com a terra, e nas atividades mais especializadas, no caso de criação de animais. Em tempos mais recentes, são autorizados a “estudar na cidade” ou mesmo “estudar fora” (em alguma cidade maior, uma capital), mas após esse período, devem retornar e prestar contas do investimento realizado. O(s) mais velho(s) se dedicavam aos cursos de agronomia, veterinária, técnico agrícola ou agronegócio, a depender das condições. O(s) mais jovem(ns), direito, ciências contábeis, administração, para assim auxiliarem na condução dos negócios. Famílias que possuíam maior articulação com o contexto político (rural e urbano), estabeleciam um ou mais filhos nas estruturas burocráticas locais.

Um dia eu pensei: se colocar na ponta do lápis o quanto eu gasto com um contratado, prefiro investir esse dinheiro no meu piá mais velho. Porque é ele que vai tocar adiante a propriedade quando eu não puder mais, ele que sabe desde novinho como a rotina é aqui. Primeiro ele foi pro internato no Colégio Agrícola, o que foi ótimo, porque ele já ganhou uma certa disciplina e saiu da barra da saia da mãe. Também era uma fase que não fazia muita falta, tava com 13, 14 anos, e nessa idade era muito *zé bostinha* e mais *atrapalhava* que *ajudava*. Com esse curso ele já se virava bem, mas deu um tempo ele fez faculdade de agronomia, e já dava conta de tudo na lavoura e passou a atender quase todos os vizinhos. Daí, além de economizar, começamos a fazer um dinheiro bom. (Interlocutor 22, 83 anos)[Grifo da autora]

Quem tinha condição mandava os filhos para Erechim, ou mesmo Porto Alegre ou Curitiba para estudar. Precisava ter essa condição, porque não era só o gasto de mensalidade, livro e pensionato, era o que deixava de ganhar com um filho a menos nas terras, justo quando tava na fase de mais energia. Era a fase que as pessoas estavam precisando de guarda-livros, de advogado, de gente com um pouco mais de instrução, porque já tinha mais habitante aqui, mas ainda não tinha interessados, que estivessem dispostos a sair de uma cidade grande, querendo vir para cá. Pagar um guarda-livros, um advogado de fora, era uma fortuna. (Interlocutor 23, 79 anos)

As mulheres, por sua vez, tinham sua função de *ajuda* quase que completamente voltada às tarefas domésticas, sendo algumas autorizadas a exercer pequenas atividades

artesanais para algum auxílio econômico (fabricação de pães, biscoitos, artesanatos), com caráter de renda complementar. Também era frequente que fossem responsáveis por atividades mais genéricas, no caso de famílias dedicadas à pecuária, como cuidar da alimentação dos animais.

Moças oriundas de famílias mais numerosas ou de maior instrução, poderiam acessar os estudos ‘na cidade’, mas em trabalhos muito restritos (professora primária, enfermeira, profissões de cuidado), e durante esse tempo, a ajuda era negociada ou reduzida. Atualmente, às moças é autorizado e incentivado o estudo, desde que isso não signifique conflito direto com posições de poder masculinas.

As instituições religiosas ofereceram soluções apropriadas às famílias que enfrentavam situações de excedência da prole, com a fundação de seminários, conventos, colégios de padres e de freiras. Para alguns jovens, o acesso aos estudos passava necessariamente pelas experiências de internatos religiosos, e as famílias católicas replicavam a tradição de ‘entregar’ algum(ns) dos filhos ao sacerdócio – os padres visitavam as escolas “estimulando as vocações e orientando as famílias dos futuros seminaristas” (Werlang e Vieira, 2008, p 360). Sobre o papel da Igreja, descreverei com mais detalhes nos capítulos seguintes.

Figura 62 - A presença de ordens religiosas foi fundamental, pois estabeleceu seminários, conventos, colégios e casas de saúde. Abaixo, o Hospital Nossa Senhora Medianeira, fundado pelas Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo



Fonte: Acervo da Revista Mosaicos

No caso das avós, tias solteiras e parentes viúvas, como essas mulheres não possuíam um vínculo formal de conjugalidade ou filiação (pai/marido) se somavam aos contingentes femininos de mão de obra da família nuclear principal, exercendo o papel de rede de apoio no cuidado com as crianças, nas tarefas da cozinha, limpeza e ocupações acessórias na produção (debulhar milho, preparar embutidos). O certo é que ‘morar de favor’ significava que a ajuda deveria ser prestada com solicitude e esmero, pois havia o peso de ser considerada ‘encostada’, o que abalava seriamente a honra da mulher não casada, podendo implicar até mesmo em sua sobrevivência.

A *ajuda* também poderia ser uma forma de trabalho mútua, sem remuneração, mas com um vínculo obrigatório moral, realizada entre os pares para sua estruturação inicial, num sentido de socorro e reciprocidade, e no enfrentamento das mesmas dificuldades.

A migração era realizada em grupos, geralmente formado por familiares, amigos e vizinhos, todos trabalhadores agrícolas, que adquiriam lotes numa mesma área. Este tipo de migração era estimulado pela empresa colonizadora, uma vez que as condições de infraestrutura eram bastante precárias. A *ajuda* entre as famílias que migravam era imprescindível para a derrubada da mata subtropical, para a construção das casas e dos galpões, e também para o preparo da terra e cultivo de produtos agrícolas de subsistência. (Souza, 2007, p. 65) [Grifo do autor]

Ajuda, assim, tinha uma conotação de “moral de grupo” (Mauss, 2003, p. 296), a movimentação de prestações e contraprestações de tempo e esforço em relação àqueles que partilhavam dos mesmos desafios cotidianos. A “obrigação de retribuir era imperativa” gerando desaprovação em caso de recusa, pois quem não contribuísse, quando chegada a sua vez, era tido como ‘vadio’, ‘íngrato’ e ‘encostado’, acarretando má reputação para si e para os seus. Essa *ajuda*, seja em casa, seja com os vizinhos e conhecidos, podia ser compreendida como “uma moral e uma economia”. (Mauss, 2003, p. 250/299)

Outro termo bastante presente nos discursos é *serviço*. A terminologia “trabalho” não é a primeira acionada, curiosamente. Quando aparece, é adicionada da conotação formal e diferenciada antes descrita: o trabalho realizado com uma finalidade de maior valor simbólico. O termo “emprego”, como consta da Consolidação das Leis do Trabalho, pouco foi mencionado. Porém, *serviço* é uma categoria muito presente nos discursos.

O conceito de emprego, para fins legais é “serviços de natureza não eventual a

empregador, sob a dependência deste e mediante salário”³⁹. Mesmo se a relação for essa, raramente fala-se ‘emprego’ no Oeste paranaense. As pessoas dizem “vou para o *serviço*”, quando referem-se ir ao trabalho, ainda que em estabelecimento que configure relação empregatícia; falam ‘procurar *serviço*’, ‘esse é bom para o *serviço*’, ou a famosa expressão ‘*serviço* sempre tem, difícil é quem queira’ (principalmente ao criticar políticas públicas sociais). Esse foco no fim em si mesmo, na prestação, na continuidade e no uso do corpo não é sem razão.

Pouca gente quer ficar num *serviço*. Sabe por quê? Porque é uma gente que gosta de mandar, como posso dizer, nasceu mais para mandar do que para obedecer. Pode até aguentar um tempo, quando é mais novo, mas só para juntar um pouco de recurso e começar o que é seu. Não tem vocação para ser peão, para ser funcionário, é orgulhoso. Por isso que também se trabalha mais em família, porque fica esse sentimento de que todo mundo ali é um pouco dono. *Por isso que tem muitas pessoas que ‘descem’ pro Sul atrás de serviço, porque nortista se dá melhor obedecendo, fazendo as coisas que alguém determina.* (Interlocutor 4, 77 anos) [Grifo da autora]

Na medida em que a família nunca teve acesso à propriedade da terra, ou na medida em que a família (tronco) não conseguiu acumular patrimônio para reproduzir a geração dos filhos em novas unidades domésticas, o *serviço* aparecia como meio para esta finalidade. A situação identificada no campesinato do Sul do Brasil, onde o trabalho temporário nas cidades (emprego urbano) foi o meio para, após alguns anos, ‘juntar dinheiro’ e, ou retornar às regiões de origem no meio rural, ou adquirir uma área de terra própria. (Desconsi, 2011, p. 114)

Na concepção de Say (1983, p. 39) o valor contido na concepção do *serviço* é técnico e reflete a contraprestação recebida pelos fatores de produção por sua utilidade. Também não se pode ignorar os elementos idiomáticos e as adaptações de vocabulário para a escolha do termo, associado a servir, à servidão, o que reduz seu prestígio. Fato é que, em qualquer modalidade, era importante estar permanentemente ocupado, pois o ócio era situação degradante e desmoralizante, que afetava não somente o indivíduo, mas sua família com um todo.

Aqui no vizinho de cima tinha um piá vadio, meu Deus do céu, que só incomodava. O pai dele não levava ‘na sogá’, a mãe fazia tudo as vontades, só porque quando era nenê tinha dor de ouvido, se esgoelava berrando, e não deixavam ele fazer nada. Não mexia um braço pra ajudar, era tudo na mão, era criado no mingau, uma vergonha. Aí virou num vadio né? O que que ia dar se não isso? Daí quis estudar na cidade, a família instalou ele lá, teve tudo

³⁹ Artigo 3º do Decreto nº 5.452/1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

do melhor, e isso faz tempo, que as coisas eram bem mais caras, não era em todo lugar que tinha estudo. Pois ele tinha depressão, tinha problema de cabeça tinha de um tudo. Chegou uma hora que ele nem voltou mais, ficou por lá. A sorte do L. era que tinha o mais velho, que era um touro pro serviço, sempre tocou a coisa toda com muito jeito. Mas aquele outro lá, era um desperdício. (Interlocutor 8, 80 anos)

Ser de família conhecida pelo trabalho árduo, pelo engajamento de seus membros no sucesso produtivo era (e ainda é) uma elevação moral muito buscada. Bordieu e Sayad (2006, p. 45) afirmam que a manutenção da honra demanda estratégias de improvisação, um verdadeiro jogo, acessível somente a quem domina as regras desse jogo. O tribunal da honra demanda uma vigilância eterna de si próprio e dos demais, pois honra é uma coisa só - é uma dimensão do corpo, enquanto o indivíduo está a ele ligado.

E nessa dimensão coletiva, por ser observada por todos, mas atribuída de forma individual, é o que faz com que possa ser perdida. Essa economia moral, que remete a valores outros que não monetários, condiciona os familiares a manter uma postura de permanente cautela e atividade, especialmente as mulheres.

3.3 A colona – o gênero e o controle intrínseco à colonização

Conforme Woortmann (1990, p. 35) “camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores de migrantes. Por isso áreas camponesas já foram chamadas de ‘celeiros de mão-de-obra’”. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa. Essa produção de migrantes dependia de corpos femininos sadios e dispostos a essa tarefa, de forma que as construções simbólicas também foram muito eficazes para a atribuição da função à mulher, constantemente reclamada para essa finalidade⁴⁰.

⁴⁰ Reconhecer que o doméstico é político implica uma atenção a como a domesticidade e a política se distinguem, se misturam e se recombina em modos de existência que têm por fundamento a relação com a terra. E se isso nos instiga à necessidade de complexificarmos e ampliarmos os significados da domesticidade, o mesmo ocorre com a noção de política. Entendemos como práticas políticas as atividades femininas que produzem, organizam e modulam relações, seja no cultivo e criação das crianças, plantas e animais, da saúde dos corpos, do preparo da comida, da organização de suas casas, da elaboração de utensílios e instrumentos, do compartilhamento de alimentos, do benzimento de crianças e adultos, da mobilidade entre lugares com distintas qualidades. Se, por meio de tais atividades, são criados e generificados corpos, papéis sociais e terras, reiterados como femininos ou masculinos, essas ações também consolidam as reputações e o reconhecimento das mulheres em suas famílias, comunidades, aldeias, vilas e municípios. Além disso, tais atos criam pertencimentos à medida que vinculam corpos e territórios. (Carneiro, *et al*, 2024, p. 4) é trecho das autoras? Se sim entre aspas

A questão feminina é essencial para o sucesso da colonização, pois o componente demográfico é chave para a gestão do território. Migração e colonização também se vinculam aos “padrões de parentesco, isto é, à descendência, às trocas matrimoniais e ao dote e à herança. Ela constitui, juntamente com os padrões de parentesco, um conjunto articulado de práticas de reprodução social” (Woortmann, 1990, p. 51).

Figura 63 – No mercado de bens matrimoniais, a ‘apresentação à sociedade’ correspondia à disponibilidade ao casamento. As ocasiões como os bailes de debutantes e festas sociais tinham essa função de ‘vitrine’, de proporcionar ocasiões das famílias de estabelecer relações de prestígio e bons relacionamentos. A escolha do “par” para a valsa, muitas vezes era um sinal da preferência por determinado rapaz, manifestada pelas famílias conhecidas. Abaixo, um Baile de Debutantes, realizado no Clube Esportivo e Social União Medianeirense, no ano de 1978



Fonte: Acervo da Revista Mosaicos

O aumento populacional era incentivado, mas ao mesmo tempo direcionado, monitorado, especialmente com auxílio das Igrejas. Isso porque a propriedade da terra tinha enorme correspondência com as configurações familiares, tendo o filho mais velho – necessariamente o do sexo masculino – a primazia para a continuidade na gleba familiar. Os mais novos permaneciam na condição de agregados ou auxiliares, mas, não raro, procuravam novas terras, mantendo em permanente curso a ‘marcha’. Já as mulheres não eram consideradas na linha sucessória, pois ao se casarem, se somavam ao contingente familiar do marido.

Figura 64 - Baile de Debutantes no Clube Nacional de Santa Terezinha de Itaipu, no ano de 1975



Fonte: Silva, 1995.

Eu sabia que não ia ganhar nada, a gente foi criada sabendo que ia seguir o marido pra onde fosse. Eu só tinha três irmãos, e tudo mais novo, e mesmo assim me conformei que não ia ficar com as coisas do pai, talvez depois que ele morresse, se fosse para repartir alguma coisa. Mas o normal, que até o padre falava na missa, era que mulher casasse com o marido e que começasse a vida com ele, em função dele. A gente levava junto alguma mobília, o pai e a mãe se encarregavam mais da festa do casamento, do enxoval, dessas coisas. Só que as terras mesmo, era pra filho homem. (Interlocutora 26, 83 anos)

A dependência patriarcal era clara: o casamento significava somente sair da família paterna para ingressar na família do cônjuge – uma dominação, no caso, apenas transferida. Demorar a se casar, ou, no pior dos casos, permanecer solteira, consistia em uma espécie de limbo social e jurídico, agravado nos casos de orfandade. Ausente a figura paterna, ou em caso de viuvez, a mulher dependia da boa vontade de parentes para ter alguma garantia de meios de vida.

Toda família tinha uma ‘corujona’, uma tia solteirona que não casou e que foi ficando por lá. Era uma mistura de ajuda – ela olhava os sobrinhos, adiantava serviço na cozinha, fazia umas costuras, bordava – e ao mesmo tempo era um problema. Era triste não casar, porque aí ficava lá pela casa, que nem a ‘salamandra’⁴¹, que tá no meio da sala e lá continua. Família com muita filha

⁴¹ Salamandra é uma espécie de pequeno fogão a lenha, que tem a função de aquecedor para os dias frios. Às vezes suas chapas

também era sofrido, porque ia dando aquele nervosismo pro pai e pra mãe em arranjar casamento, mas também a preocupação para que não fosse um ‘traste’. E antigamente, depois que casava, não tinha mais tanto contato com a família, era tudo longe, não dava pra se visitar tão seguido. Se trocava carta, colocava uma foto junto, pra ver como que tavam os parentes, era assim. Por isso era tão importante casamento e enterro, porque era ocasião que a gente se obrigava a ir, enfrentar a estrada, e acabava encontrando irmão, irmã, vó, primo, gente que há anos não se via. (Interlocutora 32, 74 anos)

Mesmo quanto a questão patrimonial fosse diferenciada, no caso das viúvas com filhos ainda crianças ou adolescentes, a situação não era de todo segura ou previsível. Demandava arranjos e negociações entre os familiares, principalmente do sexo masculino, para que as terras não perdessem seu valor ou saíssem do domínio daqueles envolvidos. Cunhados, sogros, irmãos mais novos, o mais usual é que algum homem direcionasse a situação patrimonial, ainda que a título provisório.

Os dados relativos às estratégias adotadas nesse processo de deslocamento apontam que esse arranjo familiar foi preferencial entre os colonos do Sul. Os mais velhos compravam as terras e entregavam para que os filhos em idade de casar ou recém-casados. Poderiam associar-se primos ou então os genros, já que as mulheres não tendem a controlar as lavouras. (Almeida, 2013, p. 27)

Atualmente, a conformação de família como unidade produtiva mantém sua força. Na contemporaneidade do Oeste paranaense, o estabelecimento de *holdings* familiares⁴² tem sido estratégia adotada por famílias proprietárias de áreas rurais, a fim de não precisar efetuar partilhas de bens – e, por consequência fracionar a propriedade, reduzindo seu valor – em casos de processos sucessórios. É o triunfo do caráter empresarial atribuído à instituição familiar. Uma interlocutora relatou a sua situação quando jovem:

Fiquei viúva cedo, ele morreu de acidente no serviço. Fiquei eu com minhas duas pequenas, uma tristeza. E assim, não digo tristeza de enviuvar e ficar dependendo dos outros, o que foi difícil mesmo, mas tristeza porque a gente se gostava, o casamento deu certo, eu achava ele tão bonito. Tive que contar com a *bondade* do meu irmão e do meu cunhado, continuei nas terras, não vendi, porque ali eu sabia que era a garantia de não passar fome. Combinamos que eles iam arrendar, uma parte cada um, e eu ajudava minha irmã e a minha cunhada com as coisas de casa também, todo mundo assumiu uma parte, pelo menos até as gurias crescerem. E assim foi. Aí quando a minha mais velha casou, meu genro passou a tocar as coisas, ele tinha curso de técnico agrícola,

são usadas para pequenos preparos – assar milho em espiga, cozinhar pinhões – enquanto a família se aquece em seu entorno. Normalmente posicionadas na sala e em locais de convívio da casa. (Nota da autora)

⁴² A *holding* familiar não é caracterizada como um tipo específico, mas sim pela forma como é utilizada. No contexto rural é empregada para administrar o patrimônio familiar, servindo para dividir os bens entre os herdeiros com o ascendente ainda vivo. (Santos, *et al*, 2025, p. 8)

e foi bom. A outra foi para a cidade estudar, e arrumou serviço na cidade mesmo, casou e mora no centro, não veio de volta pra colônia. Morei com minha filha e com meu genro desde então, aí deu um tempo, eu passei as coisas para elas. A mais nova vendeu a parte dela pra irmã, então minha filha e genro são os donos, no papel. Eu fiquei com o usufruto enquanto estiver viva. Foi penoso, mas pelo menos o patrimônio continuou na família, não precisamos nos desfazer. (Interlocutora 7, 88 anos)

Família, como epicentro da transmissão e replicação da lógica colonial, merece especial atenção em suas dimensões práticas, mas também simbólicas. O controle reprodutivo era importante, seja para o aumento ou para a contenção do crescimento da família. Nem sempre se julgava interessante uma prole numerosa, principalmente em casos em que o casal detinha somente uma pequena propriedade, ou quando conscientes da escassez material.

Também havia os casais com a intenção de que um ou mais filhos acessassem a educação formal. Não era tão comum, porém alguns núcleos familiares, por tática, já pensavam em formar parte nas instituições burocráticas ou nas posições pequeno-burguesas locais, direcionando seus filhos aos estudos de competências técnicas, e aqueles de mais condições, Medicina.

Figura 65 - Mobília de um quarto de casal, pertencente a uma das primeiras famílias de Toledo. Ao lado direito da cama, um berço e o baú do enxoval do bebê.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Willy Barth.

Em tais circunstâncias, a consciência feminina e o domínio sobre o próprio corpo passava a ser tema de escrutínio social, permeado por questões de ordem moral e religiosa. O controle contraceptivo era necessário, porém, um assunto que precisava ser conduzido com uma dose de perspicácia. Por vezes, assumido em conjunto com o marido, por outras, realizado por conta própria, a partir de informações obtidas de maneira quase clandestina.

Teve uma conhecida minha, que arrumou um livro, escondida. Comprou em uma livraria de cidade grande, Porto Alegre, Curitiba, não sei. O nome do livro era “Como controlar os dias férteis e fecundos”. Ela teve só dois filhos, e parou ali. Era um comentário só. Até o padre chamou ela pra tirar satisfação, se ela estava evitando filhos, que era pecado, ameaçou que ia parar de dar a comunhão. Pois ela falou pro padre: “Se eu tiver mais filhos, você vai me ajudar no sustento deles? No estudo deles? Pois não vai né?”, no que ele respondeu que Deus ia prover a família, que a Bíblia dizia para confiar na providência e tal. E ela, ligeira, retrucou: “E Ele vai prover uma terrinha, com escritura e tudo, pra cada um quando crescer se encaminhar na vida?”. Pois o padre ‘fechou o bico’. Minha Nossa Senhora, o que essa história rendeu, foi assunto na cidade, porque era uma ousadia isso, lá nos anos 50, 60, imagina! (Interlocutora 10, 87 anos)

Mais uma vez na conceituação de pressão social que dava forma à economia moral distinta, um sistema regulado não por dinheiro, mas por um valor superior, a honra, seu mecanismo fundamental era a internalização do controle, exigindo de cada pessoa uma vigilância eterna sobre si mesma. Era a aceitação, o pavor de ‘virar assunto’, de receber atributos negativos – vulgar, relaxada, perdulária, preguiçosa – que articulava redes de amizades e de rivalidades.

A ‘contaminação’ (Douglas, 1991, p. 14) pelas más companhias, os hábitos domésticos trazidos a público, a demonstração manifesta de fé e religiosidade exemplar, todas essas formas de controle se mostravam extremamente eficazes para a manutenção da docilidade feminina. No caso, essa docilidade se associa a uma dimensão da abnegação e aptidão para o serviço, e não à figura ociosa e cândida de uma ‘sinhazinha’. Os predicados mais valorizados eram ser “trabalhadeira”, “caprichosa”, “companheira”, e toda a sorte de adjetivos que indicasse que a mulher desempenhava um papel de auxílio ativo no progresso material daquela unidade familiar.

Esse Oeste bendito de terras tão generosas, medra o sangue heroico do pioneiro que tem a seu lado mulheres com a coragem e energia de verdadeiras heroínas! Que exemplo edificante! Que magnitude! Que grandeza! Saudamos em ti, pequena italianinha, toda mulher do Oeste, a companheira incomparável do desbravador que sem ela nada seria. (Angeli, 1998, p. 17)

A continuidade da família e de sua vocação econômica dependia do incessante trabalho invisibilizado do cuidado, da nutrição, da limpeza e da reprodução. Para que os homens pudessem se dedicar à derrubada da mata, preparo da terra, plantio e colheita, mulheres precisavam manter as refeições prontas (para a família e para os agregados), a casa limpa, as roupas lavadas, passadas e cerzidas. Para que as propriedades tivessem seus auxiliares, e mais adiante sucessores, muitas gestações foram necessárias, nem todas bem-sucedidas, nem todas chegadas a termo. Os corpos femininos eram também diretamente responsáveis pela substituição da população tão desejada pelos planos de Estado.

As alianças estabelecidas entre mulheres (amigas, vizinhas, parteiras, comadres, organizações de mães, mobilizações para o cuidado e o ensino) foram forças silenciosas que operaram no Oeste paranaense, ainda que sob dificuldades.

Eu e a H. ia lá na vertente lavar roupa, com os guri pequeno em volta, uma ajudando a outra a olhar enquanto eles brincavam. Levava aquela trouxona de roupa, lavava, trazia de volta com o dobro do peso, tudo molhada, botava no varal. Aí o varal virava, a ripa vergava, sujava tudo naquele terrão vermelho... aí que ódio que dava! Lá ia nós lavar tudo de novo. Depois passar no ferro a brasa, soprar aquilo era um inferno, cuidar pra não cair fagulha nem cinza na roupa. E ainda assim aturar as vizinhas fuxicando se a roupa que a gente cuidava tava bem quarada, tava bem passada, porque Deus o livre passar de relaxada! E se for ver né, todo mundo sofria o mesmo tanto. Mas se fosse para falar, que falassem de outras, eu cuidava para andar na linha e deixar tudo bem ajeitadinho. Só que olha, não era fácil. (Interlocutora 29, 88 anos)

Para Sílvia Federici, o corpo da mulher (e, portanto, nesse cenário, da colona) é instrumento de reprodução da lógica do colonialismo e, logo, do capitalismo (2018, p. 363). Logicamente, não se pode ignorar a agência, as escolhas e estratégias tão presentes em um “mercado de bens matrimoniais” (Bourdieu, 2021, s.p.), os afetos suscitados, afinidades e sentimentos entabulados por essas mulheres e sua conjugalidade.

Figura 66 - Assim como os serrotes, correntes e ferramentas são simbólicos aos trabalhos de desbravamento entabulados pelos pioneiros, às mulheres os itens voltados à dedicação à família e ao mundo doméstico também comunicam valores e disciplinas morais. Abaixo, ferros de passar à brasa, doados por famílias de pioneiras, em exposição no Museu Willy Barth de Toledo



Fonte: Acervo do Museu Histórico Willy Barth

Mas essa agência possuía um campo de ação muito mais limitado que o masculino, especialmente quando se consideravam todas as restrições materiais e imateriais para o acesso à titularidade da propriedade, tanto por aquisição como por sucessão. Gerar os futuros herdeiros não garantia uma condição estável e permanente de acesso à terra e aos meios produtivos.

Migração e colonização não foram apenas movimentos espaciais, mas tecnologias sociais de reprodução: de famílias, de hierarquias e de um regime de propriedade e trabalho. Nessa chave interpretativa: os camponeses “produzem migrantes” porque a mobilidade integra o próprio ciclo de reprodução camponesa — expulsando excedentes, abrindo novas frentes e garantindo a permanência do grupo, ainda que deslocado (Fraccaro, 2018, p. 78). Nesse arranjo, a produção de migrantes dependeu, material e simbolicamente, dos corpos femininos; estes foram convocados como infraestrutura biológica e moral do projeto colonial, ao mesmo tempo naturalizados como vocacionados à fecundidade e ao cuidado. Essa articulação entre deslocamento, família e corpo feminino aparece com nitidez nas falas reunidas, nas quais a

marcha para novas terras é simultaneamente estratégia econômica e mandato de gênero.

Figura 67 - Casamento dos pioneiros de Marechal Cândido Rondon Lidia Hack e Oswaldo Weber



Fonte: Acervo da família cedido ao Projeto Memória Rondonense

A feminilização da terra, a paisagem rasgada por máquinas “à espera do calor feminino que encerrou a solidão masculina” (Bemerguy, 2024, p. 219), operou como dispositivo biopolítico (Foucault, 2008(1), p. 72), pois transferiu à mulher a missão de povoar e estabilizar o território e, por extensão, a ordem social.

Em paralelo, padrões de parentesco e sucessão (como a primazia do filho homem, a incorporação da esposa à família do marido e a gestão eclesial das moralidades) organizaram o fluxo de pessoas e bens, calibrando tanto o aumento demográfico quanto o encaminhamento dos “excedentes” (irmãos mais novos que migravam ou iam ao seminário, filhas que se casavam, viúvas administradas por irmãos, cunhados e sogros). Esses acomodatamentos mostraram que o território se fez, também, pela escrita dos vínculos e pela administração das alianças — um

regime de parentesco que, enquanto distribuiu terra e trabalho, distribuiu também lugares para homens e mulheres.

Se a economia formal da colonização exaltava a coragem do “pioneiro”, a economia moral que sustentava o cotidiano exigiu das colonas um trabalho contínuo e invisibilizado: cozinhar, limpar, cuidar, gestar, rezar e garantir a execução de trabalhos essenciais ao cotidiano, embora não remunerados. A vigilância recíproca, o medo de “virar assunto”, a disciplina dos costumes e a regulação religiosa produziram docilidade e conformidade, mas não inação⁴³.

O auxílio recíproco se manifestou em frestas: no manejo sigiloso da contracepção, na invenção de improvisações sucessórias que preservavam a permanência na posse do patrimônio, na cooperação entre amigas, nos pactos familiares que permitiam à viúva manter-se na terra. Contudo, essa agência atuou sob constrição estrutural: o corpo da mulher como meio de reprodução do colonialismo/capitalismo, sem que isso revertesse, por si, em titularidade da terra ou poder decisório equivalente.

Figura 68 - Irmãos procedentes de Erechim-RS, pouco antes da vinda da família a Marechal Cândido Rondon, em 1953



Fonte: Acervo Vilton Graff para o Projeto Memória Rondonense

⁴³ Casa e domesticidade convergem, sem esgotar, agenciamentos femininos de socialidade. Identificadas a campos e a processos sociais, também proporcionam uma sorte de interseção ou zona de cruzamento entre relações de gênero e terra, esta última definida enquanto produção territorial, conforme seus usos, significados e atributos. (Marques, 2024, p. 6)

Há ambivalência nessa posição: ao mesmo tempo em que as mulheres eram a garantia da continuidade (biológica, afetiva e produtiva), sua inserção patrimonial era derivada, mediada por homens e por instituições que lhes atribuíam tutela. A modernização das formas jurídicas (como holdings e estratégias de não fracionamento da propriedade) atualiza, mas não rompe, a lógica empresarial da família; e a profissionalização parcial de herdeiros/as convive com a persistência da divisão sexual do trabalho no campo. Assim, o que se chama de “sucesso” da colonização deve ser relido também como êxito de um complexo dispositivo de gênero, parentesco e moralidade que converteu o trabalho reprodutivo feminino em base silenciosa de valor.

Ao dialogar sobre essa repressão, algo inusitado ocorreu:

- Menina, a gente tinha que ser esperta, dormir com um olho aberto e um fechado, porque se não passavam nós pra trás. Não dava para baixar a cabeça pra homem tão fácil, nem que ganhasse pecha de teimosa ou briguenta.
- Então a senhora também fazia frente?
- Demais! Ninguém me tirava para tonga não!
- Era quase uma feminista?
- Deus o livre! Não, isso não. Eu só não era obediente, coitadinha, mas também não era pra tanto! (Interlocutora 24, 84 anos)

É nesse ponto que pude identificar o quanto o movimento feminista é compreendido por mulheres de determinado perfil (progressistas e majoritariamente urbanas) na conotação que se difundiu entre o senso comum, e o quanto é distante e temerário às mulheres do recorte desta tese. As colonas até se sentem vítimas de injustiças, mas a ordem discursiva desse feminismo não dialoga com elas (Fracaro, 2018, p. 77). A distância não decorre de uma ausência de injustiças percebidas (estas estão nomeadas nas falas) mas de uma fricção entre linguagens políticas.

Quando o feminismo, urbano e letrado, enuncia “direitos reprodutivos”, as colonas falam de um passado de sustento, sucessão e reputação; quando formula “autonomia”, elas negociavam pertencimentos para não perder a terra e a moradia; quando se reivindicava “igualdade”, acionavam redes de amizades e combinações familiares que asseguraram a sobrevivência. Não se trata de negar o feminismo, mas de se esquivar do termo, por seu caráter conflitivo e colidente com as práticas locais. Há que se reconhecer que ele chega com pedagogias que, muitas vezes, não atravessam a moral econômica local nem os regimes de parentesco que estruturaram a vida camponesa.

A partir de um olhar voltado às mulheres, pude constatar que a colonização do Oeste paranaense dependeu menos de um herói masculino isolado, de um pioneiro idealizado, e mais de um ajuste reprodutivo que fez do corpo, do tempo e do trabalho feminino a condição de possibilidade do empreendimento. Isso somado à fé católica ou luterana, que articulava a rotina quando ainda ausentes as políticas públicas necessárias à organização social mais generalizada: uma série de construtos de uma ordem macro parece ser resultado somente das vivências e das escolhas privadas em nível micro – quando não o são.

3.4 Religiosidade e moralidade

A influência das Igrejas na migração camponesa no Oeste do Paraná foi profunda, cotidiana e estrutural. Elas não apenas acompanharam os fluxos migratórios, mas também ajudaram em sua moldagem e legitimação. Os projetos não tiveram somente um perfil confessional, pois a origem dos grupos de colonos era determinante para o caráter religioso, havendo comunidades de origem alemã luterana (a exemplo de Marechal Cândido Rondon), alemã católica (como a “Gleba dos Bispos” que deu origem a Missal), de origem polonesa católica (Pato Bragado) e as mais numerosas, as de origem italiana católica.

Os padres, encarados como autoridades espirituais, mas também autoridades morais e articuladores políticos, acompanhavam e exerciam algum grau de interferência nas decisões cotidianas, estabelecendo formas de jurisdição nos domínios correspondentes às suas paróquias e dioceses.

A notícia caiu como uma bomba na pacata e tranquila Matelândia. Um bispo italiano da Bréscia visitaria a cidade no próximo fim de semana. Ela Foi escolhida porque entre as cidades do Oeste do Paraná é a que mais concentrava filhos de imigrantes italianos e o prelado pretendia estudar o modo de vida dos descendentes. A comunidade queria dar uma ótima recepção e para isso o padre Santo convidou os notáveis a fim de nomear uma comissão central encarregada da festa (Angeli, 1998, p. 92)

No aspecto do parentesco e da articulação de novas unidades produtivas dele dependentes, estabelecer redes de influência e amizades nas comunidades rurais foi uma preocupação ativa dos religiosos. Padres e pastores angariavam prestígio e mobilizavam não somente as missas e ritos litúrgicos, mas o lazer e os encontros. Boa parte dos bailes e divertimentos tinham seu lugar de realização nos salões paroquiais, construídos mediante

conjunção de esforços dos fiéis.

Figura 69 – As comunidades rurais se organizavam nos núcleos próximos às capelas e salões paroquiais. Os divertimentos e eventos, religiosos ou não, tinham esses espaços como cenário, em razão das próprias articulações comunitárias locais. Abaixo, a Capela São Pedro, na Vila Bergamasco, erguida pelas famílias locais na Zona Rural de Santa Terezinha de Itaipu, nos anos 1960.



Fonte: Priscila Lini (julho – 2023)

Os encontros de potenciais noivos e noivas aconteciam nesse contexto. “Por envolver todo o futuro da exploração agrícola familiar, por ser a ocasião de uma transação econômica da mais alta importância, e por contribuir para a reafirmação da hierarquia social e da posição da família nessa hierarquia, o casamento era um assunto de todo o grupo” (Bourdieu, 2021, s.p.). Não somente os pais, mas todos do círculo de conhecidos conjecturava possíveis interesses amorosos entre os jovens.

Se a migração camponesa era inseparável da estrutura familiar, a Igreja era justamente quem regulava essa estrutura, pois influenciava quem se casava com quem, quando se casava, quem herdava, e qual era o destino de cada filho ou filha. Até mesmo acomodava os excedentes da prole, com o encaminhamento dos mais novos aos seminários, internatos e conventos.

A conjugalidade era o ponto de partida, pois o casamento significava a porta de entrada para a vida adulta, para a autonomia de um novo casal e para a formação de novas unidades produtivas. Com as tradições trazidas de costumes ainda vigentes na Europa rural, a Igreja reforçava a norma de que os filhos homens herdavam a terra, enquanto as mulheres deveriam

casar e seguir o marido — o que produzia deslocamentos constantes de moças para outras regiões. Uma das orientações litúrgicas nos sermões das missas nos casamentos era a menção à seguinte passagem do livro de Rute:

“Porque aonde quer que fores, irei eu; e onde quer que pouses, ali pousarei eu. O seu povo é o meu povo, e o seu Deus é o meu Deus. Onde quer que morreres, morrerei eu e ali serei sepultada. Que o Senhor me castigue, se outra coisa que não seja a morte separar-me de você” (Rt, 1: 16-17) (conteúdo da “Missa pro-Sponsis” realizada no ano de 1952, contido no Missal guardado de recordação pela neta do casal)

A clara mensagem de seguir o marido e iniciar um novo núcleo familiar, ainda que distante da família de origem, encorajava as jovens a aderir ao esse modelo de matrimônio. A lógica sucessória e moral ensinada nas homilias, catecismos e confissões fazia com que migração e parentesco funcionassem juntos como ‘máquinas’ de reorganização territorial.

Figura 70 - Interior da primeira igreja de Santa Terezinha de Itaipu, em outubro de 1956. Em frente ao altar, o Sr. Humberto Soletti



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal

No imaginário do colono, trabalho duro, disciplina e obediência eram valores centrais que a Igreja reforçava: exaltava a labuta como virtude cristã, condenava o ócio, a desordem e qualquer comportamento que ameaçasse a reputação da família. O reforço aos discursos de que a prosperidade vinha do conjunto de moral, fé e disciplina, logo foi associado à dimensão da conjugação dos esforços coletivos no modelo cooperativista – na tônica da Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII.

Eis, pois, a família, isto é, a sociedade doméstica, sociedade muito pequena certamente, mas real e anterior a toda a sociedade civil, à qual, desde logo, será forçosamente necessário atribuir certos direitos e certos deveres absolutamente independentes do Estado. Assim, este direito de propriedade que Nós, em nome da natureza, reivindicamos para o indivíduo, é preciso agora transferi-lo para o homem constituído chefe de família. Isto não basta: passando para a sociedade doméstica, este direito adquire aí tanto maior força quanto mais extensão lá recebe a pessoa humana.

A natureza não impõe somente ao pai de família o dever sagrado de alimentar e sustentar seus filhos; vai mais longe. Como os filhos refletem a fisionomia de seu pai e são uma espécie de prolongamento da sua pessoa, a natureza inspira-lhe o cuidado do seu futuro e a criação dum património que os ajude a defender-se, na perigosa jornada da vida, contra todas as surpresas da má fortuna. Mas, esse património poderá ele criá-lo sem a aquisição e a posse de bens permanentes e produtivos que possam transmitir-lhes por via de herança? (Leão XIII, 1891)

Assim, a Igreja não apenas aceitava a migração: ela a incitava e ordenava, orientando como as famílias deveriam se reconfigurar para que a propriedade e a honra não se fragmentassem. Também, como já discutido, colonização dependia de aumento populacional, e a Igreja era a principal reguladora da natalidade, pois condenava publicamente métodos contraceptivos, reforçava prédicas sobre a família numerosa como “bênção”, exortava esposas a cumprirem seu papel materno e condenava abertamente mulheres que controlavam sua fertilidade, como aparece nas falas da interlocutora 29.

Figura 71 - Fieis indo à primeira missa na recém construída Capela Nossa Senhora Aparecida, em Cascavel



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som de Cascavel

Sob uma ótica pragmática, a *Rerum Novarum* (1891) pôde ser interpretada como um documento estratégico da Igreja Católica para enfrentar o perigo do socialismo revolucionário, que ameaçava sua base social e doutrinária. A encíclica rejeitou o coletivismo por aniquilar a propriedade privada e a liberdade, pilares da ordem social tradicional defendida pela Igreja. Seu objetivo central era estabilidade, e sua solução não revolucionária, mas de reforma e contenção. A Igreja não se contentava “com indicar o caminho que leva à salvação; ela conduzia a esta e com a sua própria mão aplicava ao mal o conveniente remédio”. (Leão XIII, 1891)

O cooperativismo foi oferecido então como uma ferramenta prática e funcional para operacionalizar uma válvula de escape social, que canalizava a insatisfação dos trabalhadores para uma solução concreta de autoajuda, como as cooperativas de produção, consumo e, mais futuramente, de crédito, esvaziando o apelo agitador do socialismo.

Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos,

lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social. (...) Constituída assim a religião em fundamento de todas as leis sociais, não é difícil determinar as relações mútuas a estabelecer entre os membros para obter a paz e a prosperidade da sociedade. As diversas funções devem ser distribuídas da maneira mais proveitosa aos interesses comuns, e de tal modo, que a desigualdade não prejudique a concórdia. (Leão XIII, 1891)

Diferente de uma reforma agrária radical ou da estatização, o modelo manteve a propriedade e atuou dentro da economia capitalista de mercado, atenuando parcialmente alguns de seus efeitos sem subvertê-la. Ao fomentar associações livres e fortes, a Igreja promoveu corpos intermediários que limitavam o poder expansionista do Estado laico, criando modalidades associativas inovadoras.

O cooperativismo agrícola pode ser apreendido, de um lado, pela racionalização econômico-produtiva que essa forma de organização exerce em contextos determinados; de outro lado, pelo caráter de mediação sociopolítica que assume no processo social, tendo em vista a viabilização e a reprodução da expansão do capitalismo, em condições determinadas. Concretamente, esses dois aspectos básicos atuam entrelaçadamente e é a explicitação dessa busca da racionalidade socioeconômica e da mediação política através do cooperativismo que examinamos a seguir. Num contexto histórico como o que está em questão, o cooperativismo agrícola assume o caráter de uma das formas através das quais o Estado e suas bases sociais atuam no sentido de, concomitantemente, desenvolver as forças produtivas e manter as tensões e conflitos sociais nos limites do politicamente viável para o padrão de acumulação e dominação pública. Nesse sentido, essa forma de organização adquire o caráter de instrumento de compatibilização e catalisação das tensões sociais. (Fredericq e Coradini, 2009, p. 60)

Mas a economia cooperativista, em um momento mais adiante, aumentou a pressão entre os pares, pois promoveu a visão de que o sucesso (ou fracasso) de um, repercutia na vida econômica de todos. Na ordem da economia moral, o sucesso e a ascensão passaram a orientar as escolhas migratórias: quem trabalhava “bem” deveria buscar novos horizontes, enquanto quem fracassava carregava o estigma da falta de virtude, e não de condições materiais desfavoráveis.

Antes da chegada do Estado e da sua oficialidade, a Igreja era frequentemente quem assumia papel de ordenadora da vida burocrática⁴⁴: cartório “moral” (certificava relações,

⁴⁴ O Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, por meio do qual se estabeleceu a separação entre o Estado e a Igreja Católica Apostólica Romana com a extinção do regime de padroado, enfatizando-se o caráter laico da República nascente foi uma

batismos, casamentos e alianças) na falta ou na grande distância de registros civis; era espaço de encontro e circulação de informações (dos avisos paroquiais ao final das missas, às festas comunitárias e rezas do terço realizadas nas casas particulares); instância de resolução de conflitos; e local de articulação entre famílias, favorecendo redes migratórias.

Figura 72 - Confessionário da primeira Catedral da cidade de Toledo, em exposição no Museu Histórico Willy Barth



Fonte: Priscila Lini (julho - 2024)

Os padres eram mediadores privilegiados: indicavam terras, aconselhavam famílias sobre deslocamentos, e legitimavam (ou vetavam) casamentos que consolidavam dinâmicas econômicas. Durante a colonização do Oeste paranaense, padres acompanharam colonizadoras e pronto eram designados para rezar as missas (em alguns dias da semana) nas capelas erguidas logo após a chegada das primeiras famílias.

O padre Anton de Medianeira era uma fera, ô alemão brabo! Já o padre Vitoldo

espécie de ação transitória envidada pelo Estado na mudança de sua relação oficial com a Igreja, lembrando que o trabalho cartorial do Estado era realizado pelos clérigos em virtude do regime de padroado. (Aquino, 2012, p. 148)

daqui era um polacão querido, bonzinho, só tinha tamanho. Gostava de aconselhar os casais, as famílias, de participar das festas. Até gaita sabia tocar. O único defeito que tinha era pitar o cachimbo dele, meio escondido, e aí as vezes quando ia dar a comunhão, a hóstia tava com gosto de fumo! (risos) (Interlocutor 2, 82 anos)

Ao incentivar a consolidar a presença ordeira, cristã e trabalhadora do colono, essa legitimação moral foi essencial para apagar conflitos com indígenas e posseiros e para reforçar que colonizar era uma missão civilizatória quase divina. Diretores de companhias, inclusive, faziam os convites aos sacerdotes de congregações do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina mais alinhados às suas finalidades, levando em conta o perfil étnico das paróquias em formação.

Isso pacificava as possíveis tensões camponesas, servindo como uma instância de arrefecimento de conflitos, especialmente nas relações interpessoais, desavenças e crises. Mantinham a simpatia e o respeito dos membros da comunidade em face aos ‘importantes’, pois a eles eram aliados, gerando uma sinergia entre o poder espiritual e o dirigismo da colonização.

Figura 73 - Procissão religiosa de mulheres em Céu Azul, na década de 1950



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal

Esses nomes mais tradicionais, das famílias ‘pioneiras’, carregavam um duplo capital simbólico: o econômico e o moral. Os casamentos e as sequentes relações de afinidade e consanguinidade estabelecidas tinham caráter de agregação de poder, que já se convertia em domínio político e decisório. As condutas laudatórias direcionadas a essas famílias mobilizavam a comunidade em atos de grande respeito, quase reverência. O controle da prole e da moralidade, assim, possuíam ainda mais peso, o do ‘exemplo’. As famílias prestigiosas realizam ocultações por parte dos membros importantes da comunidade (Berreman, 1980, p. 141), em nome da manutenção das articulações internas de dominação local.

Figura 74 - Freiras da Congregação das Irmãs Franciscanas de Ingolstadt, no recém fundado Ginásio Nossa Senhora de Fátima. São Miguel do Iguaçu Década de 1960.



Fonte: Acervo Municipal – Secretaria de Cultura

A educação e o ensino também foram de suma importância para a garantia da influência religiosa. Os colégios de padres e de freiras foram os primeiros estabelecimentos de ensino formal a se instalar na região, sucedendo as primeiras escolinhas pequenas e improvisadas, denominadas "multisseriadas", organizadas pelos próprios membros da comunidade e operacionalizadas pelos escritórios das colonizadoras.

Com a formação de paróquias e a necessidade da prestação de determinados aparatos

sociais – serviços médicos e escolas, principalmente – as ordens religiosas católicas e grupos luteranos ocuparam esse espaço ativamente. Nesses ambientes, inculcavam valores da moralidade e da coordenação entre poder temporal e espiritual, em uma parceria entre a Igreja, o poder público estadual e a empresa colonizadora. A escola buscou formar a elite desta nova sociedade dentro da perspectiva capitalista (Werlang e Vieira, 2008, p. 364).

A Igreja carregava e reproduzia os princípios de sustentação do Estado Republicano tais como: ordem, obediência, trabalho, amor à pátria, progresso, mimetismo europeu, etc.[...] Era da percepção dos governantes a condição concreta de interferência da Igreja Católica no cotidiano dos sujeitos sociais. Contar com sua força de legitimidade ou, pelo menos de atuação na área educacional era suprir inicialmente uma deficiência financeira e realizar uma mudança comportamental dos sujeitos atingidos por esta escolarização (Sousa, 2003, p.160)

E, se a vigilância deveria ocorrer na esfera pública, tanto mais eficiente que fosse desenvolvida desde cedo nas consciências individuais e operada em todos os momentos da vida, inclusive o do lazer. Sendo as ocasiões de encontro e de estabelecimento de conexões da ordem dos afetos, oferecer esses momentos – e claro, detê-los e controlá-los – foi uma das artimanhas das organizações religiosas. Tão importante quanto erguer a Igreja ou capela, era organizar os esforços para a construção do salão paroquial, local privilegiado para encontros políticos, para atos da vida cotidiana, decisões conjuntas, mas especialmente para os bailes e divertimentos.

Os relatos são muito similares: as festividades consistiam em almoços seguidos de matinês, com bailes relativamente bem-comportados e muito frequentados, bingos e sorteios de prendas, e eram as oportunidades de reuniões e de festas. Animados por bandas de músicas de inspiração germânica, italiana e nuances gauchescas, casais e jovens dançavam aos pares. Tinham por característica começar cedo e terminar cedo também, oportunizando a ida e o regresso às comunidades rurais em segurança. Essas formas de sociabilidade caíram no gosto popular e formam parte dos costumes até a atualidade.

3.5 Sociabilidade e lazer

O estranhamento, e até mesmo o distanciamento reclamado em relação ao restante da cultura nacional, da história social que estabeleceu uma vida doméstica, conjugal, sob o “patriarcalismo escravocrata e polígamo” (Freyre, 2003, p. 44) é veementemente rejeitada pela

população estudada. No terreno das moralidades, nas representações sociais (Moscovici, 1975, p. 9) de vida, hábitos, parentalidade e trabalho, unificar a ideia de família e unidade de produção possui conotações moralizantes altamente valorizadas, pois materializa a correção de comportamentos e a vocação intrínseca ao trabalho e o pertencimento a determinada ‘gente’.

Assim, em sua permanente marcha, o colono leva consigo este comportamento e essas formas de tecer sua sociabilidade, pois fundamentais ao estabelecimento da nova ordem que pretende tomar como regra. Como nessa “diáspora” a categoria predominante entre os migrantes é a do “colono tradicional”, ou seja, o pequeno e médio produtor das zonas rurais ou pequenas cidades do interior da região Sul, com seus valores de classes médias, uma forte identificação com as origens e os traços de uma cultura ao mesmo tempo “gaúcha” e “imigrante” ou “europeia”, é de se esperar que os conflitos nas novas áreas onde se instalam não se resumam às esferas do poder econômico e político (Haesbaert, 1997, p. 22) mas também cultural e social.

Figura 75 - Casais em baile na cidade de São Miguel do Iguaçu, então denominada “Gaúcha” na Década de 1950



Fonte: Acervo Municipal – Secretaria de Cultura

Não se considerar ‘brasileiro’ ou se considerar um ‘brasileiro diferente’ é um comportamento – e uma estratégia – comum nesse contexto. A ideia de estar no território, mas

não absorver determinados elementos culturais em nome da manutenção de sua tradição, é fenômeno definido por Seyferth (1997, p. 97) como ‘enquistamento’, um núcleo culturalmente coeso e diferenciado, circundado pela comunidade nacional mais ampla e estruturada em uma espacialidade e temporalidade anterior.

A manutenção de determinados elementos diacríticos— idioma, hábitos, festejos, redes de parentesco – torna essa sociabilidade muito mais autocentrada, de maneira que, mesmo que em um comportamento paradoxal, faça com que esses grupos almejem uma autonomia dentro desse sistema maior que preteritamente abrigou seus ascendentes.

Uma vez eu viajei pra fora, e nem acreditaram que eu era brasileiro, porque eu sou loiro do olho claro. Aí eu disse que no Sul tem brasileiro de olho claro, de pele clara, porque é um brasileiro que veio dos europeus, que se duvidar tem brasileiro do Sul mais *puro* que na Europa. As pessoas no estrangeiro acham que brasileiro é tudo moreno, índio ou de cor, mas às vezes nem sabem que tem gente assim como nós, que é branco, que é mistura de italiano com polonês, com alemão. Eu mesmo, meu vô por parte de mãe era polaco, meu outro vô italiano. Aí nem dá para tirar a razão, porque se for ver bem, a gente não é bem o brasileiro que as pessoas imaginam pelos filmes, pelas propagandas. A Gisele Bündchen mesmo, é alemoa de tudo, o nome dela é de alemão, não é um Silva, Santos, de brasileiro comum. (Interlocutor 16, 22 anos)

A negação se opera pelo intermédio da rejeição de tudo que possa se associar à ideia de brasilidade que permeia o senso comum nesses locais. Tal aversão é uma forma de autoafirmação, de uma manifestação de maior capacidade intelectual e moral que se faz presente em todos os aspectos da vida, do trabalho ao lazer. Apenas os comportamentos desejados são autorizados, e muitas vezes sua finalidade é reafirmar a estética e o vínculo com suas origens estrangeiras.

Uma vida controlada e escrutinada pela comunidade é trivial em contextos interioranos, em que o número de indivíduos é mais reduzido, que as relações de parentesco, vizinhança e conagração são mais restritos e os locais de convivência menos extensos. Assim, dada à manutenção ostensiva dos vínculos familiares⁴⁵, que também repercutem na esfera dos capitais materiais e simbólicos, o fato de ser de determinada ‘gente’ ou de manter em seu nome um patronímico específico pode ser relevante para as condições de acesso e prestígio, que implicam diretamente nas possibilidades de ascensão social.

⁴⁵ Por manutenção ostensiva, alude-se ao costume local de tratar os conhecidos por seu sobrenome, e toda a família associada. Por exemplo: “os piá da família Schmidt”, “os Beluno”, “os irmãos Kaminski”. Essas denominações indicam uma pertença familiar que garante acessos, alimenta rivalidades e constitui alianças. (Nota da autora)

Esse controle contempla a observação direta, inclusive durante as visitas e cortesias que os vizinhos e vizinhas se prestam cotidianamente e com a troca de informações em inúmeras conversas. “Mais do que apenas troca de informações, trata-se na verdade de eventos recorrentes que envolvem a narrativa das ações observadas, em termos de certos valores e categorias e de acordo com certos padrões tanto relativos à forma da fala como à forma do encontro”. (Comerford, 2003, p. 31)

Como mencionado, o equilíbrio entre demonstrar socialmente o sucesso material, mas mantendo a decência e a singeleza demonstram que a exibição é preterida, em oposição à modéstia e ao recato (DaMatta, 1997). Os divertimentos, compartilhados entre conhecidos, entre essa comunidade controlada, que se conhece há gerações, não dão margem a muitos excessos, que quando ocorrem acabam sendo comentados. Esses momentos ocorrem muitas vezes sob o controle de grandes empresas – os ambientes de sociabilidade como clubes, centros de eventos e salões de baile não raro são de cooperativas agroindustriais, associações e sindicatos rurais e entidades religiosas comunitárias. Ainda que considerados momentos de lazer, eles não perdem as coerções morais que se abatem sobre todos aqueles envolvidos em relações de troca e aos interesses que lhe são associados. (Sigaud, 1996, p. 364)

Os bailes, as ocasiões de encontro, até mesmo as danceterias destinadas aos jovens, sempre são frequentadas se não pelos mesmos grupos de amigos, por pessoas no mínimo, conhecidas. O anonimato é muito mais difícil, pois se opera uma dupla vigilância, seja no aspecto da vida privada de cada um, ou na questão do grupo familiar como alvo de reprimendas sociais.

Figura 76 - Convite para Festa da Comunidade Católica do Jardim São Paulo (março - 1981)



Fonte: Acervo do Jornal Nosso Tempo

Uma das festividades mais criticadas é o Carnaval. Não há, como em outras cidades mais ao litoral, grandes comemorações carnavalescas no Oeste paranaense, tidas pela população local e pelas administrações municipais como um período de desordem, gastos desnecessários, imoralidade e perversão. Isso porque Carnaval não promove reuniões familiares nas casas, mas reuniões de indivíduos nas ruas (DaMatta, 1997, p. 138) e a noção de descontrole, de imprevisibilidade e de ameaça à ordem estabelecida são sentidas como verdadeiramente aversivas. O Carnaval, mais de uma vez foi evocado como divertimento interdito, como exemplo de devassidão e excesso:

As nossas festas são mais ordeiras, organizadas, as pessoas se divertem sem ‘perder a cabeça’, sem tanta vulgaridade que nem o Carnaval do Rio de Janeiro da vida, ou aqueles ‘frevos’ que ninguém sabe o que é de quem, tumulto, bagunça. A gente não gosta de bagunça. (Interlocutora 14, 58 anos)

Carnaval é no máximo uma matinê no clube para as crianças, pra colocar fantasia bonitinha neles, uma ou duas noites para os adultos, os jovens vão nas festas das danceterias. Mas carnaval de rua nem adianta. O pessoal não gosta, não vai, acha que vira uma coisa muito “povão”. (Interlocutora 19, 49 anos)

Porém, quando perguntado sobre as festas como a Oktoberfest, Festa do Chopp,

Deusches Fest e outras que estimulam o consumo de bebidas alcoólicas e que, de fato, são ocasiões de tumulto em seus salões e ruas cheias, o discurso foi relativizado “Ah, mas isso é coisa de ‘piazada’, eles fazem as bagunças deles, bebem e fazem bobagem, é normal da idade. Mas nem se compara a, sei lá, um baile funk de favelado”. (Interlocutora 14, 58 anos)

Figura 77 - Desfile cultural das “Fridas e Fritz” da Oktoberfest 2025 em Marechal Cândido Rondon



Fonte: Jornal O Presente (On-line)

O lazer que apela às tradições para sua continuidade possui muita adesão, movimentando círculos de amigos e conhecidos, e também o comércio local. Na ocasião de um baile em uma comunidade rural, percebi que as paredes do centro comunitário e do campo de futebol tinham pinturas de caráter comercial, com anúncios de indústrias, empresas de implementos agrícolas, distribuidoras de bebidas e artigos de construção, com os contatos telefônicos correspondentes. Um dos responsáveis pelo local informou como funcionam esses ‘patrocínios’:

A gente oferece essas pinturas de anúncio pros empresários desse entorno porque o público deles tá aqui né? Quem compra o maquinário da empresa X vem aqui no fim de semana tomar seu chopp e dar uma dançadinha, quem tá fazendo uma reforma na casa, ampliando um aviário, fazendo uma benfeitoria vai lembrar do Y que anuncia a loja aqui na nossa comunidade. Deixa eles próximos, dão aquele recado de que eles também fazem parte, que ajudam a manter nosso salão sempre bom para os eventos. Com a taxinha que eles pagam, mais as bilheterias, a gente mantém o banheiro funcionando direitinho, equipa a cozinha, amplia o salão, coloca o teto de PVC para ficar mais bonito.

Quando começou o salão da comunidade há anos atrás, era praticamente um galpão com telha de Brasilit e parede no chapisco. Agora até se faz a formatura da faculdade aqui, a gente empresta para fazer a cerimônia e a festa. Não precisa ser coisa de muito luxo, mas gostamos de capricho e de deixar as coisas bonitas. (Interlocutor 11, 72 anos)

As festas, assim, são também ocasiões de presença econômica e demonstração de prosperidade por parte do empresariado local. Ao mesmo tempo que confirmam ter condições de *patrocinar* o lazer, mantêm a proximidade com os demais membros do grupo, garantindo uma boa reputação. Subir na vida e prosperar economicamente, ainda que não diretamente como agricultor, angaria prestígio, colaborando com a manutenção dos divertimentos tradicionais.

Esses pavilhões e centros comunitários também abrigam as festas de cunho cultural, que permanentemente acionam o pertencimento étnico germânico, italiano ou polonês. Assim como o Carnaval tem por tradição ocupar o espaço público, e reconfigurar a circulação na cidade, o mesmo acontece com as festas como a Oktoberfest e a Deutsches Fest.

Figura 78 - Programação das festividades da Oktoberfest 2024 em Marechal Cândido Rondon



Fonte: Jornal Tribuna do Oeste (On-line)

Paradoxalmente, o próprio Carnaval pode ser ressignificado, para se adaptar aos moldes da sociabilidade local e angariar a adesão dos membros das comunidades. Ele se recompõe na diversão autorizada em seus horários, artefatos culturais, estética e ritmos habituais.

A festa ocorre na mesma data, antes da Quaresma, mas não em blocos espontâneos de rua ou desfiles, e sim nas mesmas modalidades costumeiras: um baile iniciado à tarde, com bandas tocando músicas gauchescas, ou as chamadas “bandinhas”, com músicas inspiradas na sonoridade germânica e italiana, empregando acordeons, violões e trompetes. A ocasião e o divertimento não se perdem, mas também não se excedem.

Figura 79 - Cartaz virtual de divulgação de “Mati-Baile especial de Carnaval” na localidade de Maralucia, distrito de Medianeira



Fonte: Instagram Ativa Eventos (@ativa_eventos_)

Fazer parte de uma rede de convívio é importante. É necessário ver e ser visto, não ser considerado um “bicho do mato”, cultivar amizades e ter influência. Mostrar apuro no vestir, bons modos, habilidades de dança e articulação para travar conversações. Participar ativamente da organização da festa: repartir as tarefas, coordenar o almoço (os homens são encarregados

do churrasco, as mulheres os demais pratos), os divertimentos (as moças a preparar o bingo e as brincadeiras, os rapazes se encarregam do som e da divulgação). No caso, existe sim exibição, mas em outras dimensões de uso e exposição do corpo, interação e códigos de comportamento.

Compreende-se que, quando é alguma festividade vinculada às tradições alemãs, italianas ou polonesa, a tolerância é muito mais ampla, pois o fator aglutinante está em sua própria origem, que reafirma as categorias de pertencimento dos sujeitos.

Teve uma vez numa ‘Oktober’ que eu e os piá ‘saímos do corpo’. Mas bebemos, bebemos, meu amigo catou o avental duma guria, saiu pelo salão, o namorado dela atrás, aquela fiasqueira, quase que apanhamos. Mas o pior é que depois, já lá fora, o mesmo namorado dessa guria não achava o carro dele, ficou bem louco, achou que tinham roubado, mas na verdade era ele que tava ‘tchuco’ mesmo e não lembrava onde tinha estacionado. Damos muita risada, no final todo mundo saiu rindo e ficou amigo, nem lembrava que quase tinha saído no braço umas horas antes. (Interlocutor 18, 21 anos)

Figura 80 - 20ª Deutsches Fest realizada em abril de 2023, no município de Missal – PR



Fonte: Portal G1 (on-line)

Curioso observar ainda, que são autorizadas algumas incorporações de elementos culturais considerados não conflitantes, ou mesmo convergentes com essa sociabilidade. Um exemplo são os Centros de Tradições Gaúchas, que, originários do tradicionalismo riograndense, rapidamente foram incorporados às práticas cotidianas de lazer e sociabilidade, como narraram

os interlocutores 13 e 17: “É bem normal o pessoal participar de CTG, de clubes, pra jogar uma bocha, dançar, se divertir, tomar um chimarrão”. (Interlocutora 13, 62 anos)

Eu participei de invernada desde piá, a gente ia no fim de semana para o CTG ensaiar, se apresentava em outras cidades, era bem legal até, fiz muitas amizades nessa época. Tinha a Semana Farroupilha, escolha da Primeira Prenda e Peão Biriva, baile de invernada. Eu gostava, até porque era um ambiente respeitoso, tinha que pedir a dança, no salão dançava gente de toda idade, famílias todas conhecidas. Parei de ir porque fui fazer a faculdade em Ponta Grossa, e depois que eu voltei já tava homem feito, serviço a toda, não tinha mais tempo pra isso. Mas agora que minha mais velha tá com onze [anos] e meu menorzinho com seis [anos], volta e meia penso em entrar para o CTG de novo, pra ver ela de vestidinho de prenda, o M. de bombachinha, ia ser uma graça mesmo. Quem sabe eu não volto? Vou tomando gosto e viro até *patrão* um dia? (Interlocutor 17, 44 anos)

O *gauchismo* incorporado, como forma de lazer torna os Centros de Tradições Gaúchas locais de reunião e prestígio, permitindo o culto à tradição sem gerar grandes anacronismos. É o ambiente em que se autoriza o uso da pilcha, das performances (principalmente nas apresentações de danças típicas e competições locais e estaduais) e na própria fruição das instalações – para determinadas atividades é necessário ser sócio, para outras, é permitida a entrada de convidados e de público externo.

Os clubes de campo e as associações das comunidades e *linhas* da zona rural seguem uma lógica parecida, um núcleo restrito de pessoas permanentemente engajadas, e atividades periódicas que envolvem grupos externos, mediante venda de ingressos e divulgação nas mídias locais.

A gente gosta de mati-baile ⁴⁶, de festa de comunidade, churrasco com bingo, coisa simples, bem família, que reúne nossas turmas de amigos, de conhecidos. É bom para manter a amizade, todo mundo se ajuda, tem os organizadores da Igreja, junta um dinheirinho. As festas em Aurora mesmo, nossa, são sempre tão boas, tem missa, tem bingo, eles trazem cada banda que olha, vem gente de toda a redondeza”. (Interlocutora 19, 49 anos)

Assim que abre a temporada, vamos quase sempre no Clube X, porque lá eu sei que meus dois netinhos mais novos vão brincar com os netos das minhas amigas, dos meus conhecidos, gente que eu sei quem é. Eles passam o dia na piscina, jogam futebol, ficam no parquinho e nos brinquedos. Na parte do bosque tem as churrasqueiras, e quando dá, a gente passa o final de semana lá, faz um churrasco, deixa a criançada solta sem preocupação. Meu marido e o meu genro também praticam tiro esportivo, tem o stand mais lá nos fundos,

⁴⁶ Mati-baile é uma expressão que reúne “matinê” e “baile”, sendo geralmente uma festa dançante realizada nas tardes de domingo, após o almoço na comunidade, em salões paroquiais, clubes esportivos e sedes de associações rurais. (Nota da autora)

eles passam o dia se deixar. Só voltamos no fim da tarde, quando a criançada já tá tremendo de frio nas toalhas, e como eles têm o cabelo clarinho, fica todo verde e espetado do cloro. (Interlocutora 21, 78 anos)

A sociabilidade se constrói entre os pares, pois pessoas de outros locais levam muito mais tempo para angariar confiança. Nesse sentido, Eriksen afirma que “as abordagens antropológicas também nos permitem explorar as maneiras pelas quais as relações étnicas estão sendo definidas e percebidas pelas pessoas; como elas falam e pensam sobre seu próprio grupo, bem como sobre outros grupos, e como visões de mundo específicas estão sendo mantidas ou contestadas.” (1993, p. 1-2)

Figura 81 - Cuia de chimarrão, de aproximadamente 5 metros de altura, localizada às margens da BR277, em frente ao CTG “Sentinela dos Pampas” em Medianeira



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

Novas formas de divertimento foram sendo elaboradas, mas sempre resultantes da

miscelânea dos conteúdos valorizados e autorizados. A partir do momento em que outros referenciais foram surgindo, em decorrência dos produtos de mídia e pelas transformações nos costumes, foram integrados à medida que se convertiam em possibilidades para os comerciantes locais.

Quando eu era novo, isso na década de 70, abriu uma discoteca, se chamava Corujão. Foi o começo das músicas estrangeiras, dos filmes do cinema que tinham esse tema. Vinha o pessoal de Medianeira para cá, e nós íamos para uma que abriu lá. As moças se arrumavam conforme a moda, a gurizada que tinha carro ia lá na frente fazer pose. Foi a primeira vez que as pessoas dançavam sozinhas, na pista, antes só se dançava de parzinho. (Interlocutor 9, 69 anos)

Na avenida central ia todo mundo se exhibir com os carros – quem tinha, claro – ficava dando volta por lá mesmo, para cima e para baixo, descia, fazia o contorno no canteiro, e subia de novo, uma porção de vezes. Quem não tinha carro, sentava por lá também, sentava nos bancos ou levava cadeira de armar. Não tinha muito o que fazer na cidade, dava sei lá, um tédio, então o negócio era meio que querendo se mostrar só. No sábado de noite era antes de ir para algum baile ou discoteca, e no domingo era depois da missa. E isso virou costume. Eu fazia isso quando nova, meus piá tudo fizeram, agora meu neto faz isso. Lógico que agora tem coisas de internet para se falar, para jogar as coisas deles, mas ainda assim, fim de semana à noite a avenida sempre tem esse movimento. Teve um tempo que chamavam de “bobódromo” porque era só os bobo gastando gasolina à toa. E nas sacadas dos predinhos, na frente de alguma casa, o pessoal sentado nas cadeiras também, prestando atenção e fofocando de quem passava. Algum namoro começou nesse vem e vai da avenida, viu? (Interlocutora 31, 69 anos)

As transformações nas formas de sociabilidade se operaram de maneira cumulativa, mas também fizeram questão de manter os marcadores de status e ascensão social. Elas refletiram de maneira muito eficaz as mudanças de ordem econômica que se fizeram presentes no Oeste paranaense, correspondendo aos anseios de um campesinato ansioso por se modernizar e demonstrar sucesso, dinamismo. A exibição de bens materiais tinha como finalidade portar o sucesso e angariar maior poder simbólico na coletividade, aumentando as possibilidades na conjugalidade e nos acessos às ocasiões mais privilegiadas de encontros e parcerias.

Mais ou menos nos anos (19)90 deu uma quebradeira geral, pelo que o pai conta. Isso, era ali pro fim dos anos 90, porque eu lembro, era piazão, naquela idade que queria começar a sair. Nessa época virou febre andar de carro rebaixado, e foi uma coisa muito engraçada, porque só quem era muito abonado conseguia dar carro pros filhos, ainda mais pra estragar assim, remexer em tudo, cortar as molas. Nem fazia sentido, numa rua esburacada,

numa estrada de terra não tinha como colocar um carro desses. Era moda usar calça branca [que facilmente suja] e camiseta justinha preta. Esses eram meio que dando o recado “olha, não sou colono do mato, eu tenho dinheiro”. Foi uma época que ficou meio feio mostrar que era tão da colônia, as pessoas queriam parecer mais chiques, mais finas. Mas de uns tempos para cá, a moda de ser do agro voltou com tudo, ainda mais com esses sertanejos universitários. Ali entre os anos noventa e dois mil e poucos, foi uma época que caiu mais no gosto a música eletrônica, uns rockzinhos, coisas mais urbanas, que eram da cidade grande. (Interlocutor 17, 44 anos)

A recapitalização operada a partir do novo ciclo de *commodities* de meados da década de 2000, que elevou as condições materiais de alguns desses colonos – mas levou outros a perdas de difícil recuperação – reconfigurou também o lazer. Teve início então um ciclo de ‘resgate’ identitário das camadas rurais, que agora não representavam mais simples campesinato, caipira e humilde. A tendência atual é mostrar que as gerações anteriores lhes garantiram o conforto material pelo qual lutaram tempos atrás.

Figura 82 – As dimensões estéticas de um campesinato que, de agricultor familiar se converteu ao dinâmico produtor de *commodities*, têm um enorme apelo simbólico nesse local. Abaixo, a camiseta com proteção UV da marca BRK Agro (usada para os trabalhos na lavoura) possui diversos signos representativos dessa lógica de triunfo e autocongratulação



Fonte: Loja Virtual BRK Agro (www.brkagro.com.br)

Os artefatos culturais resultantes dessa ascensão do *sertanejo universitário*⁴⁷ que conquistou as camadas mais jovens do recorte da pesquisa (e de outros locais cuja economia é baseada na agropecuária exportadora) demonstram que o pertencimento continua sendo reclamado, mas agora como resultado de esforços anteriormente feitos, que por essa razão, merecem ser desfrutados. Não raro o discurso é a ‘redenção do herdeiro’:

E agora eu fiquei doce igual caramelo
 Tô tirando onda de Camaro amarelo
 E agora você diz: Vem cá que eu te quero
 Quando eu passo no Camaro amarelo
 Quando eu passava por você
 Na minha CG, você nem me olhava
 Fazia de tudo pra me ver, pra me perceber
 Mas nem me olhava
Aí veio a herança do meu vóio
E resolveu os meus problemas, minha situação
E do dia pra noite fiquei rico
Tô na grife, tô bonito, tô andando igual patrão
 E agora você vem, né?
 Agora você quer?
 Só que agora vou escolher
 Tá sobrando mulher (Caliman, *et al*, por Munhoz e Mariano, 2012)

Desde as tias casamenteiras dos anos 1950, fazendo o “correio elegante”, passando pelos bailes, pelas discotecas e pelos passeios na avenida central, a centralidade de demonstrar seu potencial de constituir uma unidade familiar próspera e produtiva orienta os comportamentos. A geração contemporânea, a seu modo, mantém os hábitos de lazer, ainda que repaginados, guardando inclusive o conservadorismo e a definição precisa dos papéis de gênero:

Tem muita balada boa por aqui, só mulherão, duvido que tenha tanta gente bonita que nem nas nossas festas. É festa com mais estilo, as pessoas ainda se

⁴⁷ A personagem descrita não é exatamente a do universitário, rótulo que se agrega ao gênero musical no movimento desses valores, e parece remeter mais à “massas de homens brancos frustrado contra as ameaças da vida e do tempo histórico, pesarosos que a crise do patriarcado produtor de mercadorias confirme a irrelevância de suas existências”. O acréscimo de “universitário” passa a qualificar as produções musicais a partir dos anos 2000, em oposição às composições que ocuparam as posições de sucesso até a década de 1990. Seu advento é condizente com os determinantes sociais, políticos e econômicos e também chama a atenção para a dimensão escolar e educacional desse cenário. No entanto, o termo universidade está repleto de ambiguidades. No Brasil de 2025 talvez seja menos ousado dizer que os debates e os resultados sobre esse novo Brasil que acessa a universidade estão envoltos em contradições - e talvez agora soe menos “apocalíptico” e mais realista apontar contradições nessa configuração, dada a notória vinculação entre expoentes do sertanejo universitário, a estética da agricultura e o avanço da extrema direita. Se o público universitário mudou nos anos 2000 com a expansão das universidades e se houve mudança no padrão de gosto, modificando a dimensão estética associada à universidade, resta pensar como e por que isso aconteceu. Há razões para sugerir que isso não é apenas uma modificação inofensiva do padrão de apreciação estética. Afinal, é preciso discutir a construção do gosto e sua ligação com os determinantes econômicos, culturais e sociais de uma época e de uma sociedade bem como os processos formativos, formais e informais que são disputados em um cenário como esse. (Stefanuto, 2025, p. 5/6)

arrumam para sair, as gurias até usam vestido, fazem cabelo, usam salto alto. Você sabe quem é homem e quem é mulher, porque em cidade maior isso tá ficando cada vez mais difícil de saber. (Interlocutor 16, 22 anos)

A busca por novos espaços de lazer e de exibição dessa prosperidade material se fizeram necessários, até como forma de superar o tédio e a previsibilidade cotidiana, pois, distantes de grandes centros e do litoral, o repertório de lazer e cultura desses colonos, durante bom tempo, se concentrou no próprio espaço. Ao longo dos primeiros anos da colonização, a precariedade das vias e as limitações econômicas restringiam muito a circulação das famílias.

As viagens e ocasiões de descanso ocorriam na equação utilidade e necessidade: visitar parentes era sinônimo de férias, ir à uma estância termal era para tratamento de saúde. Algumas famílias, por suas origens nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, visitavam seus familiares no litoral, mas em um lazer comedido, raro e de pouco investimento. Conforme Patrick Champagne (1975, p. 23) “para os agricultores, as despesas com férias pertencem à categoria de despesas "supérfluas", priorizando os investimentos para a fazenda”.

Conforme a Interlocutora 10 narrou, quando iniciaram a cultura da soja: “Foi o primeiro ano que viajamos para a praia, conhecemos Camboriú e foi uma festa”. Mais recentemente, com a ascensão de uma camada intermediária com capacidade de reunir mais recursos e organizar com mais eficiência o tempo ocioso – pelo planejamento das safras e técnicas de plantio direto – o hábito de ir ao litoral Norte de Santa Catarina ganhou adesão.

O último grupo social a ter acesso à prática das férias, o campesinato, é sem dúvida também aquele sobre o qual o efeito da imposição da prática é mais visível. "Saímos assim por nada, só para sair", diz um camponês. "É só para dizer que estamos fora." Sem o capital cultural e econômico necessário para a apropriação real de uma prática que percebem como prestigiosa e que pode aumentar seu próprio prestígio, os camponeses são levados a apropriar-se dela, pelo menos nominalmente, adotando suas características mais imediatas e externas. Os locais de férias constituem lugares adicionais onde os camponeses interagem com outras classes sociais, que devem enfrentar sozinhos, ou, se preferir, de forma dispersa, isto é, sem a possibilidade de resistência coletiva e ativa que o grupo da aldeia, como grupo real, pode (ou poderia) opor aos padrões de comportamento de outras classes sociais. (Champagne, 1975, p. 24)

Para os agricultores de perfil conservador, o lazer ostensivo é o símbolo da "modernidade urbana". Ao adotar esse estilo de vida, eles expressam o desejo de alcançar o status e as práticas dos grupos com os quais se comparam. (Champagne, 1975, p. 23). Os artefatos culturais, por mais prosaicos que sejam, reproduzem esse desejo de pertencimento,

que também expressa a necessidade de compensação e sublimação dos complexos de inferioridade suscitados por uma origem dita ‘camponesa’ ou ‘rural’. Novamente recorrendo ao estilo musical do *agronejo*⁴⁸:

*Papai deixou uma herança bem gorda pra mim
Tem terra pra plantar e pra criar uns gadin
Mas eu me dei conta que isso não é pra mim
Prefiro pé na areia do que pé no capim
De tanque cheio a Bodona
O cowboy tá sem vergonha
Hoje eu saio da zona rural
Eu tô bicho solto, no pique lobo mau
Meu ano só começa depois do carnaval
Nós vai descer, vai descer
Descer lá pra BC, no *finalzin* do ano
Os *bombonzin* tão bronzendo
Pra eu chegar e morder
Nós vai descer, vai descer
Descer lá pra BC, no *finalzin* do ano
Os cowboy vai litorando
E vai torar você
(DJ Ari SL e João Dalzoto por Brenno e Matheus, 2024)*

Os artefatos da cultura de massa são bastante úteis para compreender as tendências de lazer e sociabilidade, especialmente entre os mais jovens. Em relação à música sertaneja, inicialmente vinculada ao ambiente camponês ou *caipira*, com a transição do setor para o *dinamismo* do agronegócio, as tendências discursivas se adaptaram a esses novos cenários (Alonso, 2011, p. 338). Demonstrar o sucesso e as oportunidades possibilitadas pela ascensão econômica e o ingresso no *agrobusiness* são sinais de uma compensação às privações e a vergonha enfrentadas pelas gerações anteriores.

Reconquistar o lazer no litoral, que até certo tempo era de difícil fruição, proporcionado justamente por sua condição rural, aciona os discursos mais eficazes de autoafirmação e superioridade – apesar de tudo e todos, *vencemos*. Isso porque, nas gerações passadas, a ida à praia, as viagens de férias eram passeios excepcionais que a maioria deles

⁴⁸ A hipótese é que a pretensa hegemonia cultural, em sentido gramsciano, de elementos vinculados a uma estética do agronegócio, como é o caso da música sertaneja, não se dá em função de que *as pessoas gostam*. Entendendo que o gosto e o juízo estético são construídos e reconhecendo que segue havendo no Brasil uma riquíssima pluralidade cultural, trata-se de compreender os determinantes econômicos dessa ofensiva com pretensões de hegemonia cultural. Dito de modo mais direto, trata-se de estabelecer relações entre a opção por um modelo de negócio agrário, que busca desfazer-se da sua pecha de explorador e violento, e os processos de convencimento das pessoas para construção de um consenso. Argumenta-se que, de modo mais difuso, esse processo se dá via indústria cultural e, de modo mais direto, via uma ofensiva à educação. (Stefanuto, 2025, p. 6)

fazia apenas duas ou três vezes na vida (Champagne, 1975, p. 23), sempre vinculadas às possibilidades que as próprias relações de parentesco proporcionavam: geralmente casas cedidas ou compartilhadas por vários familiares, que para ir exigiam percursos de automóvel que levavam mais de dez, doze horas.

Figura 83 – Ostentar maquinário agrícola moderno e reclamar o pertencimento ao *agro* é um signo de diferenciação social no Oeste paranaense. Abaixo, uma colheitadeira em uma lavoura de soja na comunidade de Maracaju dos Gaúchos – Guaíra



Fonte: Priscila Lini (janeiro - 2024)

As viagens, atualmente mais facilitadas, levam essa personagem rural ao cenário preferencial de Balneário Camboriú, que se autodenomina a “Dubai Brasileira”, onde performa o sucesso e a riqueza do *agro* contemporâneo. A preferência desses colonos do Oeste do Paraná por Balneário Camboriú reflete um fenômeno de territorialização que conecta o interior produtivo ao litoral catarinense por meio de laços históricos e econômicos. Para esse grupo, o litoral de Santa Catarina não representa apenas um destino de veraneio, mas uma extensão

patrimonial de suas conquistas no agronegócio, impulsionada por raízes migratórias comuns.

Esse comportamento pode ser interpretado como uma manifestação de consumo distinto, onde a escolha do destino de lazer serve como uma vitrine de sucesso e prestígio. As características da infraestrutura urbana de Balneário Camboriú oferecem o cenário ideal para a projeção de um estilo de vida que une o rural ao moderno. Ao frequentar tais locais, o agricultor rompe com a imagem arcaica do campo e adota práticas de ostentação material que validam sua ascensão socioeconômica perante os grupos urbanos e seus próprios pares.

Além da busca por *status*, a cidade atua como um enclave de homogeneidade cultural, onde o público conservador encontra um ambiente alinhado aos seus valores de ordem e segurança. A concentração de famílias com trajetórias de vida semelhantes cria uma rede de sociabilidade que reforça a identidade regional e de classe, transformando o período de férias em um espaço de reprodução social. Nesse contexto, o lazer deixa de ser um momento de isolamento para se tornar uma experiência coletiva de validação da prosperidade alcançada pela elite do agronegócio paranaense.

Simboliza o desejo de aceder a um dinamismo urbano que dialoga com a modernização técnica do campo. A busca por locais de grande visibilidade social permite que o produtor rural expresse sua modernidade e se compare, em termos de práticas e consumo, às elites cosmopolitas. Assim, o fenômeno transcende o turismo convencional, configurando-se como um rito de afirmação identitária onde o sucesso na produção agrícola é convertido em prestígio simbólico e reconhecimento social. Transforma-se o cenário, e mantêm-se as ambições.

3.6 Ambições, incentivos e transgressões

A mobilidade espacial e a mobilidade social não são dissociadas. A diáspora sulista, impulsionada pela expulsão de camponeses e pela especulação de empresários (Haesbaert, 1997, p. 19), reproduziu no Paraná algo próximo, guardadas as especificidades históricas, à lógica descrita por Turner (2014, p. 12/13) sobre a fronteira norte-americana: as famílias de colonos, muitas vezes organizadas em redes de parentesco (Almeida, 2013, p. 27), viam-se como agentes de um "destino manifesto" regional, encarregados de transformar "terras vazias" (na verdade, ocupadas por comunidades tradicionais e posseiros) em espaços de modernidade agrícola e urbanização. Esse discurso, como destaca Lacerda (2021, p. 84), celebrava a branquitude como sinônimo de civilização, reforçando a ilusão de uma continuidade europeia

no trato com a terra e na organização social.

Conforme Casanova (2007, p. 449) enquanto as relações de dominação e exploração regional, as redes articulam os distintos tipos de comércio inequitativo e de colonialismo, assim como os distintos tipos de exploração dos trabalhadores, ou as distintas políticas de participação e exclusão, de distribuição e estratificação por setores, empregos, regiões. A autoexploração do colono, em nome do atendimento às demandas de produtividade, exauriu seu corpo e sua saúde, determinou sua parentalidade, seu comportamento e seus anseios, mascarando como liberdade e iniciativa uma situacionalidade de direcionamento e controle. A disciplina e o planejamento, em todos os âmbitos da existência, são organizados segundo essa lógica internalizada.

Ter bastante filho era mais nos tempos das mais antigas, nossas mães e avós que tinham filhos de dúzia, coitadas. Porque a roça precisava de mais gente trabalhando, isso era claro, era um que outro que tinha maquinário, quem tinha trator e condição de ter essas coisas mais modernas, porque era caríssimo. Na nossa época o mais normal era uns cinco ou seis, mais que isso já era meio raro. Algumas famílias paravam no quarto filho, principalmente se já tivesse muitos rapazes, porque se não repartia demais a terra e ficava pequena. Um pouco isso que levou umas famílias ‘subir’ mais pra comprar terra, porque se dividisse entre os irmãos, não dava um lote de mandioca pra cada um. (Interlocutora 21, 78 anos)

A condução da vida particular, a elaboração de desejos e as noções de sucesso e fracasso são elaboradas a partir desse referencial, de se movimentar, de obter terras, produzir mais, e de “encaminhar os filhos”. Parentalidade é uma dupla função: ter prole para a sucessão, mas construir patrimônio para legar. Os arranjos, descritos ao longo deste capítulo mostram que a configuração familiar sempre foi uma preocupação, contingenciada entre necessidade econômica, afetividade e moralidade religiosa.

Figura 84 - Família de Benjamin Biazus, pioneiro do Município de Matelândia, e todos os filhos que teve ao longo do casamento com Celestina Breda. Uma vez que detinha a condição de ‘pioneiro’ a prole numerosa representava prestígio e possibilidades de acesso facilitado à terra, o que não ocorria com famílias de menos recursos



Fonte: Acervo de Claudino Boscatto

Na busca por garantia de terras para o plantio, o fluxo migratório e capilarizado pelo interior do Brasil, já analisado em sua perspectiva socioeconômica, especialmente no que se refere ao campesinato, representou uma complexa “diáspora” – não no sentido cogente de migração motivada por perseguições políticas, conflitos armados ou questões religiosas – mas pela busca do capital (Haesbaert, 1997, p. 19). Essa busca deu-se em razão das próprias condições motivadoras da colonização: a aplicação da agricultura familiar por parte de descendentes de imigrantes, e a saturação dessas mesmas terras em razão das proles numerosas.

Os governos estaduais e federais, a seu turno, instrumentalizaram essa identidade. Articularam seus próprios interesses aos interesses privados de capitalistas industriais estabelecidos nos novos campos de disputa do poder político, aproveitando as rivalidades da conjuntura nacional e as discussões entre classes altas do Rio Grande do Sul e do Sudeste.

Figura 85 - Primeiros tratores na Vila Bendo - região rural de Santa Terezinha de Itaipu. A aquisição de maquinário agrícola significava, além da melhoria da produtividade, a capacidade de reunir recursos para investimento e modernização da propriedade, angariando respeito e prestígio entre vizinhos e conhecidos



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

Se fronteira é imaginariamente terra não limitada, dá a possibilidade de uma trajetória social ascendente – porém, com alguns contornos. Esses limites são impostos pelas próprias forças dominantes locais, que logo se consolidam como elites políticas e estabelecem conexões com os centros de poder – capitais estaduais e a Capital Federal. De qualquer maneira, é mediata. O que é perceptível no cotidiano no colono é o enfraquecimento de uma subordinação estrita e imediata (a um chefe, um patrão), de maneira que ele se alia facilmente aos poderes políticos constituídos. (Velho, 2009, p. 93/94)

A ação privada, quando consolidada em contingente populacional e em número de colonos, impediu a dispersão através da ação autônoma e localizada. As cooperativas, por exemplo, disciplinaram pequenos produtores sob a fachada de uma suposta harmonia de interesses, ocultando conflitos internos e reforçando a dependência do poder central (Sorj, 2008, p. 58). Essa estrutura, combinada com a expansão do "gauchismo" como cultura hegemônica

(Haesbaert, 1997, p. 19), criou um projeto de branqueamento simbólico: ao mesmo tempo em que o capital neoliberal redefinia as relações de produção (Casanova, 2007, p. 449), os colonos sulistas representavam-se como guardiões de uma tradição europeia idealizada, distanciando-se deliberadamente de populações mestiças ou indígenas, associadas ao "atraso".

As cooperativas apresentam-se como o mecanismo através do qual a ação governamental disciplinou o pequeno produtor no uso de crédito e insumos modernos. Ao mesmo tempo, a cooperativa serve como uma organização relativamente fácil de penetrar e manipular, seja pela própria tendência das direções das cooperativas a se desvincular das bases, seja através dos mecanismos materiais e legais pelos quais a cooperativa depende dos poderes públicos. (Sorj, 2008, p. 60)

O sacrifício inicial, representado pelos fracassos na produção de café e de gêneros de subsistência, a partir dos anos 1970 encontrou sua redenção na monocultura, predominantemente da soja, mas também na do milho e do arroz. As tecnologias de plantio direto, o uso dos defensivos popularizados no período da “revolução verde” e as consultorias prestadas pelos agrônomos recém-formados proporcionaram escalabilidade à produção, viabilizando o volume necessário para o ingresso no mercado exportador⁴⁹.

Se, em princípio, a chegada dos pioneiros se caracterizou pelo acesso às propriedades, ainda que pequenas, e a organização associativa dos produtores em proveito comum, essa mesma chave foi empregada para inserir o Oeste do Paraná no cenário neoextrativista primário.

Começar a plantar soja mudou tudo. Deixamos de ser coitadinho para entrar de vez na vida de produtor rural, de conseguir as coisas, ver resultado no que tava investindo. De começo não era fácil mandar até Paranaguá, mas conforme a gente foi se organizando, a cooperativa dando assistência, o pessoal da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) ajudando com as consultorias, a coisa só foi pra frente. Graças a Deus consegui entrar pra esse ramo, porque antes foi só desgosto, trabalho demais e retorno de menos. Além do mais, conforme vai produzido e investindo, vai precisando menos *se matar* trabalhando. A soja me deixou dormir mais sossegado. Se não fosse o impedimento da reserva legal e coisa e tal, eu plantava por tudo, até no telhado, até dentro de casa (risos). (Interlocutor 23, 79 anos) [Grifo da autora]

⁴⁹ “O crescimento da economia da soja e a diversificação de sua atuação foram sendo facilitados e inclusive se estimulou o ingresso de pequenos produtores nessas cooperativas. Posteriormente foram criados mecanismos de entrada de certa forma compulsória, como o repasse de financiamentos através das cooperativas, além da própria estrutura de produção, comercialização, formação de preços, que induz os demais produtores que não os “grandes” a entrarem nas cooperativas por si sós. A dimensão política dessa forma de cooperativismo faz parte de sua própria gênese e, portanto, não é algo adquirido somente através de seu crescimento e centralização. Como foi exposto, foram criadas a partir de uma política governamental favorável à modernização”. (Coradini e Fredericq, 2009, p. 64)

Enquanto existir terra livre, existe a oportunidade para uma competência, e o poder econômico assegura o poder político. Mas a democracia nascida da terra livre, forte no egoísmo e no individualismo, intolerante à experiência administrativa e à educação, e que pressiona a liberdade individual para além dos seus próprios limites, tem tanto os seus perigos como os seus benefícios.

No Paraná, essa dinâmica assumiu um caráter explicitamente colonial: o Estado e o grande capital trataram o interior como um "espaço vazio" (Maia, 2010, p. 644-650), enquanto os colonos, armados de tratores e genealogias brancas, reivindicavam para si o papel de únicos sujeitos históricos capazes de "imprimir civilização" (Lacerda, 2021, p. 84). Acessar os bens primários de capital com o benefício de ordem, foi o elemento determinante para a formação de elites coordenadas locais. Hoje, no entanto, as articulações obedecem a uma racionalidade mais formal e instrumental, menos subjetivo-individual; dá-se uma funcionalidade mais precisa ao rendimento, o que não significa que a família não esteja aí racionalizada. (Tedesco, 1998, p. 182)

O movimento cooperativo é instrumento de integração ideológica e de controle governamental dos pequenos proprietários. Este tem sido incentivado tanto por motivos de caráter econômico – centralização da produção e do apoio técnico e assistência social, disciplinamento e controle do uso de crédito público – quanto por motivos ideológicos, na medida em que a cooperativa é apresentada como sendo a solução dos problemas do pequeno agricultor, ao mesmo tempo em que elimina do discurso os confrontos de interesses diferenciados dentro da cooperativa. (Sorj, 2008, p. 58)

O cooperativismo, respaldado no novo contexto, conseguiu cooptar e utilizar esses movimentos, canalizando-os conforme seus objetivos, determinados pela aliança das classes rurais melhor situadas socioeconomicamente, o Estado e o complexo agroindustrial. Foram sobretudo esses movimentos que forneceram a base ideológica para a mobilização dos produtores no sentido do cooperativismo e de determinado tipo de sindicalismo rural. Eles também organizaram e se encarregaram do trabalho de divulgação e doutrinação, primeiro pela própria dinâmica do movimento e, depois, através da criação dos departamentos de “comunicação e educação” das cooperativas. (Coradini e Fredericq, 2009, p. 65)

Implementada ao mesmo tempo pelo setor privado, pelas grandes cooperativas e pelo Estado, essa transformação econômica “sulista” vem acompanhada de todo um modo de vida, sociocultural e político, muitas vezes conflitivo em relação a traços culturais locais. Este modo

se projeta e se reproduz com tamanha força no interior do país que até mesmo termos exagerados como “nação gaúcha” vêm sendo utilizados na imprensa nacional para caracterizar o processo (Haesbaert, 1997, p. 19)

Os espaços internos do país como fronteiras a serem desbravadas e organizadas pelo Estado central, configurando uma ação demiúrgica que se aproxima muito de uma visão colonial sobre o território. o olhar colonial sobre os sertões brasileiros estão longe de serem relíquias estadonovistas, como se pode verificar ainda na recente aliança entre Estado e grande capital para construção de megaprojetos de desenvolvimento no Brasil contemporâneo. (Maia, 2010, p. 644-650)

Figura 86 - Complexo da Cooperativa Coopagril em Marechal Cândido Rondon



Fonte: Site Oficial (www.copagril.com.br/)

E, como tais formas de organização não passaram diretamente por uma política pública propriamente dita (entenda-se aqui o conceito de política pública vinculado ao Estado de bem-estar social), a ideia predominante é que os aparelhos de prestação imediata das demandas cotidianas eram resultado muito mais de um esforço autônomo entre os indivíduos envolvidos do que uma presença efetiva do Poder Público.

Aqui muito do que aconteceu foi porque a gente se organizava. O salão comunitário foi feito assim, o poço artesiano da sede, a escolinha rural.

Primeiro fazia, quase por conta, e depois que se ajeitava com prefeitura, com secretaria de educação, com o setor da saúde. Teve tempo que até a merenda da gurizada era nós que providenciava, um pouco de cada um que tinha filhos estudando, daí um tempo que veio as coisas de núcleo de educação que organizou merenda, secretaria da escola, as papeladas do que tinha que ensinar, boletim e tudo o mais. A mesma coisa com o postinho, e isso é bem mais recente ainda, tem coisa de quê, uns vinte, trinta anos isso? Antes era combinado com o médico, que era nosso conhecido, e ele vinha uma vez por semana para atender numa divisória ali do salão paroquial, organizava os remédios com a farmácia do X e trazia. Nunca dependemos de prefeitura, de governo, dessas coisas, simplesmente ia lá e fazia o que tinha que fazer. (Interlocutor 3, 81 anos)

Essa concepção do território como espaço a ser moldado pelo Estado e pelo capital materializou-se, no Oeste do Paraná, na colonização familiar – microescala de um megaprojeto nacional. Se, por um lado, Maia (2010, p. 644-650) demonstra como o Estado tratou o interior brasileiro como uma fronteira colonial a ser dominada, por outro, Almeida (2013, p. 27) revela o mecanismo concreto dessa dominação: famílias brancas, organizadas em redes patriarcais de parentesco, reproduziram em pequena escala a lógica expansionista do "desbravamento".

No senso comum, o Estado não se fez necessário, pois a articulação entre os pares foi mais eficiente, sendo o ente público apenas um entrave, um “ralo de dinheiro, que só serve pra arrecadar imposto e encher o saco, de olho em qualquer coisinha que a gente faz nas nossas terras e cobrando essas ‘besteraíadas’ de meio ambiente” (Interlocutor 12, 48 anos).

Na noção de que a propriedade deve ser empregada em todo o seu potencial produtivo, e imbuídos da prerrogativa de uso, gozo e disposição da terra privada, os benefícios da autonomia plena sempre foram uma ambição para as famílias, mantendo-as para seus sucessores. A transferência de terras dos pais para filhos recém-casados não era apenas uma estratégia econômica, mas a expressão doméstica do mesmo projeto civilizatório que justificava megaprojetos estatais – ambos baseados na ideia de que territórios "vazios" (ou inadequadamente ocupados) exigiam a ocupação por grupos considerados racial e culturalmente superiores, com maior capacidade de exploração do meio natural e técnicas aperfeiçoadas de maximização dos resultados.

Evidencia-se a valorização desses espaços como fruto dos esforços de famílias pioneiras na abertura da terra (onde só teria mato) e dos fundadores na sua urbanização. Reafirmavam, assim, os valores que mobilizaram essas famílias de colonos sempre para frente,

isto é, em direção a florestas concebidas como espaços vazios destinados à colonização. Ditas florestas nas quais imprimiriam na paisagem a herança civilizatória de seus antepassados, frente a diferentes percepções sobre abandono governamental: abrindo terras e formando comunidades, sociedades e a cidade como triunfo de seu sucesso. (Lacerda, 2021, p. 84)

Para Barth (2000, p. 31/32) a característica crítica passa a ser então a auto atribuição e a atribuição por outros. A atribuição de uma *categoria* é uma atribuição *étnica* quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação. Nesse sentido organizacional, quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos.

É comum interpretar o pensamento brasileiro como um conjunto de discursos, ideias e fabulações referentes ao clássico problema da construção nacional. Nesses termos, as discussões sobre a identidade singular do país ou sobre os traços particulares que organizariam a autenticidade são sempre destacadas. (Maia, 2008, p. 255)

Ao se focar aquilo que é socialmente efetivo, os, grupos étnicos passam a ser vistos como uma forma de organização social. (Barth, 2000, p. 27) Ser sulista é ser colono, e, de alguma maneira, transparecer isso em gestos, palavras e hábitos, reafirmando o que o fenótipo, por si só, já poderia representar. Os comportamentos são cuidadosamente elaborados para equilibrar modéstia e apego ao trabalho, mas também demonstrar sucesso, conforto material e uma dose de ousadia, que beira a rudeza. Manter tradições não somente vivas, mas avivadas, constantemente evocadas, como as festas temáticas – sendo que estas servem menos à preservação cultural, e mais à reafirmação contínua de um lugar social hierárquico.

Figura 87 - Rainha e Princesas da 33ª Oktoberfest realizada em outubro de 2023, no município de Marechal Cândido Rondon



Fonte: O Presente (on-line)

Frisa-se que o equilíbrio é fundamental: o excesso de rudeza também não é bem-visto, pois o ‘colono’ não se confunde com o ‘caipira’. O colono é escolarizado, mas não aprecia uma vinculação com erudição ou intelectualismos. É trabalhador e esforçado, mas não simplório. Existe uma justa medida entre o fazer e o não fazer, entre a autoestima e a modéstia.

Uma expressão curiosa é “se achar”. Quando um sulista fala que “Fulano *se acha*”, quer dizer que essa pessoa é convencida além da medida, o que já ultrapassa o aceitável para seu posicionamento social e o angariamento de prestígio. Neste caso, secretamente, é autorizado à comunidade uma reprimenda tácita, comportamentos que desqualifiquem um sujeito que “se acha” com a intenção de colocá-lo em “seu lugar”⁵⁰.

⁵⁰ Ao tratar dos colonos dos Estados Unidos, na conquista do Oeste no século XIX, Turner definiu: “O colono, assim, é dotado daquela grosseria e força combinadas com perspicácia e curiosidade; aquela mentalidade prática, inventiva, rápida em encontrar expedientes; aquela compreensão magistral das coisas materiais, carente do artístico, mas poderosa para atingir grandes fins; aquela energia inquieta e nervosa; aquele individualismo dominante, trabalhando para o bem e para o mal, e, além disso, aquela alegria e exuberância que vem com a liberdade - estas são características da fronteira, ou características evocadas em outros lugares por causa da existência da fronteira”. (Turner, 2014)

A ancoragem (Moscovici, 1978, p. 111) dos comportamentos está nos elementos edificantes do trabalho, da prosperidade e da iniciativa individual. No campo das moralidades, a manutenção do estrito controle familiar representa uma necessidade, pois o risco de fragmentação de unidades produtivas torna-se um problema conforme vão se sucedendo as gerações, sendo admitidos, no máximo, os genros e parentes próximos como auxiliares e eventuais sucessores na propriedade e na partilha de resultados. O empreendimento é, sobretudo, familiar, e por isso é possível manter uma gerência não somente de caráter econômico, mas também moral.

Eu acho que tem uma diferença sim. Tem essa coisa de segurar os filhos na rédea, de manter bem perto e vigiado, saber com quem anda, de quem é amigo, direcionar como que eles têm que pensar. Não é de maldade, mas é que nós sabemos como fazer as coisas, e se sempre deu certo, por que mudar? Qual a diferença de ter um namoro com uma moça mais parecida, de aparência e de criação, do que uma que nem se sabe direito de onde vem? Se acontece uma coisa errada, eu posso ir lá direto na família, chamar de canto “olha, teu piá tá fazendo assim, assim, assado, e isso não está certo”, ou “viu, cuida dessas tuas gurias aí, se não vai ficar feio pra vocês”. É assim que funciona, todo mundo de olho uns nos outros para ninguém sair da linha, e desse jeito que se vai pra frente, sem se meter com nada de errado. (Interlocutor 15, 63 anos)

Não que vamos arranjar casamento pros filhos, sem eles nem poderem escolher, que nem *cigano*. Não é isso. Mas não é melhor saber que vem de família boa, de gente de bem, com alguma instrução, uma direção, até mesmo de religião, de modos? (Interlocutora 14, 58 anos) [Grifo da autora]

Eu fui criada pela minha mãe sempre me dizendo “arranje um ‘bom partido’”. O que seria um ‘bom partido’? Alguém com alguma posse, alguma perspectiva, e se fosse loiro, grandão, bonitão, melhor né? Acabei tendo que me conformar com um mais baixinho, que ficou loiro por pouco tempo, porque logo o cabelo foi embora! (Interlocutora 31, 69 anos)

A preocupação dos pais com a formação ética dos filhos é sem dúvida uma inquietação com a própria possibilidade de continuidade da família de acordo com um dado modelo. (Comerford, 2003, p. 111) Ao longo da pesquisa, ficou muito presente o construto de que a superioridade étnica no Oeste do Paraná não é um traço espontâneo, mas um projeto ensinado, reproduzido e vigilante, sustentado por três pilares interligados: o controle moral familiar, a performatividade cultural e a rejeição estratégica de uma imagem bastante singular da brasilidade, associada à mistura racial, à colonização portuguesa, às tradições escravistas, a imagens de um suposto e único “litoral”. Como evidenciam os depoimentos e as práticas sociais analisadas, a identidade constrói-se através de um “enquistamento” consciente (Seyferth, 1997, p. 97) – uma

ilha étnica que se afirmou como distinta e superior, baseada em marcadores fenotípicos, hábitos e discursos de origem, baseados na europeização.

Essa autoimagem não é meramente simbólica: tem consequências materiais, como o acesso privilegiado a redes de capital (Barth, 2000, p. 27) e a hierarquização espacial, onde o "colono tradicional" (Haesbaert, 1997, p. 22) torna-se o agente legítimo do desenvolvimento, enquanto outras formas de ocupação são inviabilizadas.

O controle familiar rigoroso – em que apenas parentes próximos sucedem nas terras e propriedades – não é apenas uma estratégia econômica, mas também um dispositivo de pureza étnica. Como mostra Moscovici (1978, p. 111) nas representações sociais, a família unificada (europeia, trabalhadora, moral) opõe-se deliberadamente ao "caos" atribuído a outras brasilidades, como o Carnaval ou o "baile funk de favelado". Essa moralidade seletiva – que tolera o excesso alcoólico na Oktoberfest, mas rejeita festividades tradicionais "brasileiras" – revela como a "tradição" é, na verdade, um instrumento de dominação (DaMatta, 1997, p. 138), que naturaliza a branquitude como sinônimo de ordem e progresso.

Por fim, a sociabilidade fechada reforça a fronteira étnica: os "nossos" são sempre aqueles que compartilham fenótipos, sobrenomes e narrações de colonização bem-sucedida. Como afirmou o Interlocutor 16, a branquitude sulista é exibida como prova de uma "europeidade preservada", em contraste com a mestiçagem nacional.

Essa autoexotização não é ingênua: serve para justificar privilégios e apagar a violência da colonização, transformando os colonos em vítimas heroicas de um Brasil "atrasado". A lição é clara: no Oeste do Paraná, ser superior é, antes de tudo, uma performance obrigatória – e quem não se adequa, é excluído não apenas da festa, mas do próprio direito à terra e à história.

A atuação obrigatória de superioridade encontra sua expressão mais incisiva nas elaborações das trajetórias familiares, que exaltam a concepção de honra e funcionam como o mito fundador, que legitima a barreira étnica descrita anteriormente. Ao celebrar o desprendimento e o sucesso dos antepassados "desbravadores", não apenas preservam a memória seletiva de uma tradição europeia que se quer conservar, mas operam como um dispositivo de poder que naturaliza a posse da terra e a hierarquia social presente.

O sobrenome e a aparência física, que muitas vezes já sinaliza o pertencimento ao grupo dos "nossos", torna-se o elo vivo com essas epopeias, conferindo aos descendentes não apenas uma história para contar, mas um direito herdado de ocupar e significar o território.

Dessa forma, tal como *sagas* da tradição nórdica, no Oeste do Paraná são os discursos dos *colonos pioneiros* que transformam a exclusão em tradição e o privilégio em destino, consolidando a violência simbólica e física que garante a coesão do grupo e a perpetuação de sua distinção.

4. A SAGA DO COLONO EM INTERPRETAÇÃO REAL E IDEALIZADA

Quando contadas as histórias de vida, os interlocutores delimitam como marco essencial sua migração. Há uma vida antes, uma vida de conforto e tranquilidade (mas pouca oportunidade de ascensão) no local de origem, e uma nova vida, uma reconstrução de si que já se iniciava no percurso e se estendia pelo processo de domínio da terra. Entre trajetória social e trajetória migratória, consideramos que esta etapa do ciclo de vida em todos os casos, demarca o início da trajetória migratória não do indivíduo, mas do novo núcleo familiar (Desconsi, 2011, p. 110), e uma reconfiguração do sujeito, que antes despossuído, passava à categoria de proprietário, e apto a deixar um legado, material e moral.

De outro lado, a chegada das companhias colonizadoras representou a fragmentação dos grupos antes ocupantes (posseiros, indígenas, caboclos) que passaram a ser considerados óbices à operabilidade da “marcha”. À Companhia, interessava a venda da terra ‘de boa qualidade’ à ‘gente de boa qualidade’, transformar a terra em mercadoria para vendê-la e maximizar os lucros de seus acionistas.

Para executar o plano de colonização elaborado por essas empresas, houve a decisão entre seus acionistas e prepostos que se selecionassem os compradores das glebas, sendo que eventual permanência de pessoas indesejáveis comprometeria o seu intento. De outro lado, encontrar a terra ocupada, mercadoria a ser vendida, com moradores estabelecidos, no regime de posse, poderia também comprometer o empreendimento comercial. Para que isto não acontecesse, era procedida a “limpeza da área”. (Renk, 1995, p. 41)

“A política foi de atrair pessoas de descendência alemã e italiana do sul do Brasil. Estas pessoas tinham a reputação de laboriosos e perseverantes trabalhadores, e poderiam se adaptar às difíceis condições do pioneirismo.” (Muller, 1986, p. 102) E, em razão desse suposto heroísmo ao enfrentar essas condições, foi elaborado o título desse capítulo.

A escolha do termo “saga” para a descrição desse processo de colonização tem sua justificativa na observação de algumas similaridades na forma de narrar os fatos do passado com as obras medievais da tradição islandesa. A linha imprecisa entre fato e relato, a mistura de crônica histórica, genealogia e narrativa ficcional, presentes nos livros e repositórios de memória local elaborados por membros da comunidade, prefeituras e personalidades possui pontos de convergência com as sagas, principalmente na escrita que celebra grandes feitos. (Le Goff, 2013, p. 217)

Também tratando da narração de mudança de localidade por parte dos escandinavos para a Islândia, as sagas familiares contêm um universo completo de significados, tradições culturais que podem ser analisadas em grande profundidade, registradas na forma de textos. Por outro lado, devido à falta de materiais contextuais, este projeto não pode ser empreendido como uma descrição da realidade histórica. Pode-se dizer que as sagas são abrangentes, pois fornecem tanto texto quanto contexto. (Sørensen, 1992, p. 23)

Figura 88 – As descrições das viagens dos *pioneiros* e *colonos* são permeadas por dificuldades e desafios (ataques de animais, atoleiros, calor, frio extremo), assim como a precariedade das primeiras instalações de moradia e plantio, situação que poucas pessoas teriam *fibra* para suportar. Abaixo, colonos provenientes de São Marcos – RS, recém chegados a Toledo, nas primeiras habitações edificadas com tábuas rústicas



Fonte: Acervo de Honório Fornazzari

As construções discursivas do pioneirismo podem ser analisadas por analogia às sagas, inclusive porque o gênero textual nórdico se baseia na tradição oral para relatar eventos históricos, genealógicos e, por vezes, lendários dos primeiros colonizadores da Islândia e Escandinávia (Ceia, 2006, *on-line*). Isso porque as sagas misturam fatos com ficção, com elementos míticos, narram disputas familiares e viagens de heróis, como fazem os ‘pioneiros’ em seus livros por encomenda e nos espaços de memória local, que enaltecem e acionam continuamente as características mais valorizadas nas moralidades comuns.

A pertinência temática – colonização heroica em um ambiente desabitado – e a

descrição das origens dos pioneiros (local de nascimento, biografia completa, adicionada de generosa descrição das suas qualidades), além do caráter de aventura rumo a um local misterioso e (supostamente) desabitado ilustra a analogia aqui elaborada.

Os três temas mais comuns presentes nos diferentes tipos de saga dizem respeito a conflitos familiares ou sociais, a contendas legais e judiciais e a questões referentes às origens ancestrais e da estirpe dos envolvidos. A envolver estas temáticas há uma conjuntura de maior amplitude. O mundo das sagas é um mundo fundamentalmente rural em que os trabalhos agrícolas e o comércio ocupam um lugar central (Smiley, 2000, p. 11).

Nas histórias da cultura europeia setentrional, a chegada de bravos colonizadores, como Snorri Sturluson⁵¹ e Gudrid Thorbjarnardottir⁵², pode ser lida como uma ordem anterior que precisou ser rompida para que a outra fosse estabelecida (Le Goff, 2013, p. 219). O mesmo alega-se ao Oeste do Paraná, em que estava em jogo era espaço vital, era terra, capital e sobrevivência.

Uma questão dessa dimensão material e simbólica despertava graves conflitos, que precisavam ser pacificados de maneira eficiente, e com o engajamento do maior número possível de adeptos. Como tratado anteriormente, Estado e Igreja eram grandes entusiastas desse projeto, porém, era necessário estabelecer de forma permanente os recém-chegados, os colonos, os que investiram seus recursos e exigiam, em contrapartida, garantias de fruição e retorno desse investimento.

Dessa forma, o investimento nos expedientes descritos foi determinante. Porém, deve-se considerar que, do momento em que uma ideia é incutida, dificilmente pode ser removida, principalmente quando beneficia diretamente os envolvidos no projeto. Assim, de maneira muito eficiente, pois embutida às consciências formadas entre o grupo em geral, essa lógica foi retransmitida. A geração seguinte continuou migrando, se deslocando na direção Norte, realizando as mesmas etapas: prospecção, articulação, mudança e estabelecimento, demonstrando assim um “saber migratório colono” acumulado. A primeira geração de filhos de colonos do Oeste paranaense foi aquela que nos anos 1970/1980 dirigiu-se às zonas

⁵¹ Snorri Sturluson é conhecido entre nós por meio das sagas islandesas. Narrativas em prosa dos séculos XII e XIII, as sagas nos contam a história das principais dinastias escandinavas, mas também a descoberta da Islândia, essa grande ilha de 100.000 quilômetros quadrados, povoada pelos vikings no final do século IX. Snorri é ao mesmo tempo protagonista das sagas e um dos grandes criadores do gênero. (Le Goff, 2013, p. 217)

⁵² Islandesa do século XI, é uma das personagens principais de duas sagas islandesas, que juntas, são designadas como as “sagas do Vinland”. (Le Goff, 2013, p. 131)

transicionais de floresta/cerrado em Mato Grosso⁵³.

Fazer e ampliar território, garantindo hegemonia político-econômica, foi um eficiente modo de ação, que oportunizou a grupos numericamente minoritários se tornarem a presença determinante nas frentes estabelecidas. Consolidado o grupo que fez o primeiro trajeto, sua geração seguinte, ao atingir a idade para o mundo do trabalho (e do casamento, iniciando uma nova linhagem familiar) recebeu os saberes camponeses, capital inicial e suporte logístico para iniciar um novo empreendimento migratório.

Conforme os períodos históricos, as novas fronteiras foram sendo colonizadas, e assim, redirecionados os fluxos migratórios. De forma que, esgotadas as terras devolutas no Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina, a “marcha” nos anos 1940 a 1970 foi para a fronteira do Oeste e Sudoeste do Paraná. Entre as famílias aqui estudadas, que têm seu estabelecimento fixo demarcado como Oeste do Paraná, verifica-se que são produtos da construção de um espaço social iniciado na geração anterior, com a migração dos seus pais, que saíram das colônias mais ao Sul. (Desconsi, 2011, p. 118)

Uma vez que a sua atividade econômica principal era a monocultura extensiva, reproduzi-la exigia amplos espaços e dominação da natureza de modo exclusivo. Assim, a necessidade premente para a manutenção da escalabilidade e das margens de lucro exigiu obter mais e mais terras. À complementariedade, estruturas urbanas (ainda que em função desse mundo rural) tiveram de ser estabelecidas, a fim de atender às necessidades básicas desses agentes e suas famílias. Restringindo-se gradativamente o espaço “natural” da reprodução camponesa, outros espaços sociais, foram construídos como forma de manter o espaço fundamental (Woortmann, 1990, p. 50). Ampliar as frentes de colonização e estruturar o aparato de logística e circulação de pessoas e de produção foi o projeto principal da elaboração urbana.

A cidade constituída como centro de administração de um cotidiano essencialmente rural, e dele totalmente dependente, se caracterizou pela construção de uma sociabilidade e formas de pensar, sentir e agir fortemente camponeses. Esse campesinato, ao longo da sua carreira migratória, dissolveu a dicotomia rural-urbano (quando se dirigiu para a cidade),

⁵³ “Ocorre advertir que os atores encontrados no Mato Grosso são oriundos de comunidades de origem caracterizadas por serem formadas a partir de projetos de colonização, que desde o início construíram um ordenamento do espaço geográfico, analisando distinções socioculturais (religião, etnicidade) e condição econômica inicial. Estas comunidades, com estes elementos identitários em comum, em meio à precariedade das condições dispostas nestes projetos de ocupação, fortalecem uma sociabilidade, assim como estratégias de reprodução familiar baseadas nelas mesmas, e no conflito diante de outros grupos socioculturais distintos”. (Desconsi, 2011, p. 116)

unificando as experiências de vida as experiências da cidade e do campo. (Woortmann, 1990, p. 51)

Começo de março era sempre uma farra. Em julho também dava uma animada. Era concessionária com fila de espera para compra de carro, loja de maquinário sem ter como atender tanta gente, as lojas do centro cheias da mulherada comprando roupa e sapato para si e para a gurizada. O Armin (dentista) atendendo até mais tarde o pessoal que vinha da colônia tratar os dentes. A Olsen (concessionária da Ford à época) não vencia de trazer tanta caminhonete para a colonada abonada. O Vannini (proprietário da concessionária Volkswagen) vendia Fusquinha que nem água, porque mesmo quem era produtor menorzinho também conseguia tirar uma lasquinha da bonança. Já de outubro em diante era todo mundo apertando o cinto, porque tinha colocado todo o recurso que guardou para plantar. (Interlocutor 28, 87 anos)

Na experiência cotidiana, as conquistas materiais e todas as formas de mobilidade social eram atribuídas às atividades agrícolas, direta ou indiretamente. Assim, o sucesso da ação pioneira deveria ser reconhecido e congratulado por todos, pois proporcionava “as coisas boas” e o “conforto”. Demonstrar que fazia parte desse microcosmo era sinal de portar as boas qualidades trazidas com aqueles que deram início à saga.

Figura 89 - Propaganda das concessionárias Olsen, representante da Ford Motors na região Oeste



Fonte: Jornal Nosso Tempo

De tal maneira, a vida urbana foi planejada pelas colonizadoras como acessória à vida rural, até para manter o controle das pessoas envolvidas nesse processo, e evitar a atração de ‘forasteiros’, formação de periferias e a consequente desvalorização dos terrenos. O arruamento, planejado, com a circulação de pessoas e dos aparatos de convívio pensados na dimensão prática. As rodovias BR-163 (sentido Sul-Norte) e BR-277 (sentido Oeste-Leste)⁵⁴, foram estrategicamente posicionadas ao lado das plantas urbanas, com uma conexão à avenida principal, com os dispositivos acessórios (postos de combustíveis, oficinas mecânicas, lojas de implementos agrícolas) distribuídos de maneira a facilitar a cadeia logística, sem comprometer a estética e a tranquilidade do centro.

A cidade, no seu caráter estético, reflete o higienismo social que a projetou. Porque estética é símbolo de sucesso: casas, cidades, elas se convertem em cenário, um lugar pensado para ser visto antes de ser vivido. Cria modos de vida que ignoram clima, bioma, ignoram os padrões de consumo proporcionados pela natureza. No Oeste do Paraná, são um retrato físico do Brasil do “agro contemporâneo”, porque ele será próspero, será imediato, contudo, cenográfico e ambientalmente contraditório. Então entender esse Oeste, é também entender como hoje se constrói, se exhibe, e ocupa o território.

No percurso da história da colonização, percebe-se, que o ambiente pacífico e ordeiro, a defesa do direito de propriedade, uma concepção específica de dedicação ao trabalho e o elogio à iniciativa privada, seriam interpretados como elementos instituidores da cidade planejada e modernizada. São essas características que formariam, portanto, os valores últimos da boa sociedade. (Abreu, 2015, p. 263)

⁵⁴ Os municípios foram fundados concomitantemente à abertura dessas estradas, de maneira que foi possível planejar sua posição em relação a esses fluxos desejados para a dinâmica urbana, em codependência à atividade econômica agrícola. (Nota da autora)

Figura 90 - Pórtico de entrada do município de Mercedes, em alusão ao estilo germânico



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

O Interlocutor 6 demonstrou essa concepção durante uma conversa, enquanto tomávamos chimarrão:

Eu vim com a minha família ainda pequeno, aprendi na minha vida o que eu via, acompanhando o serviço. Caçar era necessidade, mas também divertimento, se tinha coisa que gostava era uma paca na brasa. Passava veneno de galão, mal colocava uma camisa enrolada na cara, e mais por causa do cheiro, porque na nossa cabeça aquilo lá não ia fazer mal, imagina, se tava passando nas coisas que alguém ia comer depois, como que ia matar? Era todo mundo meio ignorante, meio inocente. Agora que a gente pensa mais nos assuntos de natureza, de ecologia. Era um pecado derrubar aquele tanto de árvore. O X mesmo, tapava o ouvido quando a turma tava derrubando, dava aflição nele a gritaria dos bichos, dos passarinhos desesperados com os ninhos. Mas para ter as coisas boas precisa sacrifício, não tem jeito. Se matar a galinha com dó dela, ela não morre. Então tem que fazer o que tem que ser feito, sem pena, sem remorso. Porque se ficar remoendo, não vai fazer nada. Para ter esse conforto, construir a cidade, para ter alguma coisa na vida, tem que se sacrificar ou sacrificar alguma coisa. (Interlocutor 6, 74 anos)

Diferentemente dos heróis épicos clássicos, dotados de características semidivinas, os protagonistas das sagas são figuras complexas e imperfeitas: fazendeiros, guerreiros e chefes

de família cujo heroísmo se manifesta na capacidade de enfrentar disputas de terra, vinganças e desafios cotidianos com coragem e determinação, sempre em um cenário onde a honra pessoal e o destino (*ørlög*) se entrelaçam. (Sørensen, 1992, p. 23)

Essas narrativas, transmitidas oralmente por gerações antes de serem fixadas por escrito, funcionavam como memória genealógica e social, consolidando a identidade de um povo que havia se aventurado por mares desconhecidos para ocupar uma ilha inóspita e, posteriormente, explorar terras ainda mais distantes, como a Groenlândia e a Vinlândia (atual Terra Nova), sintetizando assim os valores de pioneirismo e bravura que definiam aquela sociedade. (Le Goff, 2013, p. 131)

Tecendo o paralelo, embora em contexto histórico radicalmente distinto, as narrativas sobre os pioneiros do Oeste paranaense também constroem uma figura heroica associada ao desbravamento e à fundação das novas comunidades. Diferentemente dos heróis islandeses, cuja coragem se expressava em combates e na defesa intransigente da honra familiar (Sørensen, 1992, p. 22), o pioneiro paranaense é celebrado por sua resiliência e capacidade de luta contra o ecúmeno diante da mata densa, das intempéries e do isolamento, transformando a natureza selvagem em espaços cultivados e núcleos urbanos.

O heroísmo, nesse contexto, manifesta-se primordialmente no trabalho árduo, no espírito de coletividade expresso na *ajuda* recíproca e na capacidade de superar adversidades para estabelecer as bases de uma nova sociedade, valores que a memória regional, preservada em relatos orais e as publicações memorialísticas trata como fundadores da identidade local.

A despeito das diferenças estruturais entre esses produtos, ambas as tradições cumprem uma função análoga: tecer uma memória coletiva sobre um período de origem, oferecendo modelos de conduta e legitimando a ocupação territorial. Nas sagas, o pioneirismo está ligado à aventura marítima e à ocupação de uma ilha inóspita, enquanto no Oeste paranaense ele se vincula à integração econômica de um "vazio demográfico".

Em ambos os casos, porém, as narrativas selecionam certos grupos e eventos para celebrar, transformando experiências históricas em epopeias que exaltam a coragem, o sacrifício e a determinação dos que vieram "primeiro", seja nas frias paisagens da Islândia medieval, seja nas matas do Oeste paranaense do século XX.

É precisamente nesse ponto de convergência funcional entre as duas tradições narrativas que se impõe uma questão importante para a análise antropológica e historiográfica: afinal, quem são esses "pioneiros" cuja coragem e sacrifício são celebrados, e quem são aqueles

que permanecem às margens dessas narrativas fundadoras? Tanto nas sagas islandesas quanto nas histórias do oeste paranaense, a construção do herói desbravador opera invariavelmente por meio de um processo de seleção, no qual determinados grupos são alçados à condição de protagonistas da epopeia colonial enquanto outros são coadjuvantes ou mesmo obstáculos a serem superados.

No caso islandês, os povos celtas já estabelecidos na ilha ou os *skrælingar* (como os nórdicos denominaram os povos indígenas encontrados na América do Norte) figuram nas sagas como o "outro" com quem se estabelecem relações de conflito, comércio ou estranhamento, mas nunca como sujeitos plenos de suas próprias histórias. (Smiley, 2000, p. 12) De maneira análoga, a narrativa tradicional sobre a ocupação do Oeste paranaense tendeu a invisibilizar as populações indígenas e caboclas que anteriormente habitavam a região, construindo a imagem de um "vazio demográfico", como já dito, a ser preenchido pelo trabalho heroico dos colonos descendentes de europeus.

Figura 91 – O barro e a dificuldade de locomoção são seguidamente mencionados como desafios da dureza cotidiana. Abaixo, abertura da BR-277 em Medianeira, no ano de 1966, sem asfalto



Fonte: Acervo da Revista Mosaicos

A análise do componente étnico, que inclusive dá título a esta tese, tem por finalidade estabelecer a partir de qual chave de compreensão foi elaborada a concepção de semelhanças e

diferenças, o “nós” e os “outros”. E, se essas pessoas acreditam possuir predicados a mais do que outros grupos, julgam-se detentores de méritos em razão de seu modo de ser, pensar e agir, procurei nessa pesquisa encontrar quais são essas ferramentas do pensamento que moldam a mentalidade colona no recorte proposto. Se a etnicidade emerge e se torna relevante por meio de situações e encontros sociais e pelas maneiras como as pessoas lidam com as demandas e os desafios da vida, creio que a antropologia social encontra-se em uma posição privilegiada, a um tempo ao centro da vida social e fora dele, para investigar esses processos (Eriksen, 1993, p.1).

Novamente, reforçando a autoidentificação no heroísmo das sagas, pode-se elaborar como esse mundo conceitual determinado culturalmente serve de modelo para a interpretação de eventos históricos, ideias sobre conduta humana e instituições sociais, que também são reproduzidas e utilizadas tematicamente por si só. (Sørensen, 1992, p. 31)

A própria narrativa da "saga" colona pode ser vista como uma linha de fuga da realidade anterior, um discurso que criou novas realidades e subjetividades, abrindo possibilidades de ação e pensamento. O Oeste do Paraná, assim, não deve ser visto como um espaço homogêneo, mas como um *rizoma*, um recorte que elabora um plano discursivo de ação, que espraia múltiplas conexões, fluxos e interações entre diferentes culturas, economias e paisagens (Deleuze e Guattari, 1997, p. 14), um lugar que produz colonialismo interno ao Estado nacional brasileiro permanentemente, que abastece o país com um sem-número de “pioneiros” que aonde vão querem ditar as regras, e, de *outsiders* rapidamente se declaram estabelecidos.

4.1 Elaborando as sagas

Em momentos de crise, a necessidade de reelaboração do próprio *self* é uma ferramenta importante para a estruturar novamente a autoimagem danificada. A crise do mercado agropecuário no Oeste do Paraná durante a década de 1990 inseriu-se em um contexto mais amplo de transformações econômicas e políticas que afetaram profundamente o setor agropecuário brasileiro.

Conforme Christoffoli, *et al* (2025, p. 119/122), os anos 1990 foram marcados por uma crise sistêmica na agricultura nacional que levou à bancarrota dezenas de cooperativas agropecuárias, afetando particularmente as regiões de colonização mais recente, onde o modelo cooperativista havia se consolidado como central na organização produtiva desde os tempos do

pioneirismo.

As causas dessa crise foram múltiplas e conjugadas: a abertura comercial acelerada promovida pelo governo Collor expôs os produtores à concorrência internacional sem o devido período de adaptação; o fim dos estoques reguladores e do crédito rural subsidiado desestruturou o planejamento agrícola; e a sobrevalorização cambial do Plano Real tornou os produtos brasileiros menos competitivos no mercado internacional, ao mesmo tempo que facilitava a entrada de importações. A esse cenário somaram-se endividamentos históricos acumulados durante os anos 1980, juros elevados e a eliminação de mecanismos de proteção e financiamento que antes garantiam certa estabilidade ao setor. (Christoffoli, *et al*, 2025, p. 121)

No Oeste paranaense, região caracterizada por pequenas e médias propriedades de base familiar e por um cooperativismo fortemente enraizado entre os colonos, os efeitos da crise foram particularmente dramáticos, não somente na ordem prática, mas também moral. Assim, em um movimento realizado de forma não refletida, mas carregado de intencionalidade prática, trabalhos de resgate da memória dos *pioneiros* e das ‘odisseias’ empreendidas na colonização passaram a ser elaboradas por alguns membros das comunidades locais, como forma de recuperar a autoestima abalada pelos fracassos econômicos.

No aspecto prático, as entidades locais foram observando que os óbitos dos pioneiros já se avizinhavam, pois boa parte deles já passava dos 70 anos. Tratava-se também de uma luta contra o tempo para coletar materiais e os relatos daqueles que estiveram diretamente envolvidos nos expedientes da colonização.

Já listados no Capítulo 2, a partir da análise de alguns desses livros de memórias⁵⁵, foi possível identificar padrões em comum, conforme as descrições abaixo:

Na trilha dos pioneiros, é organizado por Sebastião Francisco da Silva, morador da cidade de Santa Terezinha de Itaipu, com apoio da Prefeitura Municipal. Impresso em uma gráfica particular (Gráfica Elza Ltda), localizada em Foz do Iguaçu, foi publicado no ano de 1995.

O prólogo, escrito pelo autor, ele esclarece: “Em meados de 1994, numa conversa informal com o prefeito José Luiz Dias; disse-me ele da intenção de um trabalho desse gênero,

⁵⁵ Conforme Colombo (2015, p. 35) “A grande maioria desses trabalhos são apoiados, quando não realizados pelas Prefeituras Municipais, dando uma versão oficiosa da colonização do município. São obras que, distribuídas pelas bibliotecas públicas e das escolas da região, se tornam fontes oficiosas de pesquisa para alunos e professores.

e que já havia proposto a vários jornalista (sic) e não encontrara resposta”.

É dividido em onze capítulos, com os seguintes conteúdos: 1. Um pouco de história; 2. Áreas rurais; 3. Principais serrarias e influência na imigração; 4. Áreas suburbanas, chácaras; 5. Populares; 6. Apelidos; 7. Pioneiros em alguns setores; 8. Itaipuenses que perderam a vida na BR 277; 9. Cronologia de chegada de alguns pioneiros; 10. Crônicas itaipuenses; 11. Fotocópias de documentos; e 12. Santo Alberto. Segue-se um índice onomástico, com a identificação do chefe da família, e um índice de fotografias, pois o livro conta com vários registros fotográficos cedidos pela comunidade.

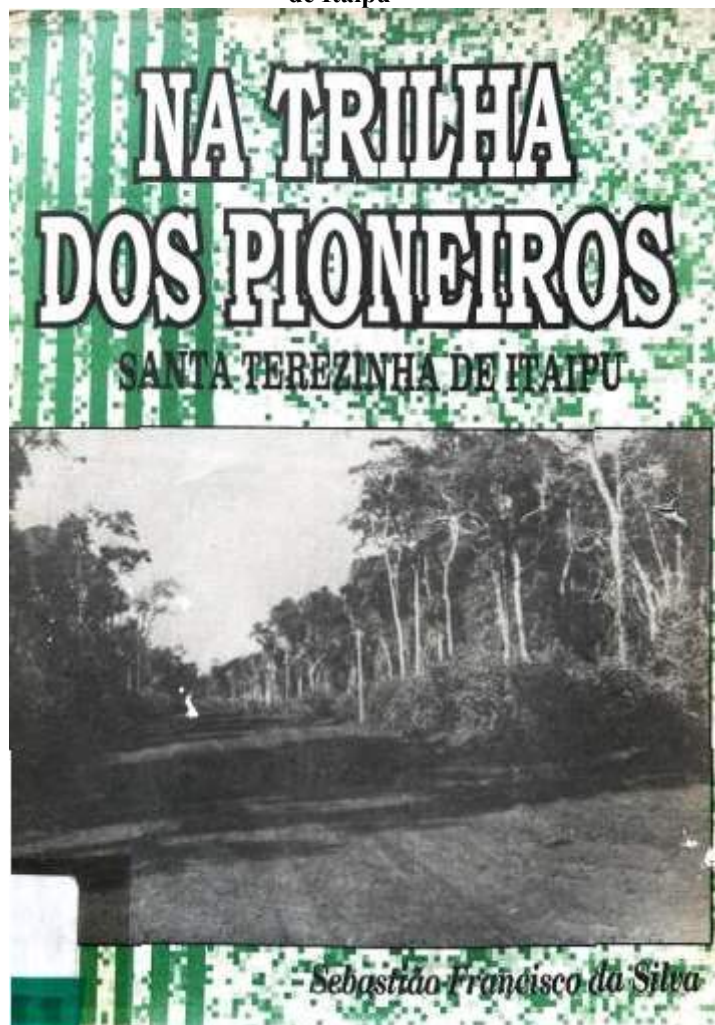
Das 907 famílias e instituições mencionadas, apenas 17 mulheres constam como referência principal, os demais são todos homens os “chefes de família”, sendo casos de: 6 viúvas, que trabalhavam com os filhos; 3 trabalhadoras convidadas para atuarem como empregadas da colonizadora; 4 profissionais da educação; 1 dentista; 1 comerciante (que embora casada, o marido separou e se instalou no Paraguai); e 1 senhora que “adquiriu uma área no Bairro São José, de Pedro Boaroli, e montou uma danceteria com *funções paralelas* que funcionou até 1984”. [Grifo da autora]

Abaixo, um trecho que narra uma curiosa anedota, e ainda que seja em tom cômico, contém sua dose de heroísmo:

Um intruso no pedaço

Por volta de 1954, Davino Simão começou a desmatar sua área na margem do Rio Tamanduá. Conseguiu algumas mudas de capim no Rio Bonito, foi buscar a pé, outro jeito não havia. Vinha tranquilo pela picada no meio do mato com o balaio de mudas quando ouviu algo estranho. Por precaução tratou de subir numa guajuvira e observar o que havia. O intruso, ou o dono do pedaço, nada mais era que uma bela onça que muito calma chegou embaixo da árvore e ficou olhando para cima, como que prelibando a presa. Seu Davino pensou em puxar papo, bom de papo como ele é, mas não adiantou porque o anticristão não entendia sua língua, e com certeza estava mais era para um bom almoço. A única saída foi dar um grito. Mas um grito daqueles como nunca ninguém tinha ouvido na região. Aí sim... o animal sumiu no mato e seu Davino juntou o balaio de mudas e... Pernas prá que te quero. (Silva, 1995, p. 478)

Figura 92 - Capa do livro *Na Trilha dos Pioneiros* - Santa Terezinha de Itaipu



Fonte: Priscila Lini (julho – 2023)

O livro tem um tom bem humorado, abrange grande parte da população, sem fazer tanta distinção em relação à temporalidade da chegada dos pioneiros. O capítulo 10, “Crônicas Itaipuenses” conta vários ‘causos’ e anedotas sobre personalidades da cidade. A capa, em verde, branco e preto, é ilustrada com uma fotografia em preto e branco, datada de 1953, da abertura da BR-277, sentido Foz do Iguaçu.

Resgate da Memória de Medianeira é produzido pela Associação de Professores Aposentados de Medianeira, sob coordenação das professoras aposentadas Elza Lorenzoni Biesdorf e Hildegarte Maria Rohde, e com a contribuição de outras professoras e professores associados, foi viabilizado pela Prefeitura Municipal de Medianeira. Impresso em Curitiba, pela editora do então Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET (atual Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR) e publicado no ano de 1996.

Figura 93 - Festividade de lançamento do livro *Resgate da Memória de Medianeira*. Na fotografia abaixo, as organizadoras Elza Biesdorf e Hildegarte Rohde entregam um exemplar ao pioneiro Pedro Soccol



Fonte: Acervo da Revista Mosaicos

A tiragem de 2000 exemplares também foi distribuída em escolas, bibliotecas, centros de memória e entidades culturais, tanto da cidade como da região. Dividido em seis partes, conta com os depoimentos dos prepostos da Firma Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., o histórico e os mapas da concessão, as etapas da colonização, apresentação e biografia dos primeiros corretores, compradores das terras, cronologia da chegada dos pioneiros, desde maio de 1949, com a chegada da caravana de José Callegari, até maio de 1955, com a chegada do primeiro médico, Dr. Alcebiades Barbosa da Silva. Não constam as razões dessa limitação do lapso de tempo em seis anos.

O livro é bastante rico em documentos, cópias de matrículas, mapas, atas, contratos e registros contábeis, fazendo questão de demonstrar a correção e a organização da Colonizadora, bem como a legalidade dos procedimentos de aquisição. As famílias são identificadas pelo chefe de família – não constam mulheres em nenhum dos casos. Assim como boa parte das publicações dessa natureza, uma fotografia do casal ou da família, a biografia, com o número de filhos tidos pelo casal, e um resumo da história de vida. Mesmo as viúvas são identificadas pelo marido, a exemplo da Sra. Tereza Piva Vendrame, que presta seu depoimento no ano de 1994, sendo que o marido, Artemio Vendrame (que identifica a biografia) já era falecido desde 1965.

O trecho constante da página 33 descreve a *origem das terras*, contudo, não apresenta fontes. É contada uma breve história da região, tendo como ponto inicial a chegada de Álvar Nuñez Cabeza de Vaca às Cataratas do Iguaçu, ainda no século XVI, o que é atribuído pela historiografia como o primeiro contato de um europeu com a região Oeste. O salto cronológico passa para o ano de 1888, com a fundação da colônia militar, retoma a disputa Portugal/Espanha (oficialmente encerrada 111 anos antes, em 1777), e para em seguida descrever a fundação de Foz do Iguaçu em 1914.

A origem das terras

A região de Foz do Iguaçu foi descoberta em 1542, através da expedição colonizadora de Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca, capitão espanhol, que juntamente com toda a sua expedição foi guiado por índios guaranis. A expedição partiu da costa de Santa Catarina em direção à Assunção, atravessando todo o Estado do Paraná, no sentido leste-oeste até as encostas do Rio Paraná, tendo então se deparado com as Cataratas do Iguaçu. Naquela oportunidade foi batizada pelo Capitão espanhol de Cachoeira de Santa Maria. Podemos dizer que a colonização da região deu-se em duas fases distintas. A primeira delas teve início em 1888 e foi marcada pela instalação da Colônia Militar do Iguaçu, o primeiro e mais representativo ato que caracterizou a presença do mundo civilizado. Além de marcar o território que era acirradamente disputado por portugueses e espanhóis, a missão da colônia, fundada então pelos espanhóis, era tomar posse da região e conter os portugueses. A segunda etapa da colonização começou somente em 14 de março de 1914, quando foi criado o município de “Iguassu”, instalado em 10 de junho daquele mesmo ano. A partir daí começaram a chegar os colonizadores, principalmente imigrantes europeus, na sua maioria alemães e italianos, que asseguravam sua fonte de renda através da produção de erva-mate e do corte de madeira, as duas principais atividades econômicas da época. Ao sair de suas regiões em busca de uma vida melhor para si e para seus filhos, o caminho percorrido por esses pioneiros dava sempre em Foz do Iguaçu. (APAM, 1996, p. 33)

É interessante observar que no livro *Projeto Memória São Miguel do Iguaçu – Estórias e História*, que será analisado a seguir, o conteúdo idêntico, inclusive com a cronologia fora de ordem, consta da página 29, também intitulado “A origem das terras”. O mesmo acontece em relação às páginas 35 (livro de Medianeira) e 33 (livro de São Miguel do Iguaçu), que descreve a concessão das terras a Miguel Matte, no começo do século XX.

Assim, podemos verificar que tais artefatos integrantes das pedagogias locais não foram elaborados de maneira isolada, mas em uma certa articulação, demonstrando uma uniformidade discursiva e estética intencional.

O trecho inicial, que mescla elementos descritivos, assim como qualitativos, transmite oficialidade, ao mesmo tempo que mobiliza a “imaginação afetiva” (Anderson, 2008, p. 99) do leitor em nome da inculcação do heroísmo por parte dos pioneiros:

1949

27 de maio – Partiu rumo ao Oeste paranaense uma caravana de 20 homens, estando à frente o Sr. Alfredo Ruaro, representante da Pinho e Terras Ltda, de Curitiba, interessada na venda de uma gleba de terras localizada entre Matelândia e São Miguel do Iguaçu. Os componentes da caravana vinham de vários municípios do Rio Grande do Sul como Bento Gonçalves, Guaporé e Veranópolis. Da caravana fazia parte também José Callegari.

31 de maio – Chegada da caravana a Foz do Iguaçu, via Curitiba.

3 de junho – Reconhecimento das terras pela comitiva. Entrando no mato e localizando as terras entre São Miguel e Matelândia, através de uma picada, pernoitando ao sereno, na Serra do Mico.

4 de junho – Pernoite da caravana ao relento, perto do Rio Ocoy. Chegada à Matelândia.

29 de setembro – Formulação dos Estatutos da Assembleia a organização de uma sociedade por quotas limitadas. (APAM, 1996, p. 37)

Também constam os excertos de diários e notas pessoais, que reforçam a dedicação pessoal e ação de heroísmo desses colonizadores:

Era dia 16 de agosto de 1950, numa manhã bastante fria, de inverno, quando partimos, eu e meu filho Remi Ângelo, com apenas 17 anos de idade, como motorista, sob as lágrimas de minha esposa, pela despedida, para uma viagem tão longa. (...) Entramos pelo *pique* que mal passava o jeep. Com muita dificuldade passamos mais ou menos na metade das terras e paramos logo acima do hoje Rio Alegria, que atravessa a cidade e um brilho de luz nos atraiu para destinar um local onde deveria ser a futura cidade. Antes de chegarmos ao arroio que atravessava a cidade, experimentamos a arma de fogo, quando caiu uma bela jacutinga. Fomos subindo mais um pouco pela picada e paramos aproximadamente onde é a entrada de Medianeira, Avenida Brasília, hoje o viaduto, e no alto de uma frondosa árvore, um bando de papagaios saudava a liberdade. A pedido do meu filho disparei um tiro e dois pereceram. Quando

estávamos procurando a caça nos enfrentamos com uma cascavel, mas sorte nossa que a mesma estava dormindo e foi fácil vencê-la. E eu logo pensei: é sinal que devemos estar preparados a todo instante. Refazendo a coragem, embarcamos no jeep e dirigimos rumo a São Miguel do Iguaçu. Depois para Foz do Iguaçu, onde nos hospedamos no Hotel Cassino, ficando à espera do Senhor Alfredo Ruaro. E com o amigo fomos escolher o local da futura cidade, parando justamente no local onde tínhamos encontrado a cascavel. Neste dia, porém, nada ficou resolvido. Retornamos no dia seguinte ao mesmo recanto, e a ideia: “é aqui que nascerá uma bela cidade”. (Trecho do diário de José Callegari, transcrito. APAM, 1996, p. 59/60)

Figura 94 - Capa do Livro *Resgate da Memória de Medianeira*



Fonte: Priscila Lini (julho-2023)

A capa tem as cores da bandeira do município, com três imagens em preto e branco na parte frontal (uma cena da mata virgem, uma do desmatamento e ‘limpeza’ das terras e uma das primeiras construções edificadas, ilustrando claramente o “progresso”). Na contracapa, fotos da cidade já nos anos 1990: uma lavoura de trigo, um rebanho, uma plantação de milho, a avenida principal, o parque industrial e uma lavoura de soja.

Projeto Memória São Miguel do Iguaçu – Estórias e História foi publicado no ano 2000, e editado com recursos financeiros provenientes da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu, não consta autoria específica ou organizador, apenas “Secretaria Municipal de Cultura e Esportes”. Tampouco consta o nome da editora ou gráfica. A tiragem de 1000 exemplares foi distribuída a escolas da cidade e da região, bibliotecas, centros de memória e às personalidades locais.

É bastante semelhante ao livro elaborado pela associação do município de Medianeira, inclusive com trechos idênticos, o que sugere uma uniformidade estética e discursiva, bem como que essas produções eram lidas, e replicadas, configurando um certo padrão narrativo. Também conta com seções explicativas da origem das terras, a concessão da área, de propriedade de Miguel Matte até a transmissão à Colonizadora Pinho e Terras Ltda, que abriu um núcleo denominado “Colonizadora Gaúcha Ltda”, a origem do nome (com versão oficial e versão “lendária”), as leis de criação, dados da fauna, flora e topografia local, a transcrição do contrato social da Colonizadora Gaúcha.

Segue-se uma descrição dos pioneiros, arrolados por ordem de chegada, desde 16 de março de 1949 a 21 de outubro 1961, ano de emancipação do município, totalizando 189 menções no item “Ordem de chegada dos primeiros moradores de Gaúcha” (185 casais / 2 mulheres solteiras, irmãs/2 homens solteiros).

O livro possui um tom mais comedido, com biografias de uma a duas páginas. Descreve a localidade de origem das famílias, o ponto de instalação em São Miguel do Iguaçu, os filhos tidos pelos casais, todos nominados em ordem de nascimento. Conta com a biografia completa e os depoimentos de Alfredo Paschoal Ruaro, Benvenuto Verona e Arlindo Mosé Cavalca, que narram suas aventuras da colonização em sua própria versão.

A origem do nome da cidade ganha ares fantásticos, através de uma versão “lendária” assim descrita:

A região era habitada por povos hostis que saqueavam e roubavam as famílias que aqui se fixavam. Numa noite de lua cheia, enquanto uma família dava graças pelas ótimas colheitas, fruto do trabalho, os saqueadores apareceram levando tudo que encontraram. Um cavaleiro chamado Miguel, que por ali passava, montando um cavalo branco, sacou seu facão e afugentou o bando. A família correu para agradecer a ajuda, mas não encontrou mais o cavaleiro, só vendo o brilho de seu cavalo por entre as árvores da floresta, dirigindo-se para o Rio Iguaçu. Alguns o idolatram como santo e acreditam ter vindo dali o nome São Miguel do Iguaçu. (SMCE/SMI, 2000, p. 41)

A versão oficial já é mais modesta, e aparentemente, mais plausível:

A denominação São Miguel do Iguaçu origina-se do fato de ser o santo o padroeiro do município e ser a área originalmente denominada “Fazenda São Miguel⁵⁶”. A este nome, para diferenciá-lo de outras localidades e facilitar sua localização, foi acrescido o nome de um acidente geográfico próximo, o Rio Iguaçu e também por ter o mesmo grande parte de sua área limitando com uma das maiores áreas de preservação ambiental, o Parque Nacional do Iguaçu. (SMCE/SMI, 2000, p. 41)

Uma vez que a autoria é incerta, não se pode inferir o perfil do(a)(s) autor(a)(s), tampouco a veracidade dessa versão lendária. Certo é que, o efeito pretendido, é justamente o de atribuir qualidades místicas, que reforcem a narrativa de aventura pioneira. Os valores do esforço (*fruto do trabalho*), a religiosidade da família (*que dava graças pela colheita*), o ‘cavaleiro’ empunhando o ‘facão’ (*a ‘arma’ dos desbravadores*), os ‘povos hostis’ (quem seriam?), todos esses elementos contribuem com a cristalização de conceitos-chave do pioneirismo.

Figura 95 - O filme ‘Lembranças – de Gaúcha a São Miguel do Iguaçu’ foi produzido no ano de 2021 com base no livro *São Miguel do Iguaçu, Estórias e Histórias*, e fez parte das comemorações do aniversário de 60 anos do município.



Fonte: Site Oficial da Prefeitura de São Miguel do Iguaçu

⁵⁶ Provavelmente a denominação da “Fazenda São Miguel” tenha sua razão de ser por escolha de seu então concessionário, Miguel Emídio Matte, cujo contato firmado em 1919 perdurou até sua caducidade, no início de 1939, quando foi revertida ao domínio do Estado do Paraná, conforme o Decreto nº 7.960/1939. O mesmo ocorre com o município de Matelândia, em que as versões sobre a denominação são conflitantes: parte da população credits a alusão ao período da exploração de erva-mate, mas a versão oficial, corroborada pelos acionistas da Companhia Pinho e Terras Ltda., é que em 1950 fundaram a Colonizadora Matelândia e esse nome foi dado em homenagem ao antigo proprietário.

Constam também os mapas, a planta do terreno denominado “Iguaçu”, requerido por Miguel Matte, e que depois foram adquiridos pela Colonizadora Gaúcha, subsidiária da Pinho e Terras. A capa, conta com uma fotografia de um trecho do perímetro urbano de São Miguel do Iguaçu, com a BR 277 sendo aberta, no ano de 1954. No ano de 2021 o livro foi transformado em filme, exibido nas comemorações do aniversário de 50 anos da cidade.

Crônicas do Oeste – História de Pioneiros, foi escrito pelo agrimensor Heitor Lothieu Angeli, foi publicado no ano de 1998, com apoio da Secretaria de Cultura e Turismo de Cascavel. Impresso em Maringá, pela Gráfica Farroupilha, não constam informações sobre tiragem ou ficha catalográfica.

De todos, este é um dos livros de perfil um pouco distinto, que abrange um recorte geográfico um pouco mais amplo – Oeste de Santa Catarina, Sudoeste e Oeste do Paraná – elaborado a partir de memórias de um profissional que trabalhou para várias companhias colonizadoras, na condição de contratado. Uma vez que não foi produzido por entidades vinculadas a órgãos oficiais, possui maior liberdade criativa, não constando fotografias, cópias de documentos ou outros registros visuais, apenas os textos escritos a partir das vivências do próprio autor ou a ele contadas.

Percebe-se seu perfil de busca por prestígio político, por mobilizar redes de contatos e demonstrar possuir bom relacionamento e trânsito entre os atores dos poderes locais. Também é evidente seu perfil conservador, a exemplo da crônica “No tempo e no Espaço”:

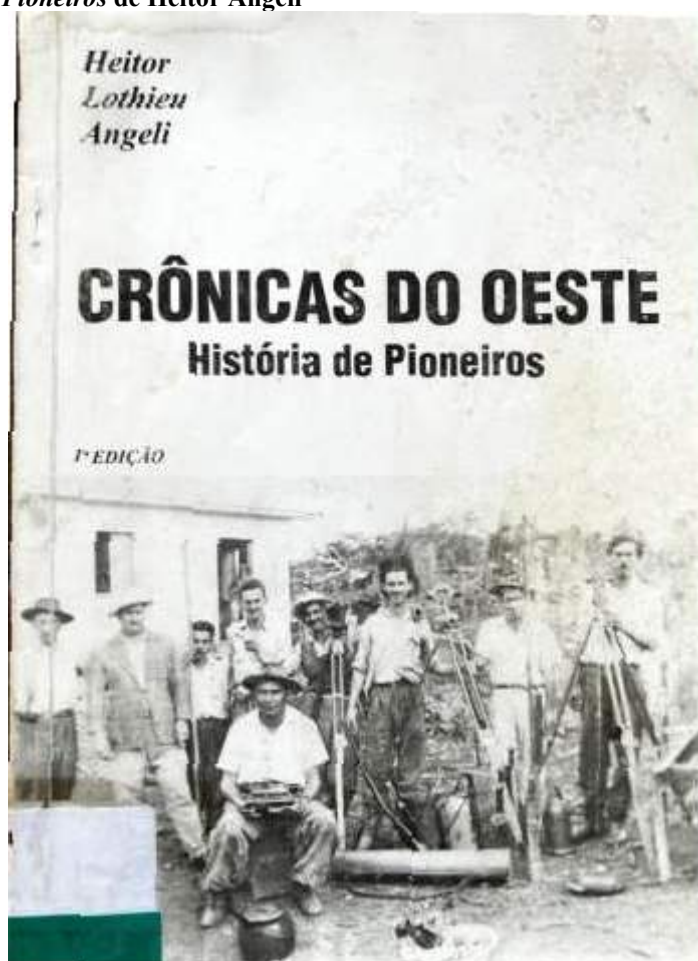
Eu vi Juscelino construir Brasília, e Jânio o substituir para renunciar. Jango assumir e na Central do Brasil cantarem a “internacional”; e vi também Carlos Lacerda na marcha com Deus pela liberdade e os Generais Mourão e Guedes marcharem sobre o rio; eu vi a ascensão de Collor e sua queda. Nunca vi insultar um Ministro, nunca vi invasão de Ministério por uma massa ignara, mas dirigida, com seus bonés agressivos mais parecendo “barretes frígios”, colocando animais na mesa da autoridade, conspurcando fotografias de crianças com deboche e insensibilidade, invadindo propriedades, matando em nome de que? Do caos, da baderna que pretendem implantar? Só nos resta lançar um brado de alerta que terá ressonância nos quatro cantos da Terra: Generais de meu Brasil, salvem nossa Pátria!” (Angeli, 1998, p. 91).

A temporalidade também se estende, com reminiscências desde o período o Território do Iguassú – ao qual era completamente favorável à criação e manutenção – até a década de 1990.

O TERRITÓRIO FEDERAL DO IGUAÇU foi uma espécie de ímã que atraiu muitos pioneiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em busca de terras férteis, ao progresso e a tranquilidade, há mais de duas décadas uns verdadeiros *argonautas* percorreram a enorme distância das serras gaúchas até Santa Catarina a montante de Foz do Iguaçu, do Rio da Prata pelo Paraná (...) A qualidade das terras e as facilidades que o Território propiciava provocou uma forte migração e a esteira dessa fama que muitos empresários e agricultores se transferiram para essa unidade da federação. (Angeli, 1998, p, 150) [Grifo da autora]

Uma vez que não há compromisso formal com a historiografia, o conteúdo assume uma forma muito mais inventiva, podendo ser percebida a sentimentalidade e as preferências do autor, além de sua intenção lisonjeira em relação aos ‘importantes’. As anedotas, quase patuscas, as situações cômicas também humanizam os pioneiros, de maneira a mostrar sua bondade e capacidade de improviso.

Figura 96 - Capa do livro *Crônicas do Oeste - História de Pioneiros* de Heitor Angeli



Fonte: Priscila Lini (julho – 2023)

A capa, em preto e branco, é ilustrada com uma fotografia da equipe de operadores da “turma” de Heitor Angeli, ao concluir uma medição no Oeste, exibindo orgulhosos seus instrumentos de trabalho, em que a imagética constrói o senso de aventura, solidariedade e desprendimento da equipe, bem como a dimensão que se apresenta como técnica e supostamente “rigorosa” do trabalho das colonizadoras no trato com as terras, base do estabelecimento dos colonos. O livro, embora tenha cunho literário e meramente recreativo, circula nos mesmos ambientes dos demais: escolas, bibliotecas públicas, centros culturais e espaços de memória, de forma que também integra o repertório das pedagogias locais.

Há vários outros livros dessa natureza, mais que um por cidade. Os acima descritos foram escolhidos para uma análise de caráter mais ilustrativo das histórias contadas sobre os pioneiros que desbravaram o oeste paranaense – agricultores que migraram do Sul do país na metade do século XX para abrir fazendas em regiões de mata fechada – que também constroem uma imagem de coragem e sacrifício fundador. Em ambas as tradições, o heroísmo não está apenas na capacidade de superar obstáculos físicos, mas também na resiliência para recomeçar a vida em território estranho, estabelecendo as bases para as gerações futuras.

A memória coletiva, ao evocar figuras como as dos primeiros colonizadores, opera um trabalho simbólico homólogo ao das sagas: fixar no tempo as narrativas de exemplos de conduta, valores de trabalho e abnegação que servem como valores referenciais identitários para a comunidade. Minha aproximação intelectual entre sagas e o padrão narrativo que emerge desse tipo de registro textual busca fornecer pistas também às ‘sagas’ sobre os pioneiros do oeste paranaense: ao contar suas histórias como epopeias de superação: a abertura de picadas na floresta, a construção das primeiras casas, o enfrentamento das intempéries; a comunidade realiza um trabalho similar, transfigurando a experiência muitas vezes dura e prosaica da colonização em uma *odisseia* fundadora⁵⁷.

Esse paralelo com a Odisseia de Homero é aqui particularmente acionado, pois assim

⁵⁷ Inspiro-me aqui em “Malinowski [que] estabelecia uma ponte cultural imediata com seus leitores, enquadrando as arriscadas expedições marítimas dos trobriandeses não como uma atividade exótica e primitiva, mas como uma epopeia comparável às grandes narrativas de aventura do Ocidente”. (Peirano, 2022, s.p.) ao evocar os exploradores da mitologia grega que viajaram na nau Argo em busca do Velocino de Ouro. Ele compreendeu que, para além da descrição objetiva do sistema de trocas *kula*, era necessário captar o “espírito” dos nativos, e a metáfora dos argonautas serviu precisamente para comunicar a complexidade e a grandiosidade de suas expedições marítimas. (Peirano, 2022, s.p.)

como Ulisses leva dez anos para retornar a Ítaca, enfrentando ciclopes, feiticeiras e tempestades, os pioneiros também enfrentaram seus próprios obstáculos, a terra desconhecida, o isolamento e a falta de infraestrutura, em uma jornada que, embora geograficamente distinta, partilhava da mesma dimensão de prova existencial. Na definição de Arlene Renk, a condição de colono-proprietário, de origem, esteve próxima a uma *sociodicéia*, ou seja, na justificativa de sua situação, avaliada positivamente. A detenção de virtudes étnicas, originárias e consanguíneas, que enaltecia a liberdade decorrente da condição de colono, em oposição aos demais ofícios laborativos, principalmente ao assalariamento. (1998, p. 7)

A palavra que passou a designar uma viagem longa e atribulada, aplica-se por analogia à experiência desses pioneiros, cujas trajetórias individuais, quando agregadas pela memória coletiva, constituem a *saga* de um conjunto de pessoas que fez do deslocamento sua forma de estar no mundo, articulando a materialidade da sobrevivência com a esfera simbólica do heroísmo fundador. E para que essas histórias mantenham seu núcleo agregador e sua capacidade mobilizadora, são necessários ‘Snorris,’ ‘Ulisses’ e ‘Jasões’, ou seja, heróis nomináveis, dotados de virtudes e qualidades especiais, que os capacitam para liderar seus aliados para os grandes trabalhos para os quais foram designados.

4.2 As personagens, de ontem e de hoje

Ao folhear esses repositórios de memórias, ou mais recentemente acessar os sites oficiais de prefeituras e outras entidades⁵⁸, é possível encontrar um padrão: eles iniciam com a descrição das terras e o processo dominial, atribuindo legitimidade e afastando questionamentos em relação aos conflitos agrários e os meandros de legitimação⁵⁹. Mostram, assim, os mapeamentos elaborados por agrimensores, plantas do fracionamento para a comercialização dos lotes e glebas, recibos de compra e venda e matrículas. A capa de Angeli é um bom sinal deste movimento narrativo, que funda a legalidade da ocupação territorial, numa forma de

⁵⁸ Não raro, clubes de serviço (Lions, Rotary, Câmara Juniors), empresas, associações e cooperativas adicionam em seus materiais institucionais, impressos ou *on-line* informações memorialísticas sobre o contexto de fundação dos municípios e biografias de pioneiros e pessoas consideradas importantes.

⁵⁹ As memórias públicas de Toledo enfatizam o surgimento do município a partir da obra colonizadora de uma imobiliária privada, a Maripá. Um dos grandes ufanismos contidos nessas memórias se projeta sobre a legalidade das terras adquiridas e revendidas pela empresa, fator responsável por uma suposta ausência de conflitos na formação histórica do local. Entretanto, é preciso ressaltar que o município de Toledo também é composto por áreas de posses, cuja titularidade era nebulosa até sua regularização. (Langaro, 2022, p. 44)

resposta implícita às acusações de espoliação fundiária.

Em seguida, cópias e transcrições dos contratos sociais e a organização das Companhias Colonizadoras e suas subsidiárias, e demais expedientes constitutivos. Mas o ponto alto desses livros são as biografias e os depoimentos, que se iniciam com os *pioneiros* responsáveis por organizar o escritório e o aparato da colonizadora em cada novo espaço escolhido, seguindo pelas famílias, geralmente listadas na publicação por ordem de chegada.

Abaixo, alguns trechos dessas biografias:

Tarefa heroica. Precisávamos de homens *destemidos*, famílias com *fé* e decididas a *vencer a natureza inóspita*, onde os maiores inimigos eram os mosquitos, os carrapatos, as abelhas, as moscas e uma infinita coleção de outros insetos. O sol abrasador, a umidade excessiva, os outros sem número de bichos e, no mato, o medo latente das cascavéis, urutus ou, após uma chuva, as pegadas de onças. O insuficiente abastecimento de gêneros alimentícios, a preocupação com as doenças, um clima desconhecido, a falta de *assistência espiritual*, tão do *agrado do agricultor*. Nos despimos de nossos conceitos de vida e aplicamos a terapêutica adaptável ao novo meio. (Relato biográfico de Pedro Soccol, no livro “Resgate da Memória de Medianeira” – APAM, 1996, p. 52)

[Willy Barth] *mudou a feição* da incipiente colonização e da nascente cidade. Organizou a exportação de madeiras, estimulou a instalação de novas indústrias, casas comerciais e de prestação de serviços: como serrarias, fundições, cerâmicas, marcenarias, oficinas mecânicas, moinhos, fábricas de bebidas, alfaiatarias, sapatarias, ferrarias, gabinetes dentários, hotéis entre outros estabelecimentos. (Barbieri, 1999, s.p.)

Benvenuto só trouxe a família em 13 de junho de 1951, numa viagem de caminhão, com a mudança. A viagem durou vários dias, passando eles pelo Rio Iguaçu, em Pato Branco, Laranjeiras do Sul, Cascavel, Matelândia e Medianeira até Gaúcha, onde chegaram ao anoitecer (...) Benvenuto chegou a capturar uma jaguatirica no quintal de casa. A *solidariedade e o amor ao próximo* marcaram o casal, sempre *disposto a ajudar* quem necessitasse, *não medindo esforços, custos ou hora para estender a mão para dar apoio, tanto material quanto espiritual*. Benvenuto, por várias vezes transportou em seus carros, sem nada cobrar, pessoas doentes ou que precisassem ir para cidades próximas, ajudando com pagamento de despesas médicas, comprando remédios e até alimentos que eram doados para famílias carentes. (Biografia de Benvenuto Verona e Orlandina Colussi Verona, no livro “Projeto Memória São Miguel do Iguaçu – Estórias e História” – SMCE/SMI, 2000, p. 77)

Os pioneiros, assim, estavam imbuídos não somente do papel de operacionalizar o acesso às terras adquiridas, mas também de uma função precípua de aconselhamento moral e até mesmo *espiritual*. Nessas narrativas, a atribuição de capacidades quase sacerdotais, de uma sabedoria que combinava engenhosidade, desprendimento e fé cristã, é apresentada como lhes

lhes proporcionando a atração dos novos colonos em uma dimensão à beira da pastoral, direcionando os comportamentos em arranjos de ajuda e dívidas de gratidão (nas caronas para atendimento médico, remédios, auxílio para o estabelecimento de comércios).

Figura 97 - Pioneiros das famílias Maggi e Ghelere, em São Miguel do Iguaçu



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal

A postura de poder misturava a ostentação de prosperidade material (desfrutar de boas refeições, possuir automóveis, botas de qualidade, a hospedagem em hotéis confortáveis e viagens de avião), à simplicidade e capacidade de manter ‘o pé no chão’ (nada de roupas de alfaiataria, sapatos engraxados ou acessórios desnecessários). A *hexis* corporal do colono pioneiro, em suas representações fotográficas, mostra quase sempre uma atitude ativa, orgulhosa do espaço que ocupa.

Desta maneira, a figura de inspiração de ascensão social estava presente, angariando admiração e simpatia comunitária, construindo alianças duradouras e pactos (expressos e tácitos) de solidariedade. Contudo, mantinha-se a equidistância exata para não precisarem se expor às agruras e dificuldades cotidianas enfrentadas pelos colonos não capitalizados.

Eu não sei quantas vezes o Barth e o Ruaro foram convidados pra ser testemunha de casamento. E olha que nem sempre eles iam nos batizados e

nas festas, davam uma desculpa educada, mandavam um bom presente, mas não recusavam, porque convite para padrinho, seja de criança ou de casamento, não se recusa né? Até porque tinha parte que era luterano, parte que era católico. Criança mesmo, teve uma *safrá* de piazinho chamado Willy em Toledo e em [Marchal Cândido] Rondon uma época, alguns em homenagem a ele, outros porque os pais achavam que era nome de gente importante, que poderia dar sorte na vida. Agora eles já são tudo homem feito, de meia idade, acho que não deram tão certo quanto o Willy *original*. (Interlocutor 30, 91 anos) [Grifo da autora]

A fim de manter a permanência de tais discursos, mesmo após o óbito desses *pioneiros* as escritas são reavivadas, inclusive adicionadas de teor altamente laudatório. Ou, cunham-se narrativas que, conforme Schmidt (2002, p. 45), revelam um “tom poético, caracterizando ainda mais esse personagem como lembrança que se mostra enquanto momento de luta e que, com sua morte, transcende a vida física, por estar relacionado a um período que se identifica com o ‘Jardim do Éden’”.

Desde criança, o gaúcho Alfredo Paschoal Ruaro decidiu conservar *costumes típicos da cultura italiana*, hábitos alimentares do país europeu e o *dialeto vêneto*. Costumava cantar músicas populares usando o dialeto sempre que a família se reunia. Nos momentos de folga, seu passatempo era jogar canastra ou bocha e *sempre fez questão de demonstrar a fé de um cristão convicto*. Aos 21 anos, em 1935, casou-se com Ignez Zaniol, com quem teve sete filhos. Da pacata cidade de São Marcos (RS), sua terra natal, mudou-se para Farroupilha (RS) onde montou um estabelecimento comercial, a Alfredo Ruaro & Cia. Foi na nova cidade que conheceu o caixeiro-viajante Willy Barth, que representava atacadistas de Porto Alegre. Barth o convidou para fazer vendas em cidades e vilarejos do Oeste de Santa Catarina e ele aceitou o novo desafio. Seu contato com os colonos que o procuravam na loja de Farroupilha possibilitou conquistar novos interessados em comprar terras no estado vizinho. Lá conheceu Alberto Dalcanele que o convidou para formar uma nova empresa visando à compra da Fazenda Britânia. Com o apoio financeiro dos comerciantes amigos de Porto Alegre foi fundada a empresa Maripá. Em março de 1946 levava ao arroio Toledo a primeira equipe de desbravadores, tendo como braço direito seu irmão Zulmiro. Assim nascia a cidade de Toledo, um dos mais importantes municípios do Oeste paranaense. Para chegar ao Oeste do Paraná, o grupo de colonizadores levou 30 dias, numa viagem de 700 quilômetros entre Farroupilha e Cascavel. Levavam mais nove até Pouso Toledo. *O início foi muito difícil*. Longe da família, do conforto, sem comunicação alguma, trabalhavam abrindo a mata virgem e eram atacados por carrapatos e nuvens de mosquitos o tempo todo. Muitos não aguentaram e voltaram ao Sul. Aos poucos a pequena vila prosperou. *Alfredo e Barth, no trabalho de colonizador e fundador de cidades, basearam-se no tripé igreja, escola e hospital*. Eram os elementos necessários para fixar as famílias de novos moradores. *Após três anos à frente da Maripá cuidando do crescimento de Toledo, Alfredo partiu para uma nova empreitada. Através da firma Pinho & Terras, junto com seus sócios, fundou e deu início à infraestrutura das cidades de Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Palotina*. A forma adotada na colonização do Oeste do

Paraná foi muito bem sucedida e elogiada até por organismos internacionais. Para desenvolver a região, procurou instalar indústrias que valorizassem a matéria-prima existente. Madeireiras, beneficiamento de café, indústria de óleo de soja, frigorífico, fábrica de rações e moinhos. (...) Em 2013 houve uma grande festa pelo aniversário de 100 anos de Alfredo. Nesta ocasião reuniram-se todos os seus descendentes, parentes e amigos, que vieram de várias partes do Brasil e do exterior. “Ele foi acima de tudo um homem de muita fé e determinação”, frisa o filho Cláudio. Faleceu no dia 3 de outubro de 2015, aos 102 anos, *em seu apartamento em Camboriú* devido a uma insuficiência respiratória. Foi sepultado no Cemitério Parque Iguaçu, em Curitiba. Deixou os filhos Maria Terezinha, Cláudio, Roberto, Ana Maria e Ivete Maria, além de 20 netos e 26 bisnetos. (Obituário de Alfredo Paschoal Ruaro – Jornal Gazeta do Povo, 2015) [Grifos da autora]

É possível perceber como o obituário de Alfredo Ruaro aglutina vários desses elementos discursivos: a origem *eurobrasileira*, o tino prático e afeição ao trabalho, a conjugalidade estabelecida na juventude, que o tornou patriarca de uma família de sete filhos, a fé cristã, a sociedade estabelecida com pessoas de mesmo perfil, as características de heroísmo e o caráter desbravador. O fim pacífico, cercado pela numerosa família, em idade avançada, demonstra um merecido e honroso descanso.

Quando as circunstâncias do óbito foram inesperadas, a mitificação foi elaborada em outro caráter. Por exemplo, Willy Barth, que faleceu repentinamente de um ataque cardíaco durante um comício político de sua disputa a uma vaga para o Senado, no ano de 1962. A versão amplamente divulgada pela imprensa local e pelas classes políticas da época, associam seu óbito à luta pela região, um pioneiro que “oferece sua vida como forma de demonstrar seu amor pela região Oeste paranaense.” (Schmidt, 2002, p.40)

Para consolo de sua viúva, Da. Diva Paim Barth, dama estoica, que renunciou à vida do esposo em favor da terra toledana, foi dito a ela que Willy Barth morrera ‘como um passarinho’. Foi uma piedosa mentira da história. É preciso retificá-la. Willy Barth morreu urrando de dor. O guerreiro, que não queria e não podia morrer, enfrentava, aos berros, a Morte, que não temia. E o povo chorou-o. (Jornal A Voz do Oeste, 1971)

Certo é que essas ações contribuíram e ainda contribuem na formação das mentalidades⁶⁰ e da reprodução dos discursos de valorização do colono, e principalmente do

⁶⁰ “Antes de mais, a definição da palavra: «a mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate "de um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens do seu tempo” ou então “o nível da história das mentalidades é o do quotidiano e do automático, é aquilo que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador do conteúdo impessoal do seu pensamento” (ambas as definições são de J. Le Goff). É assim *constituído* como objeto histórico fundamental *algo* que é exatamente o contrário do objeto da história intelectual clássica, a ideia, construção consciente de um espírito individual,

pioneiro. Mantêm a comunidade engajada em seus mitos de origem, e reforça os pertencimentos de ordem étnica, garantindo a continuidade dos planos de colonização permanente e as alianças que enevoam as diferenças de classe em nome de semelhanças de outra ordem, muitas delas mais imaginadas do que reais.

Figura 98 - Willy Barth, no ano de 1949



Fonte: Acervo de Honório Fornazzari

E como demonstrar essas alianças? Como mencionado, a condição étnica é a chave discursiva empregada para criar identificação e coesão social, ainda que não pertencimento de classe. No campo de disputa pelo poder e pelos acessos, o estereótipo fenotípico é de enorme relevância. Quanto mais claros os cabelos, a pele e os olhos, quanto mais elevada a estatura, maiores as chances, nas narrativas colonas, de se aliar sucesso e prestígio. O conteúdo desses livros de memórias consolida esse argumento:

opõe-se, passo a passo, à mentalidade sempre coletiva que rege as representações e juízos dos sujeitos sociais, sem que estes o saibam: A relação entre a consciência e o pensamento é colocada de uma forma nova, próxima da dos sociólogos da tradição *durkheimiana*, pondo em relevo os esquemas ou os conteúdos de pensamento que, embora enunciados sobre o modo do individual, são de fato os condicionamentos não conscientes e interiorizados que fazem com que um grupo ou uma sociedade partilhe, sem que seja necessário explicitá-los, um sistema de representações e um sistema de valores. (Chartier, 2002, p. 41)

O rapaz alto, loiro, porte atlético, usando calça jeans e blusa vermelha, uma maleta na mão, desembarcou na rodoviária de Matelândia e se dirigiu ao dono do bar anexo à mesma, Silvestre Labiack, com um papel na mão. Depois de ler o conteúdo, pediu informação:

- Eu preciso falar com o senhor José de Lara, na Bovesa, o senhor pode me informar onde é?
- Ali na estrada, no alto daquele morro, é uma máquina de café e cerealista, agora ele está trabalhando. Você o conhece?
- Não, só tenho informação que ele pode me arranjar emprego, pois eu vim trabalhar aqui – disse o moço. (Angeli, 1998, p. 123)

Não somente a questão econômica demonstra um pertencimento, mas o critério étnico se faz constantemente presente. Entre os pares, ou mesmo entre uma cidade e outra, marcadores de diferença são fartamente empregados: Pato Bragado é dos “polacos”, já Marechal Cândido Rondon e Missal, da “alemoada”. Em Matelândia e Medianeira, predomina a “italianada”.

As identidades pessoais estão intimamente ligadas aos processos políticos e, como é amplamente sabido, essas identidades sociais não são dadas de uma vez por todas, mas são permanentemente negociadas (Eriksen, 1993, p. 3). Em nome de uma unidade, os elementos de similitude são evocados, na noção de que, de alguma maneira, todos têm raízes europeias. Assim, gozam de um capital simbólico de ordem intelectual, moral e estética. Como mencionou o Interlocutor 12, 48 anos: “De algum jeito nós sabemos que somos uma gente diferente, mais disposta, até mais bem-apanhada. Olha a mulherada daqui! Tem mais bonita? Parecem aquelas modelos das revistas. Não é assim no resto do Brasil, pode ver.”

A pretensa superioridade étnica e estética dos colonos do Oeste do Paraná não foi um acidente, mas um projeto político, que se articulou através de mecanismos materiais e simbólicos. O resultado foi uma identidade artificialmente europeizada, que serviu tanto para legitimar a dominação econômica quanto para apagar a presença histórica de quem já ocupava a região.

Esse pertencimento se aplica a uma lógica ampla, que combina corporalidade e sociabilidade. A etnicidade como marcador de diferença sugere uma situação dinâmica de contato variável e mútua acomodação entre grupos. (Eriksen, 1993, p.4/7/9) Elementos como a superioridade estética – obviamente aos olhos dos atores – se torna sinônimo de superioridade moral, voltada ao trabalho, à disciplina e a competência:

Aqui a gente gosta de trabalhar, arregaça as mangas, quer progredir. Vadio aqui não se cria. Mesmo a pessoa pobre é digna, sabe seu lugar. Até lá nas casinhas simples do BNH, é aquele capricho, plantam uma florzinha, lavam

bem a calçada. Tem até o ditado: Quer uma ‘tata’⁶¹ boa? Contrata uma alemoa! Porque olha, é difícil pra bater uma delas em serviço assim, são uns trator, limpam com gosto, como se a casa fosse delas. Até ‘desceu’ um povo pra cá, gente que veio pra arranjar serviço na [Cooperativa Agroindustrial] Lar [frigorífico de abate de aves], pessoas ‘de cor’. Algumas têm boa vontade e tal, mas falta essa coisa do sangue, da origem, se ser trabalhadeira desde berço. Tem que ensinar tudo, não têm iniciativa, não sabem cuidar das coisas, e ainda vão ficando folgadas com o passar do tempo, volta e meia uma vai lá e mete os patrões ‘no pau’ pedindo os direitos delas. Aí não sabem porque não sobem na vida, né? (Interlocutora 13, 62 anos)

A pessoa “de cor” – o emprego dos termos negro, preto ou pardo não aparece entre os interlocutores em momento algum, pois lhes soa ofensiva – até tem um potencial de bem trabalhar, basta se dedicar, mas jamais chegará às posições de chefia ou à condição de proprietário. A atribuição ao “sangue” e a características genéticas, apreendidas através de suas manifestações fenotípicas é, na maioria das vezes o argumento justificador, simplista e sem quaisquer avaliações conjunturais de causa/efeito, que permanece imbricado nas concepções raciológicas do século XIX.

O diferente, o “outro”, o “misturado” ou o “que desceu” jamais se iguala ao descendente de imigrante, cuja própria condição de nascimento e pertencimento explica seu arrojo e seu ímpeto ao trabalho. Uma posição ideológica contrária à sua, chamado, portanto, o discurso-outro de forma explícita, coloca em circulação saberes próprios da não-aceitação de pressupostos contrários à sua posição. (Lima e Vinhas, 2018, p. 192)

A apropriação dos saberes camponeses, de elemento ensejador de humildade se converteu em orgulho e pertencimento. Dentro da tríade de valores morais e racionalidades, terra-trabalho-família, o elemento trabalho se apresentou, em destaque, como mecanismo de distinção entre os migrantes do Sul e os “outros”. (Desconsi, 2011, p. 112) Saber como trabalhar, como dominar a natureza, e fazer isso com planejamento, em um espaço que, ainda que modesto, seja de sua titularidade, é diferencial em relação aos demais, automaticamente relegados à categoria de inferiores.

⁶¹ “Tata” é a maneira como são denominadas as empregadas, babás ou irmãs mais velhas em espaços de colonização sulista, moças ou mulheres que, na condição de empregadas domésticas ou mesmo no âmbito do cuidado familiar não remunerado, cuidam dos afazeres domésticos, das crianças e de tarefas cotidianas como levá-las à escola. (Nota da autora)

Figura 99 – As fotografias e representações dos colonos pioneiros costumam recorrer às analogias do domínio da natureza e da coragem. Abaixo, foto de um caminhão carregado de toras de canafistula, na cidade de Missal, década de 1970



Fonte: Acervo da Família Kist

Nos aspectos autorreferenciais, a expressão qualificadora “capricho” aparece muito nos discursos dos interlocutores. Que fazem as coisas com *capricho*, que são *caprichosos*, ou que fazem questão de deixar tudo *caprichado*. A noção de minúcia, do fazer bem-feito, inclusive, tem classificações entre as próprias origens de imigração: o italiano é caprichoso, mas mais ‘faceiro’, mais espontâneo; o ‘polaco’ é mais rude, mas ainda assim caprichoso e dedicado; já os germânicos são associados ao extremo perfeccionismo, ao método e ao senso prático, porém, teimosos e autocentrados⁶².

Teve muita tentativa de colonizar aqui antes, contavam muitas coisas pra nós, principalmente o pessoal que tinha se instalado lá *na Foz*, uns vinte ou trinta anos antes que nós. Que teve o tempo do Exército, teve a empreitada de uns

⁶² A superioridade do trabalho alemão fica, pois, vinculada à “particularidade, ao “caráter” e à “herança cultural” do povo alemão, trazidas e mantidas pelos imigrantes – e às quais estes devem seu “êxito econômico”, sua “força vital” (...) Neste nível de discussão, a categoria “(luso) brasileiro” é definida negativamente e em oposição à categoria teuto-brasileiro – tendo como ponto de referência comparativo o “trabalho alemão”. (Seyferth, 1982, p. 14)

colonos das famílias mais antigas, como os Dotto, os Bortolini, os Engel e os Ridsen, que passaram poucas e boas, meu Deus. Mas quem veio com a receita certa foi o Bath junto com a MARIPÁ, onde era a [Fazenda] Britânia. Onde aquele alemão botava a mão, tudo vingava depressa, coisa impressionante uma gente tão sabida e *caprichosa*. Toledo e [Marechal Cândido] Rondon acabaram sendo o exemplo para as outras, o pessoal da Pinho e Terras pegou muito do conhecimento em colonização com a experiência da MARIPÁ. E também eles chamaram gente boa, veio quem tinha força de vontade, ajuizados, regrados na vida. Alemão é *bicho ruim*? É. Mas ninguém fica melhor sendo tratado na moleza, tem que ser meio ruim mesmo. (Interlocutor 28, 87 anos)

Já apropriados de antemão de tais estereótipos, operam com uma categorização dos sujeitos com os quais se relacionam dando sempre preferência àqueles que encontram maior similitude. Neste modo de pensar, as alianças são estabelecidas entre os conhecidos, os que possuem uma origem e uma trajetória comum: há sempre a suspeita de que os estranhos tenham motivos ocultos, e a única maneira de garantir que não haja perigos inerentes a uma pessoa é sabendo *quem ela é*.

Para sabê-lo, essa pessoa deve se ajustar aos controles locais efetivos e ser enquadrável nessa classificação de base étnica, de modo a que se houver transgressões ou traição da confiança, será forçada a prestar contas. Quem escapa ao controle não merece lealdade, e é melhor que o estimulem a seguir o seu caminho.

Ah, funcionário é complicado mesmo. A gente acaba contratando quem é mais ou menos parecido com nós, porque já sabe nosso ritmo. Não é por preconceito de raça, coisa e tal, porque a pessoa de cor quando quer também é dedicada, acho que de cor mesmo, dos mais escuros, são bons de serviço sim. Mas aí vem uma leva meio misturada, meio ‘vida boa’, que não quer nada com nada, fica com cara de pamonha, mexendo no *zap*, olhando pras paredes, e serviço? Nada. Então acaba que vamos preferindo chamar quem é mais desse meio mesmo, que sabe como as coisas funcionam, que os conhecidos indiquem. Gente estranha gosta de uma arruaça, né? Eu prefiro não arriscar. (Interlocutora 14, 58 anos)

Esta é, portanto, uma sociedade relativamente fechada. A interação com estranhos é mantida ao mínimo, e a informação que se proporciona é escassa e estereotipada. O acesso a uma sociedade como essa é difícil para alguém “de fora”. (Berreman, 1980, p. 128) Cada categoria pode ser associada a uma escala de valores distinta. Quanto maiores as diferenças entre esses padrões valorativos, maiores as restrições à interação, pois os status e as situações presentes na totalidade do sistema social que envolvam comportamentos discrepantes com relação às orientações valorativas de uma pessoa devem ser por esta evitados, uma vez que esses

comportamentos sofrerão sanções negativas (Barth, 2000, p. 38). Assim, é possível constatar que o pertencimento a determinado grupo pode manifestar ideia de superioridade do indivíduo e propiciar julgamentos daqueles que considera pertencentes a outros grupos. (Siqueira, 2013, p. 105)

Quando fala assim parece que é ser metido, se achar melhor que os outros. Não é bem isso, é só porque é diferente. Desde quando saíram lá das origens deles, da Itália, da Alemanha, já tinham essa mentalidade de trabalhar e construir, de melhorar a vida pelo trabalho, acordando cedo e dormindo só quando acabava a querosene da lamparina, sem fim de semana, sem feriado. Por onde nossos antepassados estiveram, as coisas só melhoraram, tudo é mais organizado e civilizado. Coisa que vai passando de pai para filho, que não precisa de escola para aprender, por isso que é uma gente muito apegada à família. (Interlocutor 27, 71 anos)

Estabelecer conexões, saber de onde se vem, de qual “linha” provém a família, de que grupo pioneiro fez parte, em que vizinhança da pequena cidade se estabeleceu e com quem fez negócios são critérios fundamentais. Mais do que “mapas”, talvez seja mais preciso falar em “operações de mapeamento” ou em “mapeamentos”, já que não há momentos em que essas relações sejam fixadas oficialmente, mas sim uma espécie de prática permanente de produção de referências mais ou menos contestáveis, que produzem um tipo de autoconhecimento dessa sociedade. Desse modo, cada um possui um conhecimento considerável não só sobre seus parentes como sobre os parentes dos outros. (Comerford, 2003, p. 33)

As exceções concedidas são de ordem prática, na demanda de mão de obra citadina ou rural, na medida em que as atividades foram se complexificando. As pessoas parecem saber exatamente “o que está faltando” e se há uma demanda: por exemplo, de mão de obra na construção civil, se faltam fornecedores de produtos alimentícios, que tipo de serviços a cidade ainda necessita e, associado a isto, o migrante realmente “útil” à cidade. Este fato produz um “chamamento” a determinados “tipos” específicos de migrantes. (Desconsi, 2011, p. 60) Um exemplo, são os funcionários estrangeiros admitidos em linhas de produção de agroindústrias.

Na ordem discursiva, as identidades⁶³ construídas na região, em sua grande maioria, priorizam elementos culturais de origem externa, em detrimento do que se poderia considerar manifestações culturais ligadas aos “brasileiros”.

Não é um fato de ser pobre de recurso, mas pobre de espírito, de falta de querer

⁶³ Numa análise de discurso, o imaginário se institui como um efeito do atravessamento da ideologia. O sujeito se constitui, então, afetado pelo simbólico (inconsciente) e pela ideologia (Lima e Vinas, 2018, p. 187)

progredir. Qualquer coisa reclama, faz corpo mole, qualquer dinheirinho que ganha torra em farra e pinga, pede auxílio do governo, essas baixarias. Italiano e alemão não faz isso, polaco não faz isso, se duvidar começa uma horta no pátio de casa, começa a vender umas verduras, e quando vê já prosperou, já subiu na vida. Eu não vejo isso em outras *raças* não, é uma coisa de sangue mesmo. (Interlocutor 15, 63 anos)

A construção identitária do Oeste Paranaense revela um paradoxo fundamental: a diversidade cultural, longe de fragmentar, torna-se instrumento de unidade (Lima e Vinhas, 2018, p. 186), mas uma unidade seletiva, moldada por mitos de origem europeia e construída contra uma imagem do que seja o “litoral”, o “Brasil de origem ibérica”, a mistura, os afrodescendentes e, muito especialmente os povos indígenas, ocupantes originais das terras tomadas pelas companhias colonizadoras que os estabeleceram.

Os grupos de *remigrantes*, abrangendo essa categoria ‘sulista’, estão construindo sua identidade através da migração, mas levando em consideração os traços comuns que os ligam a seu mito de origem, sempre lembrando a todos que são descendentes de imigrantes. A memória da imigração, lembrada e em larga medida reinventada a partir das manifestações culturais, significa contraste, aí subjacentes as ideias de ‘brasilidade’, mas também de ‘sulismo’. (Haesbaert, 1997)

Somos brasileiros, claro, mas de um Brasil *melhor*, que tivemos a chance de fazer do *nosso jeito*. Eu li uma vez num informativo, não lembro se era da (Cooperativa Agroindustrial) Lar ou do Sicredi, que se fosse só o Sul, a gente teria os índices como os da Europa, ia ser tão desenvolvido quanto eles. Também não temos guerras ou acontecimentos muito graves, tem muita terra e recurso ainda para usar. Quando vamos atrás de novas terras, um pouco a gente quer é levar esse desenvolvimento, esse progresso, esse *jeito certo de fazer as coisas*, para que mais gente possa aproveitar também. Deixa o *país na nossa mão* para você ver só o que ia acontecer em uns dez, vinte anos. Ia ser primeiro mundo! (Interlocutor 6, 74 anos)

Para entendimento de como se construiu a comunidade identitária do Oeste Paranaense, há que se retomar à contextualização histórica de sua formação. A pessoa que nasce ou é definida como *sulista* está assumindo, a princípio, que é integrante de um espaço onde se verifica uma pluralidade cultural. As identidades locais criam uma harmonia imaginada nas comunidades que integram determinadas características comuns. Assim, ser colono do Oeste Paranaense é vivido como estar ligado a tradições culturais *eurobrasileiras*.

A ideia de pertencimento ao grupo, no caso, os que supostamente seguem as tradições italianas, alemãs ou polonesas, é mantida pela ligação da comunidade com as memórias de várias

gerações, em larga medida reprocessadas e atualizadas a cada momento histórico. O ‘colono’ não surge em um momento definido, ele é imaginado, construído, reiterado, mantido, e hoje integra a memória e o imaginário local e regional. Antes mesmo de integrar essa nova comunidade, as tradições culturais já se faziam valorizar nas famílias de migrantes, em suas regiões de origem (Klauck, 2004, p. 49). A composição do cenário, no qual atualmente as pessoas são chamadas ao “resgate das tradições”, deve ser visto a partir da interpretação do passado da colonização, dos anúncios de venda de terras, como também da memória, para que se possa ter um entendimento da unidade identitária pretendida.

Figura 100 - Placa em madeira afixada no salão de danças do CTG Sentinela dos Pampas, no município de Medianeira



Fonte: Priscila Lini (julho – 2023)

A identidade própria não se permite ser ‘corrompida’ pela identidade ‘brasileira’, na qual estariam incluídos outros tipos de determinação via ideologia e cultura (Lima e Vinhas, 2018, p. 187). Essa resistência à assimilação reflete o princípio de que as distinções não dependem da ausência de interação e aceitação sociais, mas, ao contrário, são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos. A interação dentro desses sistemas não leva à sua destruição pela mudança e pela aculturação: as diferenças

culturais persistem pelo próprio contato interétnico, necessariamente contrastivo, e pela óbvia interdependência funcional entre os grupos étnicos. (Barth, 2000, p. 26)

Abordar a construção social do campesinato do Oeste paranaense é, pois, analisar a distinção cultural e econômica presente entre os colonos (descendentes de europeus, italianos, alemães e poloneses, especialmente) e os caboclos ou lavradores nacionais (associados aos indígenas e negros) (Renk, 1995, p. 45). Ao fazer menção a este critério cultural é importante considerar que a questão racial é acionada como critério distintivo de forma eufemizada.

Mesmo assim não pretendo considerá-lo como o único aspecto, mas perceber como ele se associa às dimensões políticas e econômicas que vão construir um “tipo idealizado” e o “tipo indesejado”, compreendendo os modos de vida e as estratégias de produção agrícola desenvolvidos por estes grupos como critérios de diferenciação no processo histórico. (Desconsi, 2011, p. 113)

Tal dinâmica é visível no discurso contraditório do colono: enquanto se afirma superior, também pugna que precisou “conquistar” o que tem – “Ninguém aqui começou de cima, todo mundo comprou uma terrinha e teve que trabalhar” (Interlocutora 20, 71 anos), também revela fraturas em sua autoimagem, como o reconhecimento tácito da sua humildade de origem. Contraditório neste caso é perceber que, mesmo se considerando “superior, mais capacitado”, acusando os outros de “coitados, ignorantes”, o colono acaba também admitindo uma genealogia no campesinato, empregando sua própria ressignificação, a da superação de dificuldades⁶⁴.

Se como Edmund Leach (1996, p. 41/49) afirma que “a classificação é uma pulsão humana (...) sendo que a cultura é um compósito dessas categorias, que resulta em tradição”, então o que vemos na região é a expressão máxima dessa pulsão classificatória, transformada em projeto social. Classificar os grupos como “polacos”, “alemães” ou “italianos” — e, sobretudo, classificá-los em relação a um “nós” superior e a um “eles” inferior (“misturados”, “de cor”, “vida boa”) — é o ato fundador de uma tradição cultural que se alimenta justamente pela tradição inventada dessa hierarquia⁶⁵. Isso produz o passado mítico de coesão, elaborando

⁶⁴ Outra imagem falsa dessa “missão civilizatória” do sulista é a do “Sul-celeiro”, trabalhador, sem terras ociosas, bem expresso em frases como: “Se não fosse a gente, eles [referindo-se aos cariocas] morreriam de fome. É só ver quanta terra têm pra plantar, e eles [estendendo agora para todos os não-gaúchos] não plantam”. (Haesbaert, 1997, p. 17)

⁶⁵ O contraste entre “nós” e os “outros” está inscrito na organização da etnicidade: uma alteridade dos demais que está explicitamente relacionada à asserção de diferenças culturais. Assim, começamos por repensar a cultura, a base a partir da qual emergem os grupos étnicos. (...) . Mais precisamente isso significa que cultura é induzida nas pessoas por meio da experiência — logo, para identificá-la, temos de ser capazes de apontar para essas experiências. Temos também de aceitar as seguintes

uma genealogia do mérito. Ter em sua linha familiar pais ou avós pioneiros, qualifica os sujeitos como transmissores desse legado:

Meu vô chegou aqui, derrubou mato, limpou, construiu uma casa por conta, se ajudando com a mão de obra dos que chegaram na mesma época. Conheceu o Willy Barth em pessoa, o Dalcanalle, o Fontana, todos esses que trouxeram essas coisas boas pra cá: desenvolvimento, progresso, as cidades. Era pessoa boa, rígido, mas muito justo. Quando era hora de festa, era hora de festa. Hora do serviço, hora do serviço. Aconselhava os outros que chegaram mais depois, fez parte do primeiro grupo que se juntou com o Donel e organizou a Cotrefal [Cooperativa Três Fronteiras, atual Cooperativa Lar Agroindustrial]. Muita gente conheceu ele, acho que isso que fez a família conhecida, ter bom nome. Todo mundo confia em nós, e isso é muito bom, a gente consegue negociar bem, consegue parceria, financiamento. (Interlocutor 9, 69 anos)

Os posseiros e os indivíduos descapitalizados de origem distinta aos *eurobrasileiros*, que vieram em um contexto mais solitário, sem uma rede de contatos, ou mesmo em uma tentativa de se estabelecer de maneira informal, são desqualificados. Mas na concepção do grupo, não foram indivíduos rejeitados, eles não possuíam a competência necessária, e, assim, desistiram.

Por outro lado, teve gente que ‘sumiu’, teve gente que não aguentou. Teve muito posseiro malandro ‘picando a mula’. Uns que gostavam de encrenca, que achavam que iam conseguir a terra de graça, na base da malandragem. (Interlocutor 9, 69 anos)

A valoração é estabelecida na força de perseverar, de não se render às dificuldades. Nas biografias descritas nos livros de memórias são vários os trechos nesse sentido.

E a propagação desses valores não ocorreu somente nas relações interpessoais. Os meios de comunicação (jornais, emissoras de rádio, revistas de circulação local) foram economicamente explorados por grupos diretamente envolvidos com a colonização e com

implicações: que a cultura deve ser constantemente gerada pelas experiências por meio das quais se dá o aprendizado. Assim, temos de ter um foco – não para afirmar que a cultura é localizada em algum lugar, mas como uma forma de identificar onde ela está sendo produzida e reproduzida (...) a variação é contínua não no sentido de expressar todas as formas e possuir gradientes uniformes: existem descontinuidades mais ou menos abruptas, e agregados padronizados de algumas ideias compartilhadas ou em contrastes com outros. Ela é então caracterizada por uma continuidade complexa e padronizada. Porém o padrão não é – como ficaria implícito se falássemos em termos de uma multiplicidade de culturas locais – um mosaico de unidades delimitadas e homogêneas internamente. (...) Grupos sociais podem perfeitamente ter fronteiras bem definidas. Um grupo pode ser clara e categoricamente distinto de outro. Um grupo pode também ter uma participação interna uniforme, já que todos que compartilham uma determinada posição possuem direitos e deveres iguais. Além disso, os grupos podem ser estáveis, no sentido que a estrutura do grupo permanece sem mudanças através do tempo por meio de um padrão consistente de recrutamento, apesar da mudança e da substituição de pessoal. Em todos esses aspectos, o social apresenta propriedades distintas do cultural. Viver em comunicação em um lugar onde pessoas vêm e vão, interagem e se misturam com um grau considerável de pluralismo cultural é a condição normal da humanidade. Isso não é o resultado da modernização: todas as grandes civilizações através da história foram certamente caracterizadas por este tipo de pluralismo. A Ásia, a África, o Mediterrâneo, e amplas partes do Novo Mundo antes de Colombo, todos tinham essa característica. (Barth, 2005, p. 16/18)

setores políticos mais reacionários, adquirindo um perfil igualmente conservador. As ferramentas de validação social, de ‘ver e ser visto’ movimentaram um setor de imprensa e comunicação social que reforçava os discursos do senso comum.

Para ter alguma chance, teria que ter as bênçãos da ARENA, porque a partir dos anos 1964 aqui era área de segurança nacional, e os prefeitos eram todos interventores. Então o conteúdo que circulava nos jornais era muito, muito conservador, muito fechado, as notícias eram só falando bem dos *fulanos importantes*, coluna social das *senhoras respeitáveis e suas belas filhas*, e receitas de bolo das “Dicas da Tia Emília”. Só para exemplificar, uma das seções mais ‘animadas’, era o obituário. Os classificados então, eram uma piada. (Interlocutor 33, 82 anos)

O que não significava total conformação e concordância por parte da população dessas localidades:

Quando nós começamos um jornal declaradamente progressista, no começo enfrentamos muito estigma, muito boicote. Mas havia também uma parcela do povo que não tinha onde se expressar, onde recorrer para fazer suas denúncias. Então eu e mais dois colegas, que saímos do [jornal] Hoje Foz, resolvemos começar nosso próprio jornal, no ano de 1980. A região estava efervescente, era a época da construção da Usina de ITAIPU no auge. Até então os jornais eram todos alinhados com a ARENA. E as pessoas ficavam curiosas, queriam comprar, e os anunciantes se deram conta disso, e nos procuravam para anunciar. No ano seguinte já tínhamos vários leitores, e começou uma pressão feroz aos nossos anunciantes, nos ameaçavam de morte. Nossa coluna social começou a mostrar gente mais diversa, dava espaço para divulgar outros divertimentos, os cronistas e colunistas traziam assuntos mais controversos e não tão ‘chapa branca’. (Interlocutor 33, 82 anos)

Também, as instituições de ensino, as agremiações e associações do empresariado local produziam espaços de produção discursiva altamente favorável à ideia da colonização pioneira, uma vez que tais espaços foram ocupados por agentes convidados e aliados por esses próprios agentes, como demonstrado nos Capítulos 2 e 3.

Assim, o “pioneiro” não é um resíduo folclórico do passado. É produto de uma formação discursiva viva, elaborada na confluência entre etnicidade, memória e projeto político. O sucesso material do colono é inextricável de seu mito de origem branco e europeu tal como contraposto a uma imaginação de Brasil “misturado”. E sua resistência em se dissolver numa “brasilidade” mais mestiça e plural, preferindo a identidade “sulista” ou mesmo as fantasias separatistas⁶⁶, revela o último ato dessa disputa simbólica: a luta para manter, no imaginário, as

⁶⁶ “Existe uma voz que agora ressoa no Sul. Soa meio desgarrada e dispersa pelos campos e cidades meridionais do Brasil, através de lideranças locais, e se diz representante de três dos nossos Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que

fronteiras que, no mapa, já estão há muito consolidadas.

Mas, de fato, esses descendentes de ‘colonos pioneiros’ nada mais fazem que seguir o projeto daquele que trouxe seus antepassados ao Brasil: o próprio Estado Nacional brasileiro, que eles em parte renegam. Esse grupo é fruto da teoria do branqueamento, dos preconceitos racistas do XIX e XX, analisados por autores como Giralda Seyferth⁶⁷ e Thomas Skidmore e outros.⁶⁸

Em um projeto de Estado que se reconfigurou a partir da (re)modelação dos sujeitos, contar com essas pessoas como exemplos do individualismo foi fundamental para inculcar as ideias do liberalismo pós-1945, e do neoliberalismo dos anos 1970 em diante. Como demonstra Pierre Bourdieu (1996, p. 91), pensar o Estado envolve utilizar as próprias categorias por ele produzidas. A educação que ele provê, as leis que promulga, os territórios que delimita, tudo isso funciona para gerar as categorias de pensamento que usamos espontaneamente. Nesse sentido, somos pensados por um Estado que acreditamos pensar; e quando se trata dele, “nunca duvidamos demais”.

A elaboração de uma mentalidade de matriz liberal que “basta querer para ter sucesso”, que exime o poder público de seus compromissos com prestações sociais, foi eficazmente direcionada à lealdade entre os pares, dentro dos interesses das elites que ali se estabeleceram. Sobre o contexto de disputas da colonização, Arlene Renk afirma que “a imposição da percepção é objeto de luta, para marcar o seu lugar e o do outro, implicando uma outra categorização. Esta categorização realiza-se, incessantemente, por ocasião das lutas que impõem os agentes sobre o sentido do mundo, de sua identidade social, através das formas de

pleiteiam sua emancipação do país. O projeto é hoje uma instituição privada, com sede, bandeira e até mascote. Alega contar com 30 mil membros e 300 mil simpatizantes. Identifica-se como um movimento pacífico e plebiscitário, cuja proposta é promover estudos sobre as motivações culturais, sociais e políticas que justificam a secessão política e administrativa dos Estados sulinos do resto do Brasil, tal como também se dispõe a apoiar toda pauta separatista de outros Estados ou regiões da Federação. O objetivo da separação é criar uma República Municipalista Parlamentar independente, com sede em Lages (SC), sob gestão dos próprios municípios e dispondo da distribuição de 80% da receita que arrecadar. Sua iniciativa é de 1992, atribuída a Celso Deucher e Adílzio Candorin, aquele jornalista, este historiador e político, ex-prefeito de Laguna (SC). A pretensão do movimento é promover uma consulta popular em toda a região sul (Plebisul), que legitime a pretensão da emancipação de parcela expressiva do território do Brasil, representativa de cerca de 580 mil km² e mais de 21 milhões de eleitores. Os organizadores já promoveram duas consultas populares, a primeira em outubro de 2016 e a segunda no mesmo mês de 2017. O melhor resultado foi a apuração de 616.917 votos, dos quais 590.664 se mostraram favoráveis à partilha, na proporção de 95,74% “sim”, contra 4,26% “não”. O movimento, porém, prossegue, convencido de que ainda vai alcançar o objetivo a que se propôs, à semelhança de tantos outros movimentos separatistas que ocorrem em outras partes do mundo e mesmo no Brasil.” (Pinto, 2018, *on-line*)

⁶⁷ Seyferth, 1993 (1), 1993 (2); 2000; 2016.

⁶⁸ A ideologia assimilacionista, chamada comumente de branqueamento pela elite após 1890, consolidou-se no começo do século XX e continua a ser a ideologia racial predominante no país hoje (Skidmore, 1974, p. 27)

bendizer e maldizer.” (1995, p. 39)

4.3 Conflitos internos, disputas externas

Até aqui a ordem de exposição da pesquisa foi desenvolvida no sentido dos consensos. Mas, e os dissensos? Para além das disputas pela posse da terra, em que duelos desiguais entre os colonos foram travados contra caboclos, posseiros e indígenas, também é preciso considerar a multiplicidade de agentes e de interesses envolvidos, que suscitava rivalidades. Karl Monsma (2015, p. 100), ao tratar das rivalidades que se estabeleceram entre libertos e imigrantes chegados para as regiões de colonização cafeeicultora, demonstra que a construção do racismo entre as novas massas trabalhadoras recém-chegadas foi rapidamente introjetada, demonstrando que desde muito cedo os imigrantes aderiram à violência racial.

As diversidades, que produziram unidade, também foram acionadas para estabelecer limites e hierarquias em determinados campos de disputa. Neste cenário de tantos interesses conflitantes, família, religião e costumes também foram invocados como formas permanentes de produzir e operar submissão.

No Oeste Paranaense, família, moral e religião foram construções sociais ligadas à propriedade e ao poder – o capítulo 3 demonstrou esse ferramental. A imposição de condutas, em um ambiente em que o aparato de repressão oficial não somente era frágil, mas também pouco institucionalizado, contar com imposição estatal de força e ordem era simplesmente ineficaz e irrealista. A solução foi o controle da circulação e das relações interpessoais, pois poder não se mantém somente pela força, mas pela cultura, pelos hábitos e pelo senso comum.

Nos períodos iniciais, a manutenção do colono em permanente preocupação com a obtenção dos meios de vida foi uma das mais eficientes ferramentas desse controle. Estabelecer o trabalho familiar demandava o emprego do *serviço* e da *ajuda*, com pouca obtenção de excedentes. A vida não era necessariamente de penúria, mas também não era de abundância. Ser colono era ser orgulhoso do que *se era* e do que *se tinha*, e não necessariamente do *quanto se tinha*. Por essa razão o pertencimento racial era tão útil, pois os acionistas das companhias e seus prepostos recorriam a essa pertença comum para manter as afinidades e a pacificação.

A Maripá selecionou, primeiramente, colonizadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que eram da segunda, terceira ou quarta geração de descendentes de alemães e italianos. A seleção foi um elemento importante

nesta colonização pioneira. (...) Os descendentes de italianos e alemães, selecionados pela Maripá para colonizar Toledo, tinham tido experiência em pequenas fazendas mistas no sul do Brasil. A Maripá não desejava ter grandes fazendas de monoculturas, nem extremamente pequenas somente para subsistência, como por exemplo, minifúndios ou agricultura camponesa, ambos são sistemas agrícolas tradicionais no Brasil. Este grupo foi a escolha mais lógica para construir uma economia regional forte envolvendo a produção agrícola, serviços e indústrias. A Maripá poderia então esperar lucros a longo prazo assim como a curto prazo, com a venda das terras. (Muller, 1986, p. 92)

Afirmar que eram todos “descendentes de imigrantes” trazia para o familiar algo que era distante em razão da classe. Valorizar o colono e sua família trabalhadora, era assim essencial a esses agentes – muito embora boa parte deles não se estabelecesse em definitivo nessas localidades, tampouco criava vínculos sólidos no entorno, uma vez que preferiam manter-se no conforto das capitais estaduais. Ao mesmo tempo em que havia a necessidade de encontrar semelhanças, as distinções e o prestígio eram fundamentais às suas finalidades.

No colono, essa ambição foi alimentada pelo sentimento de “ser dono”, de deixar um legado. A detenção de uma escritura de terras significava uma dupla qualificação: deter propriedade e deter ofício.

Mesmo quando não era possível garantir propriedade a todos os filhos, o direcionamento deles para uma ocupação como padre ou agrimensor, e no caso das filhas, assegurar um bom casamento, permitiam uma acomodação honrosa no mundo do trabalho. O importante era não ser *peão*. Lembrando que, algumas profissões tinham mais prestígio que outras, trabalhar por si, e para si, era algo que qualificava perante os demais e também importante ao autojulgamento.

Criava-se uma noção de trajetória, de carreira, pois a profissão agia como identificador: um sujeito era conhecido por seu nome de família e por *ser agricultor, criador ou agrimensor* – e isso gerava uma personalidade social, o *self* (Hughes 1951, p. 318). Não deixava ainda de ser uma identidade comunitária: os que plantavam café, os que tinham criação de suínos, os que investiram na avicultura. Sabia-se nome, atividade e localização da propriedade, podendo estabelecer um quadro completo do pertencimento de cada sujeito e sua parentela.

Dessa forma ascensão e mobilidade (ou pelo menos sua perspectiva) eram fundamentais para manter o sistema. Em nível individual, demandava escolhas, êxitos e habilidades, e variava conforme os diversos tipos de ocupação. Famílias dedicadas ao mesmo ramo, poderiam ser aliadas ou rivais. Na indústria artesanal, era comum haver disputas entre as

famílias que abriram olarias, serrarias e moinhos, inclusive gerando atritos entre grupos oriundos de cidades vizinhas.

Figura 101 – O trabalho em família produziu uma constante ocupação dos indivíduos, permanentemente comprometidos em obter o sucesso dessas unidades de produção. Abaixo, a serraria da Família Fabris, em Medianeira, década de 1960



Fonte: Acervo do Jornal Nosso Tempo

O mesmo aconteceu com os frigoríficos e cooperativas – famílias que adquiriram maior projeção recusavam-se a ‘obedecer’ a seus concorrentes, e muitas vezes angariavam adeptos nas comunidades em que exerciam influência, começando um agrupamento próprio. As rivalidades também ocorriam internamente, entre sócios e grupos. Um interlocutor recorda, durante uma de nossas conversas: “Isso foi no tempo que tinha briga da Cotrefal, que deixou de ser Comasil, saiu de Missal e a sede foi para Medianeira. Teve gente que ficou por anos sem se olhar na cara”. (Interlocutor 28, 87 anos)

Até mesmo as versões oficiais admitem tais atritos:

E por falar em Cooperativismo, é importante lembrar que a Lar acompanhou todo o processo de desenvolvimento da nossa amada cidade e também nossa

região, ela foi fundada em 1964, em Missal, por um grupo de 55 agricultores. E se chamava Comasil. Após um período delicado, onde análises feitas pelo Projeto Iguaçu de Cooperativismo, em 1970, concluíram que a Comasil não poderia continuar como estava, com problemas de difícil acesso, falta de infraestrutura e localização, a opção da mudança para Medianeira foi encaminhada e aceita. Em 1973 o número de sócios salta para 1.414, e o grupo passa a se chamar Cotrefal. Durante o período de 1975 até 1980, algumas dificuldades foram enfrentadas como frustração de safras, instabilidade de preços, falência do frigorífico Frimesa e disputas internas pelo poder. Um *caos administrativo se instalou no Grupo Ruaro*, o que levou as lideranças cooperativistas a optar pela aquisição da massa falida do frigorífico Medianeira. Surge então a Central Sudcoop, hoje Frimesa, tendo a Cotrefal como uma das filiadas, no embalo do negócio a Cotrefal compra a Oleolar, e dá início ao ciclo da industrialização e o ponta pé inicial para a marca LAR. O lema da Cooperativa sempre foi “um por todos, todos por um”. Acerca disso, não só em questões econômicas e de produção, a cooperativa sempre esteve preocupada com o fator social, promovendo eventos esportivos, jornais informativos, e no ano de 1983 trouxe a novidade do Supermercado Cotrefal, que hoje é a rede de Supermercados Lar, o mais completo e acessível da nossa cidade. (Site oficial da Cooperativa Agroindustrial Lar)

Tais crises somente arrefeceram a partir das décadas de 1980 e 1990⁶⁹, quando a policultura deu lugar definitivamente à monocultura para exportação – e então, foram necessárias concessões de várias partes, em nome da viabilidade do modelo. Em nível global, o ofício e o *self* dos colonos também tiveram modificações resultantes de mudanças tecnológicas. (Hughes, 1951, p. 319)

Nessas disputas, quais os passos pelos quais tentavam trazer a identificação com o seu modelo desejado e valorizado? O que fazia ser alguém “bem conhecido” ou ter “boa fama”? A exemplo do agricultor, que a depender do lugar, do regime de trabalho, e de domínio da terra e dos meios de produção, pode ser um *caipira*, um *colono*, um *empresário* bem-sucedido ou mesmo um *latifundiário*. Mas quando encontra um denominador comum, “produtor rural” ou, contemporaneamente ser “do agro”, a aposta é que mesmo em ocupações baixas as pessoas têm a pretensão coletiva de dar valor e status ao seu trabalho e suas origens – e isso se opera tanto

⁶⁹ A organização brasileira, que adota como estratégia na década de 1990 o avanço gradativo na industrialização, articulada com a seletividade na composição dos cooperados, priorizando agricultores com áreas maiores de 50 e 100 ha, onde a ampliação e/ou concentração de terras é uma das exigências para a produção rentável dos cultivos agrícolas commoditizados e da tecnologia incrementada ao processo produtivo do novo modelo de produção. Ou seja, configurou-se uma opção pela classe média rural e pela burguesia agrária. Esta estratégia teve a consequente enxurrada de exclusão de pequenos cooperados da cooperativa entre 1988 e 1997, que jogados na marginalidade, no êxodo rural e no desemprego, foram politicamente abandonados pelo cooperativismo empresarial. Percebe-se que a cooperativa mantinha enquanto estratégia a territorialização associada a incorporação/aquisição de outras cooperativas. Sob esta ótica, pode ser considerado uma matriz associativa capitalista, porque, embora o “motor” da expansão fosse o modelo do agronegócio, a cooperativa conservou a característica implícita dos associados. (Azerêdo, *et al*, 2018, p. 145)

entre si quanto em relação ao entorno.

Se antes o colono era humilde e retraído, esquivo quando estava fora de seu lugar de origem, essa ideia de superioridade étnica e seu orgulho em ser “produtor rural” e “alimentar a nação” o redimiui como sujeito, elevando o *self*. (Hughes, 1951, p. 319) A falta de traquejo de um colono, em um hotel a caminho de Curitiba para ‘resolver papeladas’ é contado em tom anedótico no livro de memórias de Heitor Angeli:

Pela manhã pediu chimarrão e sentou-se no saguão do hotel, perto de uma coluna de mármore. Sacou da faca, alisou a palha e foi picando o fumo para o palheiro da manhã; quando veio o chimarrão, já estava com o pito aceso, cruzou a perna, tragou com gosto a fumaça, sorveu o mate, aprovou a erva e... deu uma cusparada para o lado, o que horrorizou o garçom, que rápido limpou e colocou uma escarradeira por perto. (Angeli, 1998, p. 87)

O pacto que estabeleceu com os “grandes”, para participar, ainda que marginalmente, de seus campos de atuação e articulação econômica, ilustra a noção de proteção entre os que se identificam em uma mesma condição de classe, em que os estão em níveis hierárquicos inferiores protegem os superiores de seus próprios erros. (Hughes, 1951, p. 319) Conforme definiu um interlocutor “graúdo ou miúdo, todo mundo foge do Ibama, briga com o Banco do Brasil e passa nervoso pra colher, então *a gente é tudo colono*”⁷⁰. (Interlocutor 23, 79 anos)

Nessa chave discursiva podemos compreender como repercutem as disputas externas, a dificuldade do colono do Oeste paranaense em realizar seu autorreconhecimento, e ao mesmo tempo sua reclamação por protagonismo e importância.

Por muito tempo a região teve pouca influência nos processos decisórios do Paraná, tanto que as fraturas deixadas pelo período do Território do Iguassú se fizeram sentir na vinculação mais com o Rio Grande do Sul e nos processos identitários. Mesmo que de curta duração, a consolidação no território de um capital financeiro *gaúcho* antes da institucionalidade política *paranaense*, fez com que essa região fosse encarada como pouco relevante no contexto do estado, tendo suas contemporâneas Maringá e Londrina atingido uma projeção muito maior e mais articulada na política estadual.

Desta maneira, a elaboração de uma identidade híbrida, vinculada a um passado registrado pelos próprios operadores da dominação territorial oriundos do Rio Grande do Sul e do Sul de Santa Catarina, favoreceu a consolidação de processos de identificação que elaborou

⁷⁰ Percebe-se aqui a importância dada ao fato de deter uma propriedade, ainda que modesta.

seu próprio recorte de Paraná. Essa identificação traz a ideia de que as *pessoas* chegaram antes, e a oficialidade do estado paranaense se manifestou *depois*, a partir da emancipação em massa de municípios realizada pelo Decreto de Moysés Lupion em 1960. Nesse emblemático campo de dissenso, podemos afirmar que a luta social e a reclamação por pertencimento se dão, em grande parte, no campo da memória.

Reportar-se aos pioneiros gaúchos é reforçar a diferença⁷¹, é aplicar a memória como um elemento constituinte da identidade. Ao atribuir a real importância à história oral, percebemos o quanto os interlocutores e interlocutoras tomam como ponto de partida a sua saída do ‘Rio Grande’. Em relação às pedagogias constantes da oficialidade brasileira, que associam o território do Oeste como uma mesorregião paranaense, a memória contra hegemônica dos que ali se estabeleceram confronta diretamente essa versão. Conforme Pollak, é essencial diferenciar o que é memória *nacional*, memória *oficial* e memória *subterrânea* (1989, p.10), essa que frequentemente se revela nos discursos de tempos vividos.

É importante saber que o colono é resultado de uma acumulação de direitos e de deveres assumidos, frente a um Estado que o favoreceu, e ao mesmo tempo o direcionou. Recuperar um determinado “patrimônio cultural” fortemente marcado pelo viés colonial e colocá-lo à disposição de “todos” era um anseio, uma obrigação, um slogan e uma prática governamental. (Blazquez, 2012-3, p. 42)

Nós era pobre que nem rato de Igreja. Ia no baile eu e minha irmã, uma ficava sentada enquanto a outra dançava, porque a gente só tinha um sapato decente, então revezava na hora de dançar, enquanto a outra ficava com a chinelinha lá escondida. Aí meu pai inventou de vir para o Paraná, porque lá [no Rio Grande do Sul] não teria condição para nada, tava tudo muito caro. Aí que tristeza que me deu, deixar minhas amiga, deixar tudo que eu conhecia pra trás. Mas ele disse que era preciso, que se não a nossa sina ia ser passar fome, adoecer, sabe-se lá o quê. E viemos. A minha sorte é que eu era bonita. Não que eu esteja *me achando*, mas olha... eu era! Com o cabelo lavado com sabão em pedra e penteado com pasta de linhaça eu fazia cada penteado, deixava qualquer riquinha com inveja. Pois foi essa beleza que me salvou, foi o que fez o rapaz de boa condição olhar para aquela pobre coitada. Assim que eu virei dona de casa, eu falava de boca cheia “dona”, porque eu tinha uma casa, as pessoas passavam a me tratar melhor. Não tinha esbanjamento, mas na minha casa eu fiz questão de ter tudo de qualidade, de zelar pelas coisas, pelas louças, pela roupa. Eu sabia o preço de tudo aquilo. (Interlocutora 24, 84 anos)

⁷¹ Essa tensão entre excepcionalismo e integração nacional ecoa o debate clássico sobre a identidade brasileira (Maia, 2008, p. 255) e também pela identidade paranaense. A centralidade do tema espacial em nossa formação e como esse Estado se construiu ao marchar pelo território, contribuindo também para criar novos lugares para a invenção social (Maia, 2014, s.p.) como a própria categoria “sulista”.

Longe de uma vítima das circunstâncias, o colono é produto do campo da luta simbólica, que no caso é o campo de luta das classes sociais. Nessa disputa pelas classificações e representações, houve uma aliança, sua adesão como subordinado, que assim que pôde, assumiu posições de dominação e elaborou para si uma classificação própria, ressignificada.

Há uma ruptura intencional da ideia de unidade nacional, para que se sinta distinto e legitimado. Nesse caso, os símbolos e os signos têm papel fundamental na legitimação, permitindo a erupção de sentimentos acumulados com o tempo. Quando autorizada a ocupar o espaço público, a memória, ao sair do subterrâneo, usa os elementos que já foram motivo de vergonha para se autoafirmar. A carroça, a enxada, o chapéu de palha, os pés embarrados, eles deixam de ser constrangimento e são portados como fator identitário determinante.

Eu tenho granja de porco, tenho parceria com a (Cooperativa Agroindustrial) Lar. Não tenho vergonha, tem vezes que o cheiro fica incruado na gente, na roupa, na bota, na caminhonete. Mas a propriedade tá cada vez mais moderna, a gente instalou as estufas de biogás, somos respeitados na cooperativa, progredimos muito. Para quem fala do cheiro de porco, eu digo “isso é cheiro de *dinheiro*”. (Intelocutor 12, 48 anos)

Percebi, nos relatos, que é possível contar histórias e trajetórias, mas elas jamais serão completas, pois a dor, o constrangimento e muitos pontos controvertidos podem ficar de fora. Isso porque, quando ativadas, as conexões com as experiências passadas, a identidade e a memória individuais se convertem em coletivas: “nós éramos assim”.

Há flutuações, divagações, operações de positivação e negação, uma posição cambiável e seletiva. O saudosismo é latente, e representa o que “eu já tive” e o “que eu já fui”. Nesses elementos constitutivos da memória, o colono conta o que viveu na pele, o que aprendeu, o que recebeu de forma geracional o também o que lhe contaram. No Oeste paranaense, os lugares, as comunidades urbanas e rurais, com sua monumentalidade e suas demarcações, são os espaços geográficos que servem de apoio à memória, exemplo das toponímias, dos atos oficiais e das datas. (Pollak, 1989, p. 6/7)

Figura 102 - Primeiras casas do município de Céu Azul – Década de 1950



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal

O Oeste paranaense se tornou o lócus para o estabelecimento de uma população excedente de camponeses pobres, pois ali puderam adquirir suas glebas, ainda que com uma reserva modesta de recursos. Esse lócus foi privilegiado para as transformações capitalistas no seio do campesinato, sem sofrer os impedimentos da parte de um velho sistema de propriedade da terra, devido à abundância de terras abertas àqueles que tinham dificuldades em acumular nas regiões de origem.

4.4 A diversidade que produziu unidade

Para explicar e justificar sua vinda e seu estabelecimento no Oeste do Paraná, o trabalho de derrubada do mato é sempre descrito pelos colonos seja nas entrevistas ou nos livros memorialísticos, com todos os seus sacrifícios minuciosa e repetitivamente narrados: o calor, os insetos, o barro e a poeira. Mas a remoção das pessoas, mediante violência expressa ou tácita, não é contada. De certa forma, essa “limpeza” das áreas é tratada como um tabu. Para alguns colonos “não havia ninguém”, “era puro mato”. Também há entre eles os que admitem que isso pode ter ocorrido em parte. Para outros, a Companhia já havia “limpado o terreno” (Renk, 1995,

p. 45), ou seja, despejado e expulsado os posseiros.

O ciclo da erva-mate e da madeira também é bastante útil para o discurso de mercantilização da terra, pois foi o momento em que a floresta de terras devolutas foi convertida em latifúndios passíveis de transmissão legítima anos depois.

Figura 103 – A exibição de instrumentos associados ao período da colonização permanece mobilizando as memórias locais. Abaixo, uma moenda antiga em exposição na entrada do Parque Farroupilha – Município de Matelândia



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

Nesse cenário de violência contra grupos de interesses conflitantes, apoderar-se dos predicados convocados para os planos do Estado e das elites, permitiu que o colono se saísse vencedor, econômica e socialmente. Um caboclo precisava “provar” sua aptidão ao trabalho, precisava de muito tempo para obter a confiança das recém-formadas comunidades locais, coesas e compostas a partir de alianças já estabelecidas em pontos de origem. De outra parte,

entre os colonos, o capital social⁷² era muito mais fácil de construir.

Quem veio de Guaporé, de Veranópolis, Caxias [do Sul] *para arranjar serviço, montar uma loja ou um comércio, e não necessariamente comprar terras*, vinha com alguma indicação, algum parente ou vizinho de lá, recomendando para quem se apresentar quando chegasse aqui. Já iam procurando um lugar para instalação, uma casa para pousar nos primeiros tempos, arrumando vaga na escolinha, se já viesse com mulher e filhos. Quem recebia estava dando um tipo de garantia para quem estava chegando, mas esse, quando se instalava, depois se comprometia a sempre retribuir como podia. (Interlocutor 2, 82 anos) [Grifo da autora]

É nesse contexto de negociação contínua de identidades que podemos analisar o mundo do trabalho e do acesso à propriedade no Oeste Paranaense. Se o trabalho não é apenas uma atividade econômica, mas base de um sistema de relações sociais, status e controle, de alguma maneira, em todas as ocupações aparecem padrões de interação e de pertencimento étnico-racial, associados a outros vetores de estratificação social. Esses padrões são visíveis na região, em que monocultura e a racialização estruturam profundamente o mercado de trabalho e o acesso aos bens materiais e capitais simbólicos. A exploração, neste caso, tem raça, etnia e cor, e fundamenta o discurso, como os relatos dos interlocutores bem o demonstraram.

A classificação fenotípica e étnica, seu peso nas ideologias nacionalistas dos mais diversos matizes, e mesmo em muitas ideologias de classe, é incontestável e, por isso mesmo, as características raciais continuam produzindo significados sociais. (Seyferth, 1993, p. 178) No caso do Oeste paranaense, a aparência física, o sobrenome e a pertença étnica oferecem ou cerceiam acessos aos meios de vida.

Eu vim de outro estado, cheguei aqui para trabalhar em um concurso que passei, há muitos anos atrás. Cheguei de sapato bege, e ele ficou completamente embarrado, eu não fazia muita ideia de como as coisas eram, saí de uma capital por causa do trabalho. Me disseram que o lugar era uma gracinha, muito organizado, limpinho, com pessoas prestativas. Era eu e minha mala, eu com os pés sujos de lama, a barra da calça também, a mala de couro, pesadíssima querendo arrebentar a fivela, um pesadelo. Entrei em uma loja, dei bom dia para a senhora que estava no balcão, e ela me respondeu algo que não entendi. Insisti e dei bom dia novamente, eu precisava dos itens para me instalar na casinha que havia conseguido alugar, estava cansada. Ela repetiu a mesma coisa, e permaneceu imóvel. Chegou uma outra moça, e

⁷² Conforme Pierre Bordieu (1998, p. 67), capital social pode ser compreendido como “o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.”

também falou algo que não compreendi. A senhora veio, e prontamente a atendeu. Fiquei sem entender. Quando ela foi para detrás das prateleiras, perguntei:

- Ela não fala português?

- Ah, a dona X? Fala sim. Mas ela faz um ‘teste’ para aceitar uma freguesa. Se entra na loja dela e a pessoa não entende alemão quando ela cumprimenta, ela não atende. (Interlocutora 34, 67 anos)

E quando chegou o gerente do Banco do Brasil, que era “de cor”? Meu Deus do céu que falatório, que chiadeira que foi. Pensa na colonada tendo que ir lá chorar financiamento pra ele? Ele muito fino, falando nos vocabulários todos de gente instruída, tratava todos bem, sem intimidade, mas com muita gentileza. Era contador formado, usava gravata em dia de semana, para todo mundo foi um estranhamento só. Gerente do Banco do Brasil sempre era convidado para subir no palanque do desfile de 7 de setembro com todas as autoridades, mas nos anos que ele foi gerente, eu nunca vi ele lá em cima. Mas também, isso não quer dizer que ele não tenha sido convidado, pode ser que ele que não quisesse ir. (Interlocutor 23, 79 anos)

Figura 104 - Placas da Rua Willy Barth e Avenida Senador Attilio Fontana (fundador da Sadia, atual BRF)



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

Na concepção de “nós somos assim”: aptos ao trabalho, descendentes de gerações de desbravadores vindos do Sul, para reforçar e memorar os atos do colonizador, há estátuas, praças, placas, nomes de ruas lembrando seus feitos. Dos caboclos, desses que hoje literalmente são transformados nos “outros”, pouco se tem dito (Renk, 1995, p. 38), e o que se diz raramente é positivo ou abonador.

Nesse processo, a restrição e controle de acessos ao mundo do trabalho, perpetua a exclusão dos não brancos. Pessoas “de cor” são admitidas na exata medida do necessário: para os trabalhos de *peão*, *empregada*, *chão de fábrica* – funções de baixos salários, altos riscos ocupacionais e desprovidas de prestígio social. Quando vinham para funções de maior autoridade e projeção social, a reação era de *estranhamento*.

A discussão sobre as diferenças de problemas essenciais do trabalho conforme as diferentes funções, questiona como os níveis de prestígio são determinados, criando hierarquias entre trabalhos considerados “humildes” e outros vistos como “orgulhosos”. (Hughes, 1951, p. 317) Essa hierarquização não é neutra, pois dotada de discriminação de gênero e raça, tanto dentro como fora da ocupação.

Humildes, mal remunerados e desprovidos de capital social, os trabalhadores subalternos acima mencionados redundam na impossibilidade de reunir capital material e ascender à categoria de “dono”, de proprietário de uma porção de terras ou de uma moradia urbana, impedindo que esses sujeitos obtenham qualquer elevação. Adiciona-se uma camada de estigma e perpetua-se a violência simbólica e a carência de meios de vida.

Esse pessoal que mora nos arredores, nos bairros longe do centro, coitados, moram de aluguel, praticamente vendem o almoço para pagar a janta, se enchem de filhos e não conseguem juntar dinheiro. Esses pobres diabos nem deveriam ter filho, se não têm nem pra si, pra quê ter mais? Aquela renca de criancinha feia, sem muito futuro, aquela mulherada *vulgar*, de short, de topinho, com um [filho] na barriga, um no colo e puxando mais um pela mão. Pra quê se condenar assim? Vai no postinho, pega comprimido, é de graça! Mas aí como que vai poder pedir Bolsa Família né? Cambada de malandros! (Interlocutora 25, 75 anos)

Ser produtor rural é pensado como sendo para poucos, é atividade honrosa reservada a uma parcela seleta, que ganhou ares de redenção e pertencimento com o advento das cooperativas. No sistema “um sócio, um voto”, mesmo os produtores rurais mais modestos se sentem parte de processos decisórios, assim como os ‘grandes’.

Figura 105 – Construção das instalações da Cooperativa Mista Sipal, em Missal, no ano de 1964 (Atual Cooperativa Agroindustrial Lar)



Fonte: Acervo da Revista Mosaicos

As transformações também foram impulsionadas pela relação entre os desejos e necessidades dos novos consumidores e o público, e o suporte político para determinados ofícios. À medida que a sociedade mudou, mudaram as demandas e novas atividades surgiram para atender novos desejos.

Nesse processo, as elites do mundo do trabalho conduziram as normas às novas definições e formas de distribuição, e atuaram como guardiãs da admiração e do acesso e na manutenção do status. (Hughes, 1951, p. 318) O que fica de fora dessa definição: trabalhadores da cultura, demandas por reforma agrária ou por modos de produção tradicionais, trabalho na linha de produção da agroindústria, são relegados ao campo do desvalor, neles atuando somente aqueles sem qualificação formal ou às margens da lei.

A separação simbólica se refletiu na separação real do espaço geográfico, especialmente no da cidade planejada. Um pouco mais afastadas, ficam as áreas industriais, cujos terrenos concedidos mediante incentivos fiscais contam com instalações de fábricas e empresas de pequeno e médio porte, que mobilizaram uma parcela intermediária de detentores de capital, com o fim de aproveitar alguns itens da produção local ou mesmo subprodutos (pastifícios, laticínios, produção de adubos). Tais indústrias também tiveram a função de empregar a mão-de-obra subqualificada ou não dedicada à produção rural imediata.

Figura 106 - Indicativo da Rodovia BR-163 – Rota Norte/Sul na região Oeste do Paraná



Fonte: Priscila Lini (julho-2024)

A zona de ruptura é a “BR”, a rodovia federal que corta as cidades, algumas a 163, outras a 277. Muitas vezes, a população se separa *do lado de lá da BR e do lado de cá da BR*. Essas rodovias, como corredores de escoamento da produção de grãos, igualmente desenvolveram setores complementares da economia, vinculados à logística: transportadoras, postos de combustível, borracharias e oficinas mecânicas. Uma vez que essas atividades são associadas ao “agro”, ainda que menos prestigiosas, possuem membros bastante integrados e favoráveis à lógica da monocultura. O engajamento do setor nas mobilizações contemporâneas de caráter político conservador corrobora com esse pensamento.

A circulação na cidade é operada dentro de uma conexão de necessidade e utilidade, com ruas largas adequadas ao tráfego, inclusive de caminhões nas zonas intermediárias, pois o perímetro urbano é altamente permeável aos fluxos rurais. A localização, definida de maneira racional e ordenada, não obedeceu às vilas e cidades nascentes a partir de mercados e pontos de parada. Ela foi primeiro elaborada, para *depois* ser habitada.

Determinada a localização de Medianeira, foi procedida a primeira derrubada e localizados os piquetes da então BR 37 [atual BR 277]. Escolheu-se o local da avenida central, estabelecendo-se que a futura cidade teria 2km ao correr da Estrada Federal e 2km rumo ao Sul, havendo um pequeno aumento de área pela inclinação da estrada na passagem do perímetro urbano. Pedro Soccol entregou sua pretensão ao agrimensor Paim, traçando um “xis” no projeto e indicando as demais avenidas, todas com 30m de largura e as ruas com 20m. Com isso pensou que o plano urbano estaria perfeito para as condições de tráfego e as quadras obedeceriam ao padrão de 100 x 100m, menos nas diagonais, com corte nos cantos e na frente da Federal com a aludida inclinação. Assim, o ponto zero foi estabelecido no encontro do centro da hoje Avenida Brasília, com o centro da BR 277 e lançadas linhas de 1km nos rumos leste e oeste. (APAM, 1996, p. 44)

Figura 107 - Planta da futura Cidade Medianeira, elaborada pela Colonizadora Bento Gonçalves



Fonte: APAM, 1996.

O mesmo é o caso de Toledo e Marechal Cândido Rondon, colonizadas pela MARIPÁ:

Os dois principais centros urbanos planejados pela Maripá foram Toledo e Marechal Cândido Rondon. Pequenas vilas também foram criadas; nota-se, portanto, que com os tipos rurais de estabelecimento, um complexo padrão de ocupação regional é revelado. Nos quadros padronizados de ocupação em grupo de 1 hectare cada, 100 X 100 metros, são divididas em dez lotes residenciais. As cidades, vilas e povoados bem planejadas têm ruas largas, em padrões Damero e grandes e espaçosos lotes residenciais. Isto contrasta com as ruas estreitas e dessimétricas, e os pequenos lotes, nas tradicionais ocupações do grupo luso-brasileiro. (Muller. 1986, p. 110)

Figura 108 - Planta da Cidade de Toledo, organizada pela Colonizadora MARIPÁ, década de 1940



Fonte: Museu Histórico Willy Barth

Assim a previsibilidade orienta a ocupação do espaço: simetria, organização e senso prático, ainda que os elementos da natureza não sejam priorizados. Nessa concepção de planejamento urbano, a natureza é acondicionada em uma planta retilínea, projetada a partir de critérios discricionários de administradores, prepostos e suas equipes de topógrafos. A importância da rodovia, que será a rota de escoamento da produção⁷³ elabora uma dinâmica

⁷³ Sobre a importância das rodovias e sua centralidade na vida de municípios orientados ao agronegócio, Ariana Rumstain, em

urbana que agrega os semelhantes e segrega os *diferentes*,

Figura 109 – BR 277 – Trecho de São Miguel do Iguaçu à época da abertura – 1968



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal

A partir dessas reflexões sobre a autorização para *ocupar espaço*, a formação da identidade de grupo no Oeste paranaense não se assentou sobre uma homogeneidade étnica ou cultural pré-existente naquela região específica, mas justamente sobre uma diferença internalizada e ritualizada trazida do passado gaúcho, e ali contrastivamente perpetuada. Longe de ser um obstáculo à coesão, a diversidade de origens – alemã, italiana, polonesa – foi a matéria-prima a partir do qual se tramou, performaticamente, uma unidade superior e apurada contra os habitantes do local, porque encontrou denominadores comuns: período, lugar, ofício e eurocentrismo.

Dita trama performática foi paulatinamente elaborada, através de táticas articuladas entre educação formal e informal, lazer, cultura e sociabilidade. A realização de eventos com a finalidade de executar representações ostensivas de atos cívicos, escolares e culturais

seu livro “Peões no Trecho – Trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso” também observa a “presença de grandes silos, secadores, indústrias e propagandas às margens da estrada e das plantações indicam a concentração de uma atividade econômica específica, ligada à formação das grandes propriedades de plantio de soja, milho e algodão na região.” (2011, p. 27)

movimentou (e ainda movimenta) um calendário no qual grande parte da população do Oeste paranaense permanece participante.

A partir da consolidação dos grupos escolares, comunitários, confessionais, públicos e particulares, associados aos costumes e festividades religiosas já descritas no Capítulo 3, um cotidiano de performances culturais foi sendo assimilado, permitindo a introjeção desses valores desde a infância.

Nas escolas, os *festivals folclóricos* e *semanas culturais* foram bastante populares, sendo aos poucos substituídos por competições de natureza esportiva ou gincanas. Promovidos pelas Secretarias de Educação e de Cultura das administrações locais, incentivavam apresentações artísticas e folclóricas de grupos do próprio município e convidados de fora. Nessas festividades, a presença de autoridades políticas (prefeito, secretários, vereadores) dava o tom de importância e solenidade, transmitindo aos estudantes um senso de oficialidade, ao mesmo tempo que proporcionavam diversão e ludicidade.

Figura 110 - Jornal Nosso Tempo, e os registros da “Segunda Semana Cultural” em Missal (1986)



Fonte: Arquivo digital do Jornal Nosso Tempo

Havia grande empenho comunitário, permitindo um intercâmbio, ainda que temporário, de posições e experiências das culturas de origem, estimuladas pelas instituições de ensino. Porém, atrás de uma suposta inocência, várias formas de condicionamento puderam ser elaboradas e transmitidas. É preciso identificar a pretensão de controlar os processos de subjetivação, que adentram os conteúdos escolares e ocupam hegemonicamente os espaços culturais e de lazer. Esses são espaços fundamentais de mediação entre o indivíduo e a sociedade. (Stefanuto, 2025, p. 14)

O evento era coisa séria, os grupos se preparavam para as apresentações, que contavam com um corpo de jurados para avaliar. Havia concurso de rainha do folclore e a competição era dividida em diversas categorias. Havia o envolvimento de toda a comunidade escolar e até organização de grupos de torcida. Cada equipe era responsável por confeccionar suas próprias fantasias e organizar os acessórios que seriam utilizados para representar o folclore ou a cultura que lhe havia sido determinado. E ninguém queria fazer feio, por isso esses eventos estão marcados nas memórias das pessoas com tanto carinho. Quem vivenciou a experiência de fazer uma apresentação em algum festival folclórico nos relata o acontecimento com lágrimas nos olhos de saudade e orgulho de ter feito parte dessa história. (Valério, 2024, *on-line*)

Porém, esses festivais tinham uma *diversidade controlada*. Eram apresentadas múltiplas culturas, praticamente restritas ao folclore europeu associado às origens familiares: alemãs, italianas e polonesas. Não há muitos registros de manifestações artísticas de origem ameríndia ou africana. No caso da cultura asiática, havia participações pontuais, de grupos de imigrantes japoneses da região Norte do Paraná, que apresentavam as danças do Pessegueiro, da Cerejeira, e percussionistas de *taiko*⁷⁴. Nesse caso, demonstrava-se um tom solene e respeitoso com as *visitas*, providenciando fretamento de ônibus, acomodações e presentes de agradecimento.

A participação também poderia significar o enfrentamento das desigualdades, materiais e alegóricas, que se concretizavam nessas novas cidades.

Uma vez eu trabalhei em uma escola, na periferia da cidade, depois da parte asfaltada. Meu Deus, era uma das escolas mais carentes da cidade, para ter uma noção, a merendeira fazia comida no fim de semana, se não haveria crianças que a última refeição seria na sexta-feira e a próxima, só na segunda-feira. Pois mais ou menos ali pelo fim dos anos 70, começo dos 80, a Secretaria de Educação e Cultura organizava os Festivais Folclóricos. Era uma mostra enorme, feita no Ginásio Municipal, novo na época, e todas as escolas tinham

⁷⁴ Tambores tradicionais japoneses, tocados em artes cênicas e festivais tradicionais no Japão. (Nota da Autora)

que participar. Havia uma ocasião em que todos os diretores iam, para fazer o sorteio do país que cada escola teria que apresentar. Eram só países da Europa, praticamente: Itália, Alemanha, Polônia, França. Na nossa vez, foi sorteada por nossa humilde escolinha a Áustria. O que iríamos fazer? Imagine só, não tínhamos dinheiro para o básico, como faríamos para arrumar fantasias para as crianças? Lembramos que a Áustria era famosa pelas valsas, e consegui um disco que tinha “Contos dos Bosques de Viena”. Uma amiga, professora em uma academia de dança, foi ensinar a coreografia como voluntária, na maior boa vontade. Então organizamos uma força-tarefa: o zelador fez uma fachada de chalé das montanhas, de Eucatex®, ripas e papelão, com um cenário pintado e flores de papel crepom, que as crianças fizeram na aula de artes. Organizamos uma Festa da Maçã, porque conseguimos doações de várias caixas de uma apreensão feita pela Receita Federal, de maçãs argentinas. Nós, as professoras e as mães, fizemos serões costurando saíngas de tule, flores para colocar nos cabelinhos, coletinhos para os meninos, até os sapatinhos de pano fizemos. As crianças estavam radiantes. Chegado o dia, no Ginásio, todos prontos. A escola municipal do melhor bairro, apresentou “A dança dos cossacos”, com um figurino riquíssimo, o Colégio das Irmãs, uma dança flamenca com direito a leques e xales bordados, o maior colégio estadual, uma tarantela que os dançarinos saíam de baixo de uma parreira, todinha montada na hora. E nossos aluninhos, pobrezinhos, com suas roupinhas de improviso, eu e a secretária da escola nos olhávamos, e só pensávamos: o que estamos fazendo aqui? Mas o que foi mais triste, é que quando eles estavam todos em fila, esperando ansiosos a vez de entrar, a diretora da escola municipal olhou para eles com desprezo, e falou em alto e bom som: “Onde já se viu, uma cambada de *bugrinhos* na Áustria dançando valsa?” Eles ouviram, ficaram cabisbaixos, mas entraram e dançaram, muito empenhados. Ouvimos vaias, ofensas. Quando anunciaram o resultado, que ficamos em segundo lugar, a meninada não sabia o que fazer. Riam, choravam, se abraçavam, as mães mesmo ficaram nas nuvens. Acho que nem o primeiro lugar comemorou tanto como aqueles pequenos. (Interlocutora 34, 67 anos)

Figura 111 - Grupo Germânico de Dança de um colégio estadual no IV Festival Folclórico, 1979



Fonte: Acervo do Jornal Mensageiro

Este processo revela um paradoxo fundante: a etnicidade, que por definição nasce da distinção, é aqui mobilizada para criar uma comunidade imaginada, idealizada como homogênea e coesa. Se “italianos”, “alemães”, “polacos” podem se diferenciar e opor em outros contextos históricos e geográficos, aqui, sob a chave do “colono sulista”, eles compõem um todo figurado como homogêneo. Para desvendar esse mecanismo, é necessário observar como a identidade opera em três registros simultâneos: como um jogo relacional de fronteiras (em que o “nós” se define contra “eles”), como uma encenação teatral cotidiana (cuja unidade é representada e performada) e como um projeto político de disciplinamento (no qual o Estado atuou como diretor camuflado).

As pedagogias curriculares, mas, sobretudo as não curriculares (Maknamara, 2020, p. 69) organizam as práticas que instituem aquilo de que falam (Foucault, 2005, p. 133), adicionando à historiografia oficial e às instituições locais a versão dos fatos narrados pelas elites consolidadas a partir do estabelecimento dos primeiros a chegar, mas sobretudo, por aqueles que prosperaram política e materialmente.

Os artefatos culturais – músicas, representações, cartazes e livros – constituem textos curriculares, textos que precisam ser analisados em suas capacidades de governar e produzir

sujeitos (Maknamara, 2020, p. 59). Isso se dá porque encontram-se agregados a processos de regulamentação de condutas, saberes e prescrições para modos de ser, pensar e agir, indicando pensamentos, valores, exercícios e atitudes a serem praticados para a construção de tipos específicos de sujeito.

As escolas, os desfiles cívicos, a estética das construções, nomes, datas festivas, todos os elementos que constroem os rituais cotidianos estão imersos na constante exaltação ao pioneirismo, às vantagens morais de ser colono, e aos construtos de honra, merecimento e projeção social.

Quando era criança tinha que fazer jogral na escola, na Semana da Pátria, desfile de 7 de setembro, banda de música na avenida. Colocar o uniforme bonitinho, tomar distância e desfilar na rua principal, parar na frente do palanque do prefeito. Tinha outros também, mas o maior era sempre esse. (Interlocutora 19, 49 anos)

Os desfiles cívicos, em seu cunho representativo de senso de dever patriótico e forma ostensiva de cidadania performática, transformam a rua e a cidade, ainda que temporariamente. Diferentemente de um carnaval, em que impera o *caos* e a *desordem*, nessa ocasião imperam a ordem, a simetria e a organização.

Figura 112 - Desfile Cívico na cidade de Céu Azul – Anos 1960



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal

Os estudantes, os membros das forças de segurança, entidades filantrópicas, clubes de serviço e associações de natureza comunitária têm a oportunidade de demonstrar, publicamente,

sua relevância e engajamento na sociedade à qual fazem parte. Tais ocasiões, distribuídas ao longo do ano, mas concentradas no auge do ano letivo e no retorno das férias escolares,” ensinam modos legítimos de celebrar e sentir, consistindo em um sistema educativo responsabilizado por treinar os sujeitos”. (Blazquez, 2012, p. 29/12)

Esse treinamento leva a disciplina do corpo (marchar, tomar distância, usar o melhor uniforme) ao espaço público, mostrando o potencial dessa infância e juventude em continuar o legado da dedicação e aperfeiçoamento transmitido pelos pioneiros do passado.

Figura 113 - Desfile Cívico em Santa Terezinha de Itaipu – 1960



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal

Nessa constante encenação, cabe identificar a pretensão de “controlar os processos de subjetivação por meio de propagandas que falsificam e justificam a realidade contraditória e desigual, que adentram os conteúdos escolares e ocupam hegemonicamente os espaços culturais e de lazer”. (Stefanuto, 2025, p. 14) Manter ativado o engajamento nessas atividades de representação pública de valores e condutas idealizadas impede o desenvolvimento de atividades mais livres, espontâneas e criativas por essas crianças.

Esses são espaços fundamentais de mediação entre o indivíduo e a sociedade, “carecendo de uma reflexão ampla, crítica e responsável para que se identifiquem os

mecanismos de captura e de colonização que persistem.” (Stefanuto, 2025, p. 14) Onde se veem alunos sadios e alegres marchando em sincronia, portando uma série de símbolos, bandeiras e brasões, há um conjunto de ideias e conceitos de disciplinamento e conformação.

A negociação entre interditos e incentivos nem sempre é verbalizada, o que não significa que seja justa ou branda. A coação moral e o direcionamento comportamental transmitido pelos atos escolares reverberam na formação das consciências de maneira duradoura, desestimulando inclusive a expressão de dissidências e questionamentos à ordem vigente.

Figura 114 - Desfile de 7 de setembro de 1977 na avenida principal de Medianeira. Alunos da Escola Plínio Tourinho se apresentam no pelotão dos “peões e prendinhas gaúchos”



Fonte: Acervo da Revista Mosaicos.

A escolha consciente dos convidados para os atos escolares e atos cívicos revela as expressões culturais aceitas e as marginalizadas. Isso porque, a identidade colona não emanou de uma essência cultural pura, mas se constituiu na relação, frequentemente tensionada, com outros grupos - o espaço social dos camponeses locais traz a marca das oposições polares, do ponto de vista étnico: de origem versus brasileiros.

A estes últimos, enquanto minoria social e numérica, pesa-lhes o silêncio oficial, e foram acionados unicamente à medida que são o contraponto para a história utilitarista do

colonizador. (Renk, 1998, p. 6). Como já dito mais de uma vez nesta tese, o mito unificador por excelência é o do pioneiro – figura que transcende a nacionalidade específica (seja italiano, alemão ou polonês) para se tornar o arquétipo do desbravador laborioso, cujo suor comum redimiu a terra.

Figura 115 - Cavalgada alusiva à Semana Farroupilha, em Medianeira, década de 1960



Fonte: Acervo da Família Thomé

Este mito permite que noções de “raça ou sangue” se entremeeiem com critérios de “competência cultural” – como a habilidade para o trabalho árduo, a disciplina e o “capricho”⁷⁵. A “cultura comum” do colono é, assim, um construto que seleciona e valoriza traços das culturas de origem (a culinária, a música, a *etnoadministração*) que sejam funcionais ao projeto coletivo de distinção e ascensão, suprimindo outras diferenças internas potencialmente desagregadoras.

A unidade construída é, acima de tudo, performativa. Ela exige um palco e uma encenação contínua. A região do Oeste Paranaense transforma-se em uma *macrorregião* de fachada (*front stage*), um cenário coletivo onde a identidade idealizada é exibida⁷⁶. Satura-se o

⁷⁵ “Alguns grupos étnicos usam noções de raça ou sangue na sua ideologia. Outros grupos, por sua vez, usam critérios de competência cultural; de qualquer maneira, todos têm noções do compartilhamento de cultura comum” (Eriksen, 1993, p. 35).

⁷⁶ “Uma região pode ser definida como qualquer lugar que seja limitado de algum modo por barreiras à percepção. A impressão e compreensão criadas pela representação tenderão a saturar a região” (Goffman, 2002, p. 101).

espaço com os símbolos da unidade na diversidade, nos espaços de memória abarrotados de artefatos pertencentes aos “pioneiros”, fazendo com que o local ganhe um significado em si mesmo. Também consideremos os efeitos intergeracionais da memória, como elas são incutidas e reelaboradas ao longo do tempo e ao sabor de subjetividades.

Neste palco, vigora uma rigorosa economia da expressão⁷⁷. O que se transmite é a imagem do grupo unido, trabalhador, bem-sucedido e cordial. Suprimem-se, portanto, as rixas históricas entre “alemões” “gringos” e “polacos”, as desigualdades econômicas gritantes entre pequenos arrendatários e os grandes proprietários e agregadores de capital, as dúvidas e os fracassos.⁷⁸

Figura 116 - Baile de formatura - turma de Técnicos em Contabilidade do Colégio La Salle, no Clube do Comércio, 1965



Fonte: Acervo do Museu Histórico Willy Barth

⁷⁷ A expressividade do indivíduo parece envolver duas espécies radicalmente diferentes de atividades significativas: a expressão que ele transmite e a expressão que emite (Goffman, 2002, p. 12).

⁷⁸ O jogo social torna-se, então, um ciclo potencialmente infinito de encobrimento, descobrimento, revelações falsas e redescobertas, onde todos vigiam todos, pois no jogo da informação, o observador provavelmente levará vantagem sobre o ator que cometer uma gafe. O resultado é uma falsa harmonia que funciona como consenso operacional, mantida por um conjunto de práticas defensivas e protetoras: a polidez ritualizada, a fofoca corretiva, a ostentação do asseio. (Goffman, 2002, p. 17/22)

Esse pertencimento da ordem étnica redime a condição de pequeno agricultor oriundo das camadas economicamente desfavorecidas, em oposição à pequena parcela detentora de grande propriedade rural, e isso não significa inferioridade, mas honradez e arrojo (Renk, 1998, p. 7), ou como define o termo amplamente empregado pelos colonos “vontade de subir na vida”.

Nos bastidores – a cozinha da casa, no baile entre conhecidos, o interior da família –, a diversidade pode reemergir em forma de preconceitos internos (“polaco é bicho fraco”, “alemão é ruim que nem ferida”, “esperto que nem gringo de venda”), as tensões podem ser ventiladas, e a linguagem pode se tornar mais crua em relação aos “de fora”⁷⁹. A força da identidade pública medida está diretamente ligada à eficácia em manter essa cortina fechada.

Figura 117 - A imagética nos espaços de sociabilidade e dispositivos de serviços públicos é marcada pelas representações de manifestações culturais de origem *eurobrasileira*. Abaixo, no painel do hall de entrada do Centro Popular de Cultura de Medianeira, além de imagens do colono idealizado (plantações em curva de nível, um trator e um camponês semeando), também há representações do gauchismo (cuia de chimarrão) e de danças típicas italianas



Fonte: Priscila Lini (julho – 2023)

⁷⁹ A credibilidade desta encenação, contudo, depende da existência de um bastidor (*back stage*) bem guardado. É natural esperar que a passagem da região da fachada para a dos fundos seja conservada fechada aos membros do público. É aqui (na região de fundo) que o autor pode desconstrair-se, abandonar sua fachada, abster-se de representar e sair da personagem. “Nenhuma instituição social pode ser estudada, sem que surjam problemas relativos ao controle dos bastidores” (Goffman, 2002, p. 114)

Se como lembra Edmund Leach (2015, p. 34) para a Alta Birmânia, “a posição de um indivíduo não é fixa”, e estamos no caso do Oeste do Paraná diante de “pessoas reais e a invenção de ficções” (Leach 2015, p. 35), em um sistema social que também é instável. Os indivíduos estão “o tempo todo negociando com seus referentes” (Leach, 2015, p. 35) num processo de caráter performativo constante.

O jovem herdeiro que cursa agronomia negocia sua relação com o mito do avô pioneiro analfabeto, mas “guerreiro”. A mulher que por algum motivo reclama a gestão da propriedade negocia seu lugar em um *ethos* patriarcal. A ascensão de novos grupos evangélicos neopentecostais, que encontram campo de ação na teologia da prosperidade, tensiona a hegemonia católica tradicional ou evangélica reformista. A própria identidade “sulista” é contemporaneamente renegociada em relação à “brasilidade” e à “globalização”. Afinal, como diz Arlene Renk:

Hoje, o mundo tornou-se mais acessível que há alguns anos. Há maior número de colonos e filhos destes que têm mundo. Para isto contribuíram as novas formas de associativismo, a circularidade urbano-rural, as migrações dos filhos de colonos, a face pública dos agricultores, através das inserções nos movimentos sindicais e populares. Ou seja, trata-se de movimento de mão dupla: colonos inserindo-se no mundo e este imiscuindo-se na vida dos colonos, desencadeando uma série de ações que afetam o substrato morfológico, os vários sentidos e momentos da vida cotidiana na colônia. (Renk, 1998, p 5)

Essa diversidade que produz unidade no Oeste Paranaense é, portanto, uma conquista frágil e ativa. É o resultado do movimento de demarcação relacional de uma fronteira externa rígida contra um “outro” subalternizado; da encenação interna de uma harmonia que supera diferenças históricas, através de um jogo permanente de representação e controle; e a orquestração estatal que fornece o manual ideológico e o cenário institucional para este drama, premiando a assimilação seletiva e punindo a diferença insurgente.

Unidade e diversidade não são polos opostos, mas elementos dinâmicos de uma mesma estratégia de poder e pertencimento. A força da identidade colona reside precisamente nessa capacidade de transformar a multiplicidade de origens em um momentâneo coro uníssono – ainda que, nos bastidores, os sussurros das diferenças e das negociações nunca cessem completamente, lembrando-nos de que toda unidade é, em última instância, uma performance política em curso.

4.5 Representando continuamente a saga

A migração do Rio Grande do Sul frequentemente vem embalada em um discurso de nostalgia, como a aventura a uma terra de promessa, um sonho a realizar. Mas, concretizado o sonho, esgotadas as condições originárias favoráveis, com o fim da oferta de terras de forma direta, o resultado foi a especulação urbana e rural. Assim aconteceu no Oeste paranaense nos anos 1940 e 1950, e depois no deslocamento para Mato Grosso em 1970, oportunidades em que houve enormes agregações de capital, somado a todo um direcionamento estatal autoritário. Isso pôde ser observado na atuação das companhias colonizadoras (Velho, 2009, p. 141)

As comunidades são pensadas, desenhadas e executadas para que existam em um modelo proposto. Para entender a adesão fervorosa a essa comunidade imaginada, é preciso partir de uma pergunta: “Que tipo de comunidade real pode levar alguns de seus membros a escolher uma comunidade imaginária em vez daquela em que realmente vivem?” (Anderson, 2008, p. 279). No caso dos colonos, a resposta está nas etapas de uma experiência migratória dupla: a da partida original da Europa, muitas vezes forçada pela pobreza, e a nova partida, dentro do próprio Brasil, em busca de terra.

No Oeste, essa injeção veio por meio dos livros de memórias, dos atos escolares, e das próprias leis que regularam a posse da terra. Para preencher as lacunas da memória real, operava-se uma “imaginação afetuosa” (Anderson, 2008, p. 99; p. 217) sobre o passado, que exigia, como contrapartida, supressões, pois “todas as mudanças de consciência profundas, por sua natureza mesma, trazem consigo amnésias características” (2008, p. 283). Esqueceram-se as derrotas, as falências, a violência contra os “bugres” e posseiros, a subordinação aos capitais das colonizadoras.

As tradições assim inventadas, cumpriram três funções superpostas: estabeleceram e simbolizaram a coesão da comunidade artificial do “povo colono”; legitimaram instituições, status e relações de autoridade locais (as cooperativas, as lideranças políticas vinculadas ao agronegócio); e socializaram, inculcando sistemas de valores e padrões de comportamento baseados no trabalho, na disciplina, na ordem e na diferenciação étnica. (Hobsbawm e Ranger, 1997, p. 15). Tanto é assim, que nas disputas das moralidades, e na preocupação da manutenção das unidades familiares/produtivas, a cooperativa tem assumido um papel que antes era da igreja, realizando casamentos coletivos e “regularização de uniões”:

A 7ª edição do Casamento Coletivo da Lar Cooperativa entrou para a história ao reunir, de uma só vez, 100 casais de 18 municípios do Paraná, para celebrar o amor e formalizar a união civil. A iniciativa, realizada no dia 30 de agosto no Lar Centro de Eventos, em Medianeira (PR), é uma das mais relevantes ações sociais da cooperativa promovida desde 2004. "São casais ou que já estavam juntos há muito tempo ou se conheceram na cooperativa, mas que não estavam regularizados juridicamente. Sabemos que um casamento tem um custo elevado e a Lar com seu lado social do ESG promove essa iniciativa custeando documentação e a cerimônia completa com tudo que um casamento tem direito", evidenciou o diretor-presidente da Lar, Irineo da Costa Rodrigues. (Assessoria Lar Cooperativa, 2025)

A dimensão moral dessa política revela-se com igual clareza na comunicação oficial e na própria estruturação do evento. A afirmação de que "a Cooperativa entende que o casamento é um gesto que significa mais que uma demonstração de amor, mas também um passo importante na construção de uma família, valores que estão nas raízes do cooperativismo" (Assessoria Lar Cooperativa, 2025) evidencia a promoção ativa de uma moralidade específica, centrada na família nuclear heteronormativa como unidade básica da organização social.

A presença de um diácono para conduzir a "reflexão espiritual para os casais, estendendo sua mensagem para todas as religiões" (Assessoria Lar Cooperativa, 2025), ainda que em tom ecumênico, insere a celebração em um horizonte de sentido transcendente que ultrapassa a mera formalidade cartorial. Este investimento simbólico na sacralização do ato, com direito a decoração especial, valsa e buffet festivo, opera como reforço dos valores tradicionais que historicamente caracterizam o cooperativismo de origem europeia presente na região Oeste do Paraná.

A moralidade ali difundida não é neutra: ela privilegia a estabilidade, o compromisso formalizado e a família como esteio ético, qualidades que, não por coincidência, são também desejáveis no perfil do "bom funcionário" disciplinado e comprometido com os objetivos organizacionais de longo prazo.

Quanto aos aspectos patrimoniais, a iniciativa produz consequências econômicas relevantes tanto para os indivíduos quanto para a própria cooperativa. A formalização civil das uniões, facilitada e celebrada, gera efeitos jurídico-patrimoniais significativos para os casais, incluindo direitos sucessórios e previdenciários.

O investimento institucional na realização do evento, com infraestrutura, cerimonial e celebração, constitui, ademais, uma aplicação em imagem e reputação que fortalece o patrimônio imaterial da marca empregadora. Trata-se, portanto, de um investimento social cujo

retorno pretendido é a legitimidade perante a comunidade e inculcação da identidade coletiva com a cooperativa.

Longe de constituir mero evento festivo, a celebração formalizada inscreve-se em uma política mais ampla de construção de identificação que atende simultaneamente a necessidades individuais dos trabalhadores e a objetivos institucionais da cooperativa. Em relação à intenção de controle, observa-se que o casamento coletivo opera como mecanismo sofisticado de ampliação dos vínculos do trabalhador com a instituição cooperativista. Ao assumir o protagonismo na formalização civil das uniões, a cooperativa posiciona-se não apenas como empregadora, mas como agente facilitadora de um marco fundamental na vida privada de seus funcionários.

Figura 118 - Casamento coletivo organizado pela Cooperativa Agroindustrial Lar no ano de 2025



Fonte: Site Oficial da Lar Cooperativa

Compreende-se assim que essas tradições não são um mero adereço da análise histórica, “pode-se dizer que as tradições inventadas são sintomas importantes e, portanto, indicadores de problemas que de outra forma poderiam não ser detectados nem localizados no tempo. Elas são indícios” (Hobsbawm e Ranger, 1997, p. 20).

A profusão de rituais, monumentos e narrações heroicas no Oeste Paranaense é o indício claro do problema que foi a necessidade de criar, em tempo acelerado, uma coesão social e uma legitimidade para um projeto de ocupação profundamente excludente. Seu estudo, portanto, “esclarece bastante as relações humanas com o passado, e por conseguinte a história.

Isso porque a história é a fonte legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (Hobsbawm e Ranger, 1997, p. 21). A coesão do grupo colono foi cimentada por uma história inventada, que lhe conferiu um espaço idealizado para habitar – não apenas no mapa, mas no imaginário.

Tratando desses rituais, nas ocasiões do campo pude acompanhar vários deles, pois a região é pródiga em eventos comunitários. Em "A Interpretação das Culturas", Clifford Geertz propõe o conceito de "descrição densa" como método etnográfico fundamental para a antropologia interpretativa. O autor argumenta que a tarefa essencial da etnografia não é meramente registrar comportamentos observáveis, o que constituiria uma "descrição superficial", mas sim interpretar as estruturas conceituais complexas que os informam, isto é, os códigos estabelecidos, as teias de significação que os próprios sujeitos tecem e nas quais sua ação social ganha sentido. (Geertz, 2008, p. 6/7).

Trata-se, portanto, de um “exercício de leitura sobre os ombros daqueles que estão imersos no fluxo da experiência social, buscando discernir as múltiplas camadas de significado que distinguem, por exemplo, uma piscadela involuntária de uma piscadela conspiratória ou uma paródia desta última.” (Geertz, 2008, p. 7)

A aplicação deste procedimento interpretativo aos eventos comunitários vivenciados para esta tese permitiu transcender o mero inventário de atividades rituais e festividades locais. A imersão etnográfica possibilitou acessar a tessitura simbólica que articula tais práticas, revelando como, por meio delas, os membros da comunidade não apenas celebram, mas também “comunicam valores, negociam hierarquias e reafirmam sua identidade coletiva. Nesse sentido, a descrição densa não se limita a narrar o ocorrido; ela se debruça sobre o discurso social, fixando-o em um texto interpretável, capaz de tornar inteligíveis as estruturas de significação que orientam a ação e conferem espessura à vida comunitária.” (Geertz, 2008, p. 15)

MISSA DE DOMINGO:

NO DOMINGO, ÀS 18H, UMA GRAVAÇÃO DE BADALADAS DE SINOS ECOA DA TORRE DA IGREJA MATRIZ. A PARTIR DAS 18:30H AS PESSOAS VÃO CHEGANDO, E COMEÇAM A OCUPAR SEUS LUGARES, NOS BANCOS DE MADEIRA LUSTROSA, ESCOLHENDO-OS CONFORME OS VENTILADORES ESTÃO POSICIONADOS. OBSERVO QUE, MESMO COM O CALOR, VÁRIAS SENHORAS SE AMONTOAM EM DETERMINADO CONJUNTO DE BANCOS, QUE FICAM NA PARTE LATERAL DIREITA, MAIS À FRENTE. NÃO É A POSIÇÃO MAIS PRIVILEGIADA EM DIREÇÃO AO ALTAR, FICA DIFÍCIL LER OS CÂNTICOS PROJETADOS NA PAREDE, POIS É PRECISO OLHAR PARA O ALTO. A PESSOA QUE ME ACOMPANHA PERCEBE:

- ESTÁ ESTRANHANDO AQUELAS SENHORINHAS TODAS AGLOMERADAS NAQUELE CANTO? TEM UMA EXPLICAÇÃO.

- E QUAL É A EXPLICAÇÃO?

- É QUE LÁ POSICIONAM A CÂMERA DO CANAL DE TELEVISÃO LOCAL E DO CANAL DO YOUTUBE® DA PARÓQUIA, E ELAS ADORAM APARECER. PARA ALGUMAS, É ‘PROVA’ DE QUE SEMPRE ESTÃO NA MISSA. ELAS ATÉ TÊM SE ARRUMADO MAIS PARA VIR, FAZEM PENTEADOS, COMBINAM OS VESTIDOS.

A IGREJA VAI ENCHENDO, ATÉ QUE NÃO SEJA MAIS PERCEPTÍVEL A AGLOMERAÇÃO COMENTADA. TODOS COM BOAS ROUPAS, APARÊNCIA BEM CUIDADA, MANTENDO O COSTUME DE, AINDA QUE NO FIM DO DIA, *ENDOMINGAR-SE*.

O RITO SEGUE O HABITUAL DA MISSA CATÓLICA DO TEMPO COMUM, AS PESSOAS USAM OS FOLHETOS DA LITURGIA PARA SE ABANAR. NA HORA DA TROCA DE APERTOS DE MÃO, DESEJANDO *A PAZ DE CRISTO*, UMA PROFUSÃO DE CUMPRIMENTOS FIRMES, COMO É TRADIÇÃO NA ETIQUETA – APERTO DE MÃO ‘MOLE’ É UMA VERDADEIRA OFENSA ENTRE OS COLONOS.

TERMINADA A MISSA, APÓS OS AVISOS PAROQUIAIS, AS PESSOAS SAEM ENTOANDO O CANTO FINAL, *MARIA DE NAZARÉ*. CONHECIDOS REÚNEM-SE EM BREVES CONVERSAS AO REDOR DA PORTA, OU INDO EM DIREÇÃO AOS SEUS CARROS. OUTROS, A PÉ, DIRIGEM-SE À AVENIDA PRINCIPAL DA CIDADE, PARA *VER O MOVIMENTO*. ALGUMAS SORVETERIAS, RESTAURANTES E BARES ESPERAM

JUSTO ESSE MOVIMENTO, COM MESAS NAS CALÇADAS, E PESSOAS QUE JÁ ESTAVAM NA AVENIDA, CONVERSANDO EM CADEIRAS DOBRÁVEIS POSICIONADAS PRÓXIMAS AOS CARROS, REPARAM NAS QUE VÊM DA IGREJA.

- X ESTÁ MAGRA, NÃO? SERÁ QUE ESTÁ TOMANDO ALGUMA COISA?

- BOM, ELA QUE SEGRE O Y MESMO, QUE AQUELE LÁ, É UM *CACO*⁸⁰.

- E VOCÊ VIU NA MISSA, QUE Z E W NÃO ESTAVAM DE MÃOS DADAS? SERÁ QUE ACONTECEU ALGUMA COISA?

- IH, NÃO SEI. MAS AÍ TEM...

MATINÊ COM BINGO:

SÃO 10H DE UM DOMINGO, EM UMA COMUNIDADE RURAL. TERMINADA A MISSA, AS PESSOAS VÃO ATÉ SEUS CARROS E BUSCAM PEQUENAS BOLSAS – DE CROCHÊ, DE TECIDO, ALGUMAS COM A LOGOMARCA DE ALGUMA EMPRESA – QUE SERVEM DE PORTA-PRATOS. TRADIÇÃO ENTRE COMUNIDADES DA REGIÃO SUL, OS ALMOÇOS, NOS QUAIS SE DEVEM LEVAR DE CASA OS PRATOS E OS TALHERES, CRIARAM ESSE NOVO ACESSÓRIO – QUE ANTES CONSISTIA EM UM PANO DE COPA DOBRADO E AMARRADO.

A IGREJA É UMA CONSTRUÇÃO SIMPLES E TEM UM SALÃO AO LADO, UM PAVILHÃO COBERTO E UM CAMPO DE FUTEBOL MAIS À FRENTE. ENTRE A IGREJA E O CAMPO DE FUTEBOL OS CARROS SÃO ESTACIONADOS, EM GRANDE PARTE CAMINHONETES. AO REDOR DO CAMPO DE FUTEBOL HÁ UMA ESPÉCIE DE ARQUIBANCADA CONSTRUÍDA, E UM MURO BAIXO, COM PINTURAS DE PUBLICIDADE DE EMPRESAS DO COMÉRCIO LOCAL.

O SALÃO PAROQUIAL AO LADO DA IGREJA É ONDE ACONTECERÁ A MATINÊ À TARDE, E NO PAVILHÃO ESTÃO POSICIONADAS MESAS LONGAS COBERTAS DE PLÁSTICO, COM BANCOS DE MADEIRA. PRÓXIMO À ENTRADA, UMA JANELA COM UMA GRADE, AO ESTILO DE UM GUICHÊ, É O LOCAL ONDE SÃO VENDIDAS AS FICHAS DE BEBIDAS. O ALMOÇO DEVERIA TER SIDO COMPRADO

⁸⁰ Homem infiel. (Nota da autora)

PREVIAMENTE, E O CARDÁPIO CONSISTE EM: COSTELÃO E OUTROS TIPOS DE CARNE ASSADA, SALADA DE REPOLHO COM TOMATE, MAIONESE DE BATATAS, CUCA (*KUCHEN*), ARROZ E MANDIOCA COZIDA. CUSTA R\$ 45,00 POR PESSOA, MAS PRECISAVA SER COMPRADO ANTECIPADAMENTE – SEGUNDO UMA ORGANIZADORA “PRECISA SE PLANEJAR NAS QUANTIAS DE COMIDA”. DE SOBREMESA, O CLUBE DE MÃES VENDERÁ ‘BOLO DE POTE’ A R\$ 12,00 E SAGU DE VINHO COM CREME A R\$8,00 A UNIDADE.

AS CARTELAS DO BINGO PODEM SER ADQUIRIDAS COM A ORGANIZAÇÃO, IDENTIFICADA PELA CAMISETA DE UNIFORME, A R\$ 15,00. OS PRÊMIOS SÃO: UMA FRITADEIRA ELÉTRICA, UM CONJUNTO DA TUPPERWARE®, UMA PAINHA DE PRESSÃO, UM KIT DE CREMES E PERFUMES NATURA®, UM MINIPROCESSADOR DE ALIMENTOS, E UMA PARAFUSADEIRA ELÉTRICA.

AS ORGANIZADORAS VÃO SERVINDO A MESA, COM GRANDES BACIAS DE SALADA, MAIONESE, MANDIOCA, ARROZ, E AS PESSOAS VÃO SE MOVIMENTANDO E FORMANDO FILA PARA IREM SE SERVIR. A CARNE DEVE SER RETIRADA NO BALCÃO AO LADO DAS CHURRASQUEIRAS, E CADA UM LEVA PARA SUA MESA. NA FILA DO BUFFET IMPROVISADO, OS COMENTÁRIOS:

- DONA X PICA O REPOLHO QUE NEM A CARA DELA, DÁ PRA VER A MÁ VONTADE. OLHA O TAMANHO DISSO?

- E ESSE VINAGRE DE VINHO EM TUDO? PRECISA ENCHARCAR A SALADA NESSE VINAGRE? MURCHA TODA A SALADA ANTES MESMO DE COLOCAR NO PRATO.

- O ARROZ PELO MENOS TÁ BONITO, TÁ SOLTINHO.

- AH, MAS O ARROZ É SEMPRE A ENCARGO DA DONA Y, E ELA SABE COZINHAR EM QUANTIDADE.

LEVAMOS PRATOS DE VIDRO ÂMBAR DA DURALEX®, QUE SEGUNDO MINHA ACOMPANHANTE “DURAM UMA VIDA E NINGUÉM VAI QUERER ‘PEGAR ESCONDIDO’, PORQUE SÃO FEIOS” E TALHERES DE METAL, SEM CABO, “PARA DEPOIS PODER LAVAR COM ÁGUA FERVENDO E NÃO JUNTAR GORDURA”. COMPRO AS FICHAS DE ÁGUA E REFRIGERANTE, E VOU RETIRAR NO BAR, E AO CHEGAR NA MESA, TODOS JÁ ESTÃO ALMOÇANDO.

TERMINADO O ALMOÇO, COMPRO UM BOLO DE POTE, QUE SEGUNDO A

VICE-PRESIDENTE DO CLUBE DE MÃES POSSO “COMER SEM MEDO, PORQUE NÃO TEM NADA DE OVO CRU”. O SOM AMBIENTE É UMA MESCLA DE MÚSICA GAUCHESCA, ‘BANDINHAS’⁸¹ E SERTANEJO.

POR VOLTA DAS 14:00H COMEÇA O BINGO, E RECEBO UM PUNHADO DE GRÃOS DE MILHO DE PIPOCA, COM A SEGUINTE INSTRUÇÃO “PRESTA ATENÇÃO NA HORA DE MARCAR, PARA PODER CONFERIR. SE ERRAR, AZAR O SEU”. UM SENHOR AO MICROFONE ‘CANTA’ OS NÚMEROS: “RASOS, DEZ”, “TRINTA E TRÊS, A IDADE DE CRISTO”, E VÃO CORRENDO AS RODADAS. UMA SENHORA E UMA MOÇA DISCUTEM PELA PANELA DE PRESSÃO, E A MAIS NOVA ACABA CEDENDO O PRÊMIO. COMO CONSOLAÇÃO, UMA CABELEIREIRA ENTRE OS PRESENTES OFERECE UM PRÊMIO EXTRA: UM VALE HIDRATAÇÃO CAPILAR NO SEU SALÃO DE BELEZA. A MOÇA SAI FELIZ, DISSE QUE GOSTOU ATÉ MAIS DESSE PRÊMIO DO QUE DA PANELA DE PRESSÃO. DAS DUAS CARTELAS QUE COMPREI, NÃO RESULTOU NENHUM PRÊMIO.

APROVEITO A OCASIÃO PARA CONVERSAR COM INTERLOCUTORES, CIRCULO ENTRE AS MESAS, O CLIMA É MUITO ANIMADO. MAIS AFASTADOS, ADOLESCENTES MEXEM NOS CELULARES, ENTEDIADOS. UMA CONFESSA “DETESTO ESSAS FESTAS, COISA MAIS JECA DO MUNDO”.

COMEÇAM OS PREPARATIVOS PARA A MATINÊ. OS INSTRUMENTOS DA BANDA VÃO SENDO MONTADOS, AS CAIXAS DE SOM E MICROFONES INSTALADOS E TESTADOS: “EI, SOM, ALÔ, TESTE, UM, DOIS, TRÊS, SOM”. A PORTA DO SALÃO É FECHADA EM UMA PARTE, E NA OUTRA POSICIONAM UMA MESA, PARA COBRAR OS INGRESSOS DE QUEM ENTRA. AO ADENTRAR O SALÃO, CADA UM RECEBE UM CARIMBO NO ANTEBRAÇO, DE COR ROXA, CASO QUEIRA SAIR E DEPOIS RETORNAR AO SALÃO. O CARIMBO É UM CÍRCULO, COM O NOME DA PARÓQUIA ESCRITO – E ACHO GRAÇA, POIS ME LEMBRA O SELO DE INSPEÇÃO FEDERAL. EM ALGUNS MINUTOS, ERA PRATICAMENTE UM BORRÃO.

A BANDA COMEÇA SEU SHOW COM LUZES, GELO SECO, UMA CENOGRAFIA ELABORADA. AO MEU LADO, DOIS RAPAZES COMENTAM:

⁸¹ Gênero musical dançante, típico da Região Sul do Brasil, geralmente composto por instrumentos de sopro, com sonoridade originária da música bávara e tirolesa. (Nota da autora)

- ELES SÃO TOP, VAI ENCHER ISSO AQUI.

- PIOR...

A PISTA REALMENTE ENCHE, O SOM DOS TROMPETES ANUNCIA AS MÚSICAS DE ‘BANDINHA’. TODOS SE APRESSAM A ENCONTRAR UM PAR. ALGUM TEMPO DEPOIS, UM RAPAZ DE TOPETE, ALTO E MAGRO, COMEÇA A TOCAR SUA GAITA PONTO, E NOS PRIMEIROS ACORDES OS RAPAZES CAEM NA RISADA:

- MAS EU NÃO ACREDITO QUE ELE VAI TOCAR “FUNDO DA GROTA”!

- JÁ TÁ TOCANDO. TODO MUNDO GOSTA.

E REALMENTE, AS CADEIRAS FICAM VAZIAS. TODOS DANÇAM, CIRCULANDO A PISTA, E OS CASAIS QUE NÃO CONSEGUEM MANTER O RITMO, FAZEM COM QUE OS DEMAIS ESBARREM E FIQUEM BRAVOS.

- SE É PRA ‘ESTROVAR’, ENTÃO QUE NÃO DANCE!

VAI SE APROXIMANDO O FIM DE TARDE, E MINHA COMPANHEIRA DE BAILE AVISA:

- TEMOS QUE IR, PORQUE VAI COMEÇAR A FICAR ESCURO, AÍ É RUIM DE VOLTAR.

PEGAMOS A ESTRADA PARA RETORNAR, AO QUE ELA CONSTATA:

- ESSE POVO BEBEU E NÃO FOI POUCO, TOMARA QUE NÃO FAÇAM NENHUMA BARBEIRAGEM NO CAMINHO.

A SEMANA DO MUNICÍPIO:

EVENTO 1 – MISS TERCEIRA IDADE: É MÊS DE JULHO, E O CLIMA ESTÁ MUITO FRIO E CHUVOSO. AS CIDADES DO OESTE SE PREPARAM PARA SEU 63º ANIVERSÁRIO, NO DIA 25. A SEMANA É SEMPRE MOVIMENTADA, COM UMA EXTENSA PROGRAMAÇÃO E ATIVIDADES COMEMORATIVAS TODOS OS DIAS.

OS FESTEJOS COMEÇAM NA QUARTA-FEIRA À TARDE, NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, ONDE OCORRE O BAILE E CONCURSO “MISS TERCEIRA IDADE”. O MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DIZ QUE O EVENTO É DE “VALORIZAÇÃO DA AUTOESTIMA, ELEGÂNCIA E VIVACIDADE DOS INTEGRANTES DO GRUPO CONVIVER. REALIZADO NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, DESTACA A

BELEZA DA TERCEIRA IDADE COM DESFILES, MÚSICA E GRANDE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, CELEBRANDO A MELHOR IDADE COM ALEGRIA E EMOÇÃO”.

O VEREADOR CONVIDADO ABRE O EVENTO, E EM SEU DISCURSO “PARABENIZA A TODOS QUE AJUDARAM A PROMOVER O BAILE, E QUE RESULTA EM UM BELÍSSIMO DESFILE. TODOS OS ANOS O NOSSO MUNICÍPIO É MUITO BEM REPRESENTADO, COM BELAS PARTICIPANTES. ISSO REFLETE A BELEZA E A SAÚDE DE UMA POPULAÇÃO QUE SE CUIDA E CUIDA DE SUA CIDADE”.

A MESA DE JURADOS É COMPOSTA POR POLÍTICOS, EMPRESÁRIOS E PERSONALIDADES LOCAIS. UM A UM, SÃO CHAMADOS A COMPOR A MESA, DECORADA COM TOALHAS DE CETIM E UM GRANDE ARRANJO DE FLORES. SÃO DEZ, AO TODO – QUATRO MULHERES E SEIS HOMENS, ENTRE ELES PREFEITO E VICE.

O DESFILE TEM INÍCIO COM AS SENHORAS PERCORRENDO O TAPETE CINZA ESTENDIDO EM FORMA DE “T”, EM APRESENTAÇÃO INDIVIDUAL, E DEPOIS CONJUNTA, COM AS 8 CANDIDATAS. NA APRESENTAÇÃO INDIVIDUAL SÃO CONDUZIDAS PELA MÃO POR RAPAZES FARDADOS, INTEGRANTES DO TIRO DE GUERRA DA CIDADE. ELES PERMANECEM PARADOS ATRÁS DA RESPECTIVA CANDIDATA DURANTE AS ETAPAS DO DESFILE. AS SENHORAS ESTÃO TRAJANDO VESTIDOS LONGOS, BORDADOS, COM RENDAS E BRILHOS, CEDIDOS GENTILMENTE POR UMA EMPRESA PATROCINADORA, DE LOCAÇÃO DE TRAJES. OS PENTEADOS E MAQUIAGENS ELABORADAS, TAMBÉM FORAM PROVIDENCIADOS POR UM SALÃO DE BELEZA PATROCINADOR DO EVENTO.

CADA UMA DESFILA COM DELICADEZA, DEMONSTRANDO ELEGÂNCIA, SIMPATIA, DISTRIBUINDO SORRISOS E ACENOS À PLATEIA. AS FAMÍLIAS FAZEM TORCIDA, APLAUDEM E INCENTIVAM SUAS CANDIDATAS. UMA MOÇA COMENTA COMIGO, APONTANDO PARA UMA SENHORA QUE FAZIA SEU DESFILE INDIVIDUAL:

- LINDA A MINHA VÓ NÉ? QUERO SER QUE NEM ELA QUANDO FICAR MAIS VELHA. DIZEM QUE ELA ERA LINDÍSSIMA QUANDO NOVA, MAS MEU VÔ NEM DEIXAVA ELA SAIR DE CASA. AGORA QUE É VIÚVA ELA TÁ APROVEITANDO A VIDA. ELA MERECE.

ANTES DE SAIR O RESULTADO, O PREFEITO FEZ UM BREVE DISCURSO, ENALTECENDO A BELEZA DAS CANDIDATAS E DE TODAS AS MULHERES DO MUNICÍPIO: “UMA CIDADE LINDA, E SUAS MULHERES LINDAS, DAS CRIANÇAS À

MELHOR IDADE”. EM SEGUIDA SÃO ANUNCIADAS AS TRÊS VENCEDORAS, DA TERCEIRA PARA A PRIMEIRA COLOCADA. ELAS RECEBEM FAIXAS DE CETIM PRETO, COM DETALHES PRATEADOS, BORDADAS “MISS MELHOR IDADE”. O FECHO É UMA ROSETA, EM QUE ESTÁ BORDADO O BRASÃO DA CIDADE.

SEGUE-SE O BAILE, COM OS CASAIS DO GRUPO DE IDOSOS E AS FAMÍLIAS DANÇANDO OS RITMOS DE SEMPRE: GAUCHESCOS E SERTANEJOS. AS CANDIDATAS SÃO CONVIDADAS PARA AS DANÇAS, MAS RECUSAM GENTILMENTE, POIS SÃO CHAMADAS ÀS SESSÕES DE FOTOS COM AUTORIDADES E DEMAIS PARTICIPANTES. AS AUTORIDADES VÃO DESPEDINDO-SE RAPIDAMENTE, ALEGANDO OUTROS COMPROMISSOS. AOS POUCOS, O PÚBLICO TAMBÉM VAI SE DISPERSANDO.

Figura 119 - Concurso de Miss Terceira Idade



Fonte: Priscila Lini (julho-2023)

EVENTO 2 – BAILE DE GALA: NA NOITE DE SÁBADO OCORRE O BAILE DE GALA, NO CENTRO DE EVENTOS DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. O CLIMA AO LONGO DA SEMANA MELHOROU E JÁ NÃO FAZ MAIS TANTO FRIO. NO SALÃO RICAMENTE DECORADO COM FLORES, LUSTRES, MESAS COM TOALHAS DE BROcado E CETIM, RECEPCIONISTAS ENCAMINHAM OS CONVIDADOS ÀS SUAS

MESAS, CUJO INGRESSO TEVE DE SER ADQUIRIDO ANTECIPADAMENTE AO VALOR DE R\$ 100,00 POR PESSOA. O TRAJE INDICADO, EMBORA SEJA DENOMINADO COMO *BAILE DE GALA*, ERA VESTIDO LONGO PARA AS MULHERES E PASSEIO COMPLETO PARA OS HOMENS. NINGUÉM TRAJA SMOKING, OU GALA DE FATO, O QUE NÃO IMPEDE O USO DE ROUPAS BASTANTE ELABORADAS.

NÃO É SERVIDO JANTAR, APENAS CANAPÉS, COQUETÉIS E BEBIDAS. AS PESSOAS ACOMODADAS EM SUAS MESAS CONVERSAM ANIMADAMENTE, E ALGUMAS TÊM FAIXAS COM MENSAGENS DE APOIO ÀS CANDIDATAS A MISS, FEITAS POR SEUS AMIGOS E FAMILIARES.

UM CASAL DE MESTRES DE CERIMÔNIAS DÁ INÍCIO AO EVENTO, PASSANDO A PALAVRA AO PREFEITO E AO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES. AMBOS ENALTECEM O TRABALHO INCANSÁVEL DOS PIONEIROS, DA BOA GENTE QUE CONSTRUÍU O MUNICÍPIO, DOS VALORES DO TRABALHO E O PROGRESSO VISÍVEL. “A PUJANÇA DA NOSSA CIDADE PODE SER NOTADA NOS SORRISOS E NA BELEZA DESSAS JOVENS”. SÃO FEITOS AGRADECIMENTOS AO EMPRESARIADO LOCAL, AOS PATROCINADORES DO EVENTO, À COOPERATIVA QUE CEDEU O ESPAÇO PARA O EVENTO E A “TODOS QUE CONTRIBUÍRAM E CONTRIBUEM COM SEU DINAMISMO PARA ESSES 63 ANOS DE HISTÓRIA”.

ASSIM COMO O DESFILE DE QUARTA-FEIRA, A PASSARELA É EM FORMATO DE “T”, MONTADA AO NÍVEL DO PALCO, AO CENTRO DO SALÃO, FORRADA DE CARPETE. À FRENTE, ESTÁ POSICIONADA A MESA DE JURADOS, TAMBÉM DECORADA COM TOALHAS DE BROcado E ARRANJOS DE FLORES. SÃO 10 JURADOS E 12 CANDIDATAS.

ELAS FAZEM SEU PRIMEIRO DESFILE EM CONJUNTO, TODAS USANDO MAIÔ PINK COM MANGAS ESVOAÇANTES – COMPORTADO E POUCO CAVADO. É A ETAPA DE “AVALIAÇÃO ESTÉTICA”. DEPOIS, FAZEM SUA ENTRADA INDIVIDUAL, TRAJANDO O MESMO MAIÔ.

É FEITO UM BREVE INTERVALO PARA A TROCA DE ROUPAS, E ENQUANTO ISSO A APRESENTAÇÃO DE UM GRUPO DE DANÇAS, EM HOMENAGEM À ARTE DO CIRCO, EM QUE OS FIGURINOS DOS DANÇARINOS E SUAS ACROBACIAS FAZEM ALUSÃO AO *CIRQUE DU SOLEIL*. RETOMADO O CONCURSO, AS CANDIDATAS FAZEM UMA ENTRADA CONJUNTA, EM SEUS TRAJES DE GALA, SEGUIDA DAS ENTRADAS

INDIVIDUAIS.

OS VESTIDOS SÃO COLORIDOS, MUITO BORDADOS, NAS CORES PRATA, ROSA CLARO, AZUL ROYAL, DOURADO, VIOLETA, PINK, AMARELO, VERDE ESMERALDA, VERDE PETRÓLEO, AZUL MARINHO E VERMELHO, COR USADA POR DUAS CANDIDATAS. DAS DOZE, APENAS UMA É NEGRA. OS CRITÉRIOS AVALIADOS SÃO: POSTURA, ELEGÂNCIA, SIMPATIA E DESENVOLTURA. ENTRE O PÚBLICO, VÁRIOS COMENTÁRIOS:

Figura 120 - Baile em comemoração dos 63 anos do município, com a escolha da Miss e homenagens aos pioneiros



Fonte: Priscila Lini (julho – 2023)

- ESSA ATÉ QUE É BONITA, MAS É MUITO MIÚDA, NO ESTADUAL NÃO VAI ADIANTE.

- A LOIRA É A MELHOR DE TODAS, MAS ACHO QUE NÃO GANHA. ÚLTIMAMENTE NÃO SEI O QUE TEM, QUE ESTÃO COM *BIRRA* DAS LOIRAS.

- ESSA AÍ ESCOLHEU MAL O VESTIDO, DEIXOU ELA MUITO *APAGADA*.

- A DE AMARELO É BONITA SIM, MAS NÃO TEM MUITO A VER COM A CIDADE. ACHO QUE PARA OUTRAS COISAS ELA PODERIA SER ESCOLHIDA, MAS NESSE CASO TEM QUE SER ALGUÉM QUE NÃO SEJA TÃO DIFERENTE.

- A PENÚLTIMA A ENTRAR. NÃO TEM PRA NINGUÉM, DESFILOU QUE NEM UMA PLUMA! E QUE VESTIDO!

AS CANDIDATAS RETORNAM AO CAMARIM, E ENQUANTO ESPERAM O CÁLCULO DOS VOTOS, É FEITA UMA HOMENAGEM À PRIMEIRA MISS ELEITA, NO ANO DE 1958, QUANDO A LOCALIDADE AINDA NEM ERA EMANCIPADA. A SENHORA É CHAMADA AO PALCO, RECEBE FLORES E UMA FAIXA, E TIRA FOTOGRAFIAS COM AS AUTORIDADES LOCAIS. SUA BIOGRAFIA E UMA FOTO DO CONCURSO QUE PARTICIPOU QUANDO JOVEM SÃO EXIBIDAS EM UM TELÃO. À MESA AO LADO, COMENTAM:

- MAS OLHA SÓ, ATÉ NOSSAS *VÉIA* SÃO ELEGANTES...

Figura 121 - Concurso de Miss no ano de 1958



Fonte: Acervo da Revista Mosaicos

AS CANDIDATAS VOLTAM AO PALCO PARA O ANÚNCIO DO RESULTADO, VISIVELMENTE NERVOSAS. AS FAMÍLIAS AGITAM AS FAIXAS E FAZEM TORCIDA. A PRIMEIRA ANUNCIADA É A MISS INTERNET, VENCEDORA DE UMA ENQUETE PUBLICADA EM UM PORTAL DE CONTEÚDO LOCAL. A SEGUNDA, A MISS SIMPATIA, ELEITA PELAS DEMAIS COMO A MAIS CARISMÁTICA DURANTE O PERÍODO DE

CONVÍVIO, DAS PREPARAÇÕES, ENSAIOS E EVENTOS PRÉVIOS.

AO ANUNCIAR A TERCEIRA COLOCADA, UMA CONSTATAÇÃO:

- TE FALEI QUE A LOIRA NÃO GANHAVA. É LINDA, PERFEITA, MAS ULTIMAMENTE TEM ESSA *IMPLICÂNCIA*. NÃO TEM NEM COMPARAÇÃO COM AS OUTRAS. FICOU EM TERCEIRO PORQUE IA FICAR ATÉ FEIO ELA NÃO GANHAR NADA.

CRIA-SE UM CLIMA DE SUSPENSE ENTRE AS CANDIDATAS RESTANTES. EM CIMA DO PALCO ELAS SEGURAM AS MÃOS. É ANUNCIADA A GRANDE VENCEDORA, SEGUIDA DA SEGUNDA COLOCADA, “QUE ASSUMIRÁ O TÍTULO CASO A PRIMEIRA VENHA A DESCUMPRIR QUAISQUER REGRAS DO REGULAMENTO DO CONCURSO”. A MISS ESCOLHIDA REPRESENTARÁ O MUNICÍPIO NO CONCURSO ESTADUAL.

AS DEMAIS CANDIDATAS SE RETIRAM DO PALCO, ENQUANTO AS VENCEDORAS POSAM PARA AS FOTOS. LOGO, A PASSARELA É DESMONTADA PARA DAR LUGAR À PISTA DE DANÇA NO SALÃO. A DANÇA DE ABERTURA DA PISTA É INICIADA PELO PREFEITO E PELO VICE, ACOMPANHADOS DAS RESPECTIVAS ESPOSAS. LOGO OS DEMAIS CONVIDADOS TAMBÉM VÃO SE LEVANTANDO PARA DANÇAR.

AO CIRCULAR PELA FESTA, ENCONTRO CONHECIDOS, CONVERSO COM INTERLOCUTORES. OS COMENTÁRIOS VÃO DESDE CONSTATAÇÕES SOBRE A MINHA APARÊNCIA (“MAS TU TÁ IGUALZINHA, CRIATURA!”) ÀS PERGUNTAS INDISCRETAS SOBRE A VIDA PESSOAL (“MAS NADA DE FILHOS MESMO? TUA MÃE NÃO FICA TRISTE?”). TAMBÉM ALGUMAS CRÍTICAS E ELOGIOS AO CONCURSO:

- A QUE GANHOU É BONITA, MAS EU ACHEI QUE TINHA OUTRAS MELHORES.

- ACHO QUE ESTAVA BEM DIFÍCIL ESCOLHER. E SE VOCÊ FOR ANALISAR, ELAS ESTÃO TODAS PRODUZIDAS, MAS NO DIA A DIA SÃO DIFERENTES.

- TÁ, MAS O CONCURSO É AGORA, ENTÃO CONTA QUEM SE APRESENTOU MELHOR.

- OLHA, EU SEMPRE FICO COM UM PÉ ATRÁS. PARA MIM ISSO SEMPRE TEM *CHUNCHO*⁸². NO FIM ESCOLHEM AS MAIS RIQUINHAS, AS DAS FAMÍLIAS MAIS CONHECIDAS, E NÃO QUEM É MAIS BONITA. PRONTO.

TERMINADO O CONCURSO, POUCO DEPOIS DECIDO IR EMBORA, POIS NO OUTRO DIA, HAVERÁ OUTRO COMPROMISSO: O ALMOÇO DA FESTA DO PADROEIRO.

⁸² Armação, engodo. No caso, combinação de votos. (Nota da autora)

EVENTO 3 - FESTA DO PADROEIRO: NO DOMINGO DE MANHÃ, ACONTECE UMA MISSA NA IGREJA DE SÃO CRISTÓVÃO, SANTO COM MUITOS DEVOTOS NO OESTE PARANAENSE. O DIA AMANHECEU COM TEMPO BOM E AMENO, E ÀS 9:00H OS SACERDOTES SE POSICIONAM NO CANTEIRO DA AVENIDA PRÓXIMA À IGREJA E INICIAM A “BENÇÃO DOS CARROS E MOTORISTAS”. UMA CARREATA, SAÍDA DA IGREJA MATRIZ, É FORMADA POR PESSOAS QUE SE DIRIGEM À MISSA, MAS TAMBÉM POR OUTRAS, QUE PARTICIPAM SÓ DA BENÇÃO. CARROS DE PASSEIO, CAMINHONETES, CAMINHÕES E MOTOCICLETAS SÃO ASPERGIDOS COM ÁGUA BENTA ENQUANTO PASSAM LENTAMENTE AO LADO DE DOIS PADRES E DOIS SEMINARISTAS. ALGUNS LEVAM IMAGENS DO SANTO, E ATÉ DOIS TRATORES PEQUENOS RECEBEM A BÊNÇÃO. TERMINADA A CARREATA, SÃO SOLTADOS FOGUETES E ROJÕES, E O CORTEJO RETORNA IGREJA, ONDE TEM INÍCIO A MISSA.

A LITURGIA É A COSTUMEIRA, EXCETO PELO MOMENTO EM QUE O PADRE PEDE AOS MOTORISTAS QUE “LEVANTEM AS CHAVES DOS CARROS E CAMINHÕES, PEDINDO AS BÊNÇÃOS DE NOSSO AMADO SÃO CRISTÓVÃO PARA NOS CONSERVAR A SALVO DOS ACIDENTES E PERIGOS DAS ESTRADAS”.

APÓS A MISSA, É SERVIDO NO SALÃO PAROQUIAL O ALMOÇO FESTIVO, COM O TRADICIONAL CARDÁPIO (CHURRASCO, SALADAS, MAIONESE, MANDIOCA E ARROZ) SEGUIDO DE LEILÃO, BINGO, BAILE E SORTEIO DE RIFA. O JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL NOTICIOU:

A FESTA DE SÃO CRISTÓVÃO NÃO É SOMENTE UMA FESTA RELIGIOSA, SE TORNOU UMA FESTA TRADICIONAL NO MUNICÍPIO, E TEVE INÍCIO ANTES DA SUA EMANCIPAÇÃO. CULTURA E TRADIÇÃO QUE SÃO MANTIDAS E MELHORADAS A CADA EDIÇÃO. NESTE ANO, O EVENTO RECEBEU MAIS UMA VEZ UMA GRANDE PARTICIPAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS, QUE FIZERAM UM BELO TRABALHO, AUXILIANDO PARA QUE A FESTA FOSSE UM SUCESSO. (FLORÊNCIO, 2023, *ON-LINE*)

DURANTE A FESTA AS CONVERSAS GIRAVAM EM TORNO DE FATOS DO COTIDIANO, COMENTÁRIOS ELOGIOSOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA FESTA, E NECESSIDADE DE MANTER A *TRADIÇÃO*:

PODE ACONTECER O QUE FOR, MAS VENHO BENZER O CARRO. JÁ TEVE BENÇÃO DE BAIXO DE CHUVA, JÁ TEVE DIA FRIO QUE AMANHECEU GEADA, MAS A GENTE VEM. TEM CAMINHONEIRO NA FAMÍLIA, A GENTE

VIVE NA ESTRADA, VAI VER OS FILHOS QUE MORAM LONGE. O TERÇO E A MEDALHINHA DE SÃO CRISTÓVÃO NO RETROVISOR LIVRAM A GENTE DO PERIGO. AINDA MAIS NESSAS ESTRADAS, QUE SÓ POR DEUS MESMO, QUE O GOVERNO SÓ QUER SABER DE IPVA PAGO, MAS O ASFALTO É UMA *BOSTA*, ACOSTAMENTO VIRADO NA QUIÇAÇA, E AINDA BOTAM TROCENOS PEDÁGIOS. ENTÃO RESTA A GENTE CONFIAR NA NOSSA DIREÇÃO E NA PROTEÇÃO DE SÃO CRISTÓVÃO, QUE NUNCA NOS ABANDONOU. (INTELOCUTOR 4, 77 ANOS)

AO FINAL DO BAILE, NOVAMENTE SEM NENHUMA PRENDA OU PRÊMIO, PEGO A BR 277 NA DIREÇÃO OESTE, RUMO À CASA DOS MEUS PAIS. SEGUNDO UMA CONHECIDA, EU SOU MAIS UMA QUE “ELES PERDERAM PARA O MATO GROSSO”. CORRIJO: “DO SUL”. AO VOLANTE, NA QUE JÁ FOI CONHECIDA COMO “RODOVIA DA MORTE”, AGORA DUPLICADA E PEDAGIADA, PENSO EM TODA A DEVOÇÃO DE QUE POSSUI SÃO CRISTÓVÃO NESSE LUGAR. TALVEZ, SEJA PORQUE A PRIMEIRA REFERÊNCIA QUE SE FAZ AO OESTE PARANAENSE, É A CHEGADA POR ALGUMA ESTRADA TORTUOSA E CHEIA DE PERCALÇOS, POR UMA GENTE QUE “NÃO SOSSEGA EM LUGAR NENHUM, TÁ SEMPRE PROCURANDO LUGAR NOVO PARA PLANTAR” (INTERLOCUTOR 4, 77 ANOS).

O DESFILE CÍVICO:

NA MANHÃ DO FERIADO DE SETE DE SETEMBRO A RUA AINDA ESTÁ ÚMIDA DA GAROA NOTURNA. O CLIMA NUBLADO E FRESCO, CONFIRMA A PREVISÃO DE CHUVA PARA AS PRÓXIMAS HORAS, O QUE NÃO IMPEDE O MOVIMENTO DE PESSOAS, PRÓXIMO À AVENIDA. O PALANQUE COBERTO POR DUAS TENDAS DE LONA BRANCA ABRIGA AS PRIMEIRAS AUTORIDADES QUE CHEGAM – PREFEITO E PRIMEIRA-DAMA, VICE-PREFEITO E ESPOSA, VEREADORES, REPRESENTANTES DO EXÉRCITO, POLÍCIA E DIRETORES DE GRANDES EMPRESAS LOCAIS.

A ABERTURA É FEITA CONFORME O PROTOCOLO, SAUDANDO AS DIVERSAS AUTORIDADES MUNICIPAIS, ECLESIASTICAS, MILITARES, POLÍTICAS E COMUNIDADE QUE PRESTIGIAM O EVENTO. NAS PALAVRAS DO PREFEITO, “ESSE É UM MOMENTO EM QUE DEVEMOS RESSALTAR A NOSSA DEMOCRACIA, A NOSSA CIDADANIA, TER ORGULHO DO NOSSO PAÍS REPRESENTADO PELA NOSSA BANDEIRA E O HINO

NACIONAL. É UMA HONRA ACOMPANHAR O DESFILE CÍVICO-MILITAR, VER NOSSAS CRIANÇAS DESFILANDO LINDAMENTE E APRENDENDO UM POUCO MAIS SOBRE CIDADANIA”.

ENTOADO O HINO NACIONAL, EXECUTADO PELA BANDA DO 15º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADA, DESFILARAM OS RAPAZES QUE SERVEM NO TIRO DE GUERRA, CORPO DE BOMBEIROS E SOCORRISTAS, SECRETARIA DE SAÚDE, COM O MASCOTE ZÉ GOTINHA, MISS MEDIANEIRA E MISS 3ª IDADE, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ASSOCIAÇÕES DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS MUNICIPAIS, DEPARTAMENTO DE CULTURA, COLÉGIOS ESTADUAIS (DOIS DELES RECENTEMENTE TORNADOS CÍVICO-MILITARES), COLÉGIOS PARTICULARES, UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, SECRETARIA DE ESPORTES, GRUPO DE VOLUNTÁRIOS, CLUBES DE SERVIÇO (LIONS, ROTARY, FILHAS DE JÓ), GRUPO ESCOTEIRO, COOPERATIVA DE CRÉDITO, INSTITUIÇÕES DO SISTEMA “S”, COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, MOTO GRUPOS, COLECIONADORES DE CARROS ANTIGOS E O BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR.

OS SOLDADOS DESFILAM COM O TRAJE CAMUFLADO, ROSTO PINTADO E EXECUTAM ALGUMAS MANOBRAS, BRADANDO GRITOS DE GUERRA. AS CRIANÇAS USAM O UNIFORME DA ESCOLA, AS BANDAS E FANFARRAS SEUS UNIFORMES DE GALA – AS ESCOLAS QUE POSSUEM BANDA MARCIAL OU FANFARRA, EXECUTAM AS MÚSICAS PARA AS DEMAIS QUE NÃO TÊM FAZEREM SEU DESFILE. A PRIMEIRA-DAMA BOCEJA, E O PREFEITO, POR REFLEXO, TAMBÉM. UMA CHUVA FINA COMEÇA, MAS O DESFILE PROSSEGUE. UMA PROFUSÃO DE BANDEIRAS DO BRASIL, ENTRE OS QUE DESFILAM E OS QUE ASSISTEM. PRODUTORES RURAIS, ASSOCIADOS À COOPERATIVA DESFILAM COM SEUS TRATORES, ACENANDO. TAMBÉM ESTÃO ENFEITADOS COM A BANDEIRA NACIONAL.

O CTG DESFILA AO FINAL, FAZENDO O ENCERRAMENTO, TODOS DEVIDAMENTE PILCHADOS. UMA SENHORA FAZ UMA OBSERVAÇÃO CURIOSA:

- AINDA BEM QUE AGORA ELES DESFILAM POR ÚLTIMO, E *DE A PÉ*, PORQUE ANOS ATRÁS ELES ENTRAVAM COM AQUELES CAVALOS, E ALÉM DE ASSUSTAR TODO MUNDO, QUEM VINHA DEPOIS TINHA QUE MARCHAR EM CIMA DO *RASTRO DE BOSTA* QUE ELES DEIXAVAM.

A partir da observação de ocasiões como essa, pude perceber a manutenção, até a atualidade, de determinados comportamentos aqui descritos, que têm sua origem nos anos 1950 e 60. Uma constante representação que mantém vivo o engajamento ao pioneirismo e ao colonialismo interno. Em verdade, o que se passa é um teatro. Não há que se pensar em cinismo, todos acreditaram e ainda acreditam no teatro – mesmo quem sempre quis destruí-lo. E a forma que foi pautada essa realidade pôde se configurar em diferentes cenários, de maneiras variadas e distintas. Está sempre presente essa tensão entre as instituições, algumas vezes essa institucionalidade não é suficiente. Mas a performance produz e reproduz a realidade. (Geertz, 1991, p. 281)

Essa realidade, tão imaginada, e ao mesmo tempo tão concreta, é a materialização de um plano elaborado para o ordenamento territorial da nação, pensado por grupos de elite que enxergaram nessas terras a possibilidade de reconfigurar o contexto fundiário de uma parte do país, e claro, enriquecer com isso. Nesse laboratório que o Oeste do Paraná se transformou, a partir da década de 1940, foi possível estabelecer o discurso de vazio demográfico com muita eficiência.

O permanente (e)migrante levou tempo até elaborar um espaço. Quando recém-chegado ao Brasil, tanto em São Paulo quanto no Rio Grande do Sul já havia brasileiros, em número e posição suficientemente fortes para fazê-lo se sentir deslocado e forasteiro. Se as primeiras levas de imigrantes se instalaram no litoral e nas cercanias das serras, já em contato com populações brasileiras, seus filhos e netos precisaram negociar com estancieiros e latifundiários no interior do Rio Grande do Sul, e experimentaram a incerteza das experiências violentas de contestação à posse da terra no sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina.

Conforme foram lhe oportunizando ocupar espaços “vazios”, passou a estabelecer localidades de fixação, sempre mantendo em vista uma possibilidade futura de continuar o movimento. A condição de terras devolutas do Oeste paranaense, seu caráter de floresta ‘selvagem e indômita’, proporcionaram um cenário ideal para uma colonização direcionada e já inserida em uma dinâmica efetivamente empresarial.

Figura 122 - Caçada de porcos-do-mato em Santa Terezinha de Itaipu, no ano de 1954



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

Um estado que favoreceu grupos de acionistas, já experimentados em projetos anteriores, e que conseguiu se articular com o poder político estabelecido na capital, sem, contudo, estar diretamente subordinado a ela, proporcionou prerrogativas quase ilimitadas a esses agentes. A titularidade concedida, a partir de regularizações fundiárias operacionalizadas por normas de caráter quase personalíssimo, permitiu a expulsão de indivíduos não desejados, a atração de indivíduos ‘ideais’, e a exploração ilimitada de recursos naturais.

Dessa maneira, a ação pioneira permanente, continua presente, desfilando pelas ruas, sendo ensinada nas escolas, laureada nos eventos, gratificada no cotidiano. É graças a essa encenação em sucessivos atos que gerações e gerações de colonos são levadas a crer que são melhores, mais capazes, mais trabalhadoras e merecedoras do sucesso que as outras pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do trabalho de campo à redação, o tempo todo me senti instada a refletir sobre meu papel de pesquisadora, e que memória escolhia contar. Uma vez que são muitas, são múltiplas, é impossível que caibam em uma pesquisa de tese. Quais memórias são as minhas? O que me contaram aqueles que vieram antes, e como isso me constituiu como sujeito?

A escrita desse trabalho é a escrita de alguém que viveu nesse contexto, isso fica visível em algumas (inevitáveis) contradições – minhas e do lugar. Ao mesmo tempo, fui alguém que, por um bom tempo, achou normal tudo isso, achou que era um dado “natural”, quando na verdade era um construído. Não foi fácil estar presente como pesquisadora no meu local de origem, especialmente porque é um assunto afetivamente muito próximo, com pessoas que conheço. Não nego que há medo de represálias, medo de que alguém se identifique, medo de alguém que venha a ler esse trabalho se sinta ofendido, ou mesmo traído, com algo que aqui está escrito.

A proximidade me provoca isso. Não digo que fui atravessada pelo tema: eu fui *constituída* por esse tema. Ele faz parte de mim como a terra vermelha. Quem é de lá fica até um pouco aflito com essa terra, porque dizemos que ela “encarde”. Ela entra nas fibras dos tecidos, ela entra nos poros da nossa pele e passa a fazer parte dela. É esse barro que dá a sua coloração ao colono, um sujeito modelado, o “Adão de barro vermelho”.

É uma região singularizada por seus processos constitutivos. Essa espécie de nódulo de expansão, de pessoas que se espalharam; em verdade, foi a concentração prévia, a organização para depois se esparramarem pelo território. Ela serve como uma nova formulação de pensar. Atualmente, até se torna elemento de humor: existe todo um nicho nas redes sociais, constituído de perfis humorísticos que imitam o cotidiano dos colonos: narram os ‘perrengues’ na lavoura, fazem graça da braveza, do pavio curto e da obsessão por limpeza das colonas, de seus hábitos, de mexericos e fofocas. E sim, esse *ethos* se converteu em marcador da diferença.

Figura 123 - Destaque para o latossolo vermelho, na zona rural de Santa Helena, no período da ‘safrinha’



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

Embora seja uma região eminentemente rural, que exprime uma pontinha de mal-estar, de mau jeito, uma sensação de estupefação quando se vai para um grande centro, ela é orgulhosa e autocentrada. Acredito que não seja a mesma sensação de alguém que vem de um rincão remoto, um ‘capiáu’. Não parece ser o mesmo sentimento. É a sensação de não pertencimento, que fica mascarada por um verniz de autossuficiência e altivez.

Esse local é algo como um *umbral* geográfico. Ele não é gaúcho, porque não está no Rio Grande do Sul, mas pega alguns itens de empréstimo dessa cultura que se denominou gauchesca. Ele é, sobretudo, paranaense - mas não é aquele paranaense “bicho do Paraná”, da gralha azul, curitibano e reservado. Do litoral, só se tem algumas experiências esporádicas das férias na praia.

É também um *umbral* sociológico, no sentido de que alguns termos causam tanto pavor no colono mediano, que não são sequer mencionados. “Campesinato”, “feminismo”, “reforma agrária” (muito embora a região tenha sido o berço do movimento de luta pela terra no começo dos anos 80, em razão da perda de terras pelo represamento do Rio Paraná). É o pânico da autoanálise que resulta em alienação e neurose.

Mas acima de tudo uma região nodal, porque tem um caráter sistêmico: ela se ramifica,

é o nódulo que se difunde. Produz interdependências, assimetrias, produziu uma pequena elite local muito bem articulada com outras elites, mas não necessariamente a elas pertencentes. Uma classe mediana remediada, à qual não falta o básico, mas que também não pode se dar ao luxo de grandes dispêndios ou de gastos supérfluos. Uma classe trabalhadora vulnerável e invisível, autorizada a existir somente como contingente de mão-de-obra disponível. Esse território *foi* mas também *é*, porque o processo continua ali, latente. Até adiciona alguns atores, itens de figurino, um recurso cênico pode substituir outros, mas o roteiro segue sendo interpretado no mesmo palco, o teatro originário permanece encenado.

A escolha da linguagem com elementos das artes cênicas (palco, teatro, atores, roteiro) para a organização dos capítulos, foi em razão do caráter performático ali interpretado, diuturnamente. A encenação que iniciou em meados dos anos 1940, com a transmissão da propriedade da terra das *obrages* para as companhias colonizadoras, inaugurou uma nova etapa de criação do território, que se reelabora até a contemporaneidade, em nome de sua própria manutenção. É a expansão que garante o sucesso da origem. Não é uma questão de ser uma farsa, mas sim, algo que parece espontâneo, quando foi muito bem planejado e elaborado antes mesmo de ter início.

O Oeste tem grande afluência interna, dessa permanente conquista de Brasil. Norbert Elias (1989, p. 48), de maneira similar quando trata dos alemães, me ajuda a definir o quanto o colono constrói uma imagem de si positiva, enaltecadora. Constrói passado e cria memórias. Mas também cria imagem dos outros, nem que para isso tenha que contar com todos os estereótipos, com todos os preconceitos, com todos os atributos ainda que pejorativos. Consegue produzir a própria hegemonia. De que maneira? Produzindo as próprias condições de privilégio, claro. Não é uma atitude somente psíquica, é também uma atitude muito prática.

Além disso, consegue uma das maiores conquistas do capitalismo. É o forasteiro, o chegado de fora que se estabelece, que transforma os outros muitos que ali até já estavam em *outsiders*. Quando menciono o termo *umbral*, é no sentido de indefinição, um local que deveria ser de trânsito, mas que se torna permanente. É uma névoa entre local, tempo e forma.

Nessa região se produziu grande parte das costuras, das estratégias e táticas do que está posto agora no país, como projeto nacional. Ali foram alguns dos primeiros experimentos da agricultura de precisão, da produção escalonada, do desvirtuamento dos princípios cooperativos, convertidos em agronegócio. Ali se criou um dialeto, se criaram estéticas. Há quem queira sair, para conquistar ainda mais espaços e depois voltar. Há quem queira sair, sem

planos de retornar.

O Oeste do Paraná é hostil ao diferente, se considera meio europeu, coloca nas heráldicas, nas bandeiras dos municípios, nos seus símbolos e brasões, a roda dentada do trabalho, nos torreões da tradição medieval, ladeados por espigas de milho e de trigo. Excluiu as lutas camponesas e adicionou as lealdades, os apertos de mão e a cordialidade selecionada. Escolheu criteriosamente quais símbolos queria *importar* para *portar*, imprimir, criar quadros simbólicos e levá-los adiante.

No que mostrei, tentei não romper ou ofender lealdades com os outros, e lealdades comigo mesma. Mas me restou muito claro que esse tipo de percurso deixa a marcas indeléveis. Tentei tomar como referência a indicação de Gerald Berreman, de que “o etnógrafo deve zelar por não revelar as informações de bastidores a que recebe e o fato mesmo de que se as recebe tanto para proteger suas fontes de informações das sanções que podem ser impostas contra elas, como para resguardar sua própria aceitação na comunidade”. (1980, p. 171)

Ao longo do curso de doutorado, tivemos muitas discussões nas disciplinas: sobre poder, campesinato, trabalho. E, toda vez que esse tema vinha à tona, eu percebia que quem não é dali não entende o funcionamento desse local; tem uma série de construtos equivocados e mal colocados, conceitos que não se aplicam. Não têm noção de que, a aparente desimportância do Oeste paranaense, nada mais é do que uma forma de o deixar de fora de discussões que venham alterar seu estado de coisas.

Uma forma de parecer que aquela gente ordeira e *trabalhadeira* é inofensiva, que não se articulam com os grandes atores do capital, que são pequenos produtores simplórios, e com o suor do seu rosto, com o sacrifício dos seus antepassados construíram o progresso em um local onde se vive muito bem, obrigada. Entre os pares, a visão é que certamente vive-se melhor do que em grande parte do resto do país.

A impressão que tenho é que se quer transferir a culpa das crises ambientais, das mazelas do latifúndio, às grandes propriedades do estado de Mato Grosso, do Tocantins, Goiás, das novas frentes de colonização no Pará. Sim isso são grandes problemas. Mas o ponto de partida desses locais tão problemáticos, as formas de pensar e de transformar território, tiveram o seu laboratório maior no Oeste do Paraná.

A adesão a projetos de poder conservadores de ultradireita neoliberal desse campesinato colono, antes questionador, seduzido pelas vantagens do agronegócio exportador, convertido em um conjunto coeso e pacificado. Um sem-número de pessoas que se aliou às

elites políticas em nome das boas colheitas em suas safras, uma casa confortável e alguma participação nos lucros ao fim de cada ano.

Como me colocar no texto sem ser temperamental, piegas, ou pior, fazê-lo de sessão de terapia? Como focar no que meus interlocutores pensavam, sem que interferissem os meus pensamentos? Quem entrar em contato com a pesquisa não sabe, de antemão, o que eu penso. Por isso, tentei aqui mostrar, clara e cabalmente, de onde elaborei essas ideias e de onde obtive essas informações, que, para mim, beiram o óbvio.

Busquei fazer uma descrição circunstanciada, tornar compreensível para mim e para quem se dispuser a ler, *como é contraditório o colono*, expressão que me foi dita pela Professora Arlene Renk na ocasião da qualificação. O que é um desafio, pois muito mais fácil identificar os elementos compartilhados do *habitus* de outros grupos, do que daqueles a que se pertence – na verdade, a que sempre se pertenceu. É um constante esforço de auto distanciamento, dar alguns passos para trás para poder elaborar melhor o quadro, vê-lo no todo.

Particularmente desafiador foi me debruçar sobre as questões de gênero, dado que isso me construiu muito como sujeito, e me (i)mobilizava muito. Na infância, na adolescência, o “não querer ser assunto”. A modulação entre honra e vergonha, entre o que era mostrado o que era ocultado. O esforço diuturno de pensar: “o que *os outros* vão pensar?”. Lidar com a fofoca que não é somente fofoca, é conjectura que, na verdade, busca pertencimento e ascensão social, retirar rivais do caminho, estabelecer alianças tidas como importantes.

Figura 124 - Entrada da Vila Bendo – Zona Rural de Santa Terezinha de Itaipu



Fonte: Priscila Lini (julho – 2024)

Quem detém essas informações, de alguma forma, detém poder, de tal maneira que, se a unidade familiar é uma unidade de produção, um segredo de família pode ser considerado um segredo comercial? Poderia significar informação privilegiada para investimentos? O que seria “andar com as pessoas certas”, e, sobretudo, o que seria “evitar as más companhias?” Como a fofoca ajuda a “subir na vida?”.

Consciente de que, de toda forma, “o etnógrafo se apresentará de certas maneiras a seus informantes durante a pesquisa e ocultando deles outros aspectos seus; os informantes agirão da mesma maneira. Isso é inerente a qualquer interação social” (Berreman, 1980, p. 143), eu sabia que teria contas a prestar, teria que equilibrar o que foi dito e o que não foi, o que foi insinuado, o que era riso e o que era embaraço.

A interação que desperta emoções esbarra no autocontrole, na curiosidade que é preciso disfarçar, e nas barreiras que esse tipo de interação demanda. Ler meus interlocutores, e permitir ser lida também, considerando que não eram sujeitos completamente espontâneos.

Novamente, recorrendo a Berreman: “o controle de impressões é especialmente difícil, quando a audiência a que se dirige tem interesse claro em ocultar ou detectar atitudes e comportamentos da região interior, e se encontrem associação íntima com os atores”. (1980, p. 149)

A “revolução simbólica” operada no Oeste Paranaense foi justamente essa: ofenderam-se não apenas normas morais anteriores, mas também, sobretudo, o conformismo lógico das populações indígenas e caboclas, cujas formas de classificar a terra e a sociabilidade foram violentamente suplantadas. A repressão física que se seguiu foi a face visível de um profundo atentado contra a integridade mental de mundos outros.

O sucesso desse projeto está hoje cristalizado no *habitus* do colono: uma disposição incorporada para ver a si mesmo como trabalhador, ordeiro e superior — categorias de pensamento originadas em um projeto de país, que ele agora vive como se fossem de sua própria autoria. Esse capital é resultante da acomodação e de concessões realizadas em disputas internas e externas em relação aos atores locais, acomodações essas com seus melindres e subterfúgios.

Dessa maneira, tive de permanecer constantemente em guarda frente à possibilidade desses subterfúgios, utilizando confirmações, observações independentes e outros recursos semelhantes para a verificação (Berreman, 1980, p. 154). Buscar fontes orais e compará-las com as oficiais, ainda que isso não seja garantia de neutralidade ou isenção, pois o poder se constrói também pela produção de documentos e atos burocráticos.

Existe um reforço recíproco de ideias favoravelmente acolhidas e a rejeição de pontos de vista que não são bem-vindos, permitindo que um amplo segmento da população se envolva em um “casulo de fantasias” coletivas (Elias, 1997, p. 355) que os protege do choque da descoberta. Esse casulo, admito, durante muito tempo me envolveu também, sendo tecido, fio a fio, pela escola, pelas moralidades, pelas práticas locais e artefatos culturais. A distância que produziu o estranhamento, a ‘quebra do espelho’, que me permitiu ver apenas meus fragmentos em seus cacos, foi uma importante condutora das hipóteses da pesquisa. Me tornei forasteira para reavaliar o familiar.

Essa minha incursão na Antropologia, o experienciar ser etnógrafa, me colocou na posição invariavelmente de uma estranha, o que nunca deixarei de ser. Fui avaliada por aqueles entre os quais trabalhei, com base nas minhas próprias características e de meus associados, identificada com os grupos sociais existentes entre os sujeitos aos quais tive acesso. A natureza desses dados é, em grande parte, determinada por minha identificação, tal como concebida pelos sujeitos contactados. (Berreman, 1980, p. 168)

Quando um(a) interlocutor(a) me mostrava suas fotos da família, me levava olhar uma horta, pedia ajuda para colher tangerinas ou me passava a cuia de chimarrão, eu sentia uma grande familiaridade, entendia o ritual. Via ali meus parentes, as ocasiões vividas na infância, os saberes que me foram passados. Em vários momentos, fui instada a deixar de lado tantas ferramentas teóricas, e apenas sentir. Ou, conforme Ingold, “a razão é predestinada a suplantar a intuição, a expertise a suplantar o senso comum, e as conclusões baseadas nos fatos a suplantarem o que as pessoas conhecem pela experiência comum, ou o que vem da sabedoria de seus antepassados” (Ingold, 2022, p. 14)

Minha presença ambígua, portanto, precisava ao mesmo tempo me mostrar, revelando a experiência pessoal, e me esconder, garantindo a objetividade. Essa ambiguidade, marca da presença do antropólogo nos textos (Caldeira, 1988, p. 134), caracteriza um trabalho feito nas margens entre a razão e a emoção.

Foi a partir das pesquisas para essa tese que me dei conta de várias das minhas próprias condições: de forasteira, de migrante, de pesquisadora. Conforme Certeau “Caminhar é ter falta de lugar” (1996, p. 183). Algo em mim também manifesta essa necessidade de movimento, de encontrar lugar, e de me sentir compelida a buscar algo que não tenho a capacidade de nominar.

A constatação de ter pertencido a uma realidade que é seguidamente elaborada, a partir de planos altamente coordenados e destinados a uma finalidade, provocou uma consternação muito grande. O que era considerava espontâneo, era há muito planejado. O que considerava escolhas autônomas, eram opções limitadas.

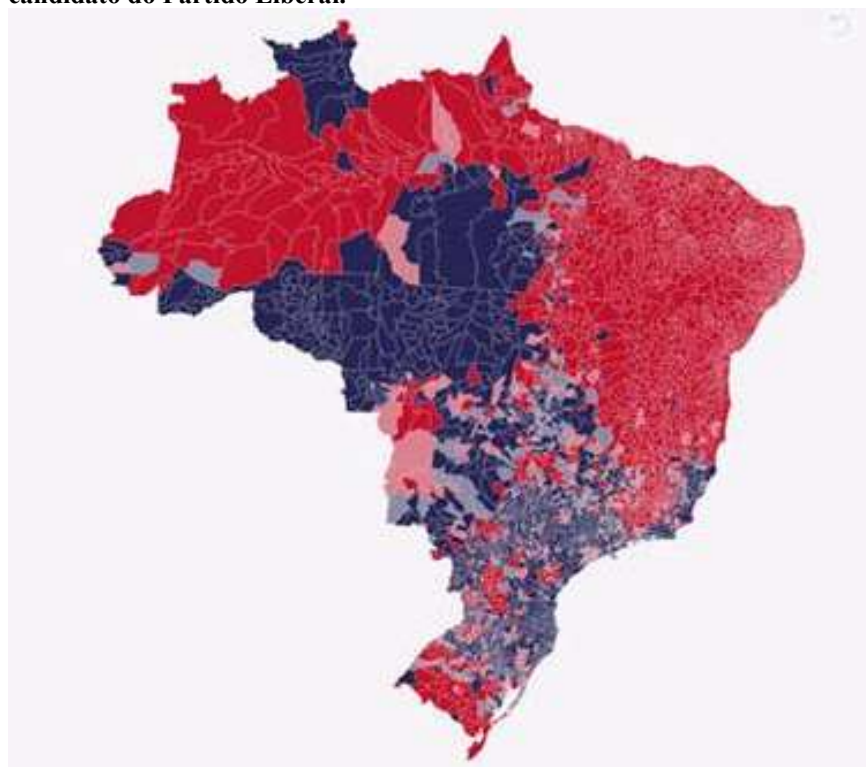
Compreender que a situação do colono é de subordinação, uma condição de liberdade, mas também de incerteza patrimonial. (Seyferth, 2002, p. 120). Ao colono, foi dada a oportunidade de apropriação da terra, através de uma escolha consciente das classes políticas pelos “tipos certos”, que permitiu o desenvolvimento de uma classe produtora em menor escala, mas também consumidora, e deu origem a grupos mais homogêneos em relação aos meios materiais de vida, uma classe média proprietária, que ainda que precisasse fazer alguns sacrifícios, possuía o status jurídico privilegiado de sujeito de direito e possível proprietário.

A autonomia individual, principalmente dos colonos do Sul do Brasil (que não se submeteram às mesmas obrigações do colonato do interior paulista do início do século XX, conforme esclareceram Karl Monsma e Verena Stolcke), ofereceu as condições de diferenciação desse grupo que foi designado como colono, e quando adicionou prestígio ao termo, dele se apropriou.

Nessa prática espacial de expansão, a identidade (étnica) permite associar o indivíduo, ou o grupo, a um passado, uma raça, uma cultura compartilhada, e suscita sentimentos de pertença, mas o interesse comum também une, permitindo laços concretos de comunidade. (Seyferth, 2011, p. 55)

Espalhar-se é garantir território de vida, poder econômico, influência política e sobrepor sua visão de mundo. Isso mostra como um projeto iniciado há cerca de duzentos anos, na serra gaúcha e nos vales do Itajaí e dos Sinos, atualmente encontra ressonância às franjas da Floresta Amazônica, sempre ‘marchando’ para frente e para cima. Para isso, bastaram quatro ou cinco gerações munidas dessa forma de agir e de pensar.

Figura 125 - Mapa do Brasil, conforme a apuração das eleições presidenciais de 2022 – 2º Turno. Em vermelho, municípios que obtiveram votos majoritários no candidato do Partido dos Trabalhadores, em azul, no candidato do Partido Liberal.



Fonte: G1 (www.g1.com)

A prática do espaço é estabelecer cultura, alterar a natureza e construir poder – econômico e político. Para isso, transposição e a multiplicação de pessoas foi necessária para garantir uma dimensão demográfica e produtiva a um país que sentia contar apenas com dimensão geográfica, de grande extensão e difícil controle. Povoamento foi aqui tomado como

um plano de observação a partir do qual se pode identificar situações concretas – na relação com os imigrantes e colonos, e nos projetos estatais que se tencionava realizar através da imigração e da colonização – da operacionalização de técnicas orientadas à estruturação de relações sociais. (Ramos, 2003, p. 238)

A ordem que começou com produção familiar policultora, ganhou escala e volume com a modernização agrícola, teceu cidades e redes políticas, criou cargos, espaços burocráticos e arenas de disputa. Essas cidades, nascidas em função do campo e dele dependentes, já formaram sua *lumpenburguesia* (Kosík, 1997, s.p.) sem os atritos comuns entre o interesse urbano industrial e o interesse rural. No Oeste paranaense os três setores de atividade (agricultura, indústria e serviços) e os saberes técnico-científicos são dele derivados⁸³.

Manter a “máquina de ir para frente”, na definição de Cristiano Desconsi, estabelece essas etapas como fórmula de sucesso. Levar sua *hexis* camponesa, sua família, suas técnicas de produzir, remover tudo *o que não serve* para transferir tudo *aquilo que presta*, domar a natureza imprevisível, fazer cessar os hábitos atrasados e errantes é esse destino manifesto que é cumprido quase que automaticamente por esses grupos de colonos.

Estes, reconhecem o lado positivo da evolução técnica, no entanto isso não significa dizer que eles apoiem e levem à risca os novos ritmos ela impõe. A adaptação permanente à mudança, às novas máquinas e técnicas de trabalho carrega em si o fascínio da inovação, do novo que é experienciado num universo que normalmente tende a ser conservador e tradicional. As trajetórias e as opções que se apresentam são acionadas e se cruzam em temporalidades não só presentistas, mas que se projetam, resgata, e *fazem viver* (vivido) o *ethos de colono*. (Tedesco, 1998, p. 353)

Seu sotaque, seu gauchismo, as práticas de sociabilidade e convívio, a moralidade e a disciplina que exaurem o corpo, mas fazem *progredir* um dia foram levadas para o Oeste paranaense, depois ao ‘Nortão’ mato-grossense e Tocantins, e agora ao Pará e Maranhão. O que antes era selvagem, atrasado e indomável, logo se torna regular, organizado e conservador.

⁸³ “A necessidade de se adaptar às exigências de um mercado liderado por corporações de capital altamente concentrado e a consequente escolha, pelas cooperativas centrais, de um esquema fortemente empresarial, entra em choque com a difusão da ideologia cooperativista entre seus associados: se o fortalecimento do sistema de cooperativas se faz por sua transformação em empresas capitalistas cada vez mais concentradas, isso dificultará, necessariamente, a identificação do produtor com sua cooperativa e sua consequente participação associativa. É dentro desse contexto econômico-produtivo e político, com base na seletividade/exclusão, que se inscreve o cooperativismo agrícola empresarialmente desenvolvido, enquanto agente, entre outras coisas, de implementação e reprodução desse processo.” (Fredericq e Coradini, 2009, p. 59)

Figura 126 - Cerimônia de Inauguração do CTG “Porteira da Amizade” no ano de 2018, no município de Tucumã, estado do Pará



Fonte: Prefeitura Municipal de Tucumã

Esses elementos todos reconstroem estruturas normativas de ação, bem como imagens de mundo refeitas no complexo das alterações nas forças produtivas com o horizonte cultural do mundo da vida do colono, as quais funcionam numa circularidade dialética, o que implica não atribuir autonomia às esferas e muito menos achar que haja um só vetor e/ou que esse seja totalmente linear. Os colonos fazem parte do mundo, buscam (re)construí-lo como seu mundo, mesmo que esse mundo não os tenha como sujeitos privilegiados no sentido de autonomia, liberdade, eficiência e saber. (Tedesco, 1998, p. 352)

Fazer todo esse ritual, que embora imerso em práticas culturais e artefatos materiais, tem por intuito final a participação no mercado agroexportador, mantém a permanente dinâmica colonial que movimenta os mercados financeiros e geram o PIB dos países periféricos.

Permanece a profunda relação, ainda que redefinida, entre família como unidade de produção e convívio, o horizonte do trabalho, enquanto conjunto sistêmico de relações estratégicas e de racionalidades adaptativas frente *a* e *inseridas* no modelo técnico econômico e produtivista do meio rural, e a terra enquanto normatizadora do patrimônio, da herança e das variadas formas de sobrevivência (Tedesco, 1998, p. 353). O que parecem iniciativas dinâmicas e contemporâneas, nada mais são que atos impostos por ordens coloniais há muito vigentes, em

suas múltiplas roupagens:

Surge, assim, o bem-sucedido megaprojeto de colonização da Maripá, que espelhou no interior paranaense, ex-Território do Iguaçu, a transição do domínio britânico para o estadunidense, por exemplo, ao colher o interesse do Ponto IV, programa de cooperação técnica internacional criado pelo presidente americano Harry Truman em janeiro de 1949. Os acordos em torno do Ponto IV permitiram aos técnicos norte-americanos meter o dedo em tudo que acontecia no interior do Brasil nos campos da economia, gestão pública, administração orçamentária e financeira, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, saúde, educação, transportes etc. No setor de agricultura, diversos programas de ensino e pesquisa foram implementados por um órgão misto brasileiro-norte-americano denominado Escritório Técnico de Agricultura (ETA) sob a promessa de ampliar a produtividade, expandir o poder aquisitivo e melhorar a saúde das populações. Para o bem ou para o mal, começava assim a arrancada oestina para se tornar um dos centros do agronegócio mundial, mas isto só aconteceria realmente depois de vencer os ditatoriais anos de chumbo, que levaram os colonos ao endividamento entre a década perdida (1980) e o quinquênio da asfixia (1991-95). (Revelia, s.p., 2022)

Praticar esse espaço, assim, não está em uma ampla liberdade individual, na iniciativa que vem do sangue ou da competência inerente ao pertencimento étnico. Em verdade, o colono é somente uma peça, o corpo que se expõe ao glifosato e ao paraquate, que perde o sono em razão das dívidas, que enfrenta crises e conflitos familiares, que levanta a placa de “sim” ou “não” na assembleia da cooperativa, que contrata o transporte da colheita ao silo. Após essas etapas, no chimarrão do fim de tarde, orgulhoso em suas conquistas, ele certamente ignora – ou finge ignorar – os cordames que o movimentam. Esses cordames estão nas mãos de pessoas em outros continentes, em outros tempos e em outras moralidades.

O termo “colono” no Oeste Paranaense opera com uma dupla função gramatical que revela sua profundidade como categoria social. Como substantivo, ele nomeia um agente histórico concreto: o indivíduo que participou do processo de ocupação planejada, o “pioneiro” e seus descendentes diretos.

Como adjetivo, no entanto, ele transcende a mera descrição para se tornar um qualificador moral, um atributo que define modos de ser, valores e uma posição no mundo. Dizer que alguém tem “jeito de colono”, é “muito colono” ou que “isso é coisa de colono” é acionar um sistema completo de classificação social. Esta passagem de categoria factual a predicado identitário é o cerne da formação étnica regional. Não se trata apenas do que o colono fez, mas do que o colono é – e, por contraste, do que os outros não são.

O substantivo “colono” está indissociavelmente ligado à figura do pioneiro, arquétipo fundador que legitima o presente. Esta figura não é um retrato fiel (até porque impossível sua obtenção), mas uma memória histórica reconstruída, como define Alexandre (1990, p. 14): “a memória histórica supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social, projetado no passado reinventado”. O pioneiro é lembrado menos pelos traumas e mais pelos feitos, numa “memória coletiva que recompõe magicamente o passado”. Este passado é mobilizado para criar uma “continuidade social” que justifica a ordem atual.

Esse agente histórico atuou em um espaço específico: a fronteira. Como analisa Martins (1975, p. 88), a fronteira é essencialmente, a um só tempo um lugar de descoberta do outro e de desencontro. E descoberta do outro gera um inevitável efeito espelho, pois vê-se no diferente aquilo que se é, e o que não é.

Não há dúvidas que as pessoas já ocupantes da região Oeste eram trabalhadoras e esforçadas. A razão da falta de acesso aos meios de capital não se deu por indolência, tampouco incompetência, mas por um projeto de nação que, desejoso por ingressar em um sistema modernizante, rompeu com os meios antiquados da produção sem elaborar alternativas para a viabilização econômica de grupos marginalizados.

Esse espaço que surgiu, nasce da especulação imobiliária urbana e rural, de uma terra convertida em mercadoria com a ação conjunta de governo e de capital particular, gerando um sobrepreço nos produtos, resultando na circulação restrita de bens materiais e bens simbólicos. Foi um espaço produzido por um Estado em ação, que era praticado enquanto percorrido pelos agentes estatais e ‘investidores’ num movimento processual.

Neste espaço, a colonização foi a própria arregimentação da massa humana imigrante, um projeto que passou pela moralidade familiar e pelo reconhecimento da branquitude como critério tácito de confiança e eficiência. Quando “colono” é adjetivo, ele descreve a internalização desse projeto histórico em um *habitus* específico. É a adesão a um ideário moral comum, um quadro moral que rege a vida. Este quadro é sustentado por instituições concretas: é um negócio de famílias, onde redes de parentesco estruturam a economia e a política. É alimentado por uma nostalgia estrutural – não uma saudade passiva, mas uma força ativa que justifica privilégios (“nossos avós sofreram” convive com a contradição “antigamente era bom”) e autoriza a exclusão, o “se livrar dos indesejáveis”.

Este *ethos* adjetivado é profundamente paradoxal. Possui um caráter dúplice. Por um lado, condena a ambição em excesso como ameaça à comunidade. Por outro, nutre a narrativa

do *self-made man*, do indivíduo que venceu na vida com trabalho. A moralidade prega a humildade, mas a ambição coletiva pelo status e pelo domínio econômico é incessante. Este duplo padrão se resolve na subordinação do sucesso individual ao coletivo familiar e comunitário.

O trabalho, aqui, não é uma relação técnica, é, conforme a visão de Milton Santos (1993, p. 104) “suporte privilegiado de inscrição da estrutura social”. Trabalhar não é só produzir; é demonstrar valor moral, é performar a identidade. O hábito de classe torna-se um campo de poder simbólico marcado pela aptidão para o trabalho. Neste universo, o conhecimento acadêmico não é páreo para a prática e o aprendizado familiar, pois esse conhecimento, esse saber camponês, é legado em conjunto com os bens materiais legados como herança. O estudo formal tem por finalidade manter a produção dessa unidade familiar, sem desafiá-la ou fragmentá-la. Por essa razão é possível afirmar que a população é escolarizada, porém não é necessariamente intelectualizada.

A possível ruptura gerada pela ampliação dos horizontes de atuação do mundo do trabalho, que afasta os filhos, e incita a ‘rebeldia’, provoca a desconfiança, e gera um ódio aos intelectuais, à imprensa e aos acadêmicos, vistos como um grupo alienado que “fala da classe trabalhadora, mas parece e não faz parte dela”.

Surgem teorias conspiratórias: “Querem envenenar o homem comum” ou “não querem que você saiba”. O “socialista de iPhone” e o “fenômeno do colono desconfiado” são duas faces da mesma moeda: uma reação de quem tem poucos recursos para lidar com a realidade complexa contra aqueles que supostamente a dominam.

A identidade adjetivada “colono” é, nos termos de Brackette Williams (1989, p. 5), um poderoso caso de etnicidade, um processo de formação de identidades categóricas com implicações políticas e econômicas decisivas. Seus “símbolos não são meramente conceitos intelectuais neutros, mas símbolos que agitam fortes sentimentos”. O grupo funciona como um “grupo de interesse” que requer “distintividade ou fronteira, comunicação, estrutura de autoridade, procedimentos e tomada de decisões, ideologia e socialização” (1989, p. 7).

Como identidade categórica, encoraja um essencialismo dentro do grupo e pode ser invocada publicamente mesmo quando não está incorporada em redes concretas. Cria um “grupo carisma”, nos termos de Elias e Scotson (2000, p. 21), uma aura de superioridade. Este carisma é alimentado pelas intensas emoções de vergonha e orgulho associadas ao desejo de pertencer, forças que, quando manipuladas, têm a habilidade mobilizar o âmago dos sujeitos.

Esta identidade é acionada para uma coordenação para competição por uma parcela maior da renda nacional. O grupo não consegue evitar uma comparação entre as suas realizações e as dos outros e os benefícios são disputados com base no “grau de merecimento”, medido pelos sofrimentos e sacrifícios alegados.

Há um esforço constante para impedir que ‘estranhos’ reivindiquem um lugar indevido na nação. Esta disputa ocorre dentro de um processo mais amplo de homogeneização do conteúdo das culturas nacionais, que justifica dominações com base em supostas diferenças raciais e culturais. Os colonos comuns, os membros que não são da elite, mas que partilham um sangue comum, constituem-se como elementos-chave do bloco histórico defendido pelas elites.

Contudo, ver identidades apenas como reflexos de posições sociais objetivas é sempre as ver retrospectivamente. A identidade colono é também um projeto pessoal e político, sujeita a tensões. Toda identidade coletiva está aberta tanto à subdivisão interna (Calhoun, 1994, p. 22) e as pautas progressistas sobre gênero, raça e meio ambiente entram em choque com a conformação de mundo coesa e simples, expondo suas fraturas.

Internamente, existe uma cultura de humildade, um *habitus* que abrange tanto os que não ascenderam economicamente, ou que evoca os antepassados de origem simples, que se autoriza – nos bastidores - a ser chulo, um pouco malcriado e até mesquinho. Autoriza a blasfemar, a burlar a gramática formal, a sonegar e se esquivar da fiscalização de um Estado que, de forma imediata, é visto como inimigo – quando não o é.

Já para a classe média, os conceitos de bem-estar social e de prestação de políticas públicas, de medidas distributivas, causa o incômodo da percepção de que não se tem capital. Resta-lhes uma ilusão de controle nas esferas das consciências privadas, o que explica a adesão ao neoliberalismo, à precarização do trabalho e à religiosidade conservadora como vias de individualismo e agência em um mundo cada vez mais complexo, incompreensível e inseguro.

Confortáveis, acima das classes que efetivamente se expõem ao mundo do trabalho, repousam alguns agentes, com poder político e decisório. Apropriados do mesmo fenótipo, e socorrendo-se nas mesmas sagas heroicas do passado, também apelam ao passado pioneiro para validar sua atuação e angariar as alianças necessárias. Sua prosperidade não se justifica ao olhar colono pela exploração da terra facilitada ou dos demais trabalhadores, mas sim porque “mereceu”, porque seus antepassados foram dedicados e diligentes o suficiente para angariar patrimônio e herança.

Eles não “se acham”, continuam usando roupas simples, botas e chapéu, frequentam as festividades, mantêm o sotaque carregado. Suas caminhonetes são objetos de desejo, como se lhes atribui a conotação de “ferramentas de trabalho”, portanto, honroso e justificado seu uso. Se empregam jatos particulares para se locomoverem, é porque seu tempo é valioso. Detêm a admiração das classes mais baixas, pois, como definido pelo interlocutor 15, 63 anos, “miúdos ou graúdos, somos todos colonos”.

Figura 127 – As primeiras escolas foram organizadas por iniciativas comunitárias ou providenciadas pelas colonizadoras, sendo a institucionalidade do ensino posterior a essa implementação. Abaixo, a primeira turma da Escola Miguel Matte, no ano de 1952, município de Medianeira



Fonte: Acervo da Revista Mosaicos

Portanto, “colono” é muito mais que uma palavra. É uma categoria que supõe uma gramática social completa. Como substantivo, fixa um sujeito histórico em uma narrativa de heroísmo e sofrimento fundador. Como adjetivo, torna-se um instrumento de classificação social em tempo real, um marcador de *habitus*, moralidade e pertencimento. Esta dupla função permite que a identidade seja ao mesmo tempo rígida (categórica, essencialista) e flexível (adaptável, projetiva).

Ela explica o medo do diverso e do diferente como defesa dessa gramática. “As

homogeneidades assim produzidas realizam estratégias, refuncionalizam o espaço, dando-lhe outra direção e sentido. Estabelecem-se como um sistema, tal como foi pensado para ser experimentado, vivido” (Seabra, 2000, p. 75). Justifica a formação de elites políticas coordenadas e o fato de o agronegócio nascer de uma coordenação macro de interesses. Revela como as migrações e mobilidades expõem o racismo, em que as classificações de inferioridade por razões culturais são, na verdade, questões raciais.

Entender “colono” como substantivo e adjetivo é decifrar o código através do qual uma comunidade se imagina, defende, reproduz e exerce poder. É perceber que a identidade mais sólida é, no fundo, uma negociação frágil e permanente – entre o passado inventado e o presente desafiador, entre a unidade exigida e as diversidades internas, entre o orgulho do pioneiro e a vergonha secreta do que não se conseguiu ser. Uma negociação cujo vocabulário e sintaxe foram elaborados na fronteira, e que hoje ditam as regras do jogo social no Oeste paranaense.

Ao descrever meus pares como outros, reescrevi meu eu. Nesse novo campo em que me aventurei, a cultura é importante para a antropologia graças à distinção antropológica entre *eu* e *outro* que nela subjaz, e foi a ferramenta essencial para fazer esse outro, que vi como amigos e como conhecidos. A antropologia, sendo um discurso profissional que reflete sobre o sentido da cultura, com vista a referir, explicar e compreender a diferença cultural, também colabora com sua construção, produção e manutenção. O discurso antropológico concede à diferença cultural (e a separação entre grupos de pessoas que isso implica) um ar de evidência. (Abu-Lughod, 2018, p. 200)

A partir das ferramentas de pensar e dos modos de ação descritos, tive como objetivo descobrir regras fundamentais, os moldes, códigos e estruturas que são dispositivos transmissores de informação (Strathern, 2014, p. 155) no Oeste paranaense, que o tornam tão singular. Quem foram os pioneiros, reais e abstratos, os colonos, que de envergonhados se fizeram orgulhosos, os caboclos, “pelo-duros” e paraguaios. Porque assim foram denominados, e como essas terminologias se converteram em códigos de acessos e pertencimento.

Figura 128 – A ação pioneira é constantemente lembrada e reconhecida, através de registros memorialísticos. Abaixo, as primeiras casas na Fazenda Britânia, adquirida pela Colonizadora MARIPÁ – 1946



Fonte: Acervo do Projeto Memória Rondonense

Foi a partir da tentativa de me apropriar de um “espírito de diferença honesta” (Okely, 1984, p. 29), tratando quem me é tão semelhante em suas particularidades e suas histórias individuais que busquei conduzir a pesquisa. Se fui bem sucedida? Não sei. Mas ao comparar os diálogos com as demais fontes – documentais, iconográficas e bibliográficas – encontrei pessoas reais, em suas vidas contraditórias e dramas pessoais, e não necessariamente heróis. E tanto melhor assim, pois heróis pertencem ao mundo do imaginário e do alegórico, enquanto o colono é real e autêntico, com suas demandas e dores tangíveis.

Me fiz objeto de pesquisa também, respeitando o fato relevante para o “dilema doméstico”: buscar saber mais sobre nós mesmos como objeto, do que sabemos sobre nós mesmos como sujeitos. A questão é a forma como nossa própria atividade produtiva serve de base a relações como as que podem existir entre *nós* como antropólogos e os *eus* que estudamos. A qualidade da relação social aqui estabelecida não é apenas uma questão de administração pessoal. Depende da natureza da sociedade em questão. Da mesma forma, o autoconhecimento

antropológico não é apenas função de características pessoais, como o quanto se compartilha com as pessoas estudadas (proximidade ou distância) ou do grau de sensibilidade à nossa própria constituição acadêmica (autoconsciência). (Strathern, 2014, p. 137-138)

Narrar os fatos e os modos de viver nessa fronteira – física e sentimental – é falar do quintal onde minha rede de convívio estabeleceu como morada. O desafio da antropologia feita em casa, é que ela sustenta uma estrutura de distinções diferente. O etnógrafo torna-se um autor em relação àqueles que estuda. A proposição reside na existência de uma continuidade entre os construtos culturais (deles e meus), pois meus interlocutores também analisaram e justificaram seu comportamento de forma semelhante à minha, que estava em posição de etnógrafa.

Eles concordam com o ponto de partida de que a sociedade ou cultura pode ser conceitualizada como objeto de estudo. Ambos estão habituados ao vocabulário das “relações”, “papéis”, “comunidade”. O que o antropólogo parece estar fazendo é, simplesmente, usar essas ideias de forma especializada. A análise especializada parece, pois, fornecer uma nova visão que engloba e atropela as explicações originais e de fato as suplanta com novas versões. É claro que as versões sempre podem ser desafiadas. (Strathern, 2014, p. 148)

A análise criteriosa, na busca de não demonstrar pedantismo acadêmico em relação aos *meus* poderia, em princípio, me imobilizar. Então, a experiência de revisitar o que um dia foi reverência, para agora ressignificar em espírito crítico, se percebe na linguagem, na escrita e nas informações produzidas. O uso que os antropólogos fazem de seus dados também contribuem para sua própria fabricação. Nesse sentido, a antropologia domestica um mundo exógeno, fabricando novos usos para materiais que se originam em circunstâncias bastante distintas, assim englobando os diversos usos que as pessoas fazem da forma como vivem sua vida. (Strathern, 2014, p. 138)

Os acessos que obtive, foram graças ao vínculo de confiança de que já desfrutava. Por isso o medo anteriormente descrito. Manter uma presença insuficientemente crítica a respeito de mim mesma, a respeito de meu papel na produção de representações; presença que poderia tender a ignorar que o conhecimento antropológico se produz, de um lado, em um processo de comunicação, marcado por relações de desigualdade e poder, e, de outro, em relação a um campo de forças que define os tipos de enunciados que podem ser aceitos como verdadeiros (Caldeira, 1988, p. 135) despertou o tempo todo a dúvida: será que é correto, de minha parte, expor esse ponto de vista, essa “minha versão” de uma história de muitos?

E aí, como resposta a tais indagações, elaboradas desde a introdução desse trabalho,

foi se esclarecendo uma questão central: faço parte desse mundo? Pois sim, faço, em meus termos e nas nuances identificadas, nessas contradições. Talvez, minha pertença ganhe sabor agri-doce, pois mescla nostalgia, desencanto, indignação, mas também afeto e compreensão. Foi uma pesquisa de aquisição de conhecimento e autoconhecimento. Conforme Marilyn Strathern:

Todo conhecimento pode ser transformado em autoconhecimento: quanto mais se aprende sobre os outros mais se aprende sobre si mesmo. Além disso, em seus atos de apropriação os *eus* suplantam uns aos outros. Acima de tudo, se o conhecimento dos outros se torna um veículo para o conhecimento do eu, ele se transforma na constituição do eu. A autoria se desloca em relação a esses outros. (2014, p. 144)

Várias questões que eu até então considerava como absurdas, incoerentes ou mesmo injustas, ganharam explicação. Não que seja possível ignorar toda a rede de favorecimentos, apagamentos e opressões tecida nesse Oeste distante dos grandes centros, ensimesmado e presunçoso. Mas foi possível entender de onde as pessoas elaboram seus comportamentos, seu conservadorismo, suas convicções. Compreender que, no papel de pesquisadora, não é possível promover conversas entre pessoas que se separam por diferentes linhas societais no mundo moderno sem pensar no caráter político dessas divisões. Foi necessário compreender a limitação, a ilusão de neutralidade que se tenta empregar para mediar as diferenças que são sociais e políticas. (Caldeira, 1988, p. 157)

Não pretendi elaborar um retrato fidedigno do recorte, mas sim, uma *outra versão*. Reunir peças aparentemente soltas, avulsas, que são partes de um grande mosaico. Ir em busca de histórias que estão se desvanecendo no tempo da oralidade e permanecendo apenas no campo dos discursos, dos registros. Obter as versões de pessoas *pouco importantes*, de coadjuvantes, e não dos protagonistas laureados em livros e centros de interpretação, a versão das colonas, de um perseguido pela ditadura. Memórias que estão se esvaindo, pelo transcurso do tempo e pelas vidas que vão se reincorporando a essa terra vermelha:

Todavia, a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos. (Chauí, 1979, p. 19)

Sem a pretensão de “dar voz” a ninguém, uma vez que todos e todas a possuem, a pesquisa foi a construção de uma outra versão, entre tantas outras. Pois isso é história: um jogo da vida e da morte, que prossegue no calmo desdobramento de um relato, ressurgência e

denegação da origem, desvelamento de um passado morto e resultado de uma prática presente. Ela reitera, um regime diferente, os mitos que se constroem (...) e que fazem da linguagem o vestígio sempre remanescente de um começo tão impossível de reencontrar quanto de esquecer. (Certeau, 1982, p. 57)

O relato etnográfico resulta imperfeito, incompleto e controverso, pois os sujeitos aqui apresentados assim também o são. Se a superioridade alegada não é verdadeira, tampouco há que se falar em inferioridade. Que a identificação das falhas e fraturas tenha como fim a possibilidade de reelaboração e autoanálise, a compreensão de que se faz parte de um país desigual, culturalmente múltiplo, complexo e inserido em uma permanente lógica de exploração colonial. A disposição em sair de uma posição mítica e privilegiada, a fim de se compreender humano e contraditório, assumindo suas fragilidades, pode ser um alívio para esses colonos, ocupados que se mantêm em performar um progresso que aprisiona.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Philip. *Notas sobre la dificultad de estudiar el Estado*. ABRAMS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy. *Antropología del Estado*. México, DF: FCE. 2015, pp. 17-70.
- ABREU, Cândido Ferreira de. *Colônia Militar do Iguaçu*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: 1974.
- ABREU, Rafael A. *A boa sociedade: história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2015.
- ABU-LUGHOD, Lila; *A escrita contra a cultura*. Tradução de Francisco Rego e Leandro Durazzo. Equatorial, Natal, v. 5, n. 8, jan/jun 2018.
- ADORNO, Theodor. *Progresso*. In: *Novas democracias e velho progresso*. Lua Nova. v. 27. Dez, 1992.
- AGOSTINHO, Pedro. *Limitações de uma guerra sertaneja: reflexão sobre aspectos militares do Contestado (1912-1916)*. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 257-274, jul/dez, 2003.
- ALEXANDRE, Jean-Michel. *Introdução*. In HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- ALMEIDA, Luciana Schleder. *Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-Norte mato-grossense*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2013.
- ALONSO, Gustavo. *Cowboys do asfalto – música sertaneja e modernização brasileira*. Tese de de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.
- ANGELI, Heitor L. *Crônicas do Oeste – história de pioneiros*. Maringá: Farroupilha, 1998.
- AQUINO, Maurício de. *Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170, 2012.
- APAM – Associação de Professores Aposentados de Medianeira. *Resgate da memória de Medianeira*. Curitiba: CEFET-PR, 1996.
- ARQUIVO DA COMPANHIA MARIPÁ. Livro de Atas n.3: Aquisições de Terras (1945-1952). São Paulo: Acervo Melhoramentos, 1952.
- A VOZ DO OESTE (Jornal). Toledo, n. 67, ano IV, 25 de julho de 1971.
- AZERÊDO, Raoni; CHRISTOFOLI, Pedro; BAGENETA, José Martín. *Territorialização do cooperativismo agrário frente à consolidação do modelo do agronegócio*. Estudos de caso na

Argentina e Brasil. Revista Pegada, v. 19, n.1. Jan/Abr, 2018.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Thales de. *Materiais para o estudo da aculturação de italianos no Rio Grande do Sul*. Reunião Brasileira de Antropologia, 2. Anais. Salvador, Universidade da Bahia. 1957.

_____. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, 2ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Cafedra/INL, 1982.

AURAS, Marli. *A Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Tradução de Lucy Magalhães. Brasília: Editora UnB, 1982.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Paraná: formação histórica*. Curitiba: Grafipar, 1969.

BARBIERI, Lourdes. *Willy Bath: Dados biográficos (1906-1962)*. Toledo: Museu Histórico Willy Barth, 1999.

BARTH, Fredrik. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. In BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

_____. *Etnicidade e o conceito de cultura*. Tradução de Paulo Gabriel Pinto. Revista Antropolítica, n. 19, p.15-30, 2005.

BEN, Marilucia; RICHART, Mariangela. *A des(educação) do cooperativismo no Oeste do Paraná: Cooperativa Agroindustrial Lar e Copagril*. Anais do Seminário Internacional e Fórum de Educação do Campo, das Águas e das Florestas. Santa Maria: UFSM, 2019.

BENEDICT, Anderson. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BERGOLD, Raul. *O contexto, a ideologia e a prática da marcha para o Oeste do Paraná*. In: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de (org). *Os Avá-Guarani no Oeste do Paraná: (re)existência em Tekoha Guasu Guavira*. Curitiba: Letra da Lei, 2016.

BECKFORD, George. *Persistent poverty – Underdevelopment in plantation economies of the Third World*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1972.

BEMERGUY, Telma. *Estradas da conquista e caminhos da raça: a durabilidade da presença colonial na Amazônia Brasileira*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024.

BERREMAN, Gerald. *Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia*. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria

Francisco Alves Editora, 1980.

BLANCHETTE, Thaddeus. *Empiricismo idealista e construções de povos: Giralda Seyferth como intelectual*. In: SANTOS, Mirian; e REINHEIMER, Patrícia (org.) *Giralda Seyferth: muito além da imigração*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Oikos, 2019.

BLAZQUEZ, Gustavo. *Los actos escolares: el discurso nacionalizante en la vida escolar*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2012. (1)

_____. *Celebraciones escolares y poéticas patrióticas: la dimensión performativa del Estado-Nación*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 55 nº 2, 2012. (2)

_____. *Fazer cultura. Fazer-se Estado*. Vernissages e performatividade de Estado em Córdoba. Revista Mana, Rio de Janeiro, Museu Nacional n. 18(1): 37-61, 2012. (3)

BORTOLOTO, Claudimara. *Imigração haitiana no Oeste do Paraná e a disponibilidade laboral nos frigoríficos*. Revista EducAmazônia, nº 11, v. 21, Jul-Dez, p. 325-347, 2018.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz Editores, 1979.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O Sentimento da Honra na Sociedade Cabília*. In PERISTIANY, J.G. (org.). *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Espírito de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático*. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *O camponês e seu corpo*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006. (1)

_____; SAYAD, Abdelmalek. *A dominação colonial e o saber cultural*. In: Revista de Sociologia e Política, nº 26, p. 41-60, 2006 (2).

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. *O baile dos celibatários - Crise da sociedade camponesa no Béarn*. São Paulo: Editora Unifesp, 2021. (Versão Kindle)

BRAND, Antônio, et al. *Os Guarani nas fronteiras do MERCOSUL*. Anais da 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Jun/2005.

BRANT DE CARVALHO, Maria Lucia. *Das terras dos índios aos índios sem terras - o Estado*

e os Guarani do Oco'y: violência, silêncio e luta. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943. *Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú*. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm> Acesso 1 fev. 2024.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Relatório de Inspeção no Território do Iguaçu*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1941.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. *Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho*. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso 12 fev. 2026.

BRASIL. Lei Federal nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. *Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências*. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm> Acesso 25 out. 2025.

BRUM, Ceres Karam. *Tradicionalismo e educação no Rio Grande do Sul*. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 138, set/dez, 2009.

BRUNO, Regina. *Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo*. In MALUF, Renato; FLEXTOR, Georges (org). *Questões agrárias, agrícolas e rurais Conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

CALDEIRA, Teresa. *A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia*. Novos Estudos CEBRAP Nº 21, pp. 133-157, jul, 1988.

CALHOUN, Craig. *Nacionalismo*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

CALIMAN, Bruno, et al. *Camaro amarelo*. Munhoz e Mariano. Som Livre / Sony Music, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. Lei nº 1.476 de 23 de dezembro de 1988. *Institui o Dia do Pioneiro e dá outras providências*. Disponível em: <https://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2371_texto_integral> Acesso 13 fev. 2026.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *A Noção de 'Colonialismo interno' na Etnologia*. In CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto *A Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. São Paulo: Editora da USP, 1972.

CARNEIRO, Ana, et al. *Dossiê Questões de gênero e políticas da terra – Apresentação*. Rev. Antropol. (On-line). v. 67: e206680. São Paulo, USP, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.206680>> Acesso em 13 fev. 2026.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. *Colonialismo interno* (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. *A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASTRO FARIA, Luiz de Castro. *Antropologia. Espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Tempo Brasileiro, 1993.

CEIA, Carlos. E-Dicionário de Termos Literários. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006. Disponível em: <edtl.fcsh.unl.pt> Acesso em 20 out. 2025.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAMPAGNE, Patrick. *Les paysans à la plage*. 1-2 pp. 21-24, 1975. Disponível em : <<https://www.persee.fr/collection/arss>> Acesso em 5 jan. 2026.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Algés: Difel, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Os trabalhos da memória*. Apresentação. In BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz Editores, 1979.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. *Raízes nefastas do pensamento geográfico no Brasil: meio, raça e nação em Oliveira Vianna (1920-1933)*. Geosaberes. Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 1-21, set./dez. 2018.

COLOMBO, Leonir. *No rastro do burro: memórias e discursos do colono posseiro*. Foz do Iguaçu: Canal 6, 2015.

COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

_____; MARQUES, Ana Claudia; CHAVES, Christine. *Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito*. In MARQUES, Ana Claudia. *Conflitos, política e relações pessoais*. Fortaleza: UFC/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas: Pontes Editores, 2007.

CORADINI, Odacir Luiz; e FREDERICQ, Antoinette. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

COSTA, Emilia Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CHRISTOFOLI, Pedro; AZERÊDO, Raoni; PRESA, Rosecleia. *O papel do Estado na superação da crise do cooperativismo agrário paranaense nos anos 1990-2000*. Caderno de Geografia, v.35, n.80, 2025.

CRUZ, Luiz Carlos. Alfredo Paschoal Ruaro: desbravador do Oeste paranaense. Jornal Gazeta do Povo – Edição de 3 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/alfredo-paschoal-ruaro-desbravador-do-oeste-paranaense-9fls2hp4esogp8ukp1libf99x/>> Acesso em 30 out 2025.

CUNHA, Jorge Luiz da; RÖWER, Joana Elisa. *Ensinar o que não se sabe: estranhar e desnaturalizar em relatos (auto)biográficos*. Educação. Santa Maria. v. 39. n. 1. p. 27-38 jan./abr. 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

DEBRET, Maria Lúcia Prado. *Colonização e conflitos no Oeste do Paraná*. Maringá: Eduem, 2010.

DESCONSI, Cristiano. *A marcha dos pequenos proprietários rurais – Trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

DEZORDI, Maurício. *Migração, fronteiras e identidades: a ideologia do progresso na colonização do Oeste do Paraná*. Revista Cantareira. n. 19. p. 45-61. jul./dez. 2013.

DJ Ari SL; DALZOTO, João. *Descer para BC*. Brenno e Matheus, New Music, 2024.

DOMINGUES, José Maurício. *A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº3, p. 459 a 482, 2002.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

DURKHEIM, Émile & MAUSS, Marcel. *Algumas formas primitivas de classificação*. In: Rodrigues, J. A. (org.) Durkheim. Sociologia. São Paulo: Guanabara, 1995.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador – Formação do Estado e Civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders - Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ERIKSEN, Thomas Hylland. *Ethnicity and Nationalism – Anthropological perspectives*. Londres: Pluto Press, 1993.

ESPIG, Márcia Janete. *A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1910) mão de obra e migrações*. Varia Historia, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, p. 849-869: jul/dez 2012.

ESTADO DO PARANÁ. Decreto-Lei nº 646 de 20 de junho de 1947. *Dispõe sobre a criação da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e dá outras providências*. Curitiba: Arquivo Público do Paraná.

ESTADO DO PARANÁ. Lei nº 4.245 de 25 de julho de 1960. *Cria no Quadro Territorial do Estado, os municípios que especifica*. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Curitiba, 1960.

ESTADO DO PARANÁ. *Coletânea de Mapas Históricos do Paraná - Mapa do Estado do Paraná e do Território do Iguaçu de 1944*. Curitiba: Instituto Água e Terra, 2023.

ESTADO DO PARANÁ. *Hino do Paraná*. Disponível em: <<https://gob-pr.org.br/wp-content/uploads/2025/05/00001418.pdf>> Acesso em 10 out 2024.

ESTADO DO PARANÁ. Moysés Lupion (Biografia). Disponível em: <<https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Moyses-Lupion>> Acesso 15 de fev 2026.

ESTADO DO PARANÁ. Paulo Cruz Pimentel (Biografia). Disponível em: <<https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Paulo-Cruz-Pimentel>> Acesso 15 de fev 2026.

ESTADO DO PARANÁ. Jayme Canet Júnior (Biografia). Disponível em: <<https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Jayme-Canet-Junior>> Acesso em 15 fev 2026.

ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras*: Análise simbólica dos discursos sobre imigração e colonização do Estado Novo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1972.

_____. *Cooperativismo e Coletivização no Campo*: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero/ISER, 1984.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FLORÊNCIO, Douglas. *Comunidade realiza 67ª Festa de São Cristóvão em Medianeira*. Jornal Mensageiro, 27 jul 2023.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *Nascimento da biopolítica* – Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. (1)

_____. *Segurança, território e população*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (2)

FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917- 1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FREYRE, Gilberto. *Homens, engenharias e rumos sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987.

_____. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

GARFIELD, Seth. *As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1 ed. 13 reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *A dialética da tradição*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS, v. 5, n. 12, 1990.

_____. *Negara: o estado teatro no século XIX*. Tradução de Miguel Vale de Almeida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC, 1981.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade – a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *Etnografia: noções que ajudam o diálogo entre antropologia e educação*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fotoetnografia/textos/metodologia_nazareth.pdf> Acesso em 12 mai 2025.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cervantes. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOGGART, R. *La cultura obrera en la sociedad de masas*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HUGHES, Everett. *Work and the self*. In Rohrer, J. H.; Sherif, M. *Social psychology at the crossroads; the University of Oklahoma lectures in social psychology*, 313–323. Harper, 1951.

INGOLD, Tim. *Fazer antropologia, arqueologia, arte e arquitetura*. Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

INSTITUTO LULA. *Avança a Marcha para o Oeste - Governo cria a Fundação Brasil Central para desbravar vazios demográficos*. Memorial da Democracia – Museu virtual. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/e-a-marcha-para-o-oeste>> Acesso 10 jan. 2024

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Censos demográficos no Paraná*. Disponível em: < <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Censos-Demograficos>> Acesso 12 jan. 2024

JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 1999.

JORGE, Milena Vargas de Oliveira; DAL POZZO, Ildo. *Retratos da lembrança: Matelândia e sua gente*. Matelândia: Prefeitura de Matelândia, 2004.

JUNQUEIRA, Messias. *O instituto brasileiro das terras devolutas*. São Paulo: Lael, 1976.

KANT DE LIMA, Roberto. *Antropologia Jurídica*. In: Souza Lima, Antonio Carlos (coord. geral). *Antropologia & Direito – temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/LACED/ABA, 2012.

KLAUCK, Samuel. *Gleba dos Bispos: colonização no Oeste do Paraná – uma experiência católica de ação social*. Porto Alegre: EST, 2004.

KOSÍK, Karel. *Lumpenburguesia e Verdade Espiritual Superior*. Entrevista a Petr Prouza. Salon, Suplemento Literário do Jornal Právo, 15 de maio de 1997.

LACERDA, Renata Barbosa. *A cidade como forma de diferenciação: famílias pioneiras e fundadores na Amazônia*. Revista Wamon. v. 6, n. 1. p. 69-89, 2021.

LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. Casamento coletivo da Lar Cooperativa tem recorde de casais. Assessoria de Imprensa Cooperativa Lar. Disponível em: <<https://www.lar.ind.br/casamento-coletivo-da-lar-cooperativa-tem-recorde-de-casais/>> Acesso em 29 nov 2025.

LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. Medianeira – 55 anos: O desenvolvimento do setor industrial. Assessoria de Imprensa Cooperativa Lar. Disponível em: <<https://www.lar.ind.br/medianeira-55-anos-o-desenvolvimento-do-setor-industrial/>> Acesso em 15 fev 2026.

LEACH, Edmund. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. Um Estudo da Estrutura Social Kachin. São Paulo: Edusp, 1996.

LEÃO XIII. Papa. *Carta Encíclica Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários. 15 de maio de 1891. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em 24 out 2025.

LE GOFF, Jacques. (org) *Homens e Mulheres da Idade Média*. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A Estrutura dos Mitos. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1970.

LIMA, Stella Aparecida Leite; e VINHAS, Luciana Iost. *O funcionamento da ideologia no discurso separatista: uma análise de um texto vinculado ao movimento O Sul é o meu país*. Caderno de Letras, nº 32, Set-Dez. 171-198. 2018.

LISBOA, Marcelino; SILVA, Micael; GIMENEZ, Heloísa. Extremo Oeste: A historiografia regional, o Oeste e a (Tríplice) Fronteira internacional do Paraná. Revista de História Regional 27(1). 360-386, 2022.

LOPES, José Sérgio L. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero & Brasília: Editora da UnB, 1988.

LOPES, Sérgio. *O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Colonização e poder no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2004.

_____. *O sertão de Palmas: fronteira agro-pastoril e conflitos sociais*. Anais do Simpósio Fronteras en Latinoamérica - Congreso Latinoamericano de Historia Económica. Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Económica, 2020.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A Terra como invenção – O espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010.

_____. *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014. (e-book em versão Kindle)

_____. *Fronteiras e state-building periférico - O caso da Fundação Brasil Central*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 35, n. 69, set/dez 2019. p. 895-919.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAKNAMARA, Marlécio. *Quando artefatos culturais fazem-se currículo e produzem sujeitos*. Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 1, mai/ago, 2020. p. 04-18.

MARQUES, Ana Claudia. *Transversalidades, descentramentos e inquietações*. Rev. Antropol. (Online). v. 67: e206680. São Paulo, USP, 2024. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.206680> > Acesso em 13 fev. 2026.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo:

Hucitec, 1975.

_____. *O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. Tempo Social, 8 (1), Jan-Jun, 1996.

MAUSS, Marcel. *La Nation*. In Oeuvres. Vol. 3. Paris: Minuit, 1969.

_____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELIÀ, Bartolomeu. *Ñande Reko: La comprensión guarani de vida buena*. Serie: Gestión Pública Intercultural (GPI) - n. 7. FAM - Bolivia PADEP. La Paz: Editorial Cuatro Hermanos, 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo, Hucitec, 1998.

MENESES, Ana Carolina. *Estudo das características formais, estéticas e simbólicas de produtos no contexto do semiárido da Paraíba*. Anais do Conic-Semesp. v. 1, 2013.

MERLAK, Tissiane; SPERANÇA, Alceu. *Conquistar o Oeste para não perder o Norte - Traumatizados com a perda de 1916 e ressabiados com a imposição do Território do Iguaçu, líderes paranaenses focaram na integração dos três Paranás*. Jornal Preto no Branco (on-line). Disponível em: <<https://pretonobranco.com.br/pagina/3/expediente>> Acesso: 10 jan. 2024.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MITCHELL, Timothy. *Sociedad, economía y el efecto del estado*. In: ABRAMS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy. *Antropología del Estado*. México, DF: FCE, 2015.

MITMAN, Gregg; HARAWAY, Donna; TSING, Anna. *Reflections on the Plantationocene* (mesa redonda). Edge Effects, Center for Culture, History, and Environment in the Nelson Institute at the University of Wisconsin-Madison, 2019.

MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: Fazendeiros, Negros e Imigrantes no Oeste Paulista, 1880-1914*. São Carlos: Edufscar, 2015.

MOSCOVICI, Serge. *Sociedade contra natureza*. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *Psicologia das minorias ativas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MULLER, Keith Derald. *Colonização pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 43, n.1, p.83-139, jan./mar.1986.

MUSSOI, Arno Bento. *Administração Pública do Território Federal do Iguaçu*, Curitiba, 2004.

NIEDERAUER, Ondy. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo: Grafoset, 1992.

OKELY, Judith. *Fieldwork in the home counties*. RAIN, n. 61, p. 4-6, 1984.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O 'caboclo' e o 'brabo': notas sobre duas modalidades de incorporação da força de trabalho na expansão da borracha no vale amazônico no século XIX*. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Cardoso de. *Colonização e diferenciação: os colonos de Canarana*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1981.

_____. *O índio e o mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, Brasília: Ed. UnB, 1972.

OLIVEIRA, Ricardo de. *Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 511-537, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalisme au Brésil: lecture critique d'un débat*. Thèse de 3e Cycle présentée à la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Université de Paris, 1971.

PEIRANO, Mariza. *Argonautas faz cem anos*. Revista Ponto Urbe. Universidade de São Paulo. v. 30, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.4000/pontourbe.13116>> Acesso 15 fev 2026.

PIETROFORTE, Antônio Vicente. *A semiótica da escultura*. Revista Estudos Semióticos. v. 14, nº 1, p. 144 –157, 2018.

PINTO, Rui Cavallin. “*O Sul é o meu País!*”, *você concorda?* Ministério Público do Estado do Paraná. Disponível em: < <https://site.mppr.mp.br/memorial/Pagina/O-Sul-e-o-meu-Pais-voce-concorda>> Acesso 20 fev 2026.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos. v. 2; nº 3, 1989.

POMPEIA, Caio. *Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil*. RBCS, v. 35, n. 104, e3510410, 2020a. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/3510410/2020>.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. (Versão Kindle)

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ. Inaugurado em Tucumã Centro de Tradições Gaúchas. Disponível em: <<https://prefeituradetucuma.pa.gov.br/inaugurado-em-tucuma-centro-de-tradicoes-gauchas/>> Acesso em 2 dez 2025.

PRIORI, Ângelo; et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012. *O*

Território Federal do Iguaçu. pp. 59-74

PRIOSTE, Fernando. *Das sesmarias à Lei de Terras de 1850: povos indígenas, o direito e a terra mercadoria no Brasil*. In: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de (org). *Os Avá-Guarani no Oeste do Paraná: (re)existência em Tekoha Guasu Guavira*. Curitiba: Letra da Lei, 2016.

RAMOS, Jair de Souza. *O poder de domar o fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar nas políticas de imigração e colonização do Serviço de Povoamento do Solo Nacional, do Brasil*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 15-47, jul. 2003.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da 'Nação Brasileira no Oeste Catarinense'*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 1990.

_____. *A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros*. Chapecó: Unoesc, 1995.

_____. *Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no Sul do Brasil*. In: Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS: Caxambu, 1998.

_____. *Conformação agrária e a questão indígena no Oeste de Santa Catarina*. In TEDESCO, João Carlos; WINCKLER, Silvana (org) *Estado, configuração da terra e conflitos agrários: Norte do RS e Oeste de SC*. São Leopoldo: Oikos, 2019.

REVELIA. *Operação Oeste venceu aventureiros e borrachudos*. Disponível em: <<https://www.revelia.com.br/posts/detalhe/27855>> Acesso em 3 de dezembro de 2025.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e sentido do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Global, 2015.

ROMERO, Silvio. *O alemanismo no Sul do Brasil: seus perigos e meios de conjurar*. Vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1906.

SALLES, Jefferson de Oliveira. *Bagatelas e bedengós: empresas colonizadoras na formação da propriedade fundiária no Paraná 1940-1960*. In: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de (org). *Os Avá-Guarani no Oeste do Paraná: (re)existência em Tekoha Guasu Guavira*. Curitiba: Letra da Lei, 2016.

SANTOS, Gilberto Brizolla. *Bandeirantes do século XX: Trabalhadores da Expedição Roncador-Xingu e Fundação Brasil Central em Nova Xavantina*. Dissertação. Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciência Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História: Cuiabá, 2011.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAY, Jean Baptiste. *Tratado de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHEFF, Thomas. *Microsociology: Emotion, Discourse, and Social Structure*. University of

Chicago Press, 1990.

SCHMIDT, Benhur. *Colonização Suábica no Paraná*. Curitiba: UFPR, 1974.

SCHMIDT, Róbi. *Aspectos da constituição de mitos políticos: Willy Barth e o Oeste do Paraná*. Revista Tempos Históricos. v. 4, n. 01. p. 33-60, 2002.

SCHNEIDER, Claércio. Nós e os outros: aspectos da formação de um consenso de comunidade (Oeste do Paraná – 1946-1960). História: Questões & Debates, UFPR, Curitiba, n. 34, p. 225-259, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes* Trad. Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001.

SANTOS, Vitor G. G., SILVA, Suelen C., LIEBL, Helena. *Holding familiar como estratégia para o planejamento sucessório*. Revista da ESMESC, Florianópolis, v. 32, e. 467, 2025.

SEABRA, Odette. *Urbanização e fragmentação: A natureza natural do mundo*. Geografares, Vitória, v. 1, no 1, jun. 2000.

_____. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão*. Tese (Livre Docência) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003.

SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional –Antropologia*, nº 37, 1982, p. 1.

_____. *Colonização e conflito*. PPGAS/Museu Nacional. *Comunicação*. 10: 1- 72.

_____. *Os paradoxos da miscigenação*. Estudos Afro-Asiáticos. 20:165-185.

_____. *A invenção da raça e do poder discricionário dos estereótipos*. Anuário Antropológico. p. 175-203. (1) 1993.

_____. *Identidade camponesa e identidade étnica* (um estudo de caso). Anuário Antropológico/91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. (2)

_____. *Nacionalismo e Identidade Étnica*. Florianópolis: UFSC, 1997.

_____. *A colonização alemã no Vale do Itajaí*. Blumenau: Edifurb, 1999.

_____. *As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

_____. *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*. Revista USP, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.

_____. *Colonização, Etnicidade e Nacionalismo*. Lisboa: Horizontes Antropológicos, 2002.(2)

_____. *Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil*. In: NEVES, Delma Pessanha. *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

_____. *A dimensão cultural da imigração*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 26 nº 77 Out. 2011.

_____. *Campesinato e o Estado no Brasil*. *Mana*. 17(2): 395-417, 2011

_____. *Estudos sobre a imigração alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SILVA, Sebastião. *Na trilha dos pioneiros – Santa Terezinha de Itaipu*. Foz do Iguaçu: Gráfica Elza, 1995.

SILVA, Joseli. *Cultura e territorialidades urbanas – uma abordagem da pequena cidade*. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 5, n. 2, 2007.

SIQUEIRA, Agnêia Luciana Lopes de. *A constituição da identidade dentro do fluxo da migração*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

SMCE-SMI – Secretaria Municipal de Cultura e Esportes de São Miguel do Iguaçu. *Projeto memória de São Miguel do Iguaçu*. Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu, 2000.

SMILEY, Jane. *Preface*. In THORSSON, Ormolfur. *The Sagas of the Icelanders*. Londres: Penguin Books, 2000.

SØRENSEN, Preben. *The sources, their limits, and their interpretation - Some methodological considerations in connection with the study of the sagas*. In PÁLSSON, Gísli. *From Sagas to Society Comparative Approaches to Early Iceland*. Wiltshire: Hisarlik Press, 1992.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SOUSA, Rogério L. *As escolas Paroquiais*. In DALLABRIDA, Norberto (org). *Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Sobre gestar e gerir a desigualdade*. In SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. (org.) *Gestar e Gerir – Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____.; CASTRO, João Paulo. *Política(s) pública(s)*. Mimeo: Salvador: EDUFBA, 2008

SOUZA, Jessé. *Elias, Weber e a singularidade cultural brasileira*. In: NEIBURG, Federico et al. Dossiê Norbert Elias. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. *A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro*. In: SOUZA, Jessé (Org.). O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Ed. UNB, 1999.

SOUZA, Keila Rodrigues de. *Suicídio e Desenvolvimento Regional: Um estudo socioeconômico da incidência da auto violência nas regiões Oeste e Sudeste do Paraná*. 141p. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

STEFANUTO, Jéssica. *Agro-subjetivação: indústria cultural, economia extrativista e a formação de pessoas no Brasil contemporâneo*. Revista de Psicologia Social. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2025v37290372>. Porto Alegre, v. 37, 2025.

STOLCKE, Verena. *Caféicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *O enigma das interseções: classe, raça, sexo, sexualidade - A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX*. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 15-42, janeiro-abril, 2006.

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosacnaify, 2014.

SWAIN, Tânia Navarro. *Fronteiras do Paraná: da colonização à migração*. In: AUBERTINI, Catherine (Org.). Fronteiras. Brasília: UnB; Paris: Orstom, 1988.

TEDESCO, João Carlos. *Terra, salário e família: ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

TEITELBAUM, Benjamin. *Guerra pela eternidade: O retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Editora UNICAMP, 2020.

TERRA, João Carlos. *Memórias de um Agrimensor da MARIPÁ (1945-1952)*. Foz do Iguaçu: Editora Maestra, 1998.

THOMPSON, Edgar Tristram. *The plantation*. University of South Carolina Press, 2012.

TOMICH, Dale. *Rethinking the plantation: Concepts and histories*. Review (Fernand Braudel Center), 2011, p. 15-39.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Estratificação social no Brasil*. Brasília: Edições Câmara, 2020. E-book.

TURNER, Frederick Jackson. *The significance of the frontier in American history*. Connecticut: Martino Fine Books, 2014.

VALÉRIO, Mirtis. Festival Folclórico em Medianeira. *Jornal Mensageiro*. Edição 2337. 22 nov 2024.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

VELHO, Gilberto. *Observando o Familiar*. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 1-13.

VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VERGARA, José Geraldo. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 15 mar. 1947.

VIANNA, F. J. Oliveira. *O tipo brasileiro: seus elementos formadores*. Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência, v.1. 1922.

_____. *A evolução do povo brasileiro*. 3 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste paranaense*. 2 ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WESTPHALEN, Maria Cecília. *História documental do Paraná – Primórdios da colonização moderna da região de Itaipu*. Belém: UFPA, 1987.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WERLANG, Alceu; VIEIRA, Vitor. *A congregação das irmãs de Notre Dame e a educação em Maravilha – SC*. Cadernos do CEOM - Memória, História e Educação. Ano 21, n. 28, 2008.

WILLEMS, Emilio. *Aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*, Edição Ilustrada. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/INL. 1946.

WILLIAMS, Brackette F. *Um ato de classe: Antropologia e a corrida para a nação em terrenos étnicos*. Tradução de Luiz Edmundo de S. Moraes. *Annual Review of Anthropology* 18: 401–444. 1989.

WOLFORD, Wendy. *The Plantationocene: A Lusotropical contribution to the theory*. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 111, n. 6, 2021, p. 1622-1639.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 205-238, nov. 2000.

WOORTMANN, Klaas. *Migração, família e campesinato*. Série Estudos Antropológicos. n. 87. Brasília: UNB, 1990.

ZANINI, Maria Catarina. “O colono compra a ferradura pagando com o cavalo – A liberdade como valor e representação e a autoexploração como prática: uma leitura da obra de Giralda Seyferth sobre os campesinatos do sul do Brasil”. In: Santos, Mirian; Reinheimer, Patrícia (org.) *Giralda Seyferth: muito além da imigração*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Oikos, 2019.

REFERÊNCIAS DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 12 – Maria Cecília Westphalen – História Documental do Paraná, 1987.

Figura 13 – Memórias Reveladas - <https://documentosrevelados.com.br>

Figura 15 – IBGE - <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>

Figura 16 – Memorial da Democracia - <http://memorialdademocracia.com.br/card/e-a-marcha-para-o-oeste>

Figura 17 – Acervo da Família Schinke (Consulta e digitalização *in loco*)

Figura 18 – Coletânea de Mapas Históricos do Paraná - Curitiba: Instituto Água e Terra, 2023

Figura 19 – Acervo da Família Schinke (Consulta e digitalização *in loco*)

Figura 20 – Fundação Cultural de Foz do Iguaçu (Consulta e digitalização *in loco*)

Figura 21 – Tissiane Merlak e Alceu Sperança - Jornal Preto no Branco

Figura 22 – Jornal Tribuna do Oeste - <https://www.tribunadooeste.com/>

Figura 23 – Jornal Tribuna do Oeste - <https://www.tribunadooeste.com/>

Figura 24 – Câmara Municipal de Matelândia - <https://www.matelandia.pr.leg.br>

Figura 29 – Museu Histórico Willy Bath (Consulta e digitalização *in loco*)

Figura 30 – Revista Mosaicos (Consulta e digitalização *in loco*)

Figura 32 – Sebastião Silva – Na Trilha dos Pioneiros

Figura 33 – Memória Paranaense - <https://memoriaparanaense.com.br/>

Figura 34 – Marcelino Lisboa, Micael Silva, Heloísa Gimenez. Revista de História Regional, 2022.

Figura 35 – Memória Rondondense - <https://memoriarondonense.com.br/>

Figura 37 – Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu (Consulta e digitalização *in loco*)

Figura 39 – Jornal Mensageiro (Consulta e digitalização *in loco*)

Figura 40 – HistOORias – Espaço de Memórias na Rede - <https://histoorias.wordpress.com/>

Figura 42 – ExpoRondon - <https://exporondon.com/>

Figura 45 – Disam Insumos – Instagram - @disaminsumos

Figura 46 – Revista Mosaicos (Consulta e digitalização *in loco*)

Figura 47 – Revista 100 Fronteiras - <https://100fronteiras.com/>

Figura 48 – Cooperativa Agroindustrial Lar - <https://www.lar.ind.br/>

Figura 49 – Prefeitura Municipal de Matelândia - <https://www.matelandia.pr.gov.br/>

Figura 51 – Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu (Consulta e digitalização *in loco*)

Figura 52 – HistOORias – Espaço de Memórias na Rede - <https://histoorias.wordpress.com/>

- Figura 53 – Revista Mosaicos (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 54 – Jornal Nosso Tempo - <https://www.nossotempodigital.com.br/>
- Figura 55 – Memória Rondondense - <https://memoriarondonense.com.br/>
- Figura 56 – Museu Histórico Willy Bath (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 57 – Prefeitura Municipal de Palotina (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 58 – Cascavel Histórica - <https://www.cascavelhistorica.com.br/>
- Figura 60 – Memória Rondondense - <https://memoriarondonense.com.br/>
- Figura 61 – Memória Rondondense - <https://memoriarondonense.com.br/>
- Figura 62 – Revista Mosaicos (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 63 – Revista Mosaicos (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 64 – Sebastião Silva – Na Trilha dos Pioneiros
- Figura 67 – Memória Rondondense - <https://memoriarondonense.com.br/>
- Figura 68 – Memória Rondondense - <https://memoriarondonense.com.br/>
- Figura 70 – Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 71 – Museu da Imagem e do Som de Cascavel - <https://www.cascavel.pr.gov.br/servicos/museu>
- Figura 73 – Prefeitura Municipal de Céu Azul (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 74 – Secretaria de Cultura de São Miguel do Iguaçu (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 75 – Secretaria de Cultura de São Miguel do Iguaçu (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 76 – Jornal Nosso Tempo - <https://www.nossotempodigital.com.br/>
- Figura 77 – Jornal O Presente - <https://www.opresente.com.br/>
- Figura 78 – Jornal Tribuna do Oeste - <https://www.tribunadooeste.com/>
- Figura 79 – Ativa Eventos- Instagram - @ativa_eventos
- Figura 80 – Portal G1 - <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/>
- Figura 82 – BRK Agro – <https://www.brkagro.com.br/>
- Figura 84 – Acervo de Claudino Boscato (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 85 – Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 86 - Cooperativa Copagril - <https://www.copagril.com.br/>
- Figura 87 – Jornal O Presente - <https://www.opresente.com.br/>
- Figura 88 – Acervo de Honório Fornazzari (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 89 – Jornal Nosso Tempo - <https://www.nossotempodigital.com.br/>
- Figura 91 – Revista Mosaicos (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 93 – Revista Mosaicos (Consulta e digitalização *in loco*)

- Figura 95 – Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu - <https://saomiguel.pr.gov.br/>
- Figura 97 – Secretaria de Cultura de São Miguel do Iguaçu (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 98 – Acervo de Honório Fornazzari (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 99 – Acervo da Família Kist (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 101 – Jornal Nosso Tempo - <https://www.nossotempodigital.com.br/>
- Figura 102 – Prefeitura Municipal de Céu Azul (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 105 - Revista Mosaicos (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 107 – APAM – Resgate da Memória de Medianeira
- Figura 108 – Museu Histórico Willy Bath (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 109 – Secretaria de Cultura de São Miguel do Iguaçu (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 110 – Jornal Nosso Tempo - <https://www.nossotempodigital.com.br/>
- Figura 111 – Jornal Mensageiro (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 112 – Prefeitura Municipal de Céu Azul (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 113 – Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 114 – Revista Mosaicos (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 115 – Acervo da Família Thomé (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 116 – Museu Histórico Willy Bath (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 118 – Cooperativa Agroindustrial Lar - <https://www.lar.ind.br/>
- Figura 121 – Revista Mosaicos (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 122 - Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 125 – Portal G1 - <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/apuracao/presidente.html>
- Figura 126 – Prefeitura Municipal de Tucumã - <https://prefeituradetucuma.pa.gov.br/>
- Figura 127 – Revista Mosaicos (Consulta e digitalização *in loco*)
- Figura 128 – Memória Rondondense - <https://memoriarondonense.com.br/>